PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

CAMPUS NOVA VENÉCIA

Vigente a partir de 01/01/2025





PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA CAMPUS NOVA VENÉCIA

NOVA VENÉCIA- ES 2024

REITOR

Jadir José Pella

PRÓ-REITOR DE ENSINO

Adriana Pionttkovsky Barcellos

PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Danielli Veiga Carneiro Sondermann

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO

Lodovico Ortlieb Faria

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

Lezi José Ferreira

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

André Romero da Silva

CAMPUS NOVA VENÉCIA

DIRETOR-GERAL

Anderson Rozeno Bozzetti Batista

DIRETOR DE ENSINO

Alexsandra Gomes Biral Stauffer

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO

Marcos Roberto da Silva

DIRETOR DE PESQUISA, EXTENSÃO E PÓS-GRADUAÇÃO

Ediu Carlos Lopes Lemos

COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA REVISÃO DO PPC - NDE

Amanda de Fátima Martin Catarucci

André Luiz Bis Pirola

Ariadna Pereira Siqueira Effgen

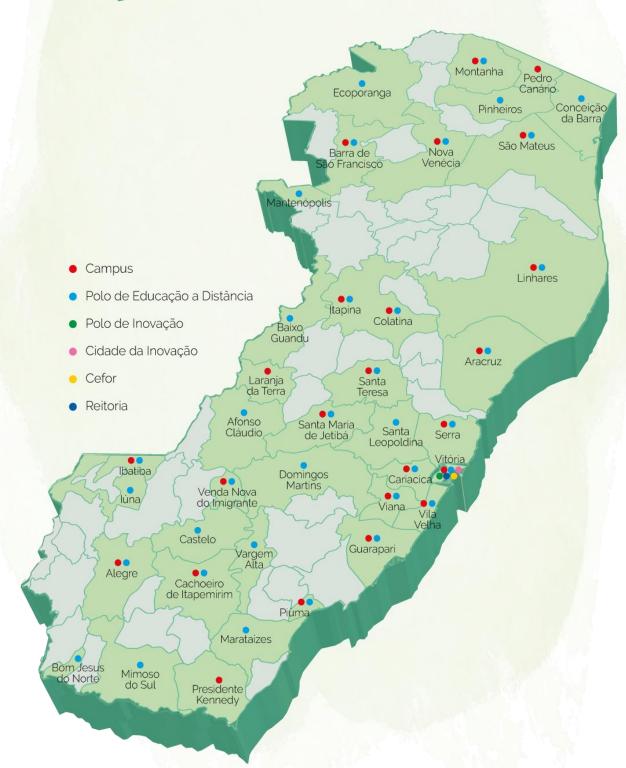
Hedeone Heidmam da Silva

Jaime Bernardo Neto

ASSESSORIA PEDAGÓGICA

Eduardo Lucindo Rodrigues da Cunha

O Ifes está presente em 35 municípios do Espírito Santo.



SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	
1.2 Apresentação do Curso	
2 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	
2.1 Denominação	
2.2 Área do Conhecimento ou Eixo Tecnológico	
2.3 Grau	
2.4 Modalidade	16
2.5 Diploma e Certificados	16
2.6 Turno da Oferta	16
2.7 Periodicidade	16
2.8 Tipo de Oferta	16
2.9 Número de vagas oferecido	16
2.10 Periodicidade da Oferta	16
2.11 Carga Horária Total	16
2.12 Formas de Acesso	16
2.13 Local de Oferta	18
2.14 Coordenador	18
2.15 Prazo de Integralização Curricular em Anos	18
2.16 Histórico de criação e reformulação do PPC	18
3 JUSTIFICATIVA	19
4 OBJETIVOS	23
4.1 Objetivo Geral	23
4.2 Objetivos Específicos	23
5 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO	25
6 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	27
6.1 Concepções	27
6.2 Metodologias	29
6.2.1 Estratégias pedagógicas para disciplinas FaD parciais ou integrais	31

	11.2 Áreas de estudo geral	157
	11.1 Áreas de ensino específicas	155
11 INF	FRAESTRUTURA	155
10 CO	PRPO DOCENTE	151
9 GES	TÃO DO CURSO	145
	NDIMENTO AO DISCENTE	
	7.4.2 Diretrizes Metodológicas e Operacionais	
	7.4.1 Mecanismos de Integração da Avaliação	
	7.4 Plano de avaliação institucional	
	7.3 Avaliação do Curso	
	7.2 Avaliação do processo Ensino-Aprendizagem	
	7.1 Avaliação do Projeto Pedagógico de Curso	
7 AVA	\LIAÇÃO	
	6.3.10 Extensão	
	6.3.9 Iniciação Científica	
	6.3.8 Trabalho de conclusão de curso	
	6.3.7 Atividades acadêmico-científico-culturais	
	6.3.6.5 Organização do Estágio Obrigatório	
	6.3.6.4 Acompanhamento e avaliação	
	6.3.6.3 Partes envolvidas na formalização do Estágio	
	6.3.6.2 Estágio Obrigatório	
	6.3.6.1 Estágio Não Obrigatório	
	6.3.6 Estágio Curricular Supervisionado	
	6.3.5 Ementário das disciplinas	
	6.3.4 Disciplinas Optativas e Eletivas	
	6.3.3 Composição curricular	
	6.3.2 Representação gráfica/fluxograma	
	6.3.1 Matriz Curricular	
	6.3 Estrutura curricular	
	6.2.4 Material didático	
	6.2.3 Tutoria/Mediação e interação	
	6.2.2 Perfil docente para atuar em disciplinas EaD	36

11.3 Áreas de esporte e vivência	158
11.4 Áreas de atendimento discente	159
11.5 Áreas de apoio	159
11.6 Biblioteca	159
12 PLANEJAMENTO ECONÔMICO-FINANCEIRO	165
12.1 Contratação de docentes	165
12.2 Materiais a serem adquiridos	166
12.3 Aquisição de obras bibliográficas	166
11 I REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	167

1. APRESENTAÇÃO

1.1. Apresentação Geral

O Instituto Federal do Espírito Santo, como instituição de excelência em educação profissional e tecnológica, iniciou suas atividades em 1909 mediante a oficialização da Escola de Aprendizes Artífices do Espírito Santo. Essa instituição de ensino passou por diversas mudanças em sua trajetória, que incluem tanto, alterações em sua estrutura física, administrativa e pedagógica, advindas das políticas educacionais estruturadas no âmbito do Governo Federal, quanto por perceber as mudanças pedagógicas necessárias para responder a novos desafios da relação ensino-aprendizagem. Tais alterações resultaram em novas identidades institucionais a saber: Escola Técnica de Vitória – ETV (1942); Escola Técnica Federal do Espírito Santo – ETFES (1945); Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo – CEFETES (1999), e; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes) em 2008.

Resultado da união das unidades do Centro Federal de Educação Tecnológica e das Escolas Agrotécnicas Federais, em 2008, o Ifes promove educação profissional pública de excelência, integrando ensino, pesquisa e extensão, para a construção de uma sociedade democrática, justa e sustentável.

Nesse percurso de mais de um século, o Ifes desenvolveu expertise acadêmica na área da educação profissional e tecnológica e em 2024 conta com 22 campi em funcionamento e localizados em todas as microrregiões do Estado do Espírito Santo, um Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância (Cefor) e a Cidade da Inovação. Verticalizou a oferta do ensino em diversos níveis e atua desde a formação inicial de trabalhadores à pós-graduação, passando pelo ensino técnico de nível médio, graduação, especialização, mestrado e doutorado.

A verticalização do ensino propiciou a oferta de cursos nas mais diversas áreas do conhecimento, estruturados e articulados com as demandas provenientes dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais.

O Ifes Campus Nova Venécia faz parte da segunda fase de expansão da Rede Federal de Ensino, anunciada em 2007. Em fevereiro de 2008, a Prefeitura de Nova Venécia doou uma área de 56 mil metros quadrados ao Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo - Cefetes, para a construção da nova Unidade. Em 22 de setembro de 2008, entrou em funcionamento a Unidade Nova Venécia, oferecendo 128 vagas, sendo 64 destinadas ao Curso Técnico em Mineração e 64 ao Curso Técnico em Construção Civil; este último, em janeiro de 2009, teve seu nome modificado para Curso Técnico em Edificações. Em dezembro de 2008, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou a Lei nº 11.892, que criou 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no país. A partir dessa data, a Unidade de Nova Venécia passou a ser um campus do Instituto Federal do Espírito Santo.

O município de Nova Venécia localiza-se no Estado do Espírito Santo, sudeste do Brasil, na microrregião de planejamento denominada como Noroeste (Lei nº 9.768 de 28/12/2011). De

acordo com o IBGE, o município possui uma extensão territorial de 1.439,571 km². Além da sede municipal, o município possui outros dois distritos: Guararema e Santo Antônio do Quinze, contando ainda com mais 103 comunidades principais.

De acordo com o Censo Escolar, em 2021, no município, em 2021, existiam 53 escolas com Ensino Fundamental, havendo 5.760 matrículas nessa etapa da Educação Básica, e o número de escolas com oferta de Ensino Médio era de 7 unidades, totalizando 1.964 matrículas no Ensino Médio. Além de contar com o público do município, Ifes campus Nova Venécia atende estudantes vindos de cidades circunvizinhas, dentre as quais cita-se: São Gabriel da Palha, São Domingos do Norte, Vila Valério, Boa Esperança, Vila Pavão, Pinheiros, Águia Branca, São Mateus e Jaguaré, localizados na porção Noroeste e Norte do Espírito Santo.

Conforme dados do Censo 2022 (IBGE), a população do município é de 49.065 habitantes, o PIB per capita em 2021 era de R\$26.396,41, sendo o salário médio dos trabalhadores formais de 1,9 salário-mínimo e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em 2010 era de 0,712. Quanto aos dados de educação, a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade (2010) foi de 98%.

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP, em 2023, o IDEB do município alcançou 7,1 no ensino fundamental - anos iniciais, ficando acima da média padronizada de 6,15 e obteve 5,9 nos anos finais, também acima da média padronizada de 5,33.

No Ifes campus Nova Venécia, com aproximadamente 1.050 matrículas e em um processo de verticalização contínuo, em 2024 são ofertados os seguintes cursos e modalidades:

Quadro 01 - Cursos ofertados pelo campus em 2024

CURSO	MODALIDADE	TURNO	INÍCIO DA OFERTA
Técnico em Mineração	Concomitante	Noturno	2008
Técnico em Mineração	Integrado	Diurno	2009
Técnico em edificações	Concomitante	Noturno	2008
Técnico em Edificações	Integrado	Diurno	2009
Técnico em Meio Ambiente	Subsequente	Noturno	2016
Geografia	Licenciatura	Noturno	2014
Geologia	Bacharelado	Integral	2019
Engenharia Civil	Bacharelado	Integral	2018
Gestão Ambiental	Pós-graduação Lato sensu		2016
Metodologias e práticas para o Ensino Fundamental	Pós-graduação Lato sensu	EaD	2017
Aspectos Técnicos da Mineração de Rochas Ornamentais	Pós-graduação Lato sensu	EAD	2022

Fonte: Projetos pedagógicos dos cursos ofertados no campus Nova Venécia.

A oferta do Curso de Licenciatura em Geografia, além de buscar atender as demandas de formação de professores em áreas específicas para a atuação na Educação Básica, busca cumprir os objetivos apontados pela lei de criação dos institutos federais, lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, articulando-se também ao arranjo produtivo local e aos demais aspectos econômicos.

Quanto aos aspectos econômicos, a cafeicultura, o cultivo de pimenta-do-reino (que cresceu significativamente nos últimos dez anos) e a pecuária leiteira são as atividades mais importantes no que se refere ao setor primário do município veneciano. A infraestrutura de beneficiamento e armazenagem de café e pimenta se faz com os armazéns da Cooperativa Agrária de Cafeicultores de São Gabriel (Cooabriel), Zanotti Café, Calegari Comércio de Café, Louis Dreyfus Commodities e outros que possuem armazéns próprios, que intermedeiam e comercializam suas produções.

Quanto à produção leiteira, a Cooperativa Veneza/Nater Coop tem uma estrutura de armazenamento e industrialização com capacidade para beneficiar 140 mil litros de leite por dia, atendendo não apenas ao município e região, mas a mercados de praticamente todo o estado. Convém mencionar, entretanto, que muitos produtores locais de leite vendem sua produção ao Laticínios Damare, cuja fábrica situa-se em Montanha e cujos produtos também são distribuídos a praticamente todo o estado do Espírito Santo.

O município de Nova Venécia apresenta, ainda, uma forte participação do setor terciário na economia. Isso está ligado à participação do município nos contextos estadual e nacional na extração e comércio de granito. A extração de rochas ornamentais, principalmente granitos, apesar de sua instabilidade econômica intercalando momentos de avanços e retrocessos, tem consolidado Nova Venécia como um polo dessa atividade no norte capixaba.

Esse desenvolvimento das atividades de beneficiamento foi, em parte, induzido, haja vista que contou com amplo apoio estatal. Em 2012, o polo industrial de granito de Nova Venécia contava com 27 empresas do setor que possuíam juntas 51 teares em funcionamento. Eram produzidos mensalmente cerca de 165 mil metros quadrados de chapas brutas e mais de 149 mil metros quadrados de chapas polidas, gerando, aproximadamente, 530 empregos diretos (Sindirochas, 2013).

Essas atividades, que constituem a base econômica do município, são também as maiores responsáveis pela degradação ambiental na região. O município de Nova Venécia, assim como os demais em seu entorno, teve uma ocupação histórica predatória, com desmatamento de densas florestas para a retirada da madeira para exportação, que posteriormente deram lugar à pastagem e às lavouras, sobretudo, a cafeicultura. Nas últimas décadas, aos efeitos desse processo se acrescentaram os problemas acarretados pela mineração.

De todos os problemas ambientais latentes na região, a escassez hídrica é, sem dúvida, o que mais tem chamado a atenção e mais tem ganhado notoriedade na mídia e nos discursos governamentais. A "seca", como se diz no linguajar popular, tem trazido, inclusive, grandes

prejuízos, haja vista que a agropecuária é um dos pilares da economia local. Desde 2014, os índices pluviométricos anuais têm ficado abaixo da estimativa média municipal (que gira em torno de 1.200mm), o que tem fomentado discussões sobre esse tema dentro e fora do meio acadêmico, principalmente em virtude do uso indiscriminado de irrigação e águas subterrâneas nas lavouras regionais e aos impactos decorrentes de intervenções como a extração mineral e mesmo a construção de barragens.

Diante desse cenário, articulando as demandas de formação de professores para a Educação Básica e o contexto socioeconômico e ambiental do município, assim como da região Noroeste do Estado, a atuação do licenciado em Geografia, que abrange uma ampla gama de aspectos, incluindo a distribuição de recursos naturais, as características físicas e humanas dos lugares, as interações entre o meio ambiente e a sociedade, bem como os padrões espaciais de diferentes fenômenos, muito tem a contribuir para o desenvolvimento local e regional.

1.2. Apresentação do Curso

A implementação do Curso de Geografia em nível superior, no Espírito Santo, foi iniciada a partir dos cursos de Bacharelado e Licenciatura em História/Geografia oferecidos na faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Espírito Santo (FAFI) no ano de 1953.

Em 1955, ano em que foi concluída a primeira turma de Licenciados e Bacharéis em Geografia e História do Espírito Santo, ocorreu o desmembramento da graduação simultânea nas duas habilitações de conhecimento. Em 1961, a FAFI foi incorporada pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), criada pela Lei nº 3.868, de 30 de janeiro de 1962.

A Geografia, especificamente, trata-se de uma ciência que tem por objetivo possibilitar ao educando um entendimento crítico a respeito da realidade que o cerca a partir da análise do espaço no qual ele está inserido, demonstrando as interconexões entre as lógicas local e global por meio da compreensão do papel do lugar/região de vivência do sujeito no mundo globalizado e, portanto, do entendimento dos vetores internos e externos que atuam na configuração e reconfiguração desse lugar, considerando as inter-relações entre as dinâmicas sociais e as dinâmicas da natureza, analisando-as dialeticamente.

Diante disso, a oferta da Licenciatura em Geografia tem um papel fundamental no desenvolvimento econômico regional propriamente dito, mas também (e sobretudo) no processo de desenvolvimento crítico dos sujeitos, tornando-os mais aptos ao exercício da cidadania e ao protagonismo sociopolítico que se espera dos cidadãos em um regime democrático. Apesar de existir a oferta de formação em Licenciatura em Geografia desde a década de 1950, uma pesquisa realizada em 2012¹ pelo Ifes nos permitiu concluir que havia uma

Faculdade de Nanuque (FANAN) como principais instituições que disponibilizam essa modalidade, sendo que um dos polos da UNIUBE está localizado em Nova Venécia. Além disso, em diálogo com os diretores das escolas públicas da região, constatamos que a carência de professores de Geografia tem levado profissionais de outras áreas de

¹ A pesquisa completa está disponível no Anexo I do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Geografia (2018), disponível no site do campus: https://novavenecia.ifes.edu.br/. Como consta na referida pesquisa, a maioria dos alunos que buscam o ensino superior opta por instituições privadas, especialmente aquelas que oferecem cursos na modalidade de ensino a distância. Na região, destacam-se a Universidade de Uberaba (UNIUBE) e a Faculdade de Nanuque (FANAN) como principais instituições que disponibilizam essa modalidade, sendo que um dos

grande demanda de formação de profissionais nessa área no estado e, em particular, em sua Região Noroeste, o que levou o Instituto a incluir em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) a possibilidade de ofertar, a partir do primeiro semestre de 2014, o curso de Licenciatura Plena em Geografia no campus Nova Venécia.

Por entendermos que o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em Geografia não é um documento definitivo, ao contrário, tem um caráter dinâmico, possibilitando mudanças que otimizem ações para construção de uma sociedade mais justa e igualitária, o Núcleo Docente Estruturante do curso, instituído pela Portaria DG nº 240/2014 e atualizado pela Portaria DG nº 32/2017, julgou pertinente realizar algumas alterações pontuais no PPC inicial, produzido no interstício de 2012-2014 (ou seja, anteriormente à abertura da referida graduação), a partir da avaliação coletiva feita sobre os três primeiros anos de funcionamento do curso, visando melhor atender os discentes que já se encontravam cursando a referida graduação na instituição.

Convém ressaltar, portanto, que não se alterou a diretriz geral do projeto, tendo ainda por base a Resolução CNE/CP n 02/2015, promovendo-se apenas a retificação de alguns dados (tabelas e gráficos, particularmente), a inclusão das ementas faltantes dos componentes curriculares do projeto original, efetuação de algumas adequações quanto à ordem de oferta dos componentes curriculares obrigatórios (sua distribuição por períodos), visando torná-la mais favorável ao processo de ensino-aprendizagem, e inclusão de um leque maior de componentes curriculares optativos (que era muito reduzido no PPC original). Também foram feitas algumas alterações pontuais nas normas que regem as Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC), particularmente em seu artigo 8º, ampliando as possibilidades de os discentes atenderem a esse requisito parcial para a conclusão do curso, levando-se em conta o contexto institucional e regional de oferta de possibilidades de participação dos graduandos em projetos de ensino, pesquisa e extensão. Essas alterações pontuais, portanto, visam contribuir positivamente na formação dos discentes que já estão cursando a Licenciatura em Geografia ofertada pela instituição.

Em um processo de avaliação contínuo, à véspera de completar 10 anos do início da oferta do curso, o Núcleo Docente Estruturante, instituído pela Portaria nº 23, de 07 de fevereiro de 2023, se reúne para revisar o PPC e alinhá-lo às demandas da Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura).

Ao mesmo tempo, as demandas por revisão surgem das especificidades do local de oferta, um curso de licenciatura, noturno e no interior do Estado do Espírito Santo; assim como dos apontamentos dos estudantes e observações da equipe docente e pedagógica. Foram pautadas ainda na análise do Relatório Integral de Autoavaliação Institucional do triênio 2021/2023, publicado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), sendo revisitado ainda o relatório de reconhecimento do curso, datado de 2017.

-

formação a buscar a complementação pedagógica em Geografia em faculdades privadas, na modalidade a distância, como forma de habilitação para lecionar a disciplina. (Ifes, 2018: 58).

Entre esses apontamentos, destacamos a mudança do perfil dos ingressantes, com um aumento da faixa etária desse grupo, que se constitui, agora, majoritariamente de estudantes trabalhadores e que estavam fora da escola por um período, após o encerramento do ciclo da Educação Básica. Tal observação vai de encontro ao apontado no relatório de reconhecimento do curso, onde indicava-se a necessidade de nivelamento para os estudantes. Para suprir essa demanda, foram criados componentes curriculares, com caráter introdutório.

Merece destaque ainda a dificuldade de transportes intermunicipais até o campus e a possibilidade de ampliação da oferta de carga horária à distância para os cursos presenciais. Além disso, o NDE identificou alguns gargalos na dinâmica de fluxo do curso, principalmente em sua fase final, onde os componentes curriculares Monografia I e Monografia II, corroboravam para a desperiodização e o consequente abandono dos estudantes.

Alinhados a essas demandas e as demandas oriundas das escolas de Educação Básica, principalmente a organização das redes de ensino em relação às Diretrizes da Base Nacional Comum Curricular - BNCC (Lei n° 13.415/2017), iniciamos o trabalho de reformulação em fevereiro de 2024. Destacamos que a articulação e alinhamento com a BNCC, se deu a partir da definição dos componentes curriculares do Núcleo II - Aprendizagem e aprofundamento dos Conteúdos Específicos das áreas de atuação profissional, seguindo a percurso formativo para a Educação Básica.

Nesse sentido, pautamo-nos pelos seguintes ordenamentos legais para a revisão desse documento:

- a) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei № 9.394/96 (BRASIL, 1996);
- b) Resolução CNE/CP Nº 4, de 29 de maio de 2024, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura);
- c) Resolução CNE/CES nº 14, de 13 de março de 2002 Estabelece as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Geografia;
- d) Parecer CNE/CES Nº 1.363/2001 Trata da retificação do Parecer CNE/CES nº 492/2001, da aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia;
- e) Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura MEC/SESu, de abril de 2010, que compõem um conjunto de descritivos que apontam: o perfil do egresso, os temas abordados na formação, os ambientes em que o profissional poderá atuar e a infraestrutura mínima recomendada para a oferta;
- f) Resolução CP/CNE № 1 de 17 de junho de 2004 Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e

Africana;

- g) Decreto № 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras);
- h) Lei Nº 11.788/2008, que dispõe sobre estágios curriculares;
- i) Decreto № 7.611, de 17 de novembro de 2011 Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências;
- j) Resolução CP/CNE № 1, de 30 de maio de 2012 Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;
- k) Resolução CP/CNE № 2, de 15 de junho de 2012 Diretrizes Nacionais para a Educação Ambiental;
- l) Lei No 13.146, de 6 de julho de 2015 Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);
- m) Resolução CNE/CP № 1, de 7 de janeiro de 2015 Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras providências;
- n) Resolução CNE/CP Nº 2, de 22 de dezembro de 2017 que institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular;
- o) Resolução CNE/CES Nº 7, de 18 de Dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024 e dá outras providências.
- p) Portaria MEC Nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino;
- q) Plano Nacional de Educação para o decênio 2014/2024, instituído pela Lei № 13.005/2014;
- r) Plano Nacional de Educação para o decênio 2024/2034, projeto de Lei № 2614/2024.

No âmbito do Instituto Federal do Espírito Santo, pautaram a reformulação deste projeto estes documentos:

- a) Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) PDI 2019/2-2024/1;
- b) Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) PDI 2024/2-2029/1;
- c) Resolução do Conselho Superior № 170/2016, de 16 de setembro de 2016, que estabelece o

núcleo comum dos Cursos de Licenciatura do Ifes;

- d) Resolução do Conselho Superior Nº 1, de 11 de março de 2019;
- e) Resolução do Conselho Superior Nº 139, de 14 de dezembro de 2022, que homologa o Regulamento da Organização Didática dos Cursos de Graduação do Ifes;
- f) Resolução do Conselho Superior Nº 58/2018, de 17 de dezembro de 2018, que regulamenta os estágios dos alunos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e da Educação Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes);
- g) Resolução do Conselho Superior № 38 de 13 de agosto de 2021 Regulamenta as diretrizes para as Atividades Curriculares de Extensão no Ifes;
- h) Instrução Normativa Nº 01/2020, de 25 de maio de 2020 Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas.
- i) Orientação Normativa CAEX № 01- 2020;
- j) Guia de orientações para a implantação da curricularização da extensão nos cursos de Graduação do Ifes, de 29 de março de 2022, da Pró-Reitoria de Ensino (PROEN), Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) e Diretoria de Graduação.
- k) Resolução do Conselho Superior № 215, de 15 de dezembro de 2023, que normatiza a oferta de carga horária a distância nos cursos presenciais de graduação do Ifes;

Além desses documentos, durante a atualização do PPC, conduzida pelo NDE com contribuições do Colegiado do Curso, foram consultados diversos núcleos, coordenadorias e diretorias. Entre eles, destacam-se: o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI), o Núcleo de Arte e Cultura (NAC), o Núcleo de Educação Ambiental, Agroecologia e Sustentabilidade (NEAA), o Núcleo de Estudo e Pesquisa em Gênero e Sexualidade (NEPGENS) e o Núcleo de Relações Internacionais (NRI). Também foram consultadas a Coordenadoria de Gestão Pedagógica (CGP), a Coordenadoria de Registro Acadêmico (CRA), a Coordenadoria de Biblioteca e a Diretoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão (DPPGE).

Ante o exposto, entende-se que a oferta de cursos de licenciatura tende a contribuir significativamente com a melhoria nos serviços públicos e privados de educação na região noroeste e, particularmente, no município de Nova Venécia, mediante qualificação da mão de obra docente, habilitando profissionais a atuarem na docência de Geografia e temas a ela relacionados nos diversos níveis de ensino, considerando o aumento contínuo da demanda por serviços educacionais, impulsionado tanto pelo crescimento populacional quanto pela expansão da economia urbana.

2. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

2.1. Denominação

Licenciatura em Geografia

2.2. Área de conhecimento ou Eixo Tecnológico

Ciências Humanas

2.3. Grau

Licenciatura

2.4. Modalidade

Presencial

2.5. Diplomas e certificados

Licenciado em Geografia

2.6. Turno de oferta

Noturno

2.7. Periodicidade

Semestral

2.8. Tipo de oferta

Crédito

2.9. Número de vagas oferecidas

40

2.10. Periodicidade da oferta

Semestral

2.11. Carga Horária Total

3200 horas

2.12. Formas de acesso

Sistema de Seleção Unificada (Sisu) e transferências de outras instituições, conforme normas internas do Ifes. A forma de acesso no curso será de acordo com a Resolução CS/Ifes nº 43, de

2012, alterada pela Resolução CS/Ifes nº 15, de 2019 e pela Resolução CS/Ifes nº 169, de 2023.

Sendo assim, no curso de Graduação em Licenciatura em Geografia, bem como nos demais cursos do Ifes, o ingresso será realizado a partir dos processos a seguir pontuados:

- a) Processo seletivo pelo Sistema de Seleção Unificada (Sisu) com a utilização das notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem);
- b) Reopção: forma de mobilidade acadêmica condicionada à existência de vagas, mediante a qual o discente, regularmente matriculado ou com matrícula trancada em curso de graduação do Ifes, poderá transferir-se para outro curso de graduação dessa instituição;
- c) Processo seletivo complementar:
 - i. Reingresso: ingresso de ex-discente do Ifes em situação de abandono ou cancelamento de curso há menos de 2 anos;
 - ii. Transferência voluntária: ingresso de discente regularmente matriculado ou com trancamento de matrícula em curso de graduação de outra Instituição de Ensino Superior (IES), que deseje transferir-se para esta instituição;
 - iii. Portador de diploma: forma de ingresso para diplomados por outra IES;
 - d) Transferência compulsória: forma de ingresso concedida ao servidor público federal, civil ou militar, ou a seu dependente discente, em razão de comprovada remoção ou transferência de ofício que acarrete mudança de domicílio para a cidade do campus pretendido ou município próximo;
 - e) Regime especial: consiste na inscrição em componentes curriculares para complementação ou atualização de conhecimentos; é concedida para portadores de diploma de curso superior, discente de outra IES e portador de certificado de conclusão de Ensino Médio com idade acima de 60 anos;
 - f) Programa estudante convênio: matrícula destinada ao estudante estrangeiro mediante convênio cultural firmado entre o Brasil e os países conveniados;
 - g) Programa de mobilidade acadêmica interinstitucional: permite ao discente de outras IES cursar componentes curriculares do Ifes, como forma de vinculação temporária pelo prazo estipulado pelo convênio assinado entre as instituições;
 - h) Programa de mobilidade acadêmica intrainstitucional: permite ao discente do Ifes cursar, temporariamente, componentes curriculares em outro campus;
- i) Matrícula institucional de cortesia: consiste na admissão de estudantes estrangeiros funcionários internacionais ou seus dependentes, que figuram na lista diplomática ou

consular, conforme Decreto Federal nº 89.758, de 06/06/1984 e Portaria Nº 121, de 02/10/84;

j) Para os acadêmicos ingressantes pelo Sistema de Seleção Unificada (Sisu) e processo seletivo complementar (exceto na modalidade de transferência voluntária) e que possuam componentes curriculares a serem aproveitados de outras IES, visando à construção do perfil do egresso descrito no Projeto Institucional do Ifes.

2.13. Local de oferta

Ifes campus Nova Venécia

Rodovia Miguel Curry Carneiro, 799 - Bairro Santa Luzia

29830-000 Nova Venécia - ES

Telefone: (27) 4042-4545

Facebook: @ifesnv / Instagram: @ifesnv / E-mail: geografia.nv@ifes.edu.br

2.14. Coordenador

O coordenador do curso é, atualmente, o Professor Doutor André Luiz Bis Pirola. Licenciado em História e em Filosofia, Mestre em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo e Doutor em Educação: História, Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. É professor do Instituto Federal do Espírito Santo campus Nova Venécia, desde o ano de 2012, ministrando disciplinas nos cursos técnicos em Mineração, Edificações, Meio Ambiente e na Licenciatura em Geografia. É coordenador deste curso desde fevereiro de 2023.

2.15. Prazo de Integralização curricular em anos

Mínimo: 04 anos, 8 semestres.

Máximo: 08 anos, 16 semestres.

2.16. Histórico de criação e reformulações do PPC

Quadro 02 - Histórico das alterações no PPC de Licenciatura em Geografia

Criação ou reformulação	Data de implementação do PPC	DCN vigente
Criação	2014/2	Res. CNE/CP Nº 1, de 17/11/2005
Reformulação	2017/2	Res. CNE/CP Nº 2, de 09/06/2015
Reformulação	2020/1	Res. CNE/CP nº 1, de 09/08/2017
Reformulação	2024/2	Res. CNE/CP Nº 4, de 29/05/ 2024

Fonte: Projetos Pedagógicos do Curso de Licenciatura de Geografia ofertado no campus Nova Venécia (2014-2024)

3. JUSTIFICATIVA

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Ifes definiu os rumos, os programas, objetivos e metas para o período de 2009-2013, dentre eles, a implantação de cursos de licenciatura, conforme Lei nº 11.892/2008 que criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no País e definiu as instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializadas na oferta de educação profissional, científica e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimento técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas. Essa lei também estabeleceu que 20% de suas vagas seriam direcionadas à formação de professores.

Tendo como base dados estatísticos da educação pública em Nova Venécia, para o ano de 2023, registraram-se 9804 matrículas, nas 70 escolas públicas disponíveis no referido município (BRASIL, 2023). Desse total, 21% pertenciam à Educação Infantil, 57,5% ao Ensino Fundamental e 21,5 % ao Ensino Médio. Os dados concernentes ao ensino superior não foram mensurados nessa pesquisa.

Já em relação ao número de professores na rede pública, temos 201 professores atuando Ensino Fundamental - Anos Iniciais, 282 professores atuando Ensino Fundamental - Anos Finais e 148 professores atuando no Ensino Médio. O destaque para essas três etapas deve-se ao fato de nelas se enquadrarem os licenciados em Geografia.

É nesse contexto sociopolítico-econômico e cultural que os antigos Cefetes, atuais Ifes, foram autorizados a oferecer, a partir de 2006, cursos de licenciaturas, partindo de uma experiência centenária em formação de técnicos de nível médio profissionalizantes.

Nesse sentido, o Ifes Nova Venécia também inicia sua trajetória, partindo da oferta do Curso de Licenciatura em Geografia, até então existente somente na Ufes, com uma abordagem que busca preparar, de forma crítica e transformadora, os discentes para as oportunidades e desafios do cotidiano atual. A expansão dos cursos e modalidades de ensino nos Ifes é uma estratégia do governo federal para atender as potencialidades regionais, conforme afirmou Eliezer Pacheco, Secretário de Educação Profissional do MEC:

Essas escolas trazem benefícios imediatos, não só para os estudantes, mas para o desenvolvimento de toda a região. [...]. A cada semestre, entram novos alunos e os egressos saem qualificados e, invariavelmente, colocados no mercado de trabalho (BRASIL, 2010).

Enfrentar o desafio de fazer da formação de professores uma formação profissional de alto nível é uma necessidade emergente da comunidade local e desejo do Ifes campus Nova Venécia; destarte, no processo de reconhecimento feito pelo Ministério da Educação, em 2017, o Curso de Licenciatura em Geografia ofertado no campus foi avaliado com a nota 4.

De forma geral, há demanda para a formação de professores no Brasil, principalmente para a atuação na Educação Básica, uma vez que, conforme dados do próprio Ministério da Educação, existe uma carência enorme de professores com formação em licenciatura para atuar nas séries finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Reconhecendo esse quadro, os Institutos Federais adotaram como missão institucional a formação de licenciados, papel que se torna ainda mais relevante nas áreas distantes dos grandes centros urbanos, nas quais a oferta de cursos de graduação é menor, como é o caso do Noroeste Capixaba.

Nesse sentido, o campus Nova Venécia, ao ofertar uma Licenciatura em Geografia, coloca em prática sua missão institucional de contribuir com a formação de docentes, procurando sanar uma das áreas deficitárias em número de professores no Brasil.

No final da década de 1960, a criação dos cursos de licenciatura de curta duração atendeu algumas urgências circunstancialmente históricas. Hoje, a realidade solicita docentes com competência técnica, conhecimentos teóricos aprofundados e capacidade de leitura crítica frente aos desafios da contemporaneidade.

Na proposição de implantação e reestruturação das licenciaturas, adequando-as ao mundo globalizado, precisamos considerar os seguintes cenários: a globalização, a privatização, emergência de novos paradigmas, avanço constante da ciência e tecnologia, as transformações na área e no sistema educacional e as gerações que crescem em sintonia com todas essas mudanças. O avanço constante da ciência e da tecnologia disponibiliza um conjunto de recursos que, além de servir de suporte didático, propicia condições de aprendizagem continuada e diversificada.

De acordo com o estudo do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) (BRASIL, 2010b) sobre a Educação Básica, são necessários 235 mil professores no Ensino Médio e 476 mil para as séries finais do Ensino Fundamental, um total de 711 mil professores.

Nos últimos anos, o número de professores formados nos cursos de licenciatura foi de 457 mil, o que perfaz um déficit de cerca de 250 mil docentes. Ainda segundo o estudo, o País precisaria ter 40 mil professores de Geografia. De acordo com o MEC, a falta de professores não atinge só o Brasil. Segundo o Fundo das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), há 59 milhões de professores no planeta, 15 milhões a menos que o mínimo exigido para atingir a meta fixada no Fórum Mundial da Educação de Dacar, em 2000 (BRASIL, 2010b).

Pensando especificamente na formação de professores para o Ensino Médio, de acordo com as finalidades trazidas pela Lei nº 9.394/96, no artigo 35, além do aprofundamento dos conhecimentos adquiridos para o prosseguimento de estudos e a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos da relação entre a teoria e a prática de cada disciplina, temos, com a mesma importância, as finalidades referentes ao desenvolvimento cultural, pessoal, ao aprender contínuo, à postura ética e à flexibilidade nas relações e no viver com a diversidade.

Página 19

Para tanto, é necessário pensar na formação do professor que lidará com essas séries, a fim de que possua uma formação sólida em conhecimentos e habilidades relacionados ao domínio do conteúdo específico da sua área e a preparação pedagógica como um saber necessário à docência.

[...] a pedagogia é totalmente inseparável dos outros componentes da atividade docente, ou seja, dos objetivos do trabalho, de seu objeto, assim como dos saberes e das técnicas particulares que caracterizam o ensino, que não pode ser concebido separadamente do processo de aprendizagem (TARDIF, 2002, p. 148).

A existência dessa dicotomia provoca, entre outras coisas, o fraco desempenho dos cursos superiores na formação do número de professores necessários ao aumento do número de matrículas de alunos, dadas as políticas de acesso e permanência. Particularmente no caso dos professores de Geografia, observa-se a ocupação de vagas — inicialmente destinadas a licenciados — por profissionais de outras áreas, tais como advogados, pedagogos e jornalistas, entre outros.

Divulgado em maio de 2007, o relatório do CNE produzido por uma Comissão Especial instituída para estudar medidas para a melhoria do Ensino Médio, aponta um déficit de mais de 240 mil professores para este nível, sendo particularmente alto o déficit na disciplina de Geografia, área na qual pouco mais de ¼ dos professores têm formação específica em licenciatura nessa ciência.

Também é preciso considerar que há uma grande evasão nos cursos de licenciatura em geral. Os dados dos últimos Censos do Ensino Superior, mostram que para o período compreendido entre 2018 e 2023, a evasão nos cursos de licenciatura em Geografia apresentou uma variação entre 22% e 28%. Como resultado, temos uma queda no número de professores formados na área, afetando diretamente o ensino nas escolas da Educação Básica, ao mesmo tempo que se coloca o desafio de construir políticas sólidas de permanência dos estudantes e valorização da profissão.

Desta forma, a oferta de cursos superiores de formação de professores, que é um dos objetivos Institutos Federais, deve ser entendida como uma política educacional voltada à Educação Básica que tem uma grande carência profissional, tanto quantitativa quanto qualitativa, que tende a ser ainda mais acentuada em municípios distantes dos grandes centros urbanos do País, onde ainda está concentrada a maior parte das vagas de Ensino Superior.

No caso do Norte/Noroeste do Espírito Santo, a oferta do Curso de Licenciatura em Geografia pelo Ifes tem exatamente este papel, haja vista que as instituições mais próximas a ofertar tal curso presencialmente situam-se em Colatina e na Região Metropolitana da Grande Vitória, distantes 120 km e 250 km, respectivamente, de Nova Venécia, tendo que se considerar ainda que, no caso de Colatina, a oferta é feita por uma instituição privada, fato que, antes da abertura do curso pelo campus Nova Venécia, limitava as possibilidades de uma formação gratuita nessa área ao campus Goiabeiras da Universidade Federal do Espírito Santo.

Com base nos dados dos primeiros quatro anos de funcionamento desse curso, que oferta ingressos regulares desde 2014, percebe-se que, mesmo com a adesão da Instituição ao Sisu, a

maioria dos discentes são oriundos de Nova Venécia e municípios vizinhos. Desde sua inauguração, tem havido um movimento pendular significativo de discentes do curso provenientes de São Gabriel da Palha, São Mateus, Vila Pavão, Boa Esperança, Pinheiros e Jaguaré, o que nos permite pensar que os benefícios na formação e qualificação de profissionais da educação para lecionar Geografia se estendem para muito além de Nova Venécia.

Enfatiza-se ainda, que entre os egressos do curso, conforme acompanhamento contínuo e pesquisa realizada pelo Núcleo Docente Estruturante, em 2024, 69,9% dos estudantes formados encontram-se atuando na função docente em escolas da região, 4,1% ingressaram em programas de pós-graduação no Brasil e em Portugal, enquanto 26% atuam de forma autônoma ou em outras áreas. Cita-se ainda, a crescente demanda de atuação docente dos estudantes ainda em curso, atuando na função de não-habilitados.

4. OBJETIVOS

4.1. Objetivo Geral

Preparar profissionais para atuar no ensino de Geografia na Educação Básica em suas diferentes etapas e modalidades, que detenham não apenas os saberes geográficos e prático-pedagógicos adequado a essa modalidade de ensino, mas tenham compreensão da função da escola enquanto instituição básica de uma sociedade democrática e do papel do ensino de Geografia em âmbito escolar como meio de desenvolvimento das competências necessárias ao exercício pleno da cidadania, articulando ações de ensino, pesquisa e extensão.

4.2. Objetivos específicos

- Atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade mais justa, equânime e com maior igualdade de oportunidades, e reconhecer o papel da Geografia em âmbito escolar no desenvolvimento das competências necessárias a tais transformações sociais:
- Compreender o papel da escola e dos docentes (em particular, do professor de Geografia) na formação dos estudantes da Educação Básica a partir de concepção ampla e contextualizada de ensino e processos de aprendizagem e desenvolvimento destes, incluindo aqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;
- Dominar os conteúdos específicos de Geografia, com ênfase nos seguintes aspectos:
 - ✓ Identificar a Geografia dentro do universo das ciências, compreendendo seus aspectos epistemológicos e metodológicos, de maneira a formar um educador-pesquisador capaz de manter o devido diálogo entre a Geografia escolar e sua matriz acadêmica;
 - ✓ Compreender o espaço enquanto uma instância social e o espacial enquanto dimensão da existência humana, e que ambos estão vinculados às identidades coletivas e individuais e às relações de poder em suas diversas instâncias;
 - ✓ Identificar as diferenças naturais e humanas entre as diversas partes do Planeta e do território brasileiro, reconhecendo sua heterogeneidade natural, cultural, social, econômica e política, bem como explicar, com a devida criticidade, as razões de ser destes contrastes nas diferentes escalas.
 - ✓ Compreender o processo de produção capitalista do espaço, que veio a resultar no fenômeno da globalização, suas implicações em diversas escalas (bem como a inter-relação dialética entre elas), as relações de poder inerentes a esse processo e seus reflexos sociopolítico-econômico-culturais;

- ✓ Compreender as dinâmicas de clima, relevo, biodiversidade e sua inter-relações em diversas escalas, bem como a entropia fruto dos impactos da ação humana, analisando-a partir de uma perspectiva holística, ou seja, vinculando essas dinâmicas naturais aos aspectos sociais, culturais, políticas e econômicas de nossa sociedade;
- Dominar os conteúdos pedagógicos e as abordagens teórico-metodológicas necessários ao ensino de Geografia, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano;
- Relacionar a linguagem dos meios de comunicação à educação e ao ensino de Geografia, em específico, fazendo uso das tecnologias de informação e comunicação para o desenvolvimento da aprendizagem;
- Compreender o papel da escola, do docente e do ensino de Geografia no âmbito escolar para a superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas, de gênero, sexuais e outras;
- Demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambientalecológica, étnico-racial, de gêneros, de faixas geracionais, de classes sociais, de religião, de necessidades especiais, de diversidade sexual, entre outras;
- Participar da gestão das instituições de Educação Básica, contribuindo para a elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico;
- Realizar pesquisas que proporcionem conhecimento sobre os estudantes e sua realidade sociocultural, sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambientaisecológicos, sobre propostas curriculares e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas, entre outros;
- Estudar e compreender criticamente as Diretrizes Curriculares Nacionais, além de outras determinações legais, como componentes de formação fundamentais para o exercício do magistério.
- Promover a integração entre ensino, pesquisa e extensão, a partir do desenvolvimento de projetos e práticas que articulem o conhecimento teórico-metodológico com experiências em contextos educacionais diversos, fomentando a troca de saberes entre academia, escola e comunidade para a construção de uma educação geográfica crítica e cidadã.

5. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

O Licenciado em Geografia é o professor que atua na Educação Básica, abrangendo o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, bem como suas diferentes modalidades, incluindo a Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Profissional e Tecnológica, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação a Distância e Educação Escolar Quilombola. Sua formação se ancora nas diretrizes e princípios da Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica. Para tanto, concebe a docência como uma ação educativa e um processo pedagógico intencional e metódico, fundamentado nos conhecimentos da Geografia, nas relações interdisciplinares e nos princípios pedagógicos que orientam sua prática.

A sólida formação do licenciado em Geografia envolve a apropriação e a construção de valores éticos, linguísticos, estéticos e políticos, articulando-os ao ensino e à aprendizagem, à socialização do conhecimento e à inovação didática. No exercício da docência, sua atuação se dá por meio da articulação entre as dimensões técnicas, políticas, éticas e estéticas, compreendendo o manejo de conteúdos, metodologias diversas, múltiplas linguagens e tecnologias educacionais. Dessa forma, é esperado que o profissional compreenda criticamente o processo histórico de construção do conhecimento geográfico, seus conceitos, princípios e teorias, reconhecendo a relevância da Geografia para a sociedade e assumindo seu papel na formação de cidadãos críticos, reflexivos e autônomos.

O egresso do curso de Licenciatura em Geografia deverá demonstrar conhecimento sobre a organização epistemológica da disciplina e sobre as normativas que estruturam os currículos da Educação Básica, garantindo uma atuação pautada na ética e no compromisso social. Compreenderá os contextos sociais, culturais, econômicos e políticos das escolas e dos estudantes, favorecendo aprendizagens significativas e inclusivas. Com postura investigativa e propositiva, identificará e enfrentará problemas socioculturais e educacionais, promovendo o acesso ao conhecimento e contribuindo para a superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e de gênero.

Além disso, compreenderá a influência dos contextos históricos e filosóficos na organização dos sistemas de ensino e das instituições educacionais, dominando a linguagem e o pensamento lógico-matemático aplicados ao ensino da Geografia. Planejará e implementará estratégias didáticas diversificadas, selecionando recursos pedagógicos adequados para atender às necessidades dos estudantes em sua diversidade, incluindo aqueles atendidos pela Educação Especial. Criará ambientes educativos que estimulem a reflexão crítica sobre as relações étnicoraciais no Brasil, valorizando a história e cultura africana, afro-brasileira e dos povos originários, além de promover ações educativas voltadas para a prevenção e o combate à violência contra a mulher.

A formação do licenciado enfatiza sua capacidade de incentivar a solução de problemas, a tomada de decisões e o aprendizado contínuo, preparando os estudantes para uma sociedade em transformação. Ele deverá otimizar a relação entre tempo, espaço e conteúdos, considerando

as características dos alunos e a realidade da Educação Básica. A apropriação das tecnologias digitais será essencial para a ressignificação dos meios de comunicação no contexto educativo, ampliando as possibilidades de aprendizagem.

O egresso também conhecerá e utilizará diferentes instrumentos avaliativos, compreendendo seus limites e potencialidades para oferecer devolutivas que auxiliem a autonomia dos estudantes e permitam o replanejamento das práticas pedagógicas. Aplicará evidências científicas atualizadas em sua atuação, considerando aspectos físicos, socioemocionais e intelectuais que influenciam a aprendizagem. Sua formação contempla ainda a comunicação e a interação com as famílias e a comunidade escolar, fortalecendo parcerias para o desenvolvimento integral dos estudantes.

Além do domínio dos princípios da gestão escolar e da participação na elaboração e implementação da proposta pedagógica, o licenciado será incentivado a desenvolver e colaborar com pesquisas científicas no campo educacional, refletindo constantemente sobre sua prática docente e buscando aperfeiçoamento contínuo. Nos contextos da Educação Escolar Indígena, do Campo e Quilombola, deverá atuar como mediador intercultural, promovendo o diálogo entre a comunidade escolar e outros grupos sociais, valorizando os saberes e as práticas culturais locais.

Assim, o licenciado em Geografia assume sua responsabilidade como educador, comprometendo-se com a qualidade do ensino, a promoção da justiça social e a transformação da realidade, sempre pautado por perspectivas humanísticas, rigor científico e referenciais éticos e legais.

6. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

6.1. Concepção

Na perspectiva de formação de licenciados, conforme perfil de egresso do Curso de Licenciatura em Geografia, tomamos como referência a necessidade de superação de práticas e metodologias de ensino centradas em perspectivas tradicionais de currículo, que se apresentam como neutras, científicas e desinteressadas, e que se concentram na dimensão técnica. Para tanto, apontamos para a possibilidade do desenvolvimento de práticas educativas que, associadas às perspectivas curriculares críticas e pós-críticas, questionam o *status quo*, os conhecimentos e os saberes dominantes, preocupando-se com as conexões entre saber, identidade e poder (SILVA, 2013).

Desse modo, sinalizamos para a possibilidade de construção do conhecimento, por meio do desenvolvimento de práticas e metodologias de ensino que promovam o diálogo entre saberes de sujeitos envolvidos no processo educativo, conhecimentos da ciência geográfica, conhecimentos da pedagogia e de outras áreas, bem como a articulação entre a dimensão local e a dimensão global, considerando a importância de compreensão crítica dos contextos históricos, sociais, políticos, culturais e educacionais. Esta perspectiva está em consonância com o atual Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Ifes (2024/2-2029/1), visto que este também entende a educação numa ótica mais abrangente, que possibilita a formação de um cidadão consciente de seus deveres e direitos que compreenda a realidade e seja capaz de ultrapassar os obstáculos que ela apresenta e que consiga pensar e intervir na perspectiva de possibilitar as transformações do meio em que vive.

Afinal, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão no Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) orienta sua função social de democratizar o saber e contribuir para a construção de uma sociedade ética e solidária, garantindo a formação e qualificação de cidadãos para atuar profissionalmente em diversos setores da economia, com foco no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional. Para isso, o Ifes se estrutura como centro de excelência na oferta do ensino de ciências e da educação profissional, científica e tecnológica, promovendo a integração entre a educação básica, profissional e superior, além de estimular a pesquisa aplicada, a inovação, o empreendedorismo e o cooperativismo. Sua atuação está voltada para o fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, atendendo às demandas regionais por meio de soluções técnicas e tecnológicas que respeitem as especificidades de cada território (PDI Ifes, 2024/1-2029/1).

Portanto, o licenciando, compreendido como professor em formação, poderá vivenciar experiências formativas, de caráter teórico-prático, através de seminários, palestras, atividades de extensão, ações de pesquisa, atividades interdisciplinares, utilização de tecnologias aplicadas ao processo educativo, entre outros espaços-tempos de formação promovidos no âmbito dos componentes curriculares. Assim, concebemos que o processo formativo docente precisa ser desenvolvido através de estratégias curriculares baseadas na indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão e inovação, bem como na relação entre a teoria e a prática no processo de construção do conhecimento.

Além dessas experiências formativas, o licenciando poderá vivenciar experiências de iniciação à docência no âmbito do estágio supervisionado que, na perspectiva de unidade entre teoria e prática, busca proporcionar ao discente experiências formativas na prática pedagógica, consolidando a sua profissionalização e explorando as competências básicas indispensáveis para uma formação profissional ética, política e estética.

Nos espaços-tempos formativos do estágio supervisionado, a ser realizado desde o primeiro semestre do curso, o licenciando poderá desenvolver práticas pedagógicas problematizadoras, de forma articulada à reflexão e à pesquisa na/sobre a prática docente, na perspectiva de produção de conhecimentos voltados para a superação e transformação da realidade social. Segundo Freire (1996):

É preciso, por outro lado, reinsistir em que não se pense a prática educativa vivida com afetividade e alegria, prescinda da formação científica séria e da clareza política dos educadores ou educadoras. A prática educativa é tudo isso: afetividade, alegria, capacidade científica, domínio técnico a serviço da mudança ou, lamentavelmente, da permanência do hoje. [...] (FREIRE, 1996, p. 142-143).

Além disso, os conhecimentos construídos no âmbito dos componentes curriculares objetivam a familiarização dos alunos com o contexto do trabalho escolar, tanto as ações administrativas e pedagógicas, quanto às ações políticas internas e externas no envolvimento com a comunidade, ou seja, que envolve toda a organização de uma instituição educacional formal. Nesse contexto, temáticas relacionadas às modalidades da Educação de Jovens e Adultos (EJA), da Educação Especial, da Educação Profissional e Tecnológica, da Educação Escolar Indígena, da Educação no Campo, da Educação Escolar Quilombola e da Educação a Distância também serão abordadas de maneira a possibilitar aos licenciandos um conhecimento mais amplo das relações entre Estado, Sociedade, Política e Organização da Educação Básica.

É importante destacar que o trabalho pedagógico precisa considerar as particularidades de estudantes com necessidades específicas, através da flexibilização e adaptação curricular, na perspectiva de desenvolvimento de práticas educacionais inclusivas, que proporcionem o acesso ao currículo, a acessibilidade, a socialização, a interação, entre outras dimensões formativas, com o intuito da formação integral dos sujeitos.

Considerando marcos legais da educação brasileira e as perspectivas curriculares desse Projeto Pedagógico de Curso, destacamos a inserção e oferta de Libras como componente curricular (BRASIL, 2005); a inclusão do componente curricular Educação das Relações Étnico-Raciais, além da efetivação da Educação em Direitos Humanos (BRASIL, 2012) e a concepção de Educação Ambiental como integrante do currículo (BRASIL, 2012).

A inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos e à Educação Ambiental, conforme previsto pelas resoluções CP/CNE nº 01, de 30/05/2012 e CP/CNE nº 02, de 15/06/2012, se dará por meio da transdisciplinaridade, através de temas relacionados e tratados de forma interdisciplinar; ou ainda como conteúdo específico de uma disciplina já existente no currículo escolar, ou então de forma mista, combinando interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, características que se destacam no desenvolvimento da ciência geográfica.

O processo avaliativo busca superar tanto o padrão rígido da avaliação quantitativa, que se baseia na quantificação de desempenho cognitivo e das habilidades adquiridas, quanto o modelo híbrido, que afirma ruptura com a avaliação quantitativa, porém não rompe com a prática da classificação. Desse modo, apontamos para a possibilidade de construção de uma avaliação democrática, imersa numa pedagogia da inclusão, ou seja, práticas de avaliação que substituem a lógica da exclusão pela lógica da inclusão, vislumbrando a escola como zona fronteiriça de cruzamento de culturas (ESTEBAN, 2003).

Quanto à evasão dos discentes do curso, é importante que ações sejam empreendidas em busca da permanência e conclusão com êxito daqueles que ingressam. Podemos citar que as intervenções realizadas pelo Campus neste sentido têm como princípio a

(...) garantia da democratização e da qualidade do atendimento prestado à comunidade estudantil, com as devidas adequações à realidade local; adequação dos projetos pedagógicos dos cursos aos arranjos culturais e produtivos regionais e locais, por meio de avaliação sistemática; respeito ao pluralismo de ideias, à diversidade e à gestão democrática; justiça social e a eliminação de todas as formas de preconceitos; integração e interdisciplinaridade das ações, de forma a atender os sujeitos em sua totalidade (PDI, 2014-2019, p. 56).

Afinal,

A redução da evasão não é apenas um fenômeno isolado de diminuição de reprovações, já que esta tem diversas causas e requer abordagens específicas nas diferentes circunstâncias e momentos vividos durante o ano letivo do Instituto Federal do Espírito Santo. Sendo este um problema com elevado grau de complexidade, deverá ser tratado, tática e operacionalmente, pelas Pró-Reitorias, pelos Campi e por todos os setores diretamente ligados ao processo de ensino, com estratégias combinadas, sinérgicas e complexas na sua elaboração, mas simples na sua implementação, para que se tenham os resultados positivos para esta dimensão (PDI, 2024/2 – 2029/1, p. 213).

6.2. Metodologia

Encontramo-nos em um momento histórico de reaproximação dos saberes, de um retorno ao conhecimento mais integrado, que possa dar conta de responder aos enormes desafios que nos pressionam (MORIN, 2002). Além disso, concebemos que não é possível desenvolver práticas e metodologias desvinculadas totalmente das questões culturais da sociedade (CANDAU, 2008).

Considerando a necessidade de superação de práticas e metodologias de ensino centradas em perspectivas tradicionais de currículo, apontamos para a possibilidade de construção de práticas educativas que questionem o *status quo*, os conhecimentos e os saberes dominantes, baseandose em princípios, como a rigorosidade metódica, a pesquisa, o respeito aos saberes dos educandos, a criticidade, a estética, a ética, a corporificação das palavras pelo exemplo, a aceitação do novo e rejeição à discriminação, a reflexão crítica sobre a prática, o reconhecimento e assunção da identidade cultural (FREIRE, 1997).

Tomando como referência a perspectiva histórico-cultural da educação, entendemos que a interação entre educadores e educandos em todo o tempo do curso é indispensável na produção

do conhecimento, pois "[...] construir conhecimentos implica numa ação, partilhada já que é através dos outros que as relações entre sujeito e objeto de conhecimento são estabelecidas" (REGO, 1995, p.110).

Desse modo, levando em consideração as perspectivas teóricas elencadas, as atividades didáticas serão desenvolvidas em salas de aula (aulas teóricas), em laboratórios (aulas práticas de laboratório) e práticas de campo, com uma especificidade ao final do curso (trabalho de conclusão do curso), sempre com o devido suporte de material bibliográfico.

As aulas teóricas serão ministradas com suporte audiovisual (projetores multimídia), utilizandose das seguintes estratégias pedagógicas: debates, explanações dos conteúdos, seminários, produção de material didático, relatórios, estudos dirigidos, simulações de aulas, dentre outros. As aulas são complementadas com atividades práticas nos seguintes espaços: Laboratório de Prática de Ensino de Geografia (LAPEG); Laboratório de amostras macroscópicas de rochas; Laboratório de Mecânica dos Solos; Laboratórios de Informática; Laboratório de Geoprocessamento; Laboratório de Cartografia e Topografia; e Laboratório de Desenho.

As aulas práticas de laboratório são desenvolvidas em ambientes projetados para tal (especificamente para ensino), segundo as áreas do conhecimento da Geografia (unidades curriculares), em que os conhecimentos teóricos são articulados com as descobertas do "fazer", tendo em vista as habilidades e competências desejáveis aos egressos do curso. A retroalimentação entre os dois momentos de ensino e de aprendizagem (teórico e prático) visa ao desenvolvimento de uma postura indagadora e proativa do aluno, qualquer que seja o ambiente didático.

Quanto as tecnologias da informação e comunicação (TICs), o campus possui 03 laboratórios de informática, equipados com 40 computadores cada; e 01 laboratório com 10 computadores, todos conectados à internet e com acesso a softwares como *Google Earth, Qgis, ArqGis, Auto Cad, Stellarium*, entre outros. Além disso, o acesso à internet possibilita a utilização de inúmeras plataformas online de suporte e recursos educacionais (*Moodle, Padlet, Kahoot, Canva*, entre outras) que podem ser explorados pelos estudantes e professores durante as aulas.

Os convênios e as iniciativas que promovem a integração com a rede pública de ensino, por meio de projetos de pesquisa, extensão e estágios supervisionados, possibilitam o desenvolvimento, a testagem, a implementação e a avaliação de estratégias didático-pedagógicas, incluindo o uso de tecnologias educacionais. Essas experiências, amplamente documentadas e consolidadas, geram resultados significativos tanto para os discentes quanto para as escolas da educação básica, contribuindo para a qualificação do ensino e a inovação pedagógica, com ações comprovadamente exitosas e impactantes.

As atividades de prática de campo são tarefas fundamentais do curso, pois constituem uma parte inseparável do processo educativo, visando à consolidação e ampliação dos conhecimentos teóricos, e possibilitam o aprimoramento da capacidade de observação e interpretação de processos geográficos.

Considera-se que a interdisciplinaridade deve ser buscada constantemente em todas as disciplinas que integram a matriz curricular do curso. A participação dos discentes em workshops, congressos, simpósios e outros promove novas experiências e troca de informações e serão incentivadas ao longo de todo percurso formativo, em articulação com a pesquisa e a extensão.

Além do leque de atividades e possibilidades didáticas exposto acima, adicionam-se outras atividades que objetivam valorizar e oficializar a carga horária que o aluno desenvolve em contato com atividades de ensino (iniciação à docência), pesquisa (iniciação à pesquisa), extensão (iniciação à extensão), organização de eventos e atuação supervisionada no mercado profissional (estágios), de acordo com a Resolução do Conselho Superior do Ifes nº 28/2014, de 27 de junho de 2014, a qual se encontra em consonância com a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes. Dessa maneira, visa-se desenvolver e estimular o contato do aluno com atividades profissionais e outras que desenvolvam a autonomia, criatividade, proatividade e liderança.

As possibilidades de flexibilizações e adequações curriculares que considerem o significado prático e instrumental dos conteúdos, metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados para os estudantes com Necessidades Educacionais Específicas (NEE) são analisadas pelo Colegiado em parceria com a Coordenação de Gestão Pedagógica e o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), buscando eliminar barreiras de forma a atender as demandas que surgirem. O trabalho direcionado a este público envolve os seguintes espaços e tempos de formação: planejamentos, reuniões entre equipe docente, pedagógica, NAPNE e Coordenadoria de Curso, acolhimento e diálogo com aluno e família, acompanhamento dos envolvidos diretamente na aprendizagem do aluno, atendimentos individuais do educando com os docentes e NAPNE ao longo dos semestres, incluindo o Atendimento Educacional Especializado (AEE), reuniões finais para avaliação final do aluno em cada disciplina e reuniões com a gestão do campus para providências que competem à equipe gestora (contratações, aquisições de materiais, entre outros).

O estágio supervisionado será de caráter obrigatório, constando na matriz curricular do curso, e seguirá as normas para os estágios dos alunos da Educação Profissional de Nível Técnico e da Educação Superior que estão estabelecidas na Resolução do Conselho Superior do Ifes nº 58/2018, que, conforme já pontuado, encontra-se em consonância com a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

Portanto, propõe-se um Curso de Licenciatura em Geografia que seja orientado pela tríade ensino-pesquisa-extensão, indissociável desde o início do curso, pelo planejamento, flexibilidade, participação, interdisciplinaridade, historicidade e interação, tendo a prática integrada aos componentes curriculares.

6.2.1. Estratégias Pedagógicas para disciplinas EaD parciais ou integrais

O Curso de Licenciatura em Geografia do Ifes campus Nova Venécia é um curso presencial com parte da carga horária na modalidade à distância. As bases legais para a modalidade de Educação à Distância foram estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº.

Página 30

9.394/1996) e regulamentada por diversos decretos e portarias normativas.

Dentre os diversos marcos normativos vinculados a tal matéria, destacam-se os programas de fomento à Educação à Distância, a partir do Decreto nº 5.800, de 08 de junho de 2006, que instituiu o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB, voltado para o desenvolvimento da modalidade de Educação a Distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior brasileira, e o Decreto n° 7.589, de 26 de outubro de 2011, que regulamentou o artigo 80 da Lei nº 9.394, instituindo a Rede e-Tec Brasil, com o objetivo de desenvolver a educação profissional e tecnológica na modalidade de Educação a Distância (EaD), ampliando e democratizando a oferta e o acesso à educação profissional pública e gratuita no País.

A Resolução Consup/Ifes n° 215 de 15/12/2023 é a normativa institucional vigente que regulamenta a oferta de carga horária a distância nos cursos presenciais de graduação do Ifes. Ademais, o Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância (Cefor) desempenha o papel de articulador e administrador de tais demandas, responsável ainda pelo desenvolvimento e aprimoramento das metodologias de EaD, na elaboração de materiais didáticos, formalização de processos para EaD e, por fim, na institucionalização dessa modalidade de ensino.

O Cefor é uma diretoria vinculada à Coordenadoria Geral de Ensino da Pró-Reitoria do Instituto Federal de Educação do Espírito Santo (Ifes), realizando, também, assessoria técnica e pedagógica e o acompanhamento das ofertas de cursos na modalidade EaD junto aos Núcleos de Educação a Distância do Ifes e aos polos credenciados pelos programas EaD.

Os cursos à distância ou presenciais com carga horária a distância ofertados pelo Ifes tem como princípios: a) metodologia de ensino-aprendizagem que privilegie a construção dos conhecimentos como princípio educativo; b) autonomia dos alunos e autogerenciamento da aprendizagem; c) formas de comunicação eficientes entre os sujeitos do processo de ensino-aprendizagem, tendo em vista evitar o isolamento do aluno bem como estimular a sua motivação para a aprendizagem; d) contextualização entre as necessidades de aprendizagem e a realidade socioeconômica e cultural dos alunos; e) articulação entre teoria e prática; f) acompanhamento do processo de aprendizagem; g) promover a interdisciplinaridade com base em uma relação dialógica entre as disciplinas buscando a correspondência entre os diversos saberes; h) uso e difusão de tecnologias na Educação (CEFOR, 2016).

Destacamos que conforme a Resolução CONSUP/IFES nº 215 de 15 de dezembro de 2023, são objetivos pedagógicos da oferta de carga horária a distância em cursos presenciais de graduação:

- I contribuir qualitativamente para o processo de ensino-aprendizado por meio da articulação entre os percursos metodológicos presenciais e a distância;
- II ampliar a experiência de aprendizagem do estudante, a partir da diversificação das estratégias de ensino-aprendizado e de avaliação da aprendizagem;
- III flexibilizar o espaço-tempo de ensino-aprendizagem;
- IV possibilitar ao estudante a vivência de um processo educativo que contribui para o desenvolvimento da autonomia, da disciplina e da organização da aprendizagem;

No Curso de Licenciatura em Geografia, dentro da estruturação e disponibilidade atual do corpo docente existente no campus e, fundamentado pela Resolução CONSUP/IFES Nº 215, de 15/12/2023, que trata da regulamentação da carga horária à distância nos cursos presenciais, a organização curricular utilizou o limite de 35,25% da carga horária do curso (1160 horas) como carga horária à distância distribuída da seguinte forma e nos seguintes componentes curriculares:

Quadro 03 - Distribuição dos componentes curriculares com carga horária à distância

NÚCLEO	CARGA HORÁRIA EAD	COMPONENTES CURRICULARES / CARGA HORÁRIA EAD
l Estudos de Formação Geral (EFG) 880 horas	440 horas	1º PERÍODO Leitura e Produção de Textos /30 horas; Informática e Ambientação Virtual / 30 horas. 2º PERÍODO Psicologia da Educação / 30 horas; Bases Sociológicas da Educação* / 30 horas; Bases Filosóficas da Educação* / 30 horas. 3º PERÍODO Didática Geral / 15 horas; Didática e Avaliação da Aprendizagem / 15 horas; Metodologia da Pesquisa / 30 horas. 4º PERÍODO História da Educação / 30 horas; Língua Brasileira de Sinais (Libras)* / 60 horas. 5º PERÍODO Política e Organização da Educação Básica / 30 horas. 6º PERÍODO Currículo e Geografia Escolar / 50 horas. 7º PERÍODO Diversidade e Educação / 30 horas. 8º PERÍODO Gestão e Organização do Trabalho Escolar / 30 horas.
		1º PERÍODO Introdução à Geografia Humana / 40 horas; Introdução à Geografia Física / 40 horas; História Moderna e Contemporânea / 40 horas. 2º PERÍODO

NÚCLEO	CARGA HORÁRIA EAD	COMPONENTES CURRICULARES / CARGA HORÁRIA EAD
		Introdução à Cartografia / 40 horas; Climatologia Geográfica / 40 horas; História do Pensamento Geográfico / 40 horas.
II Aprendizagem e		3º PERÍODO Geomorfologia / 40 horas; Geografia Econômica / 40 horas.
Aprofundamento dos Conteúdos Específicos das áreas	720 horas	4º PERÍODO Cartografia Temática / 40 horas; Geografia Política / 40 horas.
de atuação profissional (AACE)		5º PERÍODO Formação do Território Brasileiro / 40 horas; Pedologia / 40 horas.
1600 horas		6º PERÍODO Geografia Urbana / 40 horas; Biogeografia / 40 horas.
		7º PERÍODO Geografia Agrária / 40 horas; Hidrografia / 40 horas.
		8º PERÍODO Geografia da População / 30 horas; Geografia do Espírito Santo / 30 horas; Trabalho de Graduação Final / 20 horas.

^{*}Componentes curriculares com carga horária integral em formato EaD.

Fonte: Projeto Pedagógico do Curso (2024)

Três componentes curriculares tem carga horária integral na modalidade EaD, são eles: *Bases Sociológicas da Educação* e *Bases Filosóficas da Educação*, no 2º período, e *Língua Brasileira de Sinais*, no 4º período.

A integralização da carga horária dos componentes curriculares que incluem atividades a distância será organizada de modo a priorizar sua realização dentro do turno regular do curso, conforme previsto no Art. 8º da Resolução Consup/Ifes n° 215 de 2023. No entanto, considerando a necessidade de garantir a execução plena da carga horária EaD, poderão ser disponibilizados horários adicionais de segunda a sexta-feira, entre 17h e 19h, além de sábados letivos indicados no calendário acadêmico vigente. Para assegurar o desenvolvimento adequado dessas atividades, será disponibilizada a infraestrutura de um laboratório de informática, bem como o suporte de um monitor para auxiliar os estudantes no ambiente virtual de aprendizagem.

Visando a familiarização e ambientação dos estudantes ao ambiente virtual de aprendizagem (AVA), o componente curricular "Informática e Ambientação Virtual", ofertado no primeiro semestre do curso terá entre seus objetivos a ambientação à EaD e ao AVA, contribuindo dessa forma para a permanência dos estudantes junto ao curso.

Dos componentes curriculares de carga horária integral a distância outrora mencionados, *Língua Brasileira de Sinais* já era, no PPC anterior, ofertada a distância, sob responsabilidade do Cefor. A oferta atual deve continuar no mesmo formato. Dessa forma, para sua realização, é utilizado o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) — *Moodle* versão 3.9. O *Moodle* (*Modular Object Oriented Distance Learning*) é um *software* livre de apoio à aprendizagem, utilizado para o gerenciamento de cursos e executado em ambiente virtual. A expressão também é conhecida como *Learning Management System* (LMS) ou, simplesmente, Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Em qualquer computador com internet o aluno terá acesso à plataforma *Moodle* utilizando um usuário e senha enviados ao discente por e-mail. Na plataforma, o aluno terá acesso a uma sala de aula virtual, onde acompanhará as atividades do curso pela internet.

O *Moodle* fornece a educadores e gestores ferramentas práticas e completas para produção de estruturas colaborativas de aprendizagem, além disso, ele pode ser usado em todos os dispositivos, inclusive dispositivos móveis com o *Moodle Mobile*.

O Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância do Ifes já conta essa ferramenta para utilização nos cursos à distância e presenciais, assim como para atividades administrativas do Instituto, além de prestar assistência para a abertura e manutenção dos ambientes virtuais e para a capacitação de docentes para o uso da plataforma.

Os ambientes ou salas virtuais fornecem suporte para o desenvolvimento das atividades acadêmicas de forma a garantir a qualidade do ensino ofertado, com as orientações iniciais, agenda de atividades, notícias, atividades permanentes, fóruns de dúvidas e demais ferramentas utilizadas na EaD: biblioteca virtual com textos para download, hiperlinks para videoaulas e documentários, infográficos, Wikis etc. É importante destacar que a plataforma Moodle deve ser utilizada para todos os componentes curriculares, conforme dispõe a Resolução Consup/Ifes n° 215 de 2023.

O processo de aprendizagem no curso, que inclui carga horária na modalidade a distância, é de responsabilidade do campus e deve ocorrer sob planejamento e mediação pedagógica dos docentes responsáveis pelos componentes curriculares, conforme estabelecido pela Resolução Consup/Ifes nº 215 de 2023. Todas as atividades presenciais pedagógicas vinculadas à carga horária a distância serão realizadas exclusivamente no endereço de oferta do curso. O Cefor entende que as atividades presenciais incluem: as avaliações, estágios, práticas profissionais e de laboratório e defesa de trabalhos de conclusão de curso, conforme apontado no artigo 4º do Decreto n.º 9.057, de 25 de maio de 2017, que regulamenta o artigo 80 da LDB (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996).

Os docentes envolvidos nos componentes curriculares com carga horária a distância devem planejar e executar as atividades no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) *Moodle*, abrangendo a produção de materiais didáticos, a organização das salas virtuais e a mediação pedagógica, de modo a garantir a interação, a reflexão crítica, a realização de atividades práticas e colaborativas e a avaliação dos conteúdos.

Para apoiar esse processo, o Núcleo de Tecnologias Educacionais (NTE) do campus Nova Venécia desempenha um papel estratégico, auxiliando a comunidade acadêmica no uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs). O NTE, vinculado à Direção Geral, fomenta a incorporação de tecnologias digitais aos projetos pedagógicos do campus, além de produzir e oferecer suporte ao desenvolvimento de ferramentas e conteúdos midiáticos para uso didático-pedagógico. Suas atribuições incluem a orientação e implementação de projetos que utilizem as tecnologias como suporte pedagógico, o acompanhamento da produção e organização dos materiais didáticos nos ambientes virtuais de aprendizagem, o apoio ao uso da tecnologia na educação acessível, a promoção da integração de novas tecnologias nos projetos acadêmicos do campus e a colaboração na formação docente em tecnologias educacionais.

Além disso, é imprescindível que os docentes que atuam na oferta de disciplinas na modalidade a distância possuam formação e qualificação compatíveis com as exigências do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), devidamente certificadas por instituições credenciadas pelo Ministério da Educação (MEC), assegurando a qualidade do ensino e a efetividade das práticas educacionais no ambiente virtual.

As orientações de estudo serão feitas pelo professor responsável pelo componente curricular, de forma síncrona quando sob responsabilidade do Cefor, e de forma presencial quando sob responsabilidade de professores do Ifes campus Nova Venécia. As datas dos encontros presenciais deverão ser indicadas no plano de ensino e apresentadas aos estudantes no início do semestre. Tais ações vão de encontro a Resolução CONSUP/IFES Nº 215, de 15/12/2023 que aponta no artigo 5º, parágrafo 1 que: " Na oferta de componentes curriculares integralmente a distância é necessário assegurar pelo menos 20% (vinte por cento) da carga horária em atividades síncronas, como forma de garantir a mediação pedagógica do processo de ensino-aprendizagem".

Os registros de frequência e de avaliações, assim como os demais itens serão encaminhados conforme apontamentos da Resolução CONSUP/IFES Nº 215, de 15/12/2023.

6.2.2. Perfil docente para atuar em disciplinas EaD

O Ifes vem ampliando o processo formativo de professores na modalidade a distância. Há diversos cursos no Cefor que auxiliam profissionais da educação e discentes quanto ao uso dos instrumentos e suas funcionalidades. Muitos docentes realizaram cursos e ainda realizam de modo a integrar as novas tecnologias de informação e comunicação nos processos de ensino e aprendizagem.

Desse modo, temos muitos professores com perfil para a EaD. A existência de disciplinas EaD, além de possibilitar uma alternância nos horários de estudo, permite que o estudante tenha contato com os mecanismos digitais e as novas tecnologias e plataformas de ensino, otimizando assim, possíveis acessos e participações em outras áreas.

Os anos de 2020 e 2021 foram assolados pelos impactos pandêmicos. Foram perdas inestimáveis e muitos desafios. No entanto, na educação, no que tange o uso das tecnologias digitais,

Página 35

identificamos avanços quanto à forma de uso e novos meios para o ensino e aprendizagem. A educação presencial se aproximou de recursos – Ambientes Virtuais de Aprendizagem, as redes sociais, vídeo aulas, games, chats, entre outros – que antes eram vistos como processos da modalidade a distância e ou mero lazer e divertimento.

Dessa forma, para atuar em disciplinas com carga horária parcial ou total, à distância, no curso de Licenciatura em Geografia, os docentes precisam ter formação para desenvolverem e utilizarem as respectivas salas virtuais dos componentes curriculares que tenham estas características. Para isso, o Ifes oferta dois cursos de formação docente para atuar no ensino à distância: o curso "Moodle para Educadores" e o "Aperfeiçoamento em formação docente para educação à distância" que têm como objetivo habilitar o docente no processo de construção de salas virtuais de disciplinas e cursos, na plataforma Moodle, e no uso das principais ferramentas existentes neste ambiente virtual de aprendizagem.

O curso de formação "Moodle para Educadores" é um curso sem tutoria que auxilia os participantes a compreender o processo de construção de salas virtuais, a configurar e criar de recursos e estruturar atividades, aproveitando as potencialidades do AVA. Já o curso "Aperfeiçoamento em formação docente para Educação à distância" possui tutoria e acompanhamento por uma equipe de professores do Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância (Cefor).

É recomendável que os professores que atuam nas disciplinas com carga horária parcial ou total à distância possuam certificação em um destes cursos ou que apresentem habilidade de produzirem essas salas a partir de experiências anteriores de atuação em outras disciplinas na modalidade à distância, parcial ou integral com certificação mínima de 60h.

Para que um professor trabalhe nestas disciplinas na modalidade à distância é necessário que tenha um perfil adequado para interagir, criar propostas adequadas para esta modalidade, como vídeos, recursos multimídias, fóruns, dentre outros e que busque formação específica tanto na própria instituição, por meio do Cefor ou Núcleo de Tecnologias Educacionais do Ifes campus Nova Venécia. Haja visto, que conforme a Resolução CONSUP nº 215 de 2023, é necessário que os docentes que atuam nas disciplinas à distância ou com carga horária parcial à distância, possuam formação e qualificação em nível compatível com o previsto no PPC na área de Educação à distância, comprovada por meio de certificado de conclusão por instituição devidamente credenciada pelo Ministério da Educação (IFES, 2023).

O Núcleo de Tecnologias Educacionais (NTE) do Ifes campus Nova Venécia, considerando as atribuições e competências estabelecidas pela Resolução do Conselho Superior nº 59/2021, apresenta importantes contribuições para o curso de Licenciatura em Geografia, em especial, na revisão proposta, com o aumento de momentos educacionais mediados por Ambiente Virtual de Aprendizagem. Eis as principais contribuições do NTE para as atividades do curso de Licenciatura em Geografia:

• Apoio no Planejamento e Implementação de Tecnologias Educacionais:

O NTE busca colaborar com os docentes na incorporação de Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) ao processo de ensino. Isso inclui a utilização de Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) e outras ferramentas tecnológicas que possam enriquecer o desenvolvimento das competências pedagógicas exigidas no curso de Geografia.

Formações Continuadas:

O NTE se coloca à disposição para planejar e oferecer formações continuadas aos docentes, com foco na utilização de metodologias ativas e recursos digitais, visando a melhoria contínua da prática pedagógica e a adaptação aos novos desafios educacionais.

Apoio à Educação a Distância e Modalidades Híbridas:

Dentro do escopo de suas competências, o NTE auxilia no planejamento e na implementação de componentes curriculares a distância ou híbridos, seguindo as diretrizes institucionais, de acordo com os padrões de qualidade apregoados pelo Cefor e as necessidades do curso de Licenciatura em Geografia. Nesse âmbito, oferece, também, apoio e suporte de designers educacionais disponíveis para assessorar os docentes na construção dos Ambientes Virtuais de Aprendizagem com qualidade e funcionalidade de alto padrão.

• Inovação e Melhoria Contínua:

Atuando como um facilitador para a inovação pedagógica, o NTE busca promover formações em forma de projetos e capacitações que visam a constante atualização e melhoria dos processos educacionais, em consonância com as demandas do mercado de trabalho e do mundo acadêmico.

Conforme a Resolução Consup/Ifes nº 1 de 2019 e em alinhamento com o indicador 1.15 do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação do Inep/MEC (2017), reforça-se a importância da formação docente e da avaliação contínua da qualidade dos atendimentos prestados aos alunos. A partir desse indicador, será analisado se os conhecimentos, habilidades e atitudes dos docentes na mediação pedagógica são adequados para a realização de suas atividades, garantindo que suas práticas estejam alinhadas ao Projeto Pedagógico do Curso (PPC), às demandas comunicacionais e às tecnologias adotadas. Além disso, serão realizadas avaliações periódicas para identificar necessidades de capacitação, assegurando a oferta de suporte institucional que incentive a adoção de práticas inovadoras e criativas, com foco na permanência e no êxito dos discentes.

6.2.3. Tutoria/Mediação e Interação

De acordo com a Resolução CS N° 01/2019 as informações deste item são específicas para cursos ofertados na modalidade à distância, o que não se aplica, portanto, a este PPC.

6.2.4. Material Didático

De acordo com a Resolução CS N° 01/2019 as informações deste item são específicas para cursos ofertados na modalidade à distância, o que não se aplica, portanto, a este PPC.

6.3. Estrutura Curricular

6.3.1. Matriz Curricular

Quadro 04 - Matriz Curricular do Curso de Licenciatura em Geografia do Ifes

	Matriz Curricular						
		1º P	eríodo				
Componente Curricular	Núcleo	Pré-Requisito (PR) Correquisito (CO)	CH presencial	CH à distância	CH Prática	Total	Créditos
Leitura e Produção de Textos	1	Não há	30	30	0	60	4
Informática e Ambientação Virtual	I	Não há	50	30	40	80	5
Introdução à Geografia Humana	II	Não há	50	40	10	90	6
Introdução à Geografia Física	Ш	Não há	50	40	10	90	6
História Moderna e Contemporânea	Ш	Não há	50	40	0	90	6
Estágio Supervisionado I	IV	Não há	30	0	30	30	2
Tot	al do per	íodo:	260	180	90	440	29
		2º P	eríodo				
Componente Curricular	Núcleo	Pré-Requisito (PR) Correquisito (CO)	CH presencial	CH à distância	CH Prática	Total	Créditos
Psicologia da Educação	I	Não há	30	30	0	60	4
Bases Sociológicas da Educação	1	Não há	0	30	0	30	2
Bases Filosóficas da Educação	1	Não há	0	30	0	30	2
Introdução à Cartografia	II	Não há	50	40	30	90	6
Climatologia Geográfica	II	Introdução à Geografia Física (PR)	50	40	20	90	6

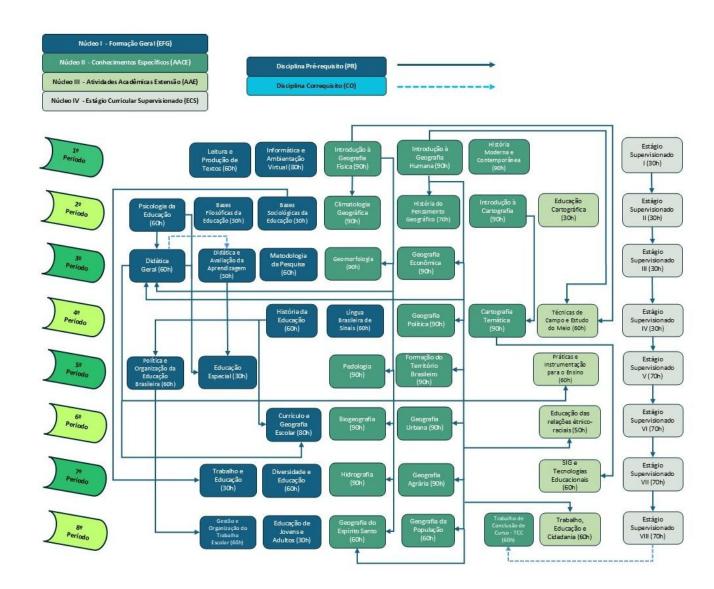
História do Pensamento Geográfico	Ш	Introdução à Geografia Humana (PR)	30	40	0	70	5
Educação Cartográfica	III	Não há	30	0	20	30	2
Estágio Supervisionado II	IV	Estágio Supervisionado I (PR)	30	0	30	30	2
Total do período:		220	210	100	430	29	
		3º P	eríodo				
		- / />					
Componente Curricular	Núcleo	Pré-Requisito (PR) Correquisito (CO)	CH presencial	CH a distância	CH Prática	Total	Créditos
Didática Geral	I	Psic.da Educação + Introdução à Geo Física + Introdução à Geografia Humana (PR)	45	15	15	60	4
Didática e Avaliação da Aprendizagem	I	Didática Geral (CO)	15	15	06	30	2
Metodologia da Pesquisa	I	Não há	30	30	0	60	4
Geomorfologia	II	Introdução à Geografia Física (PR)	50	40	20	90	6
Geografia Econômica	II	Introdução à Geografia Humana (PR)	50	40	10	90	6
Estágio Supervisionado III	IV	Estágio Supervisionado II (PR)	30	0	30	30	2
Tot	al do per	íodo:	220	140	81	360	24
		4º P	eríodo				
Componente Curricular	Núcleo	Pré-Requisito (PR) Correquisito (CO)	CH presencial	CH a distância	CH Prática	Total	Créditos
História da Educação	1	Não há	30	30	0	60	4
Língua Brasileira de Sinais	ı	Não há	0	60	0	60	4
Cartografia Temática	II	Introdução à Cartografia (PR)	50	40	20	90	6
Geografia Política		Introdução à Geo Humana (PR)	50	40	10	90	6
Técnicas de Trabalho de Campo e Estudo do Meio	111	Introdução à Geo Física + Introdução à Geo Humana (PR)	60	0	20	60	4
Estágio Supervisionado IV	IV	Estágio Supervisionado III (PR)	30	0	30	30	2
Tot	al do per	íodo:	220	170	80	390	26

		5º P	eríodo				
Componente Curricular	Núcleo	Pré-Requisito (PR) Correquisito (CO)	CH presencial	CH a distância	CH Prática	Total	Créditos
Política e Organização da Educação Básica	I	História da Educação (PR)	30	30	0	60	4
Educação Especial	I	Psicologia da Educação + Didática e Avaliação da Aprendizagem (PR)	30	0	0	30	2
Formação do Território Brasileiro	II	Introdução à Geografia Humana (PR)	50	40	20	90	6
Pedologia	II	Introdução à Geografia Física (PR)	50	40	20	90	6
Práticas e Instrumentação para o Ensino	III	Didática Geral (PR)	60	0	20	60	4
Estágio Supervisionado V	IV	Estágio Supervisionado IV(PR)	70	0	70	70	5
Tot	íodo:	290	110	130	400	27	
		6º P	eríodo				
Componente Curricular	Núcleo	Pré-Requisito (PR) Correquisito (CO)	CH presencial	CH a distância	CH Prática	Total	Créditos
Currículo e Geografia Escolar	1	História da Educação + Didática Geral (PR)	30	50	20	80	5
Geografia Urbana	II	Introdução à Geografia Humana (PR)	50	40	10	90	6
Biogeografia	II	Introdução à Geografia Física (PR)	50	40	20	90	6
Educação das relações étnico- raciais	III	Introdução à Geografia Humana (PR)	50	0	20	50	3
Estágio Supervisionado VI	IV	Estágio Supervisionado V (PR)	70	0	70	70	5
Tot	al do per	íodo:	250	130	140	380	25
7º Período							
Componente Curricular	Núcleo	Pré-Requisito (PR) Correquisito (CO)	CH presencial	CH a distância	CH Prática	Total	Créditos
Diversidade e Educação	I	Não há	30	30	0	60	4
Trabalho e Educação	I	Bases Sociológicas da Educação (PR)	30	0	0	30	2
Geografia Agrária	II	Introdução à Geografia Humana (PR)	50	40	20	90	6

Hidrografia	II	Introdução à Geografia Física (PR)	50	40	20	90	6
SIG e Tecnologias Educacionais	Ξ	Cartografia Temática (PR)	60	0	20	60	4
Estágio Supervisionado VII	IV	Estágio Supervisionado VI (PR)	70	0	70	70	5
Total	Total do período:			110	130	400	27
		8º P	eríodo				
Componente Curricular	Núcleo	Pré-Requisito (PR) Correquisito (CO)	CH presencial	CH a distância	CH Prática	Total	Créditos
Gestão e Organização do Trabalho Escolar	I	Política e Organização da Educação Básica (PR)	30	30	10	60	4
Educação de Jovens e Adultos	ı	Não há	30	0	0	30	2
Geografia da População	II	Introdução à Geografia Humana (PR)	30	30	10	60	4
Geografia do Espírito Santo	II	Introdução à Geografia Humana e Introdução à Geografia Física (PR)	30	30	20	60	4
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	II	Estágio Supervisionado VIII (CO)	40	20	40	60	4
Trabalho, Educação e Cidadania	Ш	Introdução à Geografia Humana (PR)	60	0	20	60	6
Estágio Supervisionado VIII	IV	Estágio Supervisionado VII (PR)	70	0	70	70	5
Total do período: 290 110 170 400					27		
Atividades Acadêmico-Científico-Culturais						00	
Carga horária total a distância: 1160 horas Carga horária total presencial: 204						10 horas	
	Carga Horária Total Obrigatória: 3200 horas						

Fonte: Projeto Pedagógico do Curso (2024)

6.3.2. Representação gráfica/fluxograma



6.3.3. Composição curricular

A Estrutura Curricular do Curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal do Espírito Santo Campus Nova Venécia está organizada em oito períodos, de acordo com a identificação do Curso (item 2), em atendimento ao perfil do egresso delineado neste PPC (item 5), de forma a atender aos princípios da transversalidade, interdisciplinaridade, que fundamentam a formação docente, tendo como escopo de suas reflexões e ações a prática docente.

O referido curso está estruturado em um conjunto de créditos e carga horária de atividades, desenvolvidos em períodos semestrais de 18 (dezoito) semanas, obedecidos os dias letivos anuais previstos na LDB nº 9.394/96, em consonância com as Diretrizes Curriculares da Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024, assim como as metas estabelecidas projeto de Lei 2614/2024 que trata do Plano Nacional de Educação (PNE) para os próximos dez anos (2024-2034).

Para efeitos de cálculo da carga horária do curso e de cada componente curricular, atribui-se a cada crédito uma carga horária de 15 (quinze) horas semestrais. O horário das aulas será contabilizado com 01 hora e 40 minutos diários para cumprimento da carga horária EaD, de segunda-feira a sexta-feira das 17:00 às 18:40. Para o cumprimento da carga horária presencial, serão contabilizadas 03 horas e 20 minutos diários, com horário regular das 18:50 às 20:30 e 20:40 às 22:20. A sexta-feira, a depender do semestre e dos componentes curriculares ofertados, poderá ser utilizada integralmente para o cumprimento de carga horária EaD.

Quadro 05 - Distribuição da carga horária semanal e semestral

	CARGA HORÁRIA DIÁRIA	Nº DE SEMANAS	DEMONSTRATIVO
CARGA HORÁRIA PRESENCIAL	200 min, ou seja, 03 horas e 20 minutos, sendo 04 aulas de 50 minutos.	18 semanas	(200 minutos X 18 semanas/60= 60 horas
CARGA HORÁRIA À DISTÂNCIA	100 minutos, ou seja, 01 hora e 40 minutos, sendo 02 aulas de 50 minutos.	18 semanas	(100 minutos X 18 semanas/60= 30 horas

Fonte: Projeto Pedagógico de Curso (2024)

A organização da carga horária dos componentes curriculares que incluem atividades a distância seguirá a prioridade de sua realização dentro do turno regular do curso, conforme estabelece o Art. 8º da Resolução Consup/Ifes nº 215 de 2023. Entretanto, para assegurar o cumprimento integral da carga horária EaD, poderão ser ofertados horários complementares, de segunda a sexta-feira, entre 17h e 19h, bem como em sábados letivos previstos no calendário acadêmico vigente. Para garantir condições adequadas ao desenvolvimento dessas atividades, os estudantes terão acesso à infraestrutura do laboratório de informática, além do suporte de um monitor para auxiliá-los no uso do ambiente virtual de aprendizagem.

A estrutura curricular está organizada em quatro Núcleos, como destacado no Quadro 6:

Quadro 06 - Caracterização e distribuição dos núcleos curriculares

NÚCLEO	DESCRIÇÃO	CARGA HORÁRIA (%)	CARGA HORÁRIA PRESENCIAL (%)	CARGA HORÁRIA A DISTÂNCIA (%)
I	Estudos de Formação Geral (EFG)	880h (27,50%)	440h (50%)	440h (50%)
II	Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos das Áreas de Atuação Profissional (AACE)	1600h (50%)	880h (55%)	720h (45%)

NÚCLEO	DESCRIÇÃO	CARGA HORÁRIA (%)	CARGA HORÁRIA PRESENCIAL (%)	CARGA HORÁRIA A DISTÂNCIA (%)
III	Atividades Acadêmicas de Extensão (AAE)	320h (10%)	320h (100%)	0h (0%)
IV	Estágio Curricular Supervisionado (ESC)	400h (12,5%)	400h (100%)	0h (0%)
	TOTAL	3200h (100%)	2040h (63,75%)	1160h (36,25%)

Fonte: Projeto Pedagógico de Curso (2024)

Cada um desses Núcleos agrupa componentes curriculares que contemplam os conteúdos específicos da área de conhecimento do curso pleiteado pelo egresso, conteúdos pedagógicos e conteúdos que instrumentalizam a ação do profissional em formação, necessários ao desenvolvimento dos profissionais egressos do referido curso. Os quatro núcleos, vistos de forma integrada, atendem ao previsto nos grupos I, II, III e IV da Resolução 04/2024 do CNE/CP.

O **Núcleo I**, intitulado **Estudos de Formação Geral - EFG**, composto pelos conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos que fundamentam a compreensão do fenômeno educativo e da educação escolar e formam a base comum para todas as licenciaturas, articulando:

- a) princípios e fundamentos sociológicos, filosóficos, históricos e epistemológicos da educação;
- b) princípios, valores e atitudes comprometidos com a justiça social, reconhecimento, respeito e apreço à diversidade, promoção da participação, da equidade e da inclusão e gestão democrática;
- c) observação, análise, planejamento, desenvolvimento e avaliação de processos educativos, experiências pedagógicas e de situações de ensino e aprendizagem em instituições de Educação Básica;
- d) conhecimento multidimensional e interdisciplinar sobre o ser humano e práticas educativas, incluindo conhecimento de processos de desenvolvimento de crianças, adolescentes, jovens e adultos, nas dimensões física, cognitiva, afetiva, estética, cultural, lúdica, artística, ética e biopsicossocial;
- e) diagnóstico e análise das necessidades e aspirações dos diferentes segmentos da sociedade, relativas à educação, sendo capaz de identificar diferentes forças e interesses, de captar contradições e de considerá-los nos planos pedagógicos, no ensino e, consequentemente, nos processos de aprendizagem;
- f) pesquisa e estudo da legislação educacional, dos processos de organização e gestão do trabalho dos profissionais do magistério da educação escolar básica, das políticas de financiamento, da avaliação e do currículo;
- g) pesquisa e estudo das relações entre educação e trabalho, educação e diversidade, educação e comunicação, direitos humanos, cidadania, educação ambiental, entre outras problemáticas centrais da sociedade contemporânea;
- h) estudos de aspectos éticos, didáticos e comportamentais no contexto do exercício profissional, articulando o saber acadêmico, a pesquisa, a extensão e a prática educativa;

i) conhecimento sobre diferentes estratégias de planejamento e avaliação das aprendizagens, centradas no desenvolvimento pleno dos estudantes da Educação Básica (Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024)

O núcleo I contempla os componentes curriculares do chamado "Núcleo Comum dos Cursos de Licenciatura" do Ifes, descritos na Resolução CS N° 170/2016, sendo eles:

- I. Metodologia da Pesquisa 60 horas
- II. História da Educação 60 horas
- III. Leitura e Produção de Textos 60 horas
- IV. Bases Sociológicas da Educação 30 horas
- IV. Bases Filosóficas da Educação 30 horas
- V. Psicologia da Educação 60 horas
- VII. Política e Organização da Educação Básica 60 horas
- VIII. Educação de Jovens e Adultos 30 horas
- IX. Diversidade e Educação 60 horas
- X. Educação Especial 30 horas
- XI. Gestão e Organização do Trabalho Escolar 60 horas
- XII. Didática Geral 60 horas
- XIII. Didática e Avaliação da Aprendizagem 30 horas
- XIV. Língua Brasileira de Sinais LIBRAS 60 horas
- XV. Trabalho e Educação 30 horas

(Resolução CS N° 170/2016)

Além dos componentes previstos acima, compõem esse grupo outros dois, sendo eles: *Currículo e Geografia Escolar* (80 horas) e *Informática e Ambientação Virtual* (80 horas). Dessa forma, os componentes curriculares desse núcleo completam a abrangência dos conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos que fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, as escolas e as práticas educacionais, assim como contemplam a Educação de Jovens e Adultos, a Educação Inclusiva, a Educação das Relações Étnico-raciais e a Educação Ambiental, sendo organizado na seguinte estrutura:

Quadro 07 - Caracterização e distribuição da carga horária do Núcleo I.

NÚCLEO	COMPONENTE CURRICULAR	PERÍODO	CARGA HORÁRIA PRESENCIAL	CARGA HORÁRIA A DISTÂNCIA	CARGA HORÁRIA TOTAL
	Leitura e produção de textos	1º	30h	30h	60h
	Informática e Ambientação Virtual	1º	50h	30h	80h
	Psicologia da Educação	2º	30h	30h	60h
	Bases Sociológicas da Educação	2º	0h	30h	30h
	Bases Filosóficas da Educação	2º	0h	30h	30h

NÚCLEO	COMPONENTE CURRICULAR	PERÍODO	CARGA HORÁRIA PRESENCIAL	CARGA HORÁRIA A DISTÂNCIA	CARGA HORÁRIA TOTAL
ı	Didática Geral	3º	45h	15h	60h
EFG	Didática e Av. da Aprendizagem	3º	15h	15h	30h
	Metodologia da pesquisa	3º	30h	30h	60h
	História da Educação	4º	30h	30h	60h
	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	4º	0h	60h	60h
	Política e Organização da Educação Básica	5º	30h	30h	60h
	Educação Especial	5º	30h	0h	30h
	Currículo e Geografia Escolar	6º	30h	50h	80h
	Diversidade e Educação	7º	30h	30h	60h
	Trabalho e Educação	7º	30h	0h	30h
	Gestão e Organização do Trabalho Escolar	85	30h	30h	60h
	Educação de Jovens e Adultos	8ō	30h	0h	30h
	VALORES TOTAIS DO NÚCLEO I (%)		440 h (50%)	440 h (50%)	880 h (100%)

Fonte: Projeto Pedagógico de Curso (2024)

O Núcleo II, intitulado Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos das áreas de atuação profissional - ACCE é composto pelos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento definidos em documento nacional de orientação curricular para a Educação Básica e pelos conhecimentos necessários ao domínio pedagógico desses conteúdos. Esse núcleo articula a Resolução CNE/CES nº 14, de 13 de março de 2002 que estabelece as diretrizes curriculares para os cursos de Geografia e a Lei n° 13.415/2017, que regulamenta a Base Nacional Comum Curricular - BNCC, além de definir os objetivos de aprendizagem e organização dos conteúdos a serem trabalhados nas sala de aula de aula de todo o país.

Quadro 08 - Caracterização e distribuição da carga horária do Núcleo II.

NÚCLEO	COMPONENTE CURRICULAR	PERÍODO	CARGA HORÁRIA PRESENCIAL	CARGA HORÁRIA A DISTÂNCIA	CARGA HORÁRIA TOTAL
	Introdução à Geografia Humana	1º	50h	40h	90h
	Introdução à Geografia Física	1º	50h	40h	90h
	História Moderna e Contemporânea	1º	50h	40h	90h
	Introdução à Cartografia	2º	50h	40h	90h
	Climatologia Geográfica	2º	50h	40h	90h
	História do Pensamento Geográfico	2º	30h	40h	70h
	Geomorfologia	3º	50h	40h	90h
	Geografia Econômica	3º	50h	40h	90h
	Cartografia Temática	4º	50h	40h	90h
	Geografia Política	4º	50h	40h	90h
ACCE	Formação do Território Brasileiro	5º	50h	40h	90h
	Pedologia	5º	50h	40h	90h
	Geografia Urbana	6º	50h	40h	90h
	Biogeografia	6º	50h	40h	90h
	Geografia Agrária	7º	50h	40h	90h
	Hidrografia	7º	50h	40h	90h
	Geografia da População	8º	30h	30h	60h
	Geografia do Espírito Santo	80	30h	30h	60h
	Trabalho de Conclusão de Curso	85	40h	20h	60h
	VALORES TOTAIS DO NÚCLEO II (%)	•	880 h (55%)	720h (45%)	1600 h (100%)

Fonte: Projeto Pedagógico de Curso (2024)

O componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, que integra o Núcleo II visa a sistematização das aprendizagens vivenciadas durante todo o percurso formativo do licenciando, integrando os quatro núcleos curriculares. Para tanto, o produto final será a produção de um portfólio, dossiê ou memorial reflexivo que contemple as ações de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pelo estudante. Deverá conter, ainda, um relato interventivo vivenciado ao longo do curso, assim como uma reflexão pautada nos aspectos didáticos para o ensino de Geografia. Conforme percurso desenvolvido pelo estudante, no desenvolvimento do TCC, poderão ser desenvolvidas pesquisas monográficas. Produzido de forma individual, o TCC deverá ser apresentado e avaliado por no mínimo três docentes durante a realização de evento específico planejado junto ao componente curricular Trabalho, Educação e Cidadania. Uma via impressa do material produzido deverá compor o arquivo do Laboratório de Práticas de Ensino de Geografia (LAPEG).

Os componentes curriculares do Núcleo II não apenas articulam as competências, habilidades e objetos de conhecimento previstos na BNCC – Ensino Fundamental – Geografia – Anos Finais e na BNCC – Ensino Médio – Ciências Humanas, mas também dialogam com diretrizes essenciais para a formação educacional.

Dessa forma, disciplinas como *Introdução à Geografia Física*, *Climatologia Geográfica*, *Geomorfologia*, *Pedologia*, *Biogeografia* e *Hidrografia* se alinham à Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Já componentes como Introdução à *Geografia Humana*, *Geografia Política*, *Formação do Território Brasileiro*, *Geografia Urbana*, *Geografia Rural* e *Geografia da População* se relacionam com a Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012, que define as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

Além disso, essas mesmas disciplinas, juntamente com componentes de outros núcleos, atendem às diretrizes estabelecidas pela Resolução CNE/CP nº 01, de 17 de junho de 2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

O **Núcleo III**, denominado **Atividades Acadêmicas de Extensão** - **AAE**, abrange práticas vinculadas aos componentes curriculares que se materializam por meio da execução de ações extensionistas em instituições de Educação Básica. Essas atividades são desenvolvidas com a orientação, o acompanhamento e a avaliação de um professor formador do Ifes, garantindo a articulação entre teoria e prática no processo formativo. Com carga horária presencial integral de 320 horas, esse núcleo é composto pelos componentes curriculares listados abaixo:

Quadro 09 - Caracterização e distribuição da carga horária do Núcleo III.

NÚCLEO	COMPONENTE CURRICULAR	PERÍODO	CARGA HORÁRIA PRESENCIAL	CARGA HORÁRIA A DISTÂNCIA	CARGA HORÁRIA TOTAL
	Educação Cartográfica	2º	30h	0h	30h

NÚCLEO	COMPONENTE CURRICULAR	PERÍODO	CARGA HORÁRIA PRESENCIAL	CARGA HORÁRIA A DISTÂNCIA	CARGA HORÁRIA TOTAL
	Técnicas de Trabalho de Campo e Estudo do Meio	4 º	60h	0h	60h
III	Práticas e Instrumentação para o Ensino	5º	60h	0h	60h
AAE	Educação das Relações Étnico- Raciais	6º	50h	0h	50h
	Sistemas de Informações Geográficas e Tecnologias Educacionais	7º	60h	0h	60h
	Trabalho, Educação e Cidadania	8°	60h	0h	60h
	VALORES TOTAIS DO NÚCLEO III (%)		320 h (100%)	0 h (0%)	320 h (100%)

Fonte: Projeto Pedagógico de Curso (2024)

Destacamos a criação do componente curricular *Educação das Relações Étnico-Raciais*, em atendimento a Resolução CNE/CP Nº 01 de 17 de junho de 2004 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, assim como pelo reconhecimento e valorização da luta das comunidades tradicionais dos territórios quilombolas, destaque à comunidade quilombola Sapê do Norte, localizada nos municípios vizinhos (São Mateus e Conceição da Barra) à Nova Venécia.

Ademais, as disciplinas de *Técnicas de Trabalho de Campo e Estudo do Meio*; *Práticas e instrumentação para o ensino*; e *Sistemas de Informação Geográficas e Tecnologias Educacionais*, contemplam o Art. 2 da Resolução do CONSUP/Ifes Nº 170/2016, que estabelece o Núcleo Comum dos Cursos de Licenciaturas, e versa sobre a obrigatoriedade de os cursos possuírem componentes distintos daqueles do núcleo comum e que abordem questões inerentes a: I. Práticas de Ensino; II. Instrumentação para o Ensino e III. Tecnologias Integradas à Educação.

Por sua vez, o **Núcleo IV**, refere-se ao **Estágio Curricular Supervisionado** - **ECS**. Conforme a Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024, o Estágio Curricular Supervisionado é componente obrigatório da organização curricular das licenciaturas, devendo ser realizado em instituição de Educação Básica e tem como objetivo atuar diretamente na formação do licenciando, sendo planejado para ser a ponte entre o currículo acadêmico e o espaço de atuação profissional do futuro professor. O estágio deve oferecer inúmeras oportunidades para que progressivamente o licenciando possa conectar os aspectos teóricos de sua formação às suas aplicações práticas, inicialmente por meio da observação e progressivamente por meio de sua atuação direta em sala de aula.

Quadro 10 - Caracterização e distribuição da carga horária do Núcleo IV.

NÚCLEO	COMPONENTE CURRICULAR	PERÍODO	CARGA HORÁRIA PRESENCIAL	CARGA HORÁRIA A DISTÂNCIA	CARGA HORÁRIA TOTAL
	Estágio Supervisionado I	1º	30h	0h	30h
	Estágio Supervisionado II	2º	30h	0h	30h
	Estágio Supervisionado III	3º	30h	0h	30h
	Estágio Supervisionado IV	4º	30h	0h	30h
IV	Estágio Supervisionado V	5º	70h	0h	70h
ESC	Estágio Supervisionado VI	6º	70h	0h	70h
	Estágio Supervisionado VII	7º	70h	0h	70h
	Estágio Supervisionado VIII	8ō	70h	0h	70h
	VALORES TOTAIS DO NÚCLEO IV	(%)	400 h (100%)	0 h (0%)	400 h (100%)

Fonte: Projeto Pedagógico de Curso (2024)

Destacamos que os Estágios Curriculares Supervisionados, serão descritos no item 6.3.6 deste documento.

A carga horária prática nos componentes curriculares é regulamentada pela Resolução do CONSUP/Ifes Nº 170/2016, que estabelece o Núcleo Comum das Licenciaturas, em conformidade com a Resolução MEC/CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019. Esta resolução define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Conforme o Art. 11, era previsto um total de 400 (quatrocentas) horas para a prática dos componentes curriculares dos Grupos I (conhecimentos pedagógicos) e II (conhecimentos específicos), distribuídas ao longo do curso desde seu início, de acordo com o PPC da instituição formadora, de modo que os componentes deveriam contabilizar carga horária prática para atingir essas 400 horas.

A Resolução MEC/CNE/CP Nº 4, de 29 de maio de 2024, atualiza a Resolução CNE/CP Nº 2 de 2019, e estabelece no Artigo 13 que os componentes curriculares do Núcleo III (vinculados à Extensão) devem ser realizadas na forma de *práticas* vinculadas aos componentes curriculares, assim como os do Núcleo IV (Estágios Supervisionados) devem garantir a mobilização de vivências práticas dos licenciados em atividades que os aproximem do exercício profissional docente. O Art. 14, § 3º da mesma resolução prevê que *deverá ser garantida, ao longo do processo, efetiva e concomitante relação entre teoria e prática, ambas fornecendo elementos básicos para o desenvolvimento dos conhecimentos e habilidades necessários à docência.*

Dessa forma, buscando atender tanto à legislação vigente nos documentos oficiais do Ifes quanto às atualizações na legislação do MEC, e visando garantir, ao longo do processo formativo, uma relação efetiva e concomitante entre teoria e prática, ambas fornecendo os elementos essenciais para o desenvolvimento dos conhecimentos e habilidades necessários à docência, prevê-se a obrigatoriedade de carga horária prática presencial, além dos estágios supervisionados curriculares, em todos os demais núcleos conforme elencado no Quadro 11:

Quadro 11 - Caracterização e distribuição dos componentes curriculares com carga horária prática.

COMPONENTE CURRICULAR	NÚCLEO	PERÍODO	CARGA HORÁRIA TOTAL	CARGA HORÁRIA PRÁTICA
Informática e Ambientação Virtual	I	1º	80h	40h
Introdução à Geografia Humana	II	1º	90h	10h
Introdução à Geografia Física	II	1º	90h	10h
Introdução à Cartografia	II	2º	90h	30h
Climatologia Geográfica	II	2º	90h	20h
Educação Cartográfica	III	2º	30h	20h
Didática Geral	I	3º	60h	15h
Didática e avaliação da aprendizagem	I	3º	30h	6h
Geomorfologia	II	3º	90h	20h
Geografia Econômica	II	3º	90h	10h
Cartografia Temática	II	4º	90h	20h
Geografia Política	II	49	90h	10h
Técnicas. de Trabalho de Campo e Estudo do Meio	III	4º	60h	20h
Formação do Território Brasileiro	II	5º	90h	20h
Pedologia	II	5º	90h	20h

COMPONENTE CURRICULAR	NÚCLEO	PERÍODO	CARGA HORÁRIA TOTAL	CARGA HORÁRIA PRÁTICA
Práticas e Instrumentação para o Ensino	III	5º	60h	20h
Currículo e Geografia Escolar	I	6º	80h	20h
Geografia Urbana	II	6º	90h	10h
Biogeografia	II	6º	90h	20h
Educação das Relações Étnico- Raciais	III	6º	50h	20h
Geografia Agrária	II	7º	90h	20h
Hidrografia	II	7º	90h	20h
Sistemas de Informações Geográficas e Tecnologias Educacionais	III	79	60h	20h
Gestão e Organização do Trabalho Escolar	I	85	60h	10h
Geografia da População	II	8ō	60h	10h
Geografia do Espírito Santo	II	8ō	60h	20h
Trabalho de Conclusão de Curso	II	8ō	60h	40h
Trabalho, Educação e Cidadania	20h			
TOTAL DA CARGA HORÁRIA PRÁTICA	TOTAL DA CARGA HORÁRIA PRÁTICA DOS NÚCLEOS I, II E III (%)			
TOTAL DA CARGA HORÁRIA PRÁTICA	DOS NÚCL	EOS I, I, III E	IV (%)	921h (28,80%)

Fonte: Projeto Pedagógico de Curso (2024)

Entre as estratégias para o cumprimento e integralização da carga horária prática destacamos as atividades nos laboratórios do campus, a produção de material didático e materiais de outra natureza, como mapas, oficinas, exposições fotográficas, produção de vídeos educativos entre outros, assim como a realização de aulas de campo, visitas técnicas e estudos do meio. Tais estratégias serão planejadas a cada semestre e apresentadas no plano de ensino dos componentes curriculares que possuem carga horária prática.

Buscando qualificar o processo de ensino e aprendizagem, o Curso de Licenciatura em Geografia do Ifes estabelece pré-requisitos entre as componentes que compõem a matriz curricular. Uma disciplina é pré-requisito de outra sempre que o conteúdo e as competências desenvolvidas por um componente curricular representem condição fundamental para acompanhar o conteúdo de outro componente, exigindo-se a aprovação na primeira para poder cursar a segunda. Os pré-requisitos referentes aos componentes curriculares da matriz curricular que são elementos criados para impedir que um discente curse determinados componentes continuados (ou que se relacionam nos conteúdos programáticos) ao mesmo tempo, preocupando-se com a sequência proposta para sua formação, facilitando a composição de sua organização didática.

6.3.4 Disciplinas Optativas e Eletivas

Não há oferta de disciplinas optativas e eletivas na matriz curricular do Curso de Licenciatura em Geografia, pois a organização do currículo prioriza um percurso formativo essencial e enxuto, garantindo uma formação sólida e qualificada dentro do tempo mínimo previsto para a integralização do curso. Essa escolha busca evitar a fragmentação do aprendizado, assegurando que todos os discentes tenham acesso a um conjunto estruturado de conhecimentos fundamentais para sua atuação profissional.

Além disso, as disciplinas optativas anteriormente possuíam o atrativo de compor as Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC), as quais não são mais obrigatórias no currículo vigente. Com essa reformulação, a matriz curricular foi organizada de forma a contemplar, dentro do próprio conjunto de disciplinas obrigatórias, os conhecimentos essenciais para a formação docente em Geografia, sem comprometer a carga horária total do curso. Dessa maneira, a estrutura curricular fortalece a articulação entre teoria e prática, promovendo uma formação consistente e alinhada às Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores.

6.3.5 Ementário das disciplinas

	Curso de Licenciatura em Geo	ografia Ifes – Campus Nova Venécia
Disciplina:	Leitura e Produção de Texto	
Núcleo: -	Estudos de Formação Geral (EFG	G)
	Carga horária total	60 horas
Carga	Carga horária presencial	30 horas
horária	Carga horária EAD	30 horas
	Carga horária prática	Carga horária extensionista
	() Sim (X) Não	() Sim (X) Não

Período: 1º

Ementa: Leitura, discussão e produção de textos diversos. Estimulação à leitura e transposição de textos. Noção de discursos. Noção de tipo e de gênero textual. Elementos de revisão textual. (coesão, coerência e textualidade). Emprego dos pronomes. Elementos de revisão gramatical (ortografia, regência, colocação, paralelismo e encadeamento sintático).

Organização do texto científico (introdução, encadeamento e conclusão). Resumo e fichamentos. Resenha. Artigo Científico.

Objetivo Geral: Ampliar a capacidade de operar com a linguagem, adequando-se à modalidade (oral ou escrita) e ao grau de formalidade da situação enunciativa

Bibliografia Básica:

ABREU, A. S. Curso de redação. 11.ed. São Paulo: Ática, 2006.

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual**. São Paulo: Parábola, 2009.

MEDEIROS, J. B. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos e resenhas**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2006

Bibliografia Complementar:

KLEIMAN, A. Oficina de leitura: teoria e prática. Campinas: Unicamp, 2010.

KOCH, I. G. V. A coesão textual. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2010.

KOCH, I. G. V. & TRAVAGLIA L. C. A coerência textual. 2.ed. São Paulo: Contexto, 1990.

PACHECO, A. de C. A dissertação: teoria e prática. 16.ed. São Paulo: Atual, 1988.

SAVIOLLI, F. P. & FIORIM, José Luiz. Para entender o texto. 13.ed. São Paulo: Ática, 2007

	Curso de Licenciatura em Geografia Ifes – Campus Nova Venécia			
Disciplina:	Disciplina: Informática e Ambientação Virtual			
Núcleo: Es	Núcleo: Estudos de Formação Geral (EFG)			
	Carga horária total 80 horas			
Carga	Carga horária presencial 50 horas			
horária	Carga horária EAD	40 horas		
	Carga horária prática	Carga horária extensionista		
	(X)Sim ()Não	() Sim (X) Não		
	40 horas			

Período: 1º

Ementa: Ambientação em Ambiente Virtual de Aprendizagem institucional, introdução à utilização de programas aplicativos e utilitários: editores de texto (formatação em ABNT para diferentes tipos de textos), planilhas eletrônicas, apresentação de lâminas (*slides*) com estética e formatação acadêmica. Técnicas de digitação. Correio Eletrônico. Aspectos Básicos de Segurança de Informática e Normas de Etiqueta na Comunicação Digital; Navegação e Pesquisa em repositórios acadêmicos.

Objetivo Geral: ambientar os estudantes nas plataformas utilizadas como ambiente virtual de aprendizagem e capacitar em conhecimentos básicos de *softwares e* navegação em internet para utilização de tecnologias digitais no contexto acadêmico e profissional.

Bibliografia Básica: (03)

NOBRE et al (org.) Informática na educação : um caminho de possibilidades e desafios. Serra/ES: Ifes, 2011.

BONIATI, Bruno Batista et al. (org.). **Introdução à informática** /Frederico Westphalen:
Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Agrícola de Frederico Westphalen, 2014.
Disponível em: < https://www.ced.seduc. ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/82/2021/02/introducao_informatica_apostila_1.pdf>

NORTON, Peter. Introdução à informática. São Paulo: Pearson Makron Books, 2007. 619 p.

Bibliografia Complementar: (05)

MARÇULA, Marcelo; BERNINI FILHO, Pio Armando. **Informática: conceitos e aplicações**. 3.ed. São Paulo: Érica, 2008. 406 p.

CAIÇARA JÚNIOR, Cícero. Informática, internet e aplicativos. Curitiba: Ibpex, 2007.

CAPRON, H. L.; JOHNSON, J. A. **Introdução à informática**. 8. ed. São Paulo: Pearson, 2004. 350p.

RAMALHO, J. Introdução à informática: teoria e prática. São Paulo: Berkeley Brasil, 2000.

VELLOSO, Fernando de Castro. **Informática: conceitos básicos**. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. 407 p

DIAS, Sérgio L. Informática para Educadores. São Paulo: Pearson, 2014.

	Curso de Licenciatura em Geografia Ifes – Campus Nova Venécia			
Disciplina:	Disciplina: Introdução à Geografia Física			
Núcleo: II -	Núcleo: II - Aprendizagem e Aprofundamento dos Conhecimentos Específicos (AACE)			
	Carga horária total	90 horas		
Carga				
horária				
	Carga horária prática	Carga horária extensionista		
	(X)Sim ()Não	() Sim (X) Não		
	10 horas			

Período: 1º

Ementa: A Geografia Física: conceito, objeto e objetivo. Sistemas ambientais. O ambiente físico e o homem. O geossistema: a dinâmica do espaço geográfico. Mecanismos de desenvolvimento da natureza: naturais e antropogênicos. Conceitos bio/fitogeográficos, hidrológicos, climáticos, geológicos, geomorfológicos e pedológicos. A Contribuição da Geografia com a questão ambiental. Trabalho de campo.

Objetivo Geral: Compreender os conceitos e princípios da Geografia Física, abordando seu campo de estudo, objetivos e a dinâmica dos sistemas ambientais. A disciplina visa explorar a interação entre o ambiente físico e as atividades humanas, considerando tanto os processos naturais quanto os antropogênicos que moldam o espaço geográfico.

Bibliografia Básica:

CHRISTOPHERSON, Robert W. **Geossistemas: uma introdução à Geografia Física.** Trad. de Francisco Elineu Aquino [et.al]. 7.ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.

COCKEL, Charles (org.). **Sistema terra-vida: uma introdução**. São Paulo : Oficina de Textos, 2011.

ROSS, Jurandyr Luciano Sanches (org.). **Geografia do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), 2009. 6ed.

TEIXEIRA, Wilson (Org.). **Decifrando a terra.** São Paulo: Oficina de Textos: USP, 2009. 557 p. MENDONÇA, Francisco. **Geografia física: ciência humana?** 8. Ed., 3° reimpressão. São Paulo: Contexto, 2014.

Bibliografia Complementar:

AB' SABER, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza no Brasil:** potencialidades paisagísticas. São Paulo: Atêlie Editorial, 2013

LEPSCH, Igo. Formação e conservação dos solos. São Paulo: Oficina de Textos, 2010.

MENDONÇA, Francisco & DANNI-OLIVEIRA, Inês Moresco. **Climatologia : noções básicas e climas do Brasil** 8. Ed., 3° reimpressão. São Paulo: Contexto, 2014.

PRESS, F.; GROTZINGER, J.; SIEVER, R.; JORDAN, T. H. **Para Entender a Terra.** Tradução: MENEGAT, R. (coord.). 4a . edição. Porto Alegre: Bookman, 2006.

TORRES, Fillipe et al. Introdução à geomorfologia. São Paulo: Editora Cengage, 2012.

	Curso de Licenciatura em Geografia Ifes – Campus Nova Venécia			
Disciplina:	Disciplina: Introdução à Geografia Humana			
Núcleo: II	Núcleo: II - Aprendizagem e Aprofundamento dos Conhecimentos Específicos (AACE)			
	Carga horária total:	90 horas		
CargaCarga horária presencial:50 horashoráriaCarga horária EAD:40 horas		50 horas		
		40 horas		
	Carga horária prática	Carga horária extensionista		
	(X)Sim ()Não	() Sim (X) Não		
	10 horas			

Período: 1º

Ementa: Origens e desenvolvimento do capitalismo: do pré-capitalismo (Baixa Idade Média) à globalização; formação dos polos geopolíticos e econômicos do mundo contemporâneo e as relações internacionais de poder sob a globalização; o desenvolvimento do capitalismo e o processo de urbanização mundial; o espaço agrário e as relações campo-cidade sob o capitalismo; migrações e dinâmicas populacionais ao longo do processo de desenvolvimento do capitalismo.

Objetivo Geral: Rever e aprofundar os conteúdos de Geografia Humana da Educação Básica, tanto seus aspectos teórico-conceituais quanto ideográficos, com foco no desenvolvimento da capacidade de reconhecer/identificar a heterogeneidade sociopolítico-econômica-cultural do mundo sob a globalização, compreendendo-a como reflexo da interação entre o processo de desenvolvimento do sistema-mundo capitalista e as singularidades históricas e naturais de cada parte do planeta.

Bibliografia Básica:

DAMIANI, Amélia Luisa. População e Geografia. São Paulo: Editora Contexto, 1992.

HAESBAERT, Rogério. **Globalização e Fragmentação no Mundo Contemporâneo**. Niterói: Editora Eduff, 2013.

HAESBAERT, Rogério; Porto-Gonçalves. A Nova Des(Ordem) Mundial. Niterói: Editora Eduff, 2006.

HARVEY, David. Condição Pós-Moderna. São Paulo: Edições Loyola, 2017.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007. 184p. Disponível em https://gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/modo capitalista.pdf. Acesso em 2024.

SANTOS, Milton. Por Uma Outra Globalização. São Paulo: Editora Record, 2010.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo: Editora Contexto, 2000.

Bibliografia Complementar:

HARVEY, David. O Novo Imperialismo. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HOBSBAWN, Eric. Era dos Extremos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HOBSBAWN, Eric. Era dos Impérios (1875-1914). São Paulo: Paz e Terra, 2006.

HOBSBAWN, Eric. Era das Revoluções (1789-1848). São Paulo: Paz e Terra, 2003

SENE, Eustáquio de. **Globalização e Espaço Geográfico**. São Paulo: Editora Contexto, 2015.Contexto, 2015.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

OSORIO, Jaime. **O Estado no Centro da Mundialização**. A sociedade civil e o tema do poder. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **O Século XX. O Tempo das Incertezas**. São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 2014.

	Curso de Licenciatura em Geografia Ifes – Campus Nova Venécia			
Disciplina: H	Disciplina: História Moderna e Contemporânea			
Núcleo: II - /	Núcleo: II - Aprendizagem e Aprofundamento dos Conhecimentos Específicos (AACE)			
	Carga horária total 90 horas			
CargaCarga horária presencial50 horashoráriaCarga horária EAD40 horas		50 horas		
		40 horas		
	Carga horária prática	Carga horária extensionista		
	() Sim (X) Não	() Sim (X) Não		

Período: 1º semestre

Ementa: Estudo das estruturas sociais, econômicas, políticas, mentais e religiosas da Europa; Época moderna e Contemporânea; Renascença; Reforma Protestante; Absolutismo; Revoluções inglesas do século XVII; Iluminismo; Revolução Francesa; O Império Napoleônico; A Restauração e o Congresso de Viena; As Revoluções de 1830 e 1848; Nacionalismo e Imperialismo; Primeira Grande Guerra; Revolução Russa; Nazismo e Fascismo; Segunda Grande Guerra; Guerra Fria.

Objetivo Geral: Compreender os processos históricos que levaram à formação do mundo compreendido em História Geral Contemporânea.

Bibliografia Básica:

HOBSBAWM, Eric. A Era das Revoluções: 1789-1848. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

HOBSBAWM, Eric. A Era do Capital: 1848-1875. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

HOBSBAWM, Eric. A Era dos Impérios: 1875-1914. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

HOBSBAWM, Eric. **A Era dos extremos**: O breve século XX (1917-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Bibliografia Complementar:

HARVEY, David. O neoliberalismo: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2011.

HILL, Chritopher. O Século das Revoluções: 1603-1714. São Paulo: Unesp, 2012.

PEREIRA, Nilton Mullet & GITZ, Ilton. Ensinando sobre o holocausto na escola: informações e propostas para professores dos ensinos fundamental e médio. Porto Alegre: Penso, 2014. SKINNER, Quentin. As fundações do pensamento político moderno. São Paulo: Companhia das

Página 57

Letras, 1996.

WEBER, Max. A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo. SP: Edipro, 2020.

	Curso de Licenciatura em Geografia Ifes – Campus Nova Venécia			
Disciplina:	Disciplina: Estágio Supervisionado I			
Núcleo: IV	- Estágio Curricular Supervisionac	do (ESC)		
	Carga horária total: 30 horas			
CargaCarga horária presencial:30 horashoráriaCarga horária EAD:Não há		30 horas		
		Não há		
	Carga horária prática	Carga horária extensionista		
	(X)Sim ()Não	() Sim (X) Não		
	30 horas			

Ementa: Organização Escolar; Projeto Político Pedagógico; O ensino de Geografia no Ensino Fundamental II e no Ensino Médio; Planejamento pedagógico; métodos de ensino.

Objetivo Geral: Compreender a organização institucional, Projeto Político Pedagógico (PPP), o planejamento pedagógico, a prática docente e os métodos de ensino a partir das dinâmicas observadas no cotidiano escolar, visando à sua formação integral e o fortalecimento de sua prática docente.

Bibliografia Básica:

CAVALCANTE, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimento**. Campinas: Papirus, 2013.

PORTUGAL, Jussara Fraga, e CHAIGAR, Vânia Alves Martins. **Educação Geográfica: memórias, histórias de vida e narrativas docentes.** Salvador: Edufba, 2015.

PORTUGAL, Jussara Fraga, OLIVEIRA, Simone Santos de, e RIBEIRO, Solange Lucas. **Formação e docência em geografia: narrativas, saberes e práticas**. Campinas: Papirus, 2016.

Bibliografia Complementar:

SELBACH, Simone (Coord.).**Geografia e didátic**a. Petrópolis: Vozes, c2010. 149 p. (Coleção Como Bem Ensinar).

BARREIRO, Iraide Marques de Freitas, e GEBRAN, Raimundo Abou. **Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores.** São Paulo: Avercamp, 2006.

CASTELLAR, Sonia. **Educação Geográfica: teorias e práticas docentes**. São Paulo: Contexto, 2005.

CAVALCANTI, Lana de Souza. O Ensino de Geografia nas Escolas. Campinas: Papirus, 2012.

KIMURA, Choko. Geografia no Ensino Básico. São Paulo: Contexto, 2014.

LIMA, Maria Socorro Lucena, e PIMENTA, Selma Garrido. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2010.

PASSINI, Elza, PASSINI, Romão, e MALYSZ, Sandra T. **Prática de Ensino de Geografia e Estágio Supervisionado.** São Paulo: Contexto, 2007

	Curso de Licenciatura em Geografia Ifes – Campus Nova Venécia			
Disciplina:	Disciplina: Psicologia da Educação			
Núcleo: I -	Núcleo: I - Estudos de Formação Geral (EFG)			
	Carga horária total 60 horas			
CargaCarga horária presencial30 horashoráriaCarga horária EAD30 horas		30 horas		
		30 horas		

Carga horária prática	Carga horária extensionista
() Sim (X) Não	() Sim (X) Não
Período: 2º	

Ementa: Introdução ao pensamento psicológico. As relações entre psicologia e educação: principais abordagens teóricas. Aprendizagem e processos educacionais. Questões contemporâneas em psicologia da educação.

Objetivo Geral: Compreender os principais conceitos, teorias e abordagens da Psicologia da Educação, a fim de promover uma análise crítica sobre o desenvolvimento cognitivo, emocional e social dos alunos em diferentes contextos educacionais. Além disso, visa capacitar os futuros educadores a aplicar esses conhecimentos na prática pedagógica, contribuindo para a criação de ambientes de aprendizagem que favoreçam o desenvolvimento integral dos estudantes.

Bibliografia Básica:

BOCK, A. M. B; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia**. São Paulo: Editora Saraiva, 1999.

KAHHALE, E.M.P. (org). A diversidade da Psicologia: uma construção teórica. São Paulo: Cortez, 2002.

PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. São Paulo: Intermeios, 2015.

Bibliografia Complementar:

ANGELUCCI, C.B.; KALMUS, J.; PAPARELLI, R.; PATTO, M.H.S. **O** estado da arte da pesquisa sobre o fracasso escolar (1991-2002): um estudo introdutório. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.1, p. 51-72, jan./abr. 2004.

COLLARES, C.A.L.; MOYSÉS, M.A.A. (2010). Dislexia e TDAH: uma análise a partir da ciência médica. In: Conselho Regional de Psicologia de São Paulo; Grupo Interinstitucional Queixa Escolar (Org.). Medicalização de Crianças e Adolescentes: conflitos silenciados pela redução de questões sociais a doenças de indivíduos. São Paulo: Casa do Psicólogo.

DAZZANI, M. V. M. A psicologia escolar e a educação inclusiva: Uma leitura crítica. **Psicol. Cienc. Prof**, v. 30, n. 2, 2010, pp. 362-375.

OLIVEIRA, M. K de. **Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico.** São Paulo: Scipione, 1997.

WOOLFOLK, A. E. **Psicologia da educação**. 7a. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

	Curso de Licenciatura em Geografia Ifes – Campus Nova Venécia		
Disciplina: Bases Sociológicas da Educação			
Núcleo: I -	Estudos de Formação Geral - EFG	i	
	Carga horária total:	30 horas	
Carga	Carga horária presencial:	Não há	
horária	Carga horária EAD:	30 horas	
	Carga horária prática	Carga horária extensionista	
	() Sim (X) Não	() Sim (X) Não	

Período: 2º

Ementa: Introdução ao estudo da Sociologia: contexto histórico de seu surgimento, diferença entre ciência e senso comum, a sociologia como ciência da sociedade. Os Clássicos Sociológicos

e a Educação. Principais conceitos da sociologia clássica e a relação destes com a escola e o educador. O processo educacional no final do século XX e início do século XXI. Conexões entre processos socioculturais e educação.

Objetivo Geral: Reconhecer a contribuição da Sociologia no estudo dos fatos educacionais, desenvolvendo capacidade de problematização das práticas e realidades sociais e educativas, a partir de seus pressupostos teóricos

Bibliografia Básica: (03)

QUINTANEIRO, Tania. **Um toque de clássicos**: Marx, Durkheim e Weber. 2. ed. rev. e aum. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

RODRIGUES, Alberto. **Sociologia da Educação**. 6.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007 TURA, Mª de Lourdes (org.) **Sociologia para educadores**. Rio de Janeiro: Quartet, 2001

Bibliografia Complementar: (05)

ADORNO, Theodor W. "Educação após Auschwitz" In: **Educação e Emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1995, p. 119-154 [original: 1965].

GIDDENS, Anthony. **Sociologia.** 4.ed. Tradução: Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2005. Tradução: Daisy Vaz de Moraes. Porto Alegre: Artmed, 2003.

BAUMAN, Zygmunt; MAY, Tim. **Aprendendo a pensar com a sociologia**. Tradução: Alexandre Werneck. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

NOGUEIRA, Maria Alice Nogueira; CATANI, Afrânio. (Org.) Pierre Bourdieu - Escritos de Educação. 10 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 25ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998

Curso de Licenciatura em Geografia Ifes – Campus Nova Venécia		
Disciplina: Bases Filosóficas da Educação		
Núcleo: I - Estudos de Formação Geral (EFG)		
	Carga horária total:	30 horas
Carga	Carga horária presencial:	Não há
horária	Carga horária EAD:	30 horas
	Carga horária prática	Carga horária extensionista
	()Sim (X)Não	() Sim (X) Não

Período: 2º Semestre

Ementa: Introdução a Filosofia. A Filosofia e o Pensamento educacional. Do mito à invenção da razão: contribuições da filosofia clássica e medieval na educação. Antropologia Filosófica e Educação. O Pensamento Moderno e Contemporâneo e a Educação. Filosofia da Educação e a Pós-Modernidade. Axiologia na Educação: Os valores em educação.

Objetivo Geral:

Identificar os conhecimentos filosóficos que dão embasamento às práticas docentes, desenvolvendo a capacidade crítica e reflexiva sobre o trabalho educativo, na contemporaneidade

Bibliografia Básica:

ARANHA, M. L. de Arruda; MARTINS, M. H. Pires. **Filosofando: introdução à filosofia**. São Paulo: Moderna, 2014.

ARANHA, M. L. de Arruda. Filosofia da Educação. 2 ed. São Paulo: Moderna, 2014. 8.

COTRIM, Gilberto; PARISI, Mario. **Fundamentos da educação: história e filosofia da educação**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1979. 336 p.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4 ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

Bibliografia Complementar:

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**.14 ed. São Paulo: Ática, 2014.REBOUL, Olivier. Filosofia da Educação. São Paulo: Edições 70, 2017.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. Filosofia da educação. São Paulo: Ática, 2006.

KECHIKIAN, A. (Org.). Os filósofos e a educação. Lisboa: Edições Colibri, 1993.

MORANDI, Franc. Filosofia da Educação. Bauru: Edusc, 2002.

SAVIANI, Dermeval. Educação: do Senso Comum à Consciência Filosófica. Coleção

contemporânea. 13 ed. São Paulo: Editora Autores, 2014.

Curso de Licenciatura em Geografia Ifes – Campus Nova Venécia		
Disciplina: Climatologia Geográfica		
Núcleo: II - Aprendizagem e Aprofundamento dos Conhecimentos Específicos (AACE)		
	Carga horária total:	90 horas
Carga Horária	Carga horária presencial:	50 horas
	Carga horária EAD:	40 horas
	Carga Horária Prática (X)Sim ()Não 20 horas	Carga Horária Extensionista () Sim (X) Não

Período: 2º

Ementa: Objetivos e campos de estudos para a Climatologia Geográfica. A atmosfera terrestre: composição, massa e estrutura. Fatores e elementos integrados do clima. Circulação atmosférica. Classificações climáticas. Distribuição dos climas do mundo. Clima Urbano. Variações e mudanças climáticas. Interações e repercussões das atividades humanas com o clima.

Objetivo Geral: Promover a compreensão dos padrões de comportamento da atmosfera na interação com o globo em diferentes escalas de análise e de suas interações com as atividades humanas.

Bibliográfica básica:

AYODE, J. O. Introdução à Climatologia para os Trópicos. Lisboa: Bertrand, 2015.

CONTI, José Bueno. Clima e Meio Ambiente. São Paulo: Editora Atual/ Saraiva, 2011.

MEDONÇA, Francisco; OLIVEIRA, Dani; MORESCO, Inês. **Climatologia: Noções Básicas e Climas do Brasil**. São Paulo: Editora Oficina de Textos, 2007

Bibliografia complementar:

BARRY, Roger G; CHORLEY, Richard J. **Atmosfera, Tempo e Clima**. Porto Alegre: Editora Bookman, 2013.

CAVALCANTI, Nelson J. **Tempo e Clima no Brasil**. São Paulo: Editora Oficina de Textos, 2009.

FERRETTI, Eliane Regina. **Geografia em ação: práticas em Climatologia**. Curitiba: Aymará, 2012. MONTEIRO; Carlos Augusto de Figueiredo; MEDONÇA, Francisco. **Clima Urbano**. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

PANTOJA, Pedro Henrique Bonfim; ZIVIANI, Geórgia Goulart Casotto & MEDEIROS, Thábata Teixeira Brito (org.). **Atlas climatológico do Espírito Santo**. Vitória, ES: Incaper, 2024. Disponível em: < https://biblioteca.incaper.es.gov.br/digital/bitstream/item/4654/1/Livro-Atlas-Climatologico-do-ES-Incaper.pdf>

TORRES, Fillipe Tamiozzo Pereira; MACHADO, Pedro José de Oliveira. **Introdução à Climatologia**. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

VENTURI, Luís Antonio Bittar. **Geografia: Práticas de Campo, Laboratório e Sala de Aula**. São Paulo: Editora Sarandi, 2011.

Curso de Licenciatura em Geografia | Ifes – Campus Nova Venécia Disciplina: História do Pensamento Geográfico Núcleo: II - Aprendizagem e Aprofundamento dos Conhecimentos Específicos (AACE) Carga horária total: 70 horas Carga horária presencial: 30 horas Carga horária EAD: 40 horas Carga horária prática Carga horária extensionista () Sim (X) Não () Sim (X) Não

Período: 2º

Ementa: O desenvolvimento dos saberes geográficos na história da humanidade; o conhecimento do mundo e ampliação dos saberes geográficos na Modernidade; Iluminismo, o pensamento científico contemporâneo e a consolidação da Geografia no meio acadêmico; a identidade da Geografia no meio científico e sua relação com as Ciências Humanas e da Natureza; as diferentes escolas do pensamento geográfico: contexto histórico, influências filosóficas e suas propostas epistemológicas e metodológicas; principais conceitos e categorias da geografia (espaço, território, lugar, paisagem e região).

Objetivo Geral: Compreender o contexto sociopolítico e econômico da Modernidade Ocidental no qual a Geografia emerge como área do saber científico, as transformações sobre o pensamento geográfico desde sua institucionalização nos meios acadêmicos e sua identidade enquanto ciência.

Bibliografia Básica:

ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia: ciência e sociedade.** Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.

CASTRO, Iná Elias de, CORRÊA, Roberto Lobato, e, GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia: Conceitos e Temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

GODOY, Paulo R. Teixeira de. **História do pensamento geográfico e epistemologia em Geografia**. Paulo R. Teixeira de Godoy (org.). – São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

Disponível em https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/27670c57-0e63-45e9-9afd-3dc52bf05b60/content. Acesso em 2024.

MEDONÇA, Francisco. Geografia Física: Ciência Humana. São Paulo: Editora Contexto, 1997.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia: pequena História Crítica**. São Paulo: Annablume, s/d. Disponível em:

http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20GR ADUACAO/PENSAMENTO%20GEOGR%c1FICO%202017/3-

Moraes, %20A.C.R. %20Geografia Pequena historia critica.pdf. Acesso em 2024.

SANTOS, Milton. **Por Uma Geografia Nova**. São Paulo: Edusp, 2012. SPOSITO, Eliseu. Geografia e Filosofia. São Paulo: Editora da Unesp, 2004.

Bibliografia Complementar:

CARLOS, Ana Fani Alessandri (org). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto: 2005. CRUZ, Valter do Carmo & OLIVEIRA, Denilson Araújo. **Geografia e giro descolonial**: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico. Rio de Janeiro: Letracapital e UFF, 2017.

CORREA, Roberto Lobato. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia e Modernidade.** Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 2016.

MOREIRA, Ruy. **Para Onde Vai o Pensamento Geográfico**? São Paulo: Editora Contexto, 2006. LACOSTE, Yves. **A Geografia: Isso Serve em Primeiro Lugar Para Fazer a Guerra**. São Paulo: Editora Papirus, 19985.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. **Notas sobre a epistemologia da Geografia.** Cadernos Geográficos. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Geociências. Florianópolis: Imprensa Universitária, 1999, n. 12, maio de 2005.

Curso de Licenciatura em Geografia Ifes – Campus Nova Venécia		
Disciplina: Introdução à Cartografia		
Núcleo: II - Aprendizagem e Aprofundamento dos Conhecimentos Específicos (AACE)		
	Carga horária total:	90 horas
	Carga horária presencial:	50 horas
Carga	Carga horária EAD:	40 horas
Horária	Carga Horária Prática (X) Sim () Não 20 horas	Carga Horária Extensionista () Sim (X) Não

Período: 2º

Ementa: A cartografia na Geografia: cartografia geral e cartografia geográfica. Elementos básicos para leitura e interpretação de cartas topográficas: fenômenos geográficos e suas representações gráficas e cartográficas; projeções cartográficas e sistema de referência terrestre; escala e generalização cartográfica. Prática laboratorial e uso de instrumentos analógicos da Cartografia

Objetivo Geral: Compreender os fundamentos teóricos e práticos da Cartografia na Geografia, explorando seus princípios, conceitos e técnicas para a leitura, interpretação e representação do espaço geográfico, assim como, desenvolver habilidades no uso de elementos cartográficos essenciais, como projeções, sistemas de referência, escalas e generalização cartográfica, além de experimentar práticas laboratoriais e o manuseio de instrumentos analógicos, visando à aplicação desses conhecimentos na análise espacial e no ensino de Geografia.

Bibliográfica básica:

ALMEIDA, Rosângela Doin de. Cartografia Escolar. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

FERNAND, Jolly. A cartografia. Campinas: Editora Papirus, 1985.

FITZ, Paulo Roberto. Cartografia Básica. São Paulo: Oficina de Textos, 2008

Bibliografia complementar:

ALMEIDA, Rosângela Doin de. **Do desenho ao mapa.** Iniciação cartográfica na Escola. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

MARTINELLI, Marcello. **Mapas, gráficos e redes**. Faça você mesmo. São Paulo: Oficina de Textos, 2014.

. Mapas de Geografia e cartografia temática. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

MENEZES, Paulo Márcio Leal; FERNANDES, Manuel do Couto. **Roteiro de Cartografia**. São Paulo: Oficina de Textos, 2013.

TULER, Marcelo; SARAIVA, Sérgio. **Fundamentos de Geodésia e Cartografia**. São Paulo: Oficina de Textos, 2016.

Curso de Licenciatura em Geografia Ifes – Campus Nova Venécia		
Disciplina: Educação Cartográfica		
Núcleo: III - Atividades Acadêmicas de Extensão (AAE)		
	Carga Horária Total:	30 horas
Carga	Carga Horária Presencial:	30 horas
Horária	Carga Horária EAD:	Não há
	Carga Horária Prática (X) Sim () Não 20 horas	Carga Horária Extensionista (X)Sim ()Não 30 horas

Período: 2º

Ementa: Pensamento e raciocínio espacial. Percepção e representação do espaço geográfico. Linguagem e comunicação gráfica. Alfabetização e letramento cartográfico. O ensino de Geografia através do mapa. Material didático de cartografia.

Objetivo Geral: Desenvolver habilidades para a compreensão e aplicação do pensamento e raciocínio espacial, promovendo a percepção e representação do espaço geográfico através da linguagem e comunicação gráfica. Capacitar para a alfabetização e letramento cartográfico, e para o uso efetivo de material didático de cartografia e mapas no ensino de Geografia, visando aprimorar as práticas pedagógicas e a compreensão espacial dos alunos.

Bibliografia básica:

ALMEIDA, Rosângela Doin de. Cartografia Escolar. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

ALMEIDA, R. D; PASSINI, E. Y. **O** espaço geográfico: ensino e representação. São Paulo: Contexto, 2002.

PONTUSCHKA, N. N.; PAGANELLI, T. I.; CACETE, N. H. Representações cartográfica: plantas, mapas e maquetes. In: PONTUSCHKA, N. N.; PAGANELLI, T. I.; CACETE, N. H. **Para ensinar e aprender Geografia**. São Paulo: Cortez, 2009.

Bibliografia complementar:

ALMEIDA, Rosângela Doin de. **Do desenho ao mapa**. Iniciação cartográfica na Escola. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

CAZETTA, Valéria e OLIVEIRA JUNIOR, Wenceslao Machado de. (org..). **Grafias do Espaço**: imagens da educação geográfica contemporânea. São Paulo: Alinea, 2013.

RICHTER, Denis. **O mapa mental no ensino de geografia:** concepções e propostas para o trabalho docente. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

FONSECA, F. Padovesi; OLIVA, Jaime. Cartografia. 1. ed. São Paulo: Melhoramentos, 2013.

SEEMANN, J. **Carto-crônicas: uma viagem pelo mundo da cartografia**. Fortaleza: Expressão gráfica e editora, 2013

	Curso de Licenciatura em Geografia Ifes – Campus Nova Venécia		
Disciplina: Estágio Supervisionado II			
Núcleo: IV - Estágio Curricular Supervisionado (ECS)			
	Carga horária total:	30 horas	
Carga	Carga horária presencial:	30 horas	
horária	Carga horária EAD:	Não há	
	Carga horária prática	Carga horária extensionista	
	(X)Sim ()Não	() Sim (X) Não	
	30 horas		

Período: 2º

Ementa:

Trajetória profissional e as experiências formativas que influenciaram a prática docente em Geografia, métodos de ensino em geografia análise crítica sobre o ensino de Geografia.

Objetivo Geral:

Refletir sobre a trajetória profissional e as experiências formativas que influenciaram a prática docente em Geografia, desenvolvendo a capacidade de análise crítica e aprimorando a aplicação de métodos de ensino de Geografia.

Bibliografia Básica:

CALLAI, H. C. **Aprender e Ensinar Geografia**: Práticas e Linguagens no Cotidiano Escolar. Porto Alegre: Mediação, 2011.

CASTROGIOVANNI, A. C. (Org.). **Geografia em Sala de Aula**: Práticas e Reflexões. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

LIMA, Maria Socorro Lucena, e PIMENTA, Selma Garrido. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2010.

Bibliografia Complementar:

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia:** Saberes Necessários à Prática Educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

KIMURA, Choko. Geografia no Ensino Básico. São Paulo: Contexto, 2014.

OLIVEIRA, A. U. (Org.). **Repensando o Ensino de Geografia**: Uma Geografia para a Vida. São Paulo: Contexto, 2016.

PONTUSCHKA, N. N.; PAGANELLI, T. C.; CACETE, N. A. A. **Ensino de Geografia**: Práticas e Textos. São Paulo: Contexto, 2009.

SOUZA, R. L. et al. Didática e Prática de Ensino de Geografia. Campinas: Papirus, 2013.

Curso de Licenciatura em Geografia Ifes – Campus Nova Venécia		
Disciplina: Didática Geral		
Núcleo: I - Estudos de Formação Geral (EFG)		
	Carga horária total:	60 horas
Carga	Carga horária presencial:	45 horas
horária	Carga horária EAD:	15 horas
	Carga horária prática	Carga horária extensionista
	(X)Sim ()Não	() Sim (X) Não
	15 horas	

Ementa: Pressupostos teóricos, históricos, filosóficos e sociais da Didática; Tendências e concepções pedagógicas e suas implicações no processo de ensino e aprendizagem; A multidimensionalidade da didática e os processos de ensino e de aprendizagem; Planejamento pedagógico: diferentes dimensões; Componentes do processo de ensino e de aprendizagem.

Objetivo Geral: Discutir criticamente os princípios e pressupostos históricos, filosóficos, políticos e sociais que fundamentam a ação docente, considerando a gestão do processo de ensino e aprendizagem: do planejamento à avaliação e a relação entre professores e alunos. objetivos, conteúdos, métodos e procedimentos de ensino, recursos de ensino e avaliação; as relações entre professor, aluno e aprendizagem.

Bibliografia Básica:

CANDAU, Vera Maria (Org.). **Rumo a uma nova didática**. 24. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. HAYDT, Regina Celia Cazaux. **Curso de Didática Geral**. 7ª ed., 6ª impressão. Porto Alegre: Artmed, 2003

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 2. ed., Campinas: Autores Associados, 2008.

ZABALA, Antoni. A Prática Educativa: como ensinar. Trad. Ernani R. da F. Rosa - Reimpressão, Porto Alegre: Artmed, 2011.

Bibliografia Complementar:

GIMENO SACRISTÁN, J.; PÉREZ GÓMEZ, A. I. **Compreender e Transformar o Ensino**. Trad. Ernani R. da F. Rosa - 4º ed., Porto Alegre: ArtMed, 2000.

LIBÂNEO, J. C. **Democratização da escola pública:** a pedagogia crítico-social dos conteúdos. 25 ed., São Paulo: Loyola, 2010.

VALE, Maria Irene Pereira. **As questões fundamentais da didática**: enfoque político-social construtivista. Rio de Janeiro: Ao livro técnico. 1995.

VASCONCELOS, Celso dos S. **Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto- político-pedagógico** – elementos metodológicos para elaboração e realização, 14ed., São Paulo: Libertad (cadernos pedagógicos do Libertad, v1), 2005.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Repensando a didática. 18 ed. Campinas: Papirus, 2001.

	Curso de Licenciatura em Geografia Ifes – Campus Nova Venécia		
Disciplina: Didática e Avaliação da Aprendizagem			
Núcleo: I - Estudos de Formação Geral (EFG)			
	Carga horária total:	30 horas	
Carga	Carga horária presencial:	15 horas	
horária	Carga horária EAD:	15 horas	
	Carga horária prática	Carga horária extensionista	
	(X)Sim ()Não	() Sim (X) Não	
	06 horas		

Ementa: Aspectos históricos e filosóficos que permeiam a avaliação; concepção de avaliação, pressupostos e princípios da avaliação educacional; dimensões da avaliação; função da avaliação; níveis de assimilação dos conteúdos da avaliação; relação da avaliação com o projeto pedagógico escolar; o papel da avaliação na construção do sucesso/fracasso escolar e suas interfaces com a prática social global. Instrumentos e métodos de avaliação.

Objetivo Geral: Discutir sobre avaliação escolar utilizando-se de textos, dinâmicas e experiências vividas, na busca da compreensão da avaliação como um processo contínuo, formativo e diagnóstico e do reconhecimento de que a avaliação é mais um momento de aprendizagem.

Bibliografia Básica:

HAYDT, Regina Celia Cazaux. **Curso de Didática Geral**. 7ª ed., 6ª impressão. Porto Alegre: Artmed, 2003

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem escolar**: estudos e proposições.22.ed., São Paulo: Cortes, 2011.

ZABALA, Antoni. A Prática Educativa: como ensinar. Trad. Ernani R. da F. Rosa - Reimpressão, Porto Alegre: Artmed, 201

Bibliografia Complementar:

LIBÂNEO, J. C. **Democratização da escola pública**: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. 25 ed., São Paulo: Loyola, 2010.

ESTEBAN, Maria Teresa et al. **Avaliação no cotidiano escolar**. 2ªed., Rio de Janeiro: DP&A VALE, Maria Irene Pereira. **As questões fundamentais da didática**: enfoque político-social construtivista. Rio de Janeiro: Ao livro técnico. 1995.

VASCONCELOS, Celso dos S. **Avaliação da aprendizagem: práticas de mudança**: por uma práxis transformadora. São Paulo: Libertad (cadernos pedagógicos do Libertad, v6), 2003. VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Repensando a didática**. 18 ed. Campinas: Papirus, 2001.

Curso de Licenciatura em Geografia Ifes – Campus Nova Venécia		
Disciplina	: Metodologia da Pesquisa	
Núcleo: I - Estudos de Formação Geral (EFG)		
	Carga horária total:	60 horas
Carga	Carga horária presencial:	30 horas
horária	Carga horária EAD:	30 horas

Carga horária prática	Carga horária extensionista
() Sim (X) Não	() Sim (X) Não

Ementa: Dimensões históricas, éticas e políticas da produção do conhecimento, enfatizando a relação entre Ciência, Tecnologia, Sociedade e Ambiente (CTSA). A construção do conhecimento científico em Educação. Tendências metodológicas na pesquisa educacional. Comitê de Ética em pesquisa. Natureza qualitativa e quantitativa da pesquisa. Classificação da pesquisa. O planejamento da pesquisa: do problema à revisão da literatura. A construção do objeto e considerações metodológicas. Elaboração dos instrumentos de coleta e produção de dados. Os referenciais teóricos. A elaboração do relatório de pesquisa: artigo, monografia e etc. Sistemas de normatizações acadêmicas do Ifes.

Objetivo Geral: Capacitar os estudantes a planejar e conduzir pesquisas científicas com compreensão crítica das dimensões históricas, éticas e políticas da produção do conhecimento, das tendências metodológicas em pesquisa educacional, e da elaboração de relatórios finais alinhados às normatizações acadêmicas.

Bibliografia Básica:

KOCHE, José Carlos. **Fundamentos de Metodologia Científica:** teoria da ciência e iniciação à pesquisa. Petrópolis: Vozes, 1997.

MARCONI, Marina de Andrade, e LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez, 2007.

Bibliografia Complementar:

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 2008.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação Científica: a prática de fichamentos, resumos e resenhas**. São Paulo: Atlas, 2009.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002.

SAMPIERI, Roberto H.; FERNANDEZ, Carlos C., e BAPTISTA, Maria Lucio del Pilar. **Metodologia de pesquisa**. Porto Alegre: Penso, 2013.

Disciplina: GeomorfologiaNúcleo: II - Aprendizagem e Aprofundamento dos Conhecimentos Específicos (AACE)Carga horária total:90 horasCarga horária presencial:50 horasCarga horária EAD:40 horasCarga horária práticaCarga horária extensionista		Curso de Licenciatura em Geografia Ifes – Campus Nova Venécia		
Carga horária total: 90 horas Carga horária presencial: 50 horas Carga horária EAD: 40 horas Carga horária prática Carga horária extensionista	Disciplina: Geomorfologia			
Carga horária presencial: 50 horas horária Carga horária EAD: 40 horas Carga horária prática Carga horária extensionista	Núcleo: II - Aprendizagem e Aprofundamento dos Conhecimentos Específicos (AACE)			
horária Carga horária EAD: 40 horas Carga horária prática Carga horária extensionista		Carga horária total:	90 horas	
Carga horária prática Carga horária extensionista	Carga	Carga horária presencial:	50 horas	
	horária	Carga horária EAD:	40 horas	
1 1 1 2 1 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2		Carga horária prática	Carga horária extensionista	
		(X)Sim ()Não	() Sim (X) Não	
20 horas		20 horas		

Período: 3º

Ementa: Bases conceituais da Geomorfologia. Teorias Geomorfológicas. Gênese, dinâmica e evolução do relevo e do modelado terrestre. Relação entre o relevo e a litologia, associada às propriedades físicas e químicas dos diferentes tipos litológicos. Processos endógenos de elaboração do relevo terrestre. Os compartimentos morfoestruturais do território brasileiro.

Processos físicos e antrópicos que atuam na esculturação, forma e evolução do relevo. Estruturas e relevos derivados: relevos em bacias sedimentares, em estrutura dobrada, dômica, falhada, em escudo antigo, vulcânica e cárstico.

Objetivo Geral: Fornecer as bases para o reconhecimento das formas de relevo, sua gênese, composição (materiais) e os processos atuantes na sua constituição, para a compreensão da evolução da paisagem, da sua distribuição na superfície da Terra e análise crítica dos impactos físicos e antrópicos na evolução e esculturação do relevo.

Bibliografia Básica:

- COELHO, A. L. N.; GOULART, Antonio Celso de Oliveira; BERGAMASCHI, R. B & TEUBNER JR, F J. **Mapeamento Geomorfológico do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Instituto Jones dos Santos Neves/UFES, 2012.
- FLORENZANO, Teresa Galloti. **Geomorfologia: Conceitos e Tecnologias Atuais**. São Paulo. Editora Oficina de Textos, 2008.
- IBGE, Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais. **Manual técnico de Geomorfologia.** Rio de Janeiro : IBGE, 2009. 182 p. (Manuais técnicos em geociências, ISSN 0103-9598 ; n. 5)
- ROSS, Jurandyr Luciano Sanches. Geografia do Brasil. São Paulo: EDUSP, 2015.
- ROSS, Jurandyr Luciano Sanches. **Geomorfologia: Ambiente e Planejamento**. São Paulo: Editora Contexto, 2015.
- TOLEDO, M. C. M.; OLIVEIRA, S. M. B; MELFI, A. J. **Decifrando a Terra**. São Paulo: Oficina de Textos, 2000. p.139-150.
- TORRES, Fillipe Tamiozzo Pereira; NETO, Roberto Marques; MENEZES, Sebastião de Oliveira. **Introdução à Geomorfologia**. São Paulo: Editora Cengage, 2012.

Bibliografia Complementar:

- AB´SABER, Aziz. **Domínios de Natureza no Brasil:** potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.
- CHRISTOFOLETTI, Antonio. Geomorfologia. São Paulo: Editora Blucher, 1980.
- CUNHA, Sandra Batista da & GUERRA, Antônio José Teixeira. **Geomorfologia:** Exercícios, Técnicas e Aplicações. Lisboa: Editora Bertrand, 2010.
- CUNHA, Sandra Batista da & GUERRA, Antônio José Teixeira. **Geomorfologia do Brasil**. Lisboa: Editora Bertrand, 1998.
- NUNES, Bernardo de Almeida et al. **Manual Técnico de Geomorfologia**. Rio de Janeiro: IBGE, Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais, 1994.
- PENTEADO, Margarida. Fundamentos de Geomorfologia. IBGE: Rio de Janeiro, 1984. p. 133-148

Curso de Licenciatura em Geografia Ifes – Campus Nova Venécia		
Disciplina: Geografia Econômica		
Núcleo: II - Aprendizagem e Aprofundamento dos Conhecimentos Específicos (AACE)		
	Carga horária total:	90 horas
Carga	Carga horária presencial:	50 horas
horária	Carga horária EAD:	40 horas
	Carga horária prática	Carga horária extensionista
	(X)Sim ()Não	() Sim (X) Não
	10 horas	

Ementa: O capitalismo como sistema sociopolítico-econômico e suas inter-relações com as dinâmicas do espaço geográfico; o conceito de rede e seu papel na análise e compreensão das dinâmicas econômico-geográficas; redes, comércio e fluidez antes do capitalismo e da Revolução Industrial; o nascimento do capitalismo, a ampliação da fluidez nas diversas escalas (compressão espaço-tempo) e a progressiva internacionalização da economia; a expansão do comércio internacional no pós-guerra e o papel dos novos mecanismos institucionais supranacionais na segunda metade do século XX; tecnologias da informação e a revolução na fluidez mundial a partir dos anos 1970 e a conformação de uma economia global interdependente; a economia mundial e os novos arranjos político-institucionais na era da tecnologia da informação - do fordismo ao neoliberalismo; novas tendências da economia internacional e da fluidez global no século XXI; logística, transportes e fluidez ao longo do processo de formação do território brasileiro, seus reflexos sobre o desenvolvimento econômico nacional e suas tendências atuais;

Objetivo Geral: Compreender o funcionamento do capitalismo como um sistema-mundo e suas inter-relações com as dinâmicas do espaço geográfico em suas diversas escalas, com ênfase no papel da técnica e do aparato jurídico-político na conformação dos fluxos em rede e sua relação dialética com a configuração (e reconfiguração) dinâmica do espaço geográfico, tendo como foco o atual período da globalização e o território brasileiro, dando ênfase às suas inter-relações com a lógica de funcionamento do sistema-mundo capitalista.

Bibliografia Básica:

CLYDESDALE, Greg. Cargas: como o comércio mudou no mundo. Rio de Janeiro, Record, 2012.

HAESBAERT, Rogério. **Globalização e Fragmentação no Mundo Contemporâneo**. Niterói: Editora Eduff, 2013.

HARVEY, David. Produção Capitalista do Espaço. São Paulo: Editora Annablume, 2006.

HARVEY, David. Condição Pós-Moderna. São Paulo: Edições Loyola, 2017.

PEREIRA, Vicente de Britto. **Transportes: história, crise e caminhos**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2014.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço. São Paulo: HUCITEC, 2002.

Bibliografia Complementar:

BARBOSA, Malvina. **Um século das estradas de ferro brasileiras**. 105 anos de história (1854 a 1959). Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010.

BOITEUX, Paulo. História das ferrovias brasileiras. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.

BRASIL. Atlas multimodal. Programa de aceleração do crescimento - PAC 2011. Brasília:

DNIT/UFP, 2011. Disponível em http://www.dnit.gov.br/download/mapas-multimodais/atlas- multimodal/atlas.pdf

CASTRO, Iná Elias de, CORRÊA, Roberto Lobato, e, GOMES, Paulo Cesar da Costa.

Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

RODRIGUE, Jean Paul. **The Geography Of Transport Systems**. Disponível em http://people.hofstra.edu/geotrans/index.html. Acesso em agosto de 2010.

HAESBAERT, R.; Porto-Gonçalves. A Nova Des(Ordem) Mundial. Niterói: Editora Eduff, 2006.

Página 70

HOBSBAWN, Eric. Era dos Extremos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HOBSBAWN, Eric. Era do Capital (1848-1875). São Paulo: Editora Paz e Terra, 2015.

HOBSBAWN, Eric. Era dos Impérios (1875-1914). São Paulo: Paz e Terra, 2006.

HOBSBAWN, Eric. Era das Revoluções (1789-1848). São Paulo: Paz e Terra, 2003.

HARVEY, David. O Novo Imperialismo. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

SENE, Eustáquio de. **Globalização e Espaço Geográfico**. São Paulo: Editora Contexto, 2015.Contexto, 2015.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **O Século XX. O Tempo das Incertezas**. São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 2014.

SANTOS, Milton. Por Uma Outra Globalização. São Paulo: Editora Record, 2010.

	Curso de Licenciatura em Geografia Ifes – Campus Nova Venécia		
Disciplina: Estágio Supervisionado III			
Núcleo: IV - Estágio Curricular Supervisionado (ECS)			
	Carga horária total:	30 horas	
Carga	Carga horária presencial:	30 horas	
horária	Carga horária EAD:	Não há	
	Carga horária prática	Carga horária extensionista	
	(X)Sim ()Não	() Sim (X) Não	
	30 horas		

Período: 3º

Ementa:

Conhecimento e análise da prática docente, planejamento, metodologias de ensino.

Objetivo Geral:

Desenvolver habilidades práticas e teóricas no ensino de Geografia, ampliando o conhecimento sobre diferentes metodologias de ensino, observando as atividades escolares, analisando a prática docente e colaborando com a dinâmica da sala de aula.

Bibliografia Básica:

MOREIRA, Ruy. **Didática da Geografia: Geografia em Sala de Aula**. São Paulo: Contexto, 2018.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib; PAGANELLI, Terezinha de Castro; CACETE, Neide de Almeida. **Ensino de Geografia: Práticas e Textos**. São Paulo: Contexto, 2009.

CALLAI, Helena Copetti. Geografia e Educação: Práticas e Possibilidades. Ijuí: Unijuí, 2005.

Bibliografia Complementar:

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, Escola e Construção de Conhecimentos**. Campinas: Papirus, 2008.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática.** São Paulo: Cortez, 2013.

LIMA, Maria Socorro Lucena, e PIMENTA, Selma Garrido. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2010.

VESENTINI, José William. Geografia Crítica: O Espaço do Homem. São Paulo: Ática, 2012.

VIEIRA. A. B.; JESUS, D. M. de; LIMA. J. da C.; MARIANO, C. A. B. da S. **As contribuições de**Meirieu para a formação Continuada de professores e adoção de práticas pedagógicas.

Página 71

Revista Brasileira Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 101, n. 258, maio/ago. 2020

	Curso de Licenciatura em Geografia Ifes – Campus Nova Venécia		
Disciplina:	Disciplina: História da Educação		
Núcleo: I - I	Núcleo: I - Estudos de Formação Geral (EFG)		
	Carga horária total:	60 horas	
Carga	Carga horária presencial:	30 horas	
horária	Carga horária EAD:	30 horas	
	Carga horária prática	Carga horária extensionista	
	() Sim (X) Não	() Sim (X) Não	

Período: 4º

Ementa: História da Educação como campo específico do conhecimento; contextos da educação mundial: das primeiras civilizações ao Mundo Moderno; a educação brasileira analisada no contexto de movimentos sócio-históricos, políticos, econômicos e culturais em diferentes momentos da História do Brasil e suas relações com o contexto da educação mundial; a repercussão desses movimentos na configuração de teorias e práticas educacionais.

Objetivo Geral:

Compreender o fazer e pensar educacionais na experiência histórica da humanidade, a partir de referenciais teóricos que problematizam os desafios e avanços da historiografia e história da educação no brasil e geral.

Bibliografia Básica:

- ARANHA, M. L. de A. **História da educação e da pedagogia geral e Brasil**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.
- GATTI JUNIOR, Decio; INACIO FILHO, Geraldo (Org.). **História da educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações**. Campinas, SP: Autores Associados, EDUFU, 21 cm. 303 p. (Coleção Memoria da Educação.). ISBN 8574961248 (
- SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2010.
- SANTOS, Theobaldo Miranda. **Noções de história da educação**. 9. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960. 497 p.

Bibliografia Complementar:

- ARIÈS, Philippe e CHARTIER, Roger (Orgs.). **História da vida privada**.V.3. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- BASTOS e FARIA FILHO (org..). A escola elementar no século XIX: o método monitorial/mútuo.
- BOTO, Carlota. **A escola do homem novo: entre o Iluminismo e a Revolução Francesa**. São Paulo: UNESP, 1996.
- CHERVEL, A. **História das Disciplinas escolares: reflexão sobre um campo de pesquisa**. In: Teoria & Educação. Porto Alegre: 1990. n.2, p. 177-229.
- GADOTTI, Moacir. História das ideias pedagógicas. 8. ed. Sao Paulo, SP: Atica, 1999.
- GONDRA, José Gonçalves e SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no Império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.
- SANTOS, Theobaldo Miranda. **Noções de história da educação**. 9. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960. 497 p.

Página 72

- GATTI JUNIOR, Decio; INACIO FILHO, Geraldo (Org.). **História da educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações**. Campinas, SP: Autores Associados, EDUFU, 21 cm. 303 p. (Coleção Memoria da Educação.). ISBN 8574961248
- HAMILTON, David. "Notas de lugar nenhum: sobre os primórdios da escolarização moderna". Revista Brasileira de História da Educação. Número 1, Campinas, Autores Associados, 2001.
- JULIA, D. **A cultura escolar como objeto histórico**. Revista Brasileira de História da Educação. Campinas/SP: Editora Autores Associados, SBHE, janeiro/junho, 2001, n° 1, pp. 9-43
- LOPES, E. M. T.; e outros (Org.). **500 Anos de Educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- MANACORDA, Mario A. **História da educação: da antiguidade aos nossos dias**. São Paulo: Cortez, 1992
- ROMANELLI, O. O. **História da Educação no Brasil**. 36 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria Helena Câmara (org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. V. I Séculos XVI-XVIII. Petrópolis: Vozes, 2004.
- STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria Helena Câmara (org.). **Histórias e memórias da educação no Brasi**l. V. II Século XIX. Petrópolis: Vozes, 2005.
- VEIGA, Cynthia G. História da Educação. São Paulo, Ática, 2007.

	Curso de Licenciatura em Geografia Ifes – Campus Nova Venécia		
Disciplina	Disciplina: Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)		
Núcleo: -	Núcleo: I - Estudos de Formação Geral (EFG)		
	Carga horária total: 60 horas		
Carga	Carga horária presencial:	Não há	
horária	Carga horária EAD:	60 horas	
	Carga horária prática	Carga horária extensionista	
	() Sim (X) Não	() Sim (X) Não	

Período: 4º

Ementa: Diretrizes educacionais para a educação especial — PCN. Desenvolvimento e aprendizagem do aluno surdo. A diversidade humana e as necessidades educacionais individuais na sala de aula. Ação pedagógica junto aos alunos com necessidades educacionais especiais. A importância da avaliação: finalidade e objetivos. Processo histórico educacional do indivíduo surdo. Os aspectos legais que respaldam o indivíduo surdo quanto aos seus direitos linguísticos e educacionais no Brasil. O sujeito surdo, sua identidade e cultura. A origem da língua de Sinais e sua importância na constituição do indivíduo surdo. Ensino e prática da Língua Brasileira de Sinais - Libras (parâmetros fonológicos, léxico da 78 morfologia; diálogos contextualizados).

Objetivo Geral:

Capacitar os estudantes a compreenderem e aplicarem os fundamentos pedagógicos e legais que envolvem a educação de surdos, abordando a importância da Língua Brasileira de Sinais (Libras) no desenvolvimento, identidade e cultura do indivíduo surdo, além de promover a prática efetiva de Libras em contextos educacionais, considerando a diversidade humana e as necessidades educacionais especiais.

Bibliografia Básica:

- LACERDA, C.B.F. de. **A inclusão escolar de alunos surdos:** o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência. Cadernos CEDES, 69, vol. 26, p.163-184, 2006. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v26n69/a04v2669.pdf
- QUADROS, Ronice M. **Educação de Surdos a Aquisição da Linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.
- GOES, Maria Cecília Rafael. **Linguagem, surdez e educação**. Campinas: Autores Associados, 2012.
- MASCARENHAS, Luiza Teles. **Encontro entre surdos e ouvintes na escola regular** desafiando fronteiras. Niterói: EDUFF, 2016

Bibliografia Complementar:

- FALCÃO, Luiz Albérico Barbosa. **Aprendendo a LIBRAS e reconhecendo as diferenças**: um olhar reflexivo sobre a inclusão: estabelecendo novos diálogos. Recife: Editora do Autor, 2007.
- GOÉS, Maria Cecília Rafael de; LAPLANE, Adriana Lia Frizman de. **Políticas e Práticas de Educação Inclusiva**. Campinas: Autores Associados, 2013.
- JANNUZZI, Gilberta de Martino. **A educação do deficiente no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2012.
- LEME, Maria Eduarda Silva. **Deficiência e o mundo do trabalho**: discursos e contradições. Campinas: Autores Associados, 2015.
- MIRANDA, Theresinha Guimarães. **Práticas de Inclusão Escolar**: Um Diálogo Multidisciplinar. Salvador: Edufba, 2016. SKLIAR, Carlos. Educação & exclusão: abordagens socioantropológicas em educação especial. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 1999.
- VASCONCELLOS, Maria Lúcia Barbosa de; QUADROS, Ronice Müller de (Org.). **Questões teóricas das pesquisas em línguas de sinais:** [TISLR 9]. Petrópolis: Arara azul, 2008.

	Curso de Licenciatura em Geografia Ifes – Campus Nova Venécia		
Disciplina:	Disciplina: Cartografia Temática		
Núcleo: II	Núcleo: II - Aprendizagem e Aprofundamento dos Conhecimentos Específicos (AACE)		
	Carga horária total: 90 horas		
	Carga horária presencial:	50 horas	
Carga	Carga horária EAD:	40 horas	
horária	Carga Horária Prática	Carga Horária Extensionista	
	(X)Sim ()Não	()Sim (X)Não	
	20 horas		

Período: 4º

Ementa: A cartografia temática na produção do conhecimento geográfico. Linguagem cartográfica. Leitura, análise, interpretação e produção de mapas temáticos. Representações cartográficas qualitativas. Representações cartográficas quantitativas. Representações cartográficas dinâmicas. Representações cartográficas sintéticas. Cartografia escolar. Cartografia crítica contemporânea. Mapeamentos alternativos, colaborativos e participativos. Objetivo Geral: Desenvolver competências para a leitura, análise, interpretação e produção

de mapas temáticos, explorando suas diversas representações (qualitativas, quantitativas, dinâmicas e sintéticas), e aplicando conceitos de cartografia escolar, mapeamento

colaborativo e cartografia crítica contemporânea, a fim de aprimorar a capacidade de utilizar e gerar conhecimento geográfico através de práticas cartográficas.

Bibliografia Básica:

MARTINELLI, Marcello. **Mapas**, gráficos e redes. Faça você mesmo. São Paulo: Oficina de Textos, 2014.

MARTINELLI, Marcello. **Mapas de Geografia e cartografia temática.** São Paulo: Editora Contexto, 2005.

FITZ, Paulo Roberto. Cartografia Básica. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

Bibliografia Complementar:

ALMEIDA, Rosângela Doin de. **Do desenho ao mapa.** Iniciação cartográfica na Escola. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

ALMEIDA, Rosângela Doin de. Cartografia Escolar. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

ALMEIDA, R. D; PASSINI, E. Y. **O** espaço geográfico: ensino e representação. São Paulo: Contexto, 2002.

FONSECA, F. Padovesi; OLIVA, Jaime. **Cartografia.** 1. ed. São Paulo: Melhoramentos, 2013. SEEMANN, J. **Carto-crônicas: uma viagem pelo mundo da cartografia**. Fortaleza: Expressão

gráfica e editora, 2013

	Curso de Licenciatura em Geog	grafia Ifes – Campus Nova Venécia	
Disciplina:	Geografia Política		
Núcleo: II -	Aprendizagem e Aprofundament	o dos Conhecimentos Específicos (AACE)	
	Carga horária total:	90 horas	
Carga	Carga horária presencial:	50 horas	
horária	Carga horária EAD:	40 horas	
	Carga horária prática	Carga horária extensionista	
	(X)Sim ()Não	() Sim (X) Não	
	10 horas		

Período: 4º

Ementa: O conceito de território e as relações espaciais de poder e identificação para além do Estado-nação; o Estado como construção social e sua relação com a propriedade privada e a luta de classes; o nascimento do capitalismo e as origens do Estado Nação Moderno; a identidade nacional e sua imbricação com o Estado Nação Moderno; a Geopolítica em fins do Século XIX e a eclosão da Primeira Guerra Mundial; A ascensão do nazifascismo e a geopolítica no contexto da II Guerra Mundial; O mundo socialista e a geopolítica no contexto da Guerra Fria; O Estado neoliberal e o suposto "enfraquecimento" do poder Estatal sob a Globalização; a geopolítica no contexto da Nova Ordem Mundial - novos protagonistas e tendências atuais.

Objetivo Geral: Compreender a importância dos conceitos de território/territorialidade enquanto ferramentas teórico-conceituais da Geografia primordiais para a análise das relações espaciais de poder e, por meio dessas ferramentas, aprofundar a compreensão das relações espaciais de poder no mundo contemporâneo em suas diversas escalas e entre seus diversos atores (que incluem as diversas esferas Estatais, mas não se restringem a elas).

Bibliografia Básica:

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas:** reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

Página 75

- BERNARDO NETO, Jaime. A superação da dicotomia objetividade x subjetividade na Geografia e seus reflexos sobre os estudos das relações de espaciais de poder e os conceitos de território e territorialidade. **Revista Geosul** (Revista do Departamento de Geociências UFSC), Florianópolis, 2021,v.36, n.78.
- BERNARDO NETO, Jaime. Sobre Memória, Identidade e Territorialidade Reflexões a partir da Geografia. **Revista Geografia Ensino e Pesquisa** (UFSM). Santa Maria, 2021, v.25.
- CLASTRES, Pierre. A sociedade contra o Estado. **Pesquisas em antropologia política**. São Paulo: UBU Editora, 2017.
- HAESBAERT, Rogério (Org.) **Globalização e Fragmentação no Mundo Contemporâneo**. Niterói: Editora Eduff, 2013.
- HARVEY, David. O Novo Imperialismo. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- HARVEY, David. O Neoliberalismo. História e Implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- HOBSBAWN, Eric. Era dos Extremos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- HOBSBAWN, Eric. Era do Capital (1848-1875). São Paulo: Editora Paz e Terra, 2015.
- HOBSBAWN, Eric. Era dos Impérios (1875-1914). São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- HOBSBAWN, Eric. Nações e nacionalismos: desde 1870. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- OSORIO, Jaime. **O Estado no Centro da Mundialização**. A sociedade civil e o tema do poder. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

Bibliografia Complementar:

- BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador a outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2012. 16ª Edição.
- BOURDIEU, Pierre. Sobre o Estado. São Paulo: Companhia das Letras, 2014
- CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986 [1982].
- COSTA, Wanderley Messias. **O Estado e as Políticas Territoriais do Brasil**. Editora Contexto, 2016.
- COSTA, Wanderley Messias Geografia Política e Geopolítica. São Paulo: Edusp, 2016.
- DE CERTEAU, Michel. A invenção do cotidiano. Petrópolis, Editora Vozes: 1998. 3a Edição.
- CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e Política:** Território, Escala de Ações e Instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. 20ª Edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.
- FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- GODELIER, Maurice. A parte ideal do real. In: Carvalho, Edgar de Assis (Org.). **Antropologia.** São Paulo: Ática, 1981.
- GOTTMANN, Jean. **The signifcance of territory**. Charlottesville: The university Press of Virginia, 1973.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012 [2004].
- HAESBAERT, Rogério & Porto-Gonçalves. **A Nova Des(Ordem) Mundial**. Niterói: Editora Eduff, 2006.
- HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2003.
- HALL, Stuart; CERNICCHIARO, Ana Carolina (trad.). Etnicidade: identidade e diferença. **Crítica cultural** Critic, Palhoça, SC, v.11, n.2, p.317-327, jul./dez.2016.

- HARVEY, David. Produção Capitalista do Espaço. São Paulo: Editora Annablume, 2006.
- HARVEY, David. Condição Pós-Moderna. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- HOBSBAWM, Eric. A invenção das tradições. São Paulo: Paz e Terra, 2016.
- LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Série Antropológica**, n.322, Brasília: UNB, 2002. Disponível em http://vsites.unb.br/ics/dan/Serie322empdf.pdf
- LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. **Revista Projeto História**, São Paulo, PUC-SP, n. 17, nov. 1998, p. 63-201.
- MASSEY, Doreen. Pelo Espaço. **Uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido de Retrato do Colonizador**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007
- MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e História do Brasil**. São Paulo: Editora Annablume, 2005.
- NORA, Pierre. **Entre memória e história**. A problemática dos lugares. Proj. História, São Paulo, n.10, dez, 1993.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, Etnia e Estrutura Social**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976.
- POLLACK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio. Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989. p. 3-15.
- POLLACK, Michael. Memória e Identidade Social. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.
- RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Editora Ática, 1993 [1980].
- SACK, Robert David. **Human Territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. **O Século XX. O Tempo das Incertezas**. São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 2014.
- SAID, Eduard W. Cultura e Imperialismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- SANTOS, Milton. Por Uma Outra Globalização. São Paulo: Editora Record, 2010.
- SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço, poder, autonomia e desenvolvimento. In: Castro, Iná Elias, Gomes, Paula Cesar da Cosa, e Corrêa, Roberto Lobato. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- TUAN, Yi Fu. Topofilia. **Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.** Londrina: Eduel, 2012.
- TUAN, Yi Fu. Espaço e Lugar. São Paulo: Difel, 1983.
- VESENTINI, Jose Willian. **Novas Geopolíticas**. São Paulo: Editora Contexto, 2016.
- YOUNG, Iris. Five Faces of Oppression. In: HELDKE, Lisa, e O'CONNOR, Peg. **Opression, Privilege and Resistance.** Boston: Mcgraw Hill, 2004.
- WALLERSTEIN, Immanuel. **Impensar a Ciência Social.** Os limites dos paradigmas do século XIX. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2006.

Página 77

	Curso de Licenciatura em Geografia Ifes – Campus Nova Venécia		
Disciplina	Disciplina: Técnicas de Campo e Estudo do Meio		
Núcleo: II	Núcleo: III - Atividades Acadêmicas de Extensão (AAE)		
	Carga horária total:	Carga horária total: 60 horas	
Carga	Carga horária presencial:	60 horas	
horária	Carga horária EAD:	Não há	
	Carga horária prática	Carga horária extensionista	
	(X)Sim ()Não	(X)Sim ()Não	
	20 horas 60 horas		
Paríada 40			

Período: 4º

Ementa: Fundamentos teóricos e metodológicos do trabalho de campo em Geografia. Organização e planejamento das atividades de campo: definição de temas, questões, escalas de análise e seleção de casos para estudo. Técnicas e procedimentos de observação e coleta de dados em campo. Aplicação prática-empírica em diferentes recortes espaciais e focos temáticos. Instrumentalização e capacitação para a realização de atividades de campo voltadas ao ensino de Geografia nos níveis fundamental e médio. Análise crítica das etapas e desafios do trabalho de campo e estudos do meio. Desenvolvimento de habilidades pedagógicas para coordenação e execução de atividades de campo em contextos educacionais.

Objetivo Geral: Capacitar os estudantes a planejar, organizar e executar atividades de campo em Geografia, compreendendo a importância e a complexidade de cada etapa do processo, e desenvolvendo habilidades pedagógicas e técnicas necessárias para a atuação como futuros profissionais da educação, capazes de aplicar procedimentos práticos-empíricos em diferentes contextos temáticos e espaciais no Ensino Fundamental e médio.

Bibliografia Básica:

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria do Ensino Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais:** Geografia. Brasília: MEC/SEF, 1998.

PONTUSCHKA, Nidia Nacib. O conceito de estudo do meio transforma-se em tempos diferentes, em escolas diferentes, com professores diferentes. In: Vesentini, José. Willian.

(Org.). O ensino de geografia no século XXI. Campinas, SP: Papirus, 2004. p. 249-288.

PONTUSCHKA, Nidia Nacib; PAGANELLI, Tomoko Iyda; CACETE, Núria Hanglei. **Para ensinar e aprender Geografia**. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

VENTURI, L. A. B. et al. (org.s). **Geografia: práticas de campo, laboratório e sala de aula**. São Paulo: Editora Sarandi, 2011.

Bibliografia Complementar:

BUENO, Mirian Aparecida. A importância do estudo do meio na prática de ensino em geografia física. In: **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v.29, n.2, p.185-198, jul./dez, 2009.

FERNANDES, Maria Lidia Bueno. Estudo do Meio e o ensino de Geografia. In: **Revista Geográfica de América Central**, Número Especial EGAL, Costa Rica, v.2, n.2, p.1-19, jan./jun. 2011.

KAYSER, B. O geógrafo e a pesquisa de campo. **Boletim Paulista de Geografia**, [S. l.], n. 84, p. 93–104, 2017. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/730>. Acesso em: 2 jul. 2024.

LACOSTE, Y 1985. Pesquisa e Trabalho de Campo. **Seleção de Textos nº 11**. São Paulo: Teoria e Método. Associação dos Geógrafos Brasileiros.

LACOSTE, Y. A pesquisa e o trabalho de campo: um problema político para os pesquisadores, estudantes e cidadãos. **Boletim Paulista de Geografia** n. 84. São Paulo, jul. 2006, p. 77-92.

MACEDO, Rebeka Carvalho; NETO, Francisco Otávio Landim; SILVA, Edson Vicente da., Descobrindo o entorno escolar: o estudo do meio aplicado na análise da paisagem. In: **Geosaberes**: Revista de Estudos Geoeducacionais, Fortaleza, v. 6, Número Especial 02, p. 33-45,nov. 2015.

SERPA, A. O trabalho de campo em geografia: uma abordagem teórico-metodológica. **Boletim Paulista de Geografia** n. 84. São Paulo, jul. 2006, p. 7-24

	Curso de Licenciatura em Geografia Ifes – Campus Nova Venécia		
Disciplina:	Disciplina: Estágio Supervisionado IV		
Núcleo: IV	Núcleo: IV - Estágio Curricular Supervisionado (ECS)		
	Carga horária total: 30 horas		
Carga	Carga horária presencial:	30 horas	
horária	orária Carga horária EAD: Não há		
	Carga horária prática	Carga horária extensionista	
	(X)Sim ()Não	() Sim (X) Não	
	30 horas		

Período: 4º

Ementa:

Formação prática dos futuros professores de Geografia. Experiências reais de ensino em sala de aula e no campo. Gestão da aprendizagem e a aplicação dos conhecimentos geográficos de forma contextualizada e crítica.

Objetivo Geral:

Desenvolver habilidades práticas no gerenciamento da dinâmica da sala de aula, criando um ambiente de aprendizagem positivo e eficaz, além de planejar e implementar atividades de campo ou estudo do meio que possibilitem a aplicação prática de conceitos geográficos, promovendo a observação direta e a análise crítica do espaço e suas dinâmicas.

Bibliografia Básica:

ANTUNES, Celso. Geografia e Didática. Petrópolis: Vozes, 2010.

CASTELLAR, Sônia. **Educação Geográfica**: teorias e práticas docentes. São Paulo: Contexto, 2005.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Temas de Geografia na Escola Básica**. Campinas: Papirus, 2013. MOREIRA, Ruy. **Didática da Geografia**: Geografia em Sala de Aula. São Paulo: Contexto, 2018

CALLAI, Helena Copetti. **Geografia e Educação**: Práticas e Possibilidades. Ijuí: Unijuí, 2005. CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos (Org.). **Ensino de Geografia:** Teoria e Prática. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

Página 79

Bibliografia Complementar:

CARLOS, Ana Fani Alexandri. A Geografia na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2015.

CAVALCANTI, Lana de Souza. O Ensino de Geografia nas Escolas. Campinas: Papirus, 2012.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 2013.

MORAES, Antonio Carlos Robert (Org.). **Geografia e Prática de Ensino:** Reflexões e Experiências. São Paulo: Contexto, 2005.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Para onde vai o ensino de Geografia?** São Paulo: Contexto, 2017.

VESENTINI, José William. Geografia Crítica: O Espaço do Homem. São Paulo: Ática, 2012.

Curso de Licenciatura em Geografia Ifes – Campus Nova Venécia		
Disciplina: Política e Organização da Educação Básica		
Núcleo: I - Estudos de Formação Geral (EFG)		
Carga horária total: 60 horas		60 horas
	Carga horária presencial:	30 horas
	Carga horária EAD:	30 horas
	Carga horária prática	Carga horária extensionista
	() Sim (X) Não	() Sim (X) Não

Período: 5º

Ementa: Política Educacional: estruturas, conceitos e fundamentos. Elementos centrais da legislação da política educacional brasileira. Normatização Curricular da política educacional brasileira. O Financiamento da educação e as políticas educacionais no Brasil. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação. Elementos Integradores da Política Educacional Brasileira.

Objetivo Geral: Analisar conceitos de política, poder, Estado, governo, público, privado, políticas públicas e políticas educacionais, bem como suas implicações na educação brasileira a partir de bases históricas e de articulações entre: os elementos centrais da legislação educacional brasileira, as normatizações curriculares da política educacional, o financiamento da educação brasileira, os sistemas de avaliação da educação nacional e os elementos integradores da política educacional no Brasil.

Bibliografia Básica:

AMARAL, Nelson Cardoso. Para compreender o financiamento da Educação Básica no Brasil. Brasília: Liber Livro, 2012.

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. Estrutura e Funcionamento do Ensino. São Paulo: Editora Avercamp, 2016.

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. **LDB passo a passo:** lei de diretrizes e bases da educação nacional lei nº 9.394/96, comentada e interpretada, artigo por artigo. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Avercamp, 2010. 197 p. ISBN 9788589311564

FERREIRA, Eliza Bartolozzi e OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Crise da escola e políticas educativas**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

NOGUEIRA, M. A. Em defesa da política. São Paulo: SENAC, 2001

OLIVEIRA, João Ferreira de; LIBÂNEO, José Carlos; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar**. **Política, Estrutura e Organização**. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

VIEIRA, Sofia Lerche. Educação básica: política e gestão da escola. Brasília: Liber Livro, 2009.

Bibliografia Complementar:

- BOBBIO, Norberto. Estado, Governo e Sociedade. 13.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.
- BRASIL. Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014. Aprova Plano Nacional de Educação PNE e dá outras providências. Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm Acesso em: 09 maio. 2016.
- BRASIL. **Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente e dá outras providências. Disponível em:
 - http://www.planalto.gov.br/ccivil 03/leis/L8069.htm> Acesso em: 09 maio. 2016.
- BRASIL. **Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil-03/leis/L9394.htm Acesso em: 09 maio. 2016
- CARREIRA, D.; PINTO, J.M.R (org.) **Custo Aluno Qualidade Inicial**: rumo à educação pública de qualidade no Brasil. São Paulo: Global: Campanha Nacional pelo Direito à Educação,2007.
- MAAR, Leo Wolfgang. **O que é Política?** 16.ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- PARO, Vitor Henrique. **Educação como exercício do poder**: crítica ao senso comum em educação. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes; e EVANGELISTA, Olinda. **Política educacional.** Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

	Curso de Licenciatura em Geografia Ifes – Campus Nova Venécia		
Disciplina	Disciplina: Educação Especial		
Núcleo: I -	Núcleo: I - Estudos de Formação Geral (EFG)		
	Carga horária total:	30 horas	
Carga	Carga horária presencial:	30 horas	
horária	Carga horária EAD:	Não há	
	Carga horária prática	Carga horária extensionista	
	()Sim (X)Não	() Sim (X) Não	
- / -			

Período: 5º

Ementa: Educação especial: aspectos históricos, políticos e legais. Público-alvo da Educação Especial. Implicações metodológicas: estratégias de ensino-aprendizagem, adaptação curricular, tecnologias assistivas, e avaliação.

Objetivo Geral: Conhecer os aspectos históricos e legais da educação especial e da educação inclusiva, bem como as estratégias de ensino-aprendizagem para os discentes público-alvo da educação especial.

Bibliografia Básica:

- ANDRÉ, M. E. D. A. **Pedagogia das diferenças na sala de aula**. Campinas/SP: Papirus, 1999, p. 81-106.
- GONZÁLES, Eugenio (Org). **Necessidades educacionais específicas**: intervenção psicoeducacional. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- JESUS, Denise Meyrelles de, BAPTISTA, Claudio Roberto, BARRETO, Maria Aparecida Santos Corrêa, VICTOR, Sonia Lopes (orgs.) Inclusão, Práticas Pedagógicas e Trajetórias de Pesquisa. Porto Alegre: Mediação, 2007.

- MIRANDA, T. G.; GALVÃO FILHO, T. A. (Org.) **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares.** Salvador: EDUFBA, 2012. Disponível em:
 - http://www.galvaofilho.net/noticias/baixar_livro.htm. Acesso: 22 jun. 2016.
- MENDES, Enicéia G.; VILARONGA, Carla A. R. e ZERBATO, Ana Paula. **Ensino Colaborativo como apoio à inclusão escolar: unindo esforços entre educação comum e especial**. São Carlos: Edufscar, 2014.
- SONZA, Andréa Poletto. KADE, Adrovane. FAÇANHA, Agebson. et al. Acessibilidade e tecnologia assistiva: pensando a inclusão sociodigital de PNEs. Série Novos Autores da Educação Profissional e Tecnológica. Bento Gonçalves: Instituto Federal do Rio Grande do Sul Campus Bento Gonçalves/SETEC-MEC, 2013. Disponível em:http://www.planetaeducacao.com.br/portal/conteudo_referencia/acessibilidade-tecnologia-assistiva.pdf>. Acesso em 23 Jun. 2016.

Bibliografia Complementar:

ACESSIBILIDADE. Disponível em: http://www.acessobrasil.org.br/B

- BRASIL. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988, Art. 208, II.
- Lei №. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 23 dez. 1996. Art.4º, 58, 59 e 60.
 - _____. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Secretaria de Educação Especial MEC/SEESP, 2008.
- _____, Presidência da República. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.** Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. Diário Oficial da União, Brasília, nº163, 26 de agosto de 2009. Seção 01.p.3.
- _____. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. **Resolução №. 4, de 2 de outubro de 2009.** Institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, na modalidade Educação Especial.
 - _____. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. **Nota Técnica №. 11, de 7 de maio de 2010.** Orientações para a institucionalização da Oferta do Atendimento Educacional Especializado AE em Salas de Recursos Multifuncionais, implantadas nas escolas regulares.
- ESPÍRITO SANTO. **Resolução N.º 2152, de 07 de janeiro de 2010**. Dispõe sobre a Educação Especial no Sistema Estadual de Ensino do Estado do Espírito Santo. Conselho Estadual de Educação.
 - _____. Diretrizes da Educação Especial na Educação Básica e Profissional para a Rede Estadual de Ensino. Secretaria de Estado da Educação, 2010.
- _____. **LEI № 13.146, de 6 de Julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
- BRASIL/MEC/SEESP: Ensinando na diversidade: reconhecendo e respondendo as necessidades especiais. MEC/SEF/SEESP, 2003, Brasília.
- _____. Inclusão: revista da educação especial. Brasília: v. 1, n. 1, p. 19-23, out.2005.

 Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao1.pdf. Acesso 23 jun. 2016.
- CALDAS, Wagner Kirmse; GOMES, Vitor. Acessibilidade e informática na escola inclusiva. In: **Informática na Educação**: Um Caminho de Possibilidades e Desafios. Vitória: Instituto

- Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, 2011, cap. 8, p. 187-205. Disponível em: https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbnxlZHV0ZWNpZmVzfGd4OjJhN2JhZThlZjJkMmNjMmY. Acesso em 23 Jun 2016.
- COSTA, Ailton Barcelos da; PICHARILLO, Alessandra Daniele Messali; ELIAS, Nassim Chamel. Habilidades Matemáticas em Pessoas com Deficiência Intelectual: um Olhar Sobre os Estudos Experimentais1. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília , v. 22, n. 1, p. 145-160, Mar. 2016 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pids141365382016000100145&lng=en&nrm=iso. Acesso em 23 Jun 2016.
- GÓES, Maria Cecília Rafael de. Relações entre desenvolvimento humano, deficiência e educação: contribuições da abordagem histórico-cultural. In: OLIVEIRA, Marta Khol et al. **Psicologia, educação e as temáticas da vida contemporânea**. São Paulo: Moderna, 2002.
- KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 41, p. 61-79, jul./set. 2011. Editora UFPR. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/er/n41/05.pdf>. Acesso em 24 jun. 2016.
- MANZINI, Eduardo José. Tecnologia assistiva para educação: recursos pedagógicos adaptados. In. SORRI_BRASIL (org) **Ensaios pedagógicos: construindo escolas inclusivas**. p.82-86. Brasília: MEC, SEESP, 2005. Disponível em:http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ensaiospedagogicos.pdf>. Acesso: 23 jun. 2016.
- MARQUES, Carlos Alberto; MARQUES, Luciana Pacheco (Org.). **Da exclusão à inclusão:** (re)construindo significados à luz dos pensamentos de Vygotsky, Paulo Freire e Michel Foucault. Juiz de Fora/MG: Ed. UFJF, 2009.
- MOREIRA, L. C.; STOLTZ, T. (Coord.). Altas habilidades/superdotação, talento, dotação e educação. Curitiba: Juruá, 2012. 251-259.
- SILVA, Mariana Cesar Verçosa; MELETTI, Silvia Márcia Ferreira. Estudantes com necessidades educacionais especiais nas avaliações em larga escala: prova Brasil e ENEM. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília, v. 20, n. 1, p. 53-68, Mar. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382014000100005&lng=en&nrm=iso. Acesso em 23 Jun. 2016.

Curso de Licenciatura em Geografia Ifes – Campus Nova Venécia			
Disciplina	Disciplina: Formação do Território Brasileiro		
Núcleo: II	Núcleo: II - Aprendizagem e Aprofundamento dos Conhecimentos Específicos (AACE)		
	Carga horária total:	Carga horária total: 90 horas	
Carga	Carga horária presencial: 50 horas Carga horária EAD: 40 horas		
horária			
	Carga horária prática	Carga horária extensionista	
	(X)Sim ()Não	() Sim (X) Não	
	20 horas		

Período: 5º

Ementa: Os primórdios da colonização (séculos XVI e XVII) - pau brasil, cana-de-açúcar, pecuária e seus reflexos sobre a expansão dos domínios coloniais portugueses; o ciclo do Ouro e a transformação/expansão territorial dos domínios portugueses no século XVIII; pós-ciclo do ouro e Independência: dinâmicas do território brasileiro entre fins do século XVIII e início do

século XIX; café, abolição da escravidão e imigração europeia: o território do Brasil no século XIX; Auge do café, ciclo da borracha, república e início da industrialização: o território brasileiro entre fins do séculos XIX e início do século XX; o Brasil na Primeira República - a consolidação de uma economia agrário-exportadora (sob a histórica hegemonia das oligarquias rurais); Era Vargas: divisor de águas na modernização e industrialização do território; O Nacional desenvolvimentismo dos anos democráticos e a Ditadura Militar: a continuidade da "modernização" do território brasileiro; o território brasileiro no início do século XXI - dinâmicas e contrastes regionais.

Objetivo Geral: Compreender o processo de formação do território brasileiro, reconhecendo sua heterogeneidade, sua vasta diversidade étnico-cultural e socioeconômica, a pluralidade de sujeitos que o compõem, suas respectivas territorialidades e as interações/conflitos delas decorrentes.

Bibliografia Básica:

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 2006.

GUIMARÃES, Eduardo Nunes; LEME, Heládio Nunes Guimarães. Caracterização histórica e configuração espacial da estrutura produtiva do Centro-Oeste. Campinas: Textos Nepo, 1997. Disponível em

https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/textos_nepo/textos_nepo_33.pdf

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia, Amazonas** – 1ª Edição. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil** – 43ª Edição - 2012. São Paulo: Editora Brasiliense, 2012.

SANTOS, Milton, e, SILVEIRA, Maria Laura. **Brasil: Território e Sociedade no Início do Século XXI.** São Paulo: Editora Record, 2010.

Bibliografia Complementar:

BACKER, Bertha K. Brasil: **Uma Nova Potência Regional na Economia do Mundo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORREA, Roberto Lobato. **Brasil:**Questões Atuais da Reorganização do Território. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Índios no Brasil: história, direitos e cidadania**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

FANON, F. Pele Negra, Máscaras Brancas. Salvador: Editora Edufba, 2008.

FREYRE, Gilberto. Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. São Paulo, Global, 2013.

GARCIA, Carlos. O que é Nordeste Brasileiro? São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e Quilombos** – 1ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LUVIZOTTO, C. **Cultura gaúcha e separatismo no Rio Grande do Sul**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. Disponível em https://static.scielo.org/scielobooks/kkf5v/pdf/luvizotto-9788579830082.pdf

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e História do Brasil** − 2ª Edição. São Paulo: Editora Annablume, 2005.

OLIVEIRA, Francisco de. **Noiva da Revolução; Elegia Por Uma Re(li)gião**. São Paulo: Boinotempo Editorial, 2008.

PRADO JUNIOR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Companhia das Letras, 2011

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ROSS, Jurandyr L. Sanches (org.). Geografia do Brasil. São Paulo, Edusp: 2014.

Curso de Licenciatura em Geografia Ifes – Campus Nova Venécia			
Disciplina	Disciplina: Pedologia		
Núcleo: II - Aprendizagem e Aprofundamento dos Conhecimentos Específicos (AACE)			
	Carga horária total: 90 horas		
Carga	Carga horária presencial:	50 horas	
horária	Carga horária EAD:	40 horas	
	Carga horária prática	Carga horária extensionista	
	(X)Sim ()Não	() Sim (X) Não	
	20 horas		

Período: 5º

Ementa: História dos solos e a evolução dos estudos pedológicos, com ênfase na Pedologia Tropical. Conceitos fundamentais de solo e suas funções no ambiente. Aplicações científicas e práticas do estudo dos solos na Geografia. Gênese dos solos: fatores e processos de formação. Componentes do solo e suas interações. Morfologia e propriedades do solo: escalas de observação, métodos e técnicas; macromorfologia e introdução à micromorfologia. Relações entre clima, vegetação, solo, relevo e rocha. Introdução ao manejo ecológico dos solos: práticas sustentáveis de uso e conservação do solo, impacto das atividades humanas sobre os solos e estratégias para a mitigação da degradação ambiental. Técnicas de recuperação e manutenção da qualidade dos solos em diferentes ecossistemas.

Objetivo Geral: Compreender o solo, enquanto recurso natural, a partir de elementos das duas principais ramificações das Ciências dos Solos, a Pedologia e a Edafologia, através do estudo das propriedades físicas, químicas e biológicas dos solos; do entendimento dos fatores e processos atuantes na formação, sobretudo, dos solos tropicais e da relação das características e propriedades dos solos com o crescimento e desenvolvimento das plantas.

Possibilitar, ainda, o conhecimento das técnicas de descrição e identificação de solos a campo e de diferentes perfis pedogenéticos, tornando o discente apto a identificar as diferentes classes de solos e desenvolver pesquisas sobre o tema, além de subsidiar a discussão da relação das propriedades pedogenéticas e edafológicas com o uso e gestão dos solos, conforme os princípios de manejo e conservação socioambiental.

Bibliografia Básica:

LEMOS, Raimundo Costa de & SANTOS, Raphael David dos. **Manual de descrição e coleta de solos no campo.** Campinas: Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 1996. 84p.

LEPSCH, Igo. Formação e Conservação dos Solos. São Paulo: Oficina de Textos,

PRIMAVESI, Ana. **Manual do solo vivo: solo sadio, planta sadia, ser humano sadio**. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

RESENDE, Mauro; CURI, Nilton; REZENDE, Sérvulo Batista & CORRÊA, Gilberto Fernandes. **Pedologia: base para distinção de ambientes**. Lavras: Editora UFLA, 2007.

TOLEDO, M. C. M.; O LIVEIRA, S. M. B de & MELFI, A. J. Intemperismo e Formação do Solo. IN: TEIXEIRA, W et. Al (org). **Decifrando a Terra** . São Paulo: Oficina de Textos, 2000. p.139 150.

Bibliografia Complementar:

BRADY, N & WEIL, RAY. **Elementos da Natureza e Propriedades dos Solos**. Tradução técnica : Igo Lepsch. Porto Alegre: Bookman, 2013.

KHER, João Carlos; SCHAEFER, Carlos Ernesto G. R.; Pablo Vidal-Torrado. **Pedologia: Fundamentos**. Viçosa: MG: SBCS, 2012.

KHATOUNIAN, Carlos Armênio. **A reconstrução ecológica da agricultura.** Botucatu: Agroecológica, 2001.

LEPSCH, Igo. 19 lições de Pedologia . São Paulo: Oficina de Textos,

OLIVEIRA, Milson Lopes (org). **Curso de manejo Ecológico, conservação do solo e da água e reabilitação de áreas degradadas**. Colatina: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, 2012.

	Curso de Licenciatura em Geografia Ifes – Campus Nova Venécia		
Disciplina:	Disciplina: Práticas e instrumentação para o ensino		
Núcleo: III -	Núcleo: III - Atividades Acadêmicas de Extensão (AAE)		
	Carga Horária Total:	60 horas	
Carga	Carga Horária Presencial:	60 horas	
Horária	Carga Horária EAD:	Não há	
	Carga Horária Prática (X) Sim () Não 20 horas	Carga Horária Extensionista (X)Sim ()Não 60 horas	

Período: 5º

Ementa: Espaços não formais de ensino. Geografia e competência leitora e escritora. Estratégias de ensino. Diferentes linguagens na produção geográfica. Programa nacional do livro didático. Produção de material didático. Maquetes e mapas táteis. Tecnologias da informação e comunicação no processo de ensino aprendizagem.

Objetivo Geral: Desenvolver habilidades e estratégias para a aplicação prática e experimental do ensino com ênfase na integração de diferentes linguagens e tecnologias no processo educativo visando promover abordagens diversificadas para o ensino de Geografia.

Bibliografia básica:

CALLAI, H.C. et al. (Orgs.). **Geografia em sala de aula:** práticas e reflexões. 5. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2010

CAVALCANTI, Lana de S. **Temas de Geografia na Escola Básica**. Campinas: Papirus, 2013 CASTELLAR, S. **Educação Geográfica: teorias e práticas docentes**. São Paulo: Contexto, 2005.

Bibliografia complementar:

ANTONIO FILHO, F. D. **Geografia na Prática. Conhecimento Prático** – Geografia. São Paulo: Escala Educacional, 2010.

LARROSA, Jorge. **Pedagogia profana: danças, piruetas e mascaradas**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PONTUSCHKA, N. N.; PAGANELLI, T. I.; CACETE, N. H. Representações cartográfica: plantas, mapas e maquetes. In: PONTUSCHKA, N. N.; PAGANELLI, T. I.; CACETE, N. H. **Para ensinar e aprender Geografia**. São Paulo: Cortez, 2009.

PORTUGAL, Jussara F.; OLIVEIRA, Simone S. de; PEREIRA, Tânia R. Dias Silva (Org.). (Geo)grafias e linguagens: concepções, pesquisas e experiências formativas. Curitiba, PR: Editora CRV, 2013.

VENTURI, Luiz Antonio Bittar (Org.). **Geografia: práticas de campo, laboratório e sala de aula**. São Paulo, SP: Sarandi, 2011.

Curso de Licenciatura em Geografia | Ifes – Campus Nova Venécia

Disciplina: Estágio Supervisionado V

Núcleo: IV - Estágio Curricular Supervisionado (ECS)

Carga
Horária

Carga Horária Total:	70 horas
Carga Horária Presencial:	70 horas
Carga Horária EAD:	Não há
Carga Horária Prática (X)Sim ()Não 70 horas	Carga Horária Extensionista () Sim (X) Não

Período: 5º

Ementa: A Geografia na Educação Básica. Planejamento Escolar. Estratégias, metodologias e práticas de ensino de Geografia. Interdisciplinaridade. Projetos interdisciplinares. Gestão de sala de aula. Ética e trabalho docente. Docência e prática docente reflexiva.

Objetivo Geral: Proporcionar uma experiência prática e integrada no ambiente escolar, promovendo a análise crítica da prática docente, a aplicação de métodos de ensino contextualizados, a participação ativa em atividades escolares, o desenvolvimento de projetos interdisciplinares, a gestão dinâmica da sala de aula e a compreensão das diversas abordagens pedagógicas para aprimorar a aprendizagem dos estudantes.

Bibliográfica básica:

ANTUNES, Celso. Geografia e Didática. Petrópolis: Vozes, 2010.

CASTELLAR, Sônia. **Educação Geográfica**: teorias e práticas docentes. São Paulo: Contexto, 2005.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Temas de Geografia na Escola Básica. Campinas: Papirus, 2013.

Bibliografia complementar:

CARLOS, Ana Fani Alexandri. **A Geografia na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2015. CAVALCANTI, Lana de Souza. **O Ensino de Geografia nas Escolas**. Campinas: Papirus, 2012.

DEMO, Pedro. Interdisciplinaridade: **Um Projeto em Parceria**. São Paulo: Editora Vozes, 2013.

LIMA, Maria Socorro Lucena, e PIMENTA, Selma Garrido. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2010.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Para onde vai o ensino de Geografia?** São Paulo: Contexto, 2017.

Curso de Licenciatura em Geografia Ifes – Campus Nova Venécia			
Disciplina:	Disciplina: Currículo e Geografia Escolar		
Núcleo: I - Estudos de Formação Geral (EFG)			
	Carga Horária Total:	80 horas	
_	Carga Horária Presencial:	30 horas	
Carga Horária	Carga Horária EAD:	50 horas	
Inorana	Carga Horária Prática	Carga Horária Extensionista	
	(X)Sim ()Não	()Sim (X)Não	
	20 horas		

Período: 6º

Ementa: Introdução ao Currículo Escolar. Políticas Educacionais e Currículo. Currículo de Geografia. Planejamento e Organização do Currículo. Contextos e Diversidades no Ensino de Geografia.

Objetivo Geral: Proporcionar uma compreensão sobre o currículo escolar, com ênfase especial na integração dos conteúdos geográficos, além de desenvolver competências para a análise crítica e a elaboração de currículos, bem como a adaptação de conteúdos geográficos aos diferentes contextos educacionais.

Bibliográfica básica:

BRASIL. Ministério da Educação /Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: História e Geografia**. Brasília : MEC/SEF, 1997.

Brasil. Ministério da Educação /Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros** curriculares nacionais: Geografia (Terceiro e quarto Ciclos do Ensino Fundamental – 5ª a 8ª série). Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação /Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros curriculares nacionais: Ensino Médio**. Parte IV: Ciências Humanas e suas Tecnologias. Brasília: MEC/SEMT, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação /Secretaria de Educação Básica. **Orientações curriculares**para o ensino médio: Ciências humanas e suas tecnologias. Secretaria de Educação Básica.
– Brasília: MEC/SEB: 2006.

BRASIL. Ministério da Educação /Secretaria de Educação Básica/Diretoria de Currículos e Educação Integral. **Diretrizes curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica.** Brasília: MEC/SEB/DICEI: 2013.

BRASIL. Ministério da Educação /Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular: Ciências Humanas – Geografia Ensino Fundamental.** Brasília: MEC/SEB, 2017, p. 359-395.

- BRASIL. Ministério da Educação /Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas no Ensino Médio.** Brasília: MEC/SEB, 2018, p. 547-566.
- CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB fácil : leitura crítico-compreensiva artigo a artigo**. Petrópolis : Vozes, c1997.
- FRANCO, Maria Amélia Santoro (Org.). **Currículo, Conhecimento e Cultura:** Transformações e Desafios Contemporâneos. São Paulo: Cortez, 2012.
- LOPES, Alice Casimiro & MACEDO, Elizabeth. Teorias do Currículo. São Paulo: Cortez, 2011.
- MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa & CANDAU, Vera Maria. Indagações do Currículo: currículo, conhecimento e cultura. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ensfund/indag3.pdf
- SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: Uma Introdução às Teorias do Currículo**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

Bibliografia complementar:

- ARENDT, Hannah. A Crise na Educação. In: ARENDT, Hannah. **Entre o Passado e o Futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2011. p. 221-247. Disponível em:
 - http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/otp/hanna_arendt_crise_educacao.pdf
- AZAMBUJA, Leonardo Dirceu de. O ensino de Geografia na BNCC: os percursos didáticos, das habilidades às competências. In: **XIV ENPEG** (Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia), 29 de junho a 4 de julho de 2019, Campinas. Anais. Campinas: UNICAMP, 2019. p. 3643-3654. Disponível em <ocs.ige.unicamp.br>.
- CORRÊA MAIA, Diego. Ensino de Geografia em Debate. Salvador : EDUFBA, 2014.
- GIROTTO, Eduardo Donizeti. Dos PCNS a BNCC: o ensino de Geografia sob o domínio neoliberal. **GeoUERJ**. Rio de Janeiro, n. 30, p. 419-439, 2017. Disponível em: <doi:10.12957/geouerj.2017.23781>
- LORO, A. P.; GUIMARÃES, J. A & CONTO, J. C. V. 2024. Aproximações e tensões do currículo escolar: das teorias tradicionais as teorias-pós-críticas. **Revista Momento: diálogos em educação**, E-ISSN 2316-3100, v. 33, n. 2, p. 386-403, mai./ago., 2024.
- MARTINS, Angela Maria. Diretrizes Curriculares Nacionais para Ensino Médio: Avaliação de Documento. **Cadernos de Pesquisa**, n. 109, p. 67-87, março/2000. Disponível em: < https://doi.org/10.1590/S0100-15742000000100004>
- MENEZES, Victória Sabbado & KAERCHER, Nestor André. Geografia Escolar: as concepções teóricas e a epistemologia da prática do professor de Geografia. In: **Movimentos para ensinar geografia : oscilações**. 2.ed. Goiânia : C&A Alfa Comunicação, 2019. P. 293-308. Disponível em: < https://lume.ufrgs.br/handle/10183/196480>
- PONTUSCHKA, Nídia Nacib; PAGANELLI, Tânia Steren dos Santos; CACETE, Leila Denise Araújo. **Ensino de Geografia: Práticas e Textualizações no Cotidiano**. São Paulo: Contexto, 2007.
- SÁ, Maria Roseli G. de. **Pontos sobre Currículo Escolar**. Material didático utilizado para estudos sobre Currículo. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, Departamento de Educação I, 2008. Digitado.
- SACRISTÁN, J. Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SOARES, Marco. O PCN de Geografia: da reestruturação produtiva à fenomenologia. In: **Boletim Paulista de Geografia,** São Paulo, n. 93, p. 147-158, 2013. Disponível em: < https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/334/317>

YOUNG, Michael. Teoria do Currículo: o que é e por que é importante. **Cadernos de Pesquisa**. v.44, n. 151, p. 190-202, jan./mar.2014. Disponível em:

https://doi.org/10.1590/198053142851

Curso de Licenciatura em Geografia Ifes – Campus Nova Venécia			
Disciplina:	Disciplina: Geografia Urbana		
Núcleo: II - Aprendizagem e Aprofundamento dos Conhecimentos Específicos (AACE)			
	Carga Horária Total:	90 horas	
	Carga Horária Presencial:	50 horas	
Carga Horária	Carga Horária EAD:	40 horas	
Horana	Carga Horária Prática (X) Sim () Não 10 horas	Carga Horária Extensionista () Sim (X) Não	

Período: 6º

Ementa: Questões conceituais: campo x cidade / rural x urbano; o processo de urbanização mundial: histórico e contrastes geográficos; a urbanização brasileira: histórico e contrastes regionais; redes urbanas e hierarquia urbana; o fenômeno metropolitano e suas manifestações no território brasileiro; a cidade como mercadoria: agentes produtores do espaço urbano nas cidades capitalistas; fragmentação do espaço urbano e segregação socioespacial; violência urbana e a estigmatização das "periferias"; questões ambientais urbanas; noções básicas sobre planejamento urbano no Brasil.

Objetivo Geral: Compreender o fenômeno da urbanização e suas dinâmicas espaciais, sobretudo a partir da Modernidade e do desenvolvimento do sistema capitalista, com ênfase no atual período da globalização.

Bibliografia Básica:

SANTOS, Milton. **Urbanização Brasileira.** São Paulo: Editora Edusp, 2013.

SANTOS JUNIOR, A., RIBEIRO, L. (org.) **As Metrópoles e a Questão Social Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2010.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do Desenvolvimento Urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O Desafio Metropolitano**: um estudo sobre a problemática sócioespacial nas metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a Cidade:** Uma Introdução Crítica ao Planejamento e a Gestão Urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo: Editora Contexto, 2000

WHITAKER, Arthur Magon e, SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Cidade e Campo**: Relações e Contradições Entre o Urbano e o Rural. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013.

SANTOS, Milton. Da Totalidade ao Lugar. São Paulo: Editora Edusp, 2005.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida, CORREA, Roberto Lobato, e, PINTAUDI, Silvana Maria (Org.). **A Cidade Contemporânea.** São Paulo: Editora Contexto, 2016.

Bibliografia complementar:

ADLER, Frederick R., e TUNER, Colby J. **Ecossistemas urbanos**. São Paulo: Oficina de Textos, 2015.

ANDRADE, Tarcísio Bahia de. **Visões sobre a cidade:** a Grande Vitória em textos e imagem. Vitória: EDUFES, 2011.

CÂMARA NETO, Gilberto; MONTEIRO, Antonio Miguel Vieira.; ALMEIDA, Cláudia Maria de (Org.). **Geoinformação em urbanismo: cidade real X cidade virtual**. São Paulo: Oficina de Textos, 2007.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Crise Urbana. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A Condição Espacial. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A Cidade. São Paulo: Editora Contexto, 1992

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A Produção do Espaço Urbano**. São Paulo: Editora Contexto, 2017.

CARLOS, Ana Fani Alessandri et al (Org.). **A Cidade Como Negócio**. São Paulo: Editora Contexto, 2000.

GUERRA, José Teixeira (Org.). **Geomorfologia Urbana.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. SERPA, Ângelo. **Espaço Público na Cidade Contemporânea**. São Paulo: Editora Contexto,

SPOSITO, Eliseu Savério. A Vida nas Cidades. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

VITTE, Claudete de Castro Silva, e, KEINERT, Tania Margarete Mezzemomo. **Qualidade de Vida, Planejamento e Gestão Urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

	Curso de Licenciatura em Geografia Ifes – Campus Nova Venécia		
Disciplina	: Biogeografia		
Núcleo: II	Núcleo: II - Aprendizagem e Aprofundamento dos Conhecimentos Específicos (AACE)		
	Carga horária total:	90 horas	
Carga	Carga horária presencial:	50 horas	
horária	Carga horária EAD:	40 horas	
	Carga horária prática	Carga horária extensionista	
	(X)Sim ()Não	() Sim (X) Não	
	20 horas		

Período: 6º

Ementa: Introdução à Biogeografia: conceitos fundamentais e sua importância para a Geografia. História e evolução dos estudos biogeográficos. Distribuição e variabilidade das formas de vida no planeta: padrões e processos. Fatores determinantes da distribuição dos seres vivos: clima, solo, relevo, e interações bióticas. Ecossistemas e biomas: características, distribuição e dinâmica. Biogeografia e mudanças ambientais: impactos das alterações climáticas e atividades humanas na biodiversidade. Metodologias de estudo em Biogeografia: técnicas de coleta e análise de dados, mapeamento e modelagem de distribuições. A relação entre a biogeografia e a conservação da biodiversidade: estratégias para preservação e manejo

Página 91

sustentável. Estudos de caso sobre a biogeografia de diferentes regiões do mundo e suas implicações para a gestão ambiental e o planejamento territorial.

Objetivo Geral: Compreender os padrões e processos que determinam a distribuição dos seres vivos no planeta, abordando os fatores bióticos e abióticos que influenciam a biodiversidade, e a aplicar esses conhecimentos na análise de ecossistemas e na gestão ambiental, considerando as mudanças climáticas e a intervenção humana.

Bibliografia Básica:

AB SABER, Aziz. **Domínios de Natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.

BROWN, James, e LIMOLINO, Mark. **Biogeografia**. Ribeirão Preto: FUNPEC Editora, 2006. COX, Barry C., e MOORE, Peter D. **Biogeografia**: uma abordagem ecológica e evolutiva. São Paulo: LTC, 2009.

FIGUEIRÓ, Adriano S. **Biogeografia: dinâmicas e transformações da natureza**. São Paulo: Oficina de Textos, 2015.

Bibliografia Complementar:

AB´ SABER, Aziz. Brasil: paisagens de exceção: o litoral e o Pantanal Mato-Grossense: patrimônios básicos. São Paulo: Ateliê Editorial, 2006.

ALMEIDA, Flávio Gomes de. **Ordenamento Territorial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.LEFF, Henrique. **Ecologia, capital e cultura.** Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

LOBINO, Maria das Graças Ferreira. **A práxis ambiental educativa:** diálogos entre diferentes saberes. Vitória: EDUFES, 2013.

GUERRA, Antônio José Teixeira, e CUNHA, Sandra Baptista da. **A questão ambiental:** diferentes abordagens. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

COUTINHO, Leopoldo Magno. Biomas brasileiros. São Paulo: Oficina de Textos, 2016.

	Curso de Licenciatura em Geografia Ifes – Campus Nova Venécia		
Disciplina:	Disciplina: Educação das Relações Étnico-Raciais		
Núcleo: III	Núcleo: III - Atividades Acadêmicas de Extensão (AAE)		
	Carga horária total	50 horas	
Carga	Carga horária presencial	50 horas	
horária	Carga horária EAD	Não há	
	Carga horária prática	Carga horária extensionista	
	(X)Sim ()Não	(X)Sim ()Não	
	20 horas	50 horas	

Período: 6º

Ementa: Compreensão de conceitos fundamentais para a promoção da educação para as relações étnico-raciais: raça, etnia, racismo, preconceito, intolerância, estereótipo, identidade, cultura, diversidade, multiculturalismo, negritude, branquitude, antirracismo, ações afirmativas, genocídio, epistemicídio e interseccionalidade. Legislação e Políticas Públicas: A Lei 10.639/03 e a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. A Lei 11.645/08 e a inclusão da história e cultura indígena no currículo escolar. Políticas afirmativas e suas implicações na educação. Contribuições dos povos africanos e

indígenas para a formação da sociedade brasileira. Tradições culturais, religiosidade e resistência. A diáspora africana e a construção das culturas afro-brasileiras. Manifestação do racismo no ambiente escolar: casos, consequências e enfrentamento. O papel do educador no combate ao racismo e na promoção da equidade racial. Práticas pedagógicas antirracistas e valorização da diversidade. Integração dos conteúdos étnico-raciais nos currículos escolares. Metodologias e estratégias para o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena. Recursos pedagógicos e tecnologias para a promoção da diversidade étnico-racial. A importância da representatividade no currículo, materiais didáticos e espaços escolares. Análise de experiências exitosas em educação das relações étnico-raciais.

Este componente curricular tem como objetivo a construção de itinerários, práticas, oficinas, planos de aula, materiais didáticos para a prática extensionista em espaços formais e não formais de educação com a temática das Relações Étnico-raciais, com a culminância na exposição durante a Semana de Consciência Negra.

Objetivo Geral: A disciplina visa promover a compreensão crítica das relações étnico-raciais no Brasil, com foco em suas implicações educacionais. Busca-se capacitar futuros educadores para atuar na promoção da igualdade racial e no combate ao racismo, por meio da valorização da diversidade étnico-cultural.

Bibliografia Básica: (03)

- BRASIL. Lei nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003. Inclui a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-brasileira" no currículo oficial da rede de ensino. Brasília: Diário Oficial da União, 10 de janeiro de 2003.
- BRASIL. Lei nº. 11.645 de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília: Diário Oficial da União, 11 de março de 2008.
- BRASIL. CNE/CP. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Diário Oficial da União, Brasília, 22 de junho de 2004.
- BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃOCONTINUADA; ALFABETIZAÇÃO; DIVERSIDADE.

 Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais. MEC/Secad, Brasília 2006. Disponível em:
 - http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/orientacoes_etnicoraciais.pdf Acesso em: 31 de julho de 2024
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.
- MATTOS, Regiane Augusto de. **História e cultura afro-brasileira**. 2.ed.; 6ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2016
- MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o Racismo na Escola.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf Acesso em: 31 de julho de 2019.

RIBEIRO, Djamila. Pequeno manual antirracista. São Paulo: Cia das Letras, 2019.

Bibliografia Complementar: (05)

Página 93

AGUIAR, Maciel de. Os últimos zumbis: a saga dos negros do Vale do Cricaré durante a escravidão. Porto Seguro: Brasil-Cultura, 2001.

BRASIL. **Lei nº 12.288 de 20 de julho de 2010.** Institui o Estatuto da Igualdade Racial. Brasília: Diário Oficial da União, 24 de novembro de 2003.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011. GONZALEZ, Lélia. **Lugar de Negro.** São Paulo: Marco Zero, 1982.

HALL, Stuart. A Identidade Cultural na Pós-Modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: Identidade Nacional versus Identidade Negra**. Petrópolis: Vozes, 2004.

MUNANGA, Kabengele . Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In. Cadernos Penesb - Programa de Educação Sobre o Negro na Sociedade brasileira. Niterói: EdUFF, n.5, 2000. Disponível em: http://www.uff.br/penesb/images/publicacoes/Penesb %205%20-%20Texto%20Kabenguele%20Munanga.pdf . Acesso em; 31 de julho de 2019

MUNANGA, Kabengele. **Origens africanas do Brasil contemporâneo**: histórias, línguas, culturas e civilizações. 3 ed. São Paulo: Gaudí Editorial, 2012

RICARDO, Fany Pantaleoni et al. **Povos indígenas no Brasil**: 2017/2022 Instituto Socioambiental, 2011. Disponível em:

https://acervo.socioambiental.org/acervo/publicacoes-isa/povos-indigenas-no-brasil-2017-2022-2a-ed . Acesso em 31 de julho de 2024

PIMENTEL, Spency. O **índio que mora na nossa cabeça**: sobre as dificuldades para entender os povos indígenas. São Paulo: Prumo, 2012

SILVA, Petronilha B. G. da. **Relações Raciais e Educação: Afirmação e Negação da Diversidade**. Brasília: MEC, 2005.

Curso de Licenciatura em Geografia Ifes – Campus Nova Venécia		
Disciplina:	Estágio Supervisionado VI	
Núcleo: IV	- Estágio Curricular Supervisionado (ECS)
	Carga Horária Total:	70 horas
Carga Horária	Carga Horária Presencial:	70 horas
	Carga Horária EAD:	Não há
погапа	Carga Horária Prática	Carga Horária Extensionista
	(X)Sim ()Não	() Sim (X) Não
	70 horas	
Período: 6	<u>0</u>	

Ementa: A Geografia na Educação Básica. Planejamento Escolar. Estratégias, metodologias e práticas de ensino de Geografia. Sequência didática. Avaliação da aprendizagem. Avaliação diagnóstica. Avaliação formativa. Gestão de sala de aula. Docência e prática docente reflexiva.

Objetivo Geral: Preparar o estagiário para a atuação docente em Geografia na Educação Básica, proporcionando experiências práticas e reflexivas que envolvam a análise da prática pedagógica, a participação ativa nas atividades escolares, o planejamento e a implementação de sequências didáticas, o gerenciamento da sala de aula e o desenvolvimento e aplicação de avaliações diagnósticas e formativas que visem a promoção da melhoria contínua no processo de ensino-aprendizagem.

Bibliográfica básica:

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem:** A Formação do Juízo e o Processo de Ensino-Aprendizagem. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2014. 159 p. ISBN 978-85-249-2625-5.

OLIVEIRA, Ana Lúcia S. de. **Sequências Didáticas:** Construindo Pontes entre a Prática e a Teoria. Campinas: Papirus Editora, 2015. ISBN 978-85-319-2061-8.

PASSINI, Elza, PASSINI, Romão, e MALYSZ, Sandra T. **Prática de Ensino de Geografia e Estágio Supervisionado.** São Paulo: Contexto, 2007.

Bibliografia complementar:

CAVALCANTE, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimento**. Campinas: Papirus, 2013.

LIMA, Maria Socorro Lucena, e PIMENTA, Selma Garrido. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2010.

KIMURA, Choko. **Geografia no Ensino Básico**. São Paulo: Contexto, 2014.

SILVA, José Carlos. **Avaliação da Aprendizagem em Geografia: Perspectivas e Práticas**. São Paulo: Editora do Brasil, 2017.

ZABALA, Antoni. A Prática Educativa: Como Ensinar. Porto Alegre: Artmed, 2012

Curso de Licenciatura em Geografia Ifes – Campus Nova Venécia		
Disciplina	: Diversidade e Educação	
Núcleo: I - Estudos de Formação Geral (EFG)		
	Carga horária total:	60
Carga	Carga horária presencial:	30
horária	Carga horária EAD:	30
	Carga horária prática	Carga horária extensionista
	() Sim (X) Não	() Sim (X) Não

Período: 7º

Ementa: Conceitos de multiculturalismo, diversidade, diferença e identidade e suas relações com a educação. Preconceito e discriminação no Brasil: contexto histórico, abordagem conceitual e as lutas e conquistas do Movimento Negro. Legislação e Políticas para a educação das Relações Étnico-raciais. Desenvolvimento de práticas pedagógicas para a educação das relações étnico-raciais. Conceito e relações de gênero como construção social, histórica, cultural e política. Práticas pedagógicas para as relações de gênero. Educação e direitos humanos: construção histórica das referências teóricas acerca dos direitos humanos e da cidadania. Políticas educacionais em face ao ideal de direitos humanos. Práticas educativas como meio de propagação dos direitos humanos. Papel dos professores e da escola na consolidação de uma cultura da diversidade e dos direitos humanos.

Objetivo Geral: Compreender as relações entre cultura, educação e sociedade na perspectiva da educação para a diversidade e direitos humanos.

Bibliografia Básica:

ARROYO, Miguel e FERNANDES, Bernardo Mançano. **Por uma Educação Básica do campo**: a Educação Básica e o movimento social no campo. V.2. Brasília, 1999.

CANDAU, Vera Maria; ANDRADE, Marcelo; SACAVINO, Susana et alli. **Educação em direitos humanos e formação de professores/as**. São Paulo: Cortez, 2013.

- CANDAU, Vera Maria; MOREIRA, Antônio Flávio. (org.) **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.
- CAPRINI, Aldieris Braz Amorim (org.). **Educação e Diversidade Étnico-racial**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.
- LOURO, Guacira. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis: Vozes, 2004.

Bibliografia Complementar:

- BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Programa Diversidade na Universidade.** Diretoria de Ensino Médio. RAMOS, M.N.; ADÃO, J. M.;
 BARROS,
- G. M. N. Diversidade na educação: reflexões e experiências. Brasília, 2003.
- CANDAU, Vera Maria (org). **Didática Crítica Intercultural: aproximações**. Petropólis, RJ: Ed. Vozes, 2012.
- CANDAU, Vera. Maria e Outros. **Oficinas pedagógicas de direitos humanos**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- GOMES, Nilma Lino; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **Experiências étnico-culturais para a formação de professore**s. 3 Ed. Belo Horizonte: Autentica, 2011.
- SCHILLING, Flávia (Org.). **Direitos humanos e educação** outras palavras, outras práticas. São Paulo: Cortez, 2005.

Curso de Licenciatura em Geografia Ifes – Campus Nova Venécia			
Disciplina	Disciplina: Trabalho e Educação		
Núcleo: I - Estudos de Formação Geral (EFG)			
	Carga horária total	30h	
Carga	Carga horária presencial	30h	
horária	Carga horária EAD	Não há	
	Carga horária prática	Carga horária extensionista	
	() Sim (X) Não	() Sim (X) Não	

Período: 7º

Ementa: O mundo do trabalho e a formação humana. As relações históricas entre educação, economia e sociedade. Trabalho, conhecimento e os processos educativos na história brasileira. O trabalho e o emprego no contexto da globalização do capital e as dimensões ética, política e econômica da qualificação da força de trabalho. O direito do trabalhador à educação e as perspectivas históricas e ontológicas da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil.

Objetivo Geral: Analisar as transformações do mundo do trabalho e suas implicações na Educação Básica e Profissionalizante

Bibliografia Básica:

- CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- FRIGOTTO, G., CIAVATTA, M. e RAMOS, M. **Ensino médio integrado**: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.
- SAVIANI, D. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**. Revista Brasileira de Educação. v.12, n. 34, Jan/Abr. 2007.

Bibliografia Complementar:

- ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ENGUITA, M. **Trabalho, escola e ideologia**: Marx e a crítica da educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993. GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- KUENZER, A. (org.). Ensino médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. São Paulo: Cortez, 2000.
- PISTRAK. Fundamentos da escola do trabalho. São Paulo: Expressão Popular, 2000
- POCHMANN, M. O emprego na globalização. São Paulo: Boitempo, 2001.

Curso de Licenciatura em Geografia Ifes – Campus Nova Venécia			
Disciplina:	Disciplina: Geografia Agrária		
Núcleo: II - Aprendizagem e Aprofundamento dos Conhecimentos Específicos (AACE)			
	Carga horária total:	90 horas	
Carga	Carga horária presencial:	50 horas	
horária	Carga horária EAD:	40 horas	
	Carga horária prática	Carga horária extensionista	
	(X)Sim ()Não	() Sim (X) Não	
	20 horas		

Período: 7º

Ementa: A agricultura sob o capitalismo; as contradições do capital e o "nicho" do campesinato na economia capitalista; o campesinato e a questão agrária no Brasil: histórico e tendências atuais; a (não) Reforma Agrária no Brasil e a atuação dos movimentos sociais no campo; agropecuária e a questão ambiental: os paradigmas do capitalismo, a Revolução Verde e seus impactos socioambientais; o espaço agrário e as fronteiras do capitalismo e da Modernidade; povos tradicionais e a expansão das fronteiras agrícolas no Brasil: territorialidades e cosmologias em conflito.

Objetivo Geral: Compreender as transformações que a agricultura e o espaço agrário brasileiro e mundial sofreram ao longo do desenvolvimento do capitalismo em suas diversas fases e as atuais tendências de (re)configuração do campo sob o capitalismo informacional/neoliberal, seus vínculos e inter-relações com os espaços urbanos, bem como o papel dos sujeitos envolvidos nesses processos, suas inter-relações e conflitos

Bibliografia Básica:

- CARVALHO, Horácio Martin de. **Chayanov e o campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2014
- COSTA, Sandra Helena Gonçalves. **A Questão Agrária no Brasil e a Bancada Ruralista no Congresso Nacional**. Dissertação (Mestrado em Geografia). FFLCH- USP. São Paulo, 2012. 325p.
- MARTINS, José de Souza. O Cativeiro da Terra. São Paulo: Editora Contexto, 2010.
- ______. Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano. 2ª Edição São Paulo: Contexto, 2009.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária. São Paulo: Labur Edições, 2007. 184p. Disponível em https://gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/modo capitalista.pdf. Acesso em 2024. . A Mundialização da Agricultura Brasileira. São Paulo: landé Editorial, 2016, 545p. Disponível em http://agraria.fflch.usp.br/sites/agraria.fflch.usp.br/files/LIVRO%20%20MUNDIALIZA %C3%87%C3%83O%20pronto.pdf. PAULINO, Eliane Tomiasi. Por uma geografia dos camponeses. São Paulo: Ed.UNESP, 2012. **Bibliografia Complementar:** ALMEIDA, Rosimeire Aparecida de. (Re) criação do campesinato, identidade e distinção. A luta pela terra e o habitus de classe. São Paulo, Editora da Unesp, 2006. ELIAS, Denise. Globalização e Agricultura. São Paulo: Editora Edusp, 2003. FELICIANO, Carlos Alberto. Movimento camponês rebelde. São Paulo: Contexto, 2006. GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Amazônia, Amazônias. 3ª Edição. São Paulo: Contexto, 2012. GÚZMAN, Eduardo Sevilla, e MOLINA, Manuel González de. Sobre a evolução do conceito de campesinato. São Paulo: Expressão Popular, 2005. IANNI, Octávio. Origens agrárias do Estado brasileiro. São Paulo: Brasiliense, 2004. MOTTA, Marta. Dicionário da Terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo. São Paulo: Cia das Letras, 2000. _. História Econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2012. SPOSITO, Maria Beltrão Encarnação, e WHITAKER, Arthur Magon. Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural. 2ª Edição. São Paulo: Expressão Popular, 2010. STÉDILE, João Pedro (Org.). A questão agrária no Brasil. Vol.1. O debate tradicional – 1500 – 1960. São Paulo: Expressão Popular, 2011. . A questão agrária no Brasil. Vol.2 O debate na esquerda – 1960 – 1980. São Paulo: Expressão Popular, 2011. . A questão agrária no Brasil. Vol.3 Programas de Reforma Agrária – 1946- 2003. São Paulo: Expressão Popular, 2011. . A questão agrária no Brasil. Vol.4 História e natureza das ligas camponesas – 1954 -1964. São Paulo: Expressão Popular, 2011. . A questão agrária no Brasil. Vol. 5. A classe dominante agrária: natureza e comportamento – 1964 - 1990. São Paulo: Expressão Popular, 2011. . A questão agrária no Brasil. Vol.6 O debate na década de 1990. São Paulo: Expressão Popular, 2011. . A questão agrária no Brasil. Vol. 7. O debate na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2011. STÉDILE, João Pedro, e FERNANDES, Bernardo Mançano. Brava Gente. A trajetória do MST e a luta ela terra no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

SMITH, Roberto. Propriedade da terra em transição. São Paulo: Brasiliense, 2008.

Curso de Licenciatura em Geografia Ifes – Campus Nova Venécia		
Disciplina: Hidrografia		
Núcleo: II - Aprendizagem e Aprofundamento dos Conhecimentos Específicos (AACE)		
	Carga Horária Total:	90 horas
_	Carga Horária Presencial:	50 horas
Carga Horária	Carga Horária EAD:	40 horas
noraria	Carga Horária Prática (X)Sim ()Não 20 horas	Carga Horária Extensionista () Sim (X) Não

Período: 7º

Ementa: Introdução aos estudos de Hidrografia. Potamografia. As fontes de análise e métodos, o ciclo hidrológico, o balanço hidrológico. Bacia hidrográfica: características, classificação dos cursos d'água, sistemas de drenagem. Escoamento superficial: dinâmica e processos, os materiais transportados. Regimes dos cursos d'água. Recursos hídricos.

Objetivo Geral: Compreender as variáveis e fatores do quadro físico, do quadro humano (usos e atividades) e do quadro político-legal-institucional necessários para um processo de gestão de bacias.

Bibliográfica básica:

CHRISTOFOLETTI, A. Geomorfologia Fluvial. In: Geomorfologia. São Paulo: Blucher, 2015.

FLORENZANO, T. A. **Geomorfologia: conceitos e tecnologias**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

STEVAUX, José Candido; LATRUBESSE, Edgardo Manuel. **Geomorfologia fluvial**. São Paulo: Oficina de Textos, c2017. 336 p. (Coleção Geografia)

TORRES, F. T. P.; MARQUES NETO, R. & MENEZES, S de O. Geomorfologia fluvial. In: **Introdução** à **Geomorfologia.** São Paulo: Cengage Learning, 2012. Coleção Textos básicos de Geografia. p. 145-174.

TEIXEIRA, W; TOLEDO, M. C. M.; OLIVEIRA, S. M. B de & MELFI, A. J. Rios e processos aluviais. In: **Decifrando a Terra**. São Paulo: Oficina de Textos, 2000. p.139-150

Bibliografia complementar:

BIGARELLA, João José e SUGUIO, Kenitiro. Ambiente fluvial. Curitiba, UFPR, 1979.

CHRISTOFOLETTI, A. Geomorfologia fluvial. São Paulo: Edgard Blücher, 313 p. 1981.

CHRISTOFOLETTI, Antonio. **Análise morfométrica das bacias hidrográficas**. In: Boletim Geográfico, (220), Rio de Janeiro, IBGE, 197l, p. 131-159. Disponível em: < http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/ monografias/GEBIS%20- %20RJ/boletimgeografico/Boletim%20Geografico%201971%20v30%20n220.pdf>

GUERRA, A. J. T. & CUNHA, S. B. **Geomorfologia e Ambiente**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1996.

DIETRICH SCHIEL & SERGIO MASCARENHAS & NORA VALEIRAS & ET AL. Estudo de Bacias Hidrográficas. São Paulo, SP. Ed. Rima, 2003.

PORTO, RUBEM LA LAINA. **Técnicas quantitativas para o gerenciamento de recursos hídricos**. Porto Alegre: ABRH, 2002. 419p.

RODRIGUES, C.; ADAMI, S. Técnicas fundamentais para o estudo de bacias hidrográficas. In: VENTURI, L. A. B.. (Org.). **Praticando a Geografia: técnicas de campo e laboratório**. São Paulo: Oficina de Textos, 2005, v., p. 147-166.

SILVA, J. de P.; RODRIGUES, C. . Morfologia fluvial como indicador de geodiversidade: exemplos de rios brasileiros. **Revista de Geografia** (Recife), v. Vol. 2, p. 220-235, 2011. Disponível em: < www.revista.ufpe.br > Página inicial > Vol. 27, No 3 (2010).

Curso de Licenciatura em Geografia Ifes – Campus Nova Venécia		
Disciplina: SIG e Tecnologias Educacionais		
Núcleo: III - Atividades Acadêmicas de Extensão (AAE)		
	Carga Horária Total:	60 horas
	Carga Horária Presencial:	60 horas
Carga Horária	Carga Horária EAD: Não há	
Ilorana	Carga Horária Prática	Carga Horária Extensionista
	(X)Sim ()Não	(X)Sim ()Não
	20 horas	60 horas

Período: 7º

Ementa: Introdução aos Sistemas de Informação Geográfica (SIG): conceitos básicos, componentes e funcionamento. Aplicações dos SIG em Geografia: mapeamento, análise espacial e modelagem. Tecnologias geoespaciais emergentes: sensoriamento remoto, GPS e drones. Integração de SIG com outras ferramentas tecnológicas: bancos de dados espaciais e software de análise. Tecnologias Educacionais: definição, tipos e metodologias aplicadas ao ensino de Geografia. Desenvolvimento e uso de recursos digitais no ambiente educacional: plataformas online, aplicativos móveis e ferramentas interativas. Estratégias para a incorporação de SIG e tecnologias digitais na prática pedagógica: planejamento, execução e avaliação. Projetos e estudos de caso sobre a aplicação de SIG e tecnologias educacionais na sala de aula. Desafios e oportunidades no uso de tecnologias geoespaciais e educacionais para a formação de professores e o aprimoramento do ensino de Geografia.

Objetivo Geral: Capacitar os estudantes a utilizar Sistemas de Informação Geográfica (SIG) e tecnologias educacionais para aprimorar a prática pedagógica e a análise espacial, promovendo a integração de ferramentas digitais no ensino de Geografia e preparando-os para desenvolver e implementar soluções tecnológicas inovadoras no ambiente educacional.

Bibliográfica básica:

FITZ, Paulo Roberto. **Geoprocessamento sem complicação.** São Paulo: Oficina de Textos, 2008 FLORENZANO, Teresa Gallotti. **Iniciação em sensoriamento remoto.** São Paulo: Oficina de Textos, 2011.

SOUSA, Robson Pequeno de; MOITA, Filomena da M. C. da S. & CARVALHO, Ana Beatriz Gomes (org.). **Tecnologias Digitais na Educação**. Campina Grande: EDUEPB, 2011.Disponível em: < https://static.scielo.org/scielobooks/6pdyn/pdf/sousa-9788578791247.pdf>

LÉVY, Pierre. Cibercultura. Trad. Carlos Irineu da Costa. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2000. MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos T; BEHRENS, Maria Aparecida. **Novas tecnologias e mediação pedagógica.** Campinas-SP: Papirus, 2000.

PALLOFF, Rena M.; PRATT, Keith. **Construindo comunidades de aprendizagem no ciberespaço**: estratégias eficientes para salas de aula on-line. Trad. Vinícius Figueira. Porto Alegre: Artmed, 2002.

Bibliografia complementar:

- DI MAIO, Angelica Carvalho. **Geotecnologias Digitais no Ensino Médio**: avaliação prática de seu potencial. 2004. 189 f. Tese (Doutorado em Geografia) Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 2004.
- LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência:** o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.
- LÉVY, Pierre. **Educação e cibercultura**: a nova relação com o saber. Educação, Subjetividade e Poder. Porto Alegre, n. 5, p. 9-19, 1998.
- PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000 (Cap. 8, p. 125-139).
- RAIÇA, Darcy (Org.). Tecnologias para a educação inclusiva. São Paulo: Avercamp, 2008.

Curso de Licenciatura em Geografia Ifes – Campus Nova Venécia		
Disciplina: Estágio Supervisionado VII		
Núcleo: IV - Estágio Curricular Supervisionado (ECS)		
	Carga Horária Total:	70 horas
	Carga Horária Presencial:	70 horas
Carga Horária	Carga Horária EAD:	Não há
погагіа	Carga Horária Prática	Carga Horária Extensionista
	(X)Sim ()Não	()Sim (X)Não
	70 horas	

Período: 7º

Ementa: A Geografia na Educação Básica. Planejamento Escolar. Estratégias, metodologias e práticas de ensino de Geografia. Projeto de Vida e Geografia. Construção de componentes curriculares eletivos. Gestão de sala de aula. Docência e prática docente reflexiva.

Objetivo Geral: Proporcionar oportunidades para a análise crítica da prática pedagógica e da aplicação de métodos de ensino, a participação ativa em atividades escolares junto ao professor supervisor, a gestão participativa da dinâmica da sala de aula e o desenvolvimento de projetos de vida e componentes curriculares eletivos, com o intuito de preparar o estagiário para atuar de forma integrada e inovadora no ambiente escolar.

Bibliográfica básica:

- ARAGÃO, Maria do Carmo Ribeiro. **Geografia e Educação:** Propostas para o Ensino de Eletivas. São Paulo: Editora Contexto, 2018.
- BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas, e GEBRAN, Raimundo Abou. **Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores**. São Paulo: Avercamp, 2006.
- KRAMER, Sérgio. **Educação e Projeto de Vida**: Perspectivas e Práticas. Porto Alegre: Editora Artmed, 2016.

Bibliografia complementar:

ALMEIDA, Regina Célia de Oliveira. **Geografia e Projetos Interdisciplinares**: Estratégias e Práticas Educativas. São Paulo: Editora Moderna, 2019.

CASTELLAR, Sônia. **Educação Geográfica: teorias e práticas docentes**. São Paulo: Contexto, 2005.

CASTROGIOVANNI, Mário A. **O Ensino de Geografia: Práticas e Reflexões**. São Paulo: Editora Ática, 2014.

MAIA, Diego Correa. Ensino de Geografia em Debate. Salvador: Edufba, 2014.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Para onde vai o ensino de Geografia?** São Paulo: Contexto, 2017.

Curso de Licenciatura em Geografia Ifes – Campus Nova Venécia				
Disciplina: Gestão e Organização do Trabalho Escolar				
Núcleo: I - Estudos de Formação Geral (EFG)				
	Carga horária total:	60 horas		
Carga	Carga horária presencial:	30 horas		
horária	Carga horária EAD:	30 horas		
	Carga horária prática	Carga horária extensionista		
	(X)Sim ()Não	() Sim (X) Não		
	10 horas			

Período: 8º

Ementa: Introdução ao estudo da administração. Evolução histórica da administração escolar. Fundamentos da gestão dos sistemas de ensino e das escolas. A organização democrática da escola pública: bases legais e os desafios. O papel do gestor escolar na organização dos espaços educativos: variáveis comportamentais e ambientais. Pressupostos do projeto político-pedagógico da escola. A organização do trabalho escolar: noções gerais de planejamento, coordenação, controle e avaliação do trabalho pedagógico. Política educacional no contexto das políticas públicas. A sociedade contemporânea e os movimentos de reforma e mudanças da escola.

Objetivo Geral: Contextualizar conhecimentos teórico-práticos relativos à organização educacional, com vistas à compreensão do trabalho escolar e do papel atual da gestão da escolar.

Bibliografia Básica:

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. São Paulo: Heccus, 2013.

LUCK, Heloisa. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**. Série Cadernos de Gestão, vol. II; Petrópolis/RJ: Vozes, 2008.

PARO, V. H. **Administração Escolar: introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2012.

PARO, Vitor Henrique. Crítica da Estrutura da Escola. São Paulo: Cortez, 2013.

Bibliografia Complementar:

FERREIRA, Naura S. Carapeto. **Gestão democrática da educação**: atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortez, 2003.

GADOTTI, Moacir. **Autonomia da escola: princípios e propostas**. São Paulo: Cortez, 2000.

LUCK, Heloisa. **Gestão da cultura e do clima organizacional da escola.** Série Cadernos de Gestão. Vol. V; Petrópolis/RJ: Vozes, 2010.

PARO, Vitor. **Diretor Escolar: educador ou gerente**? São Paulo: Cortez, 2015.

SANTOS, Clovis Roberto dos. **O gestor educacional de uma escola em mudança**. São Paulo: Pioneira Thompsom Learning, 2002.

Curso de Licenciatura em Geografia Ifes – Campus Nova Venécia				
Disciplina: Educação de Jovens e Adultos				
Núcleo: I - Estudos de Formação Geral (EFG)				
	Carga horária total:	30 horas		
Carga	Carga horária presencial:	30 horas		
horária	Carga horária EAD:	Não há		
	Carga horária prática	Carga horária extensionista		
	()Sim (X)Não	() Sim (X) Não		

Período: 8º

Ementa: Fundamento histórico da educação de jovens e adultos; a política nacional e a fundamentação legal da educação de jovens e adultos; projetos e programas de educação profissional para jovens e adultos; Implicações metodológicas para EJA; fundamentos político-pedagógicos do currículo, do planejamento e da avaliação de EJA.

Objetivo Geral: Refletir acerca dos diferentes momentos da trajetória da EJA, suas concepções, políticas públicas e práticas pedagógicas.

Bibliografia Básica:

HADDAD, S. Novos caminhos em educação de jovens e adultos. São Paulo: Global, 2007.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional De Educação. Parecer CNE/CEB

11/2000.Brasília,2002.Disponívelem:http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legi slacao/parecer_11_2000.pdf.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria De Educação Profissional e Tecnológica. **Programa** nacional de integração da educação profissional com a Educação Básica na modalidade de EJA - Proeja. Brasília, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja_medio.pdf.

PRESIDÊNCIA DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Casa Civil. **Decreto 5478/2005**. Brasília, 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Decreto/D5478.htm.

PRESIDÊNCIA DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Casa Civil. **Decreto 5840/2006**. Brasília, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/D5840.html.

Bibliografia Complementar:

CÂNDIDO, Antônio. Na sala de aula: caderno de análise literária. São Paulo: Ática, 1993.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra. 2011.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

FRIGOTO, G; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. N. (Orgs.). **Ensino médio integrado**: concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2010.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, J. Eustáquio. **Educação de jovens e adultos**: teoria, prática e propostas. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

PRESIDÊNCIA DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Casa Civil. Lei de diretrizes e bases da educação nacional: Lei 9394/96. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil 03/leis/l9394.htm.

PRESIDÊNCIA DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Constituição federal de 1988** (versão atualizada). Disponível em: http://www2.planalto.gov.b/presidencia/a-constituicao-federal. SOARES, L; GIOVANETTI, M. A. G. De C.; GOMES, N. L. **Diálogos na educação de jovens e adultos.** Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

Curso de Licenciatura em Geografia Ifes – Campus Nova Venécia				
Disciplina: Geografia da População				
Núcleo: II - Aprendizagem e Aprofundamento dos Conhecimentos Específicos (AACE)				
	Carga horária total:	60 horas		
Carga	Carga horária presencial:	30 horas		
horária	Carga horária EAD:	30 horas		
	Carga horária prática	Carga horária extensionista		
	(X)Sim ()Não	() Sim (X) Não		
	10 horas			

Período: 8º

Ementa: A Geografia da População no contexto geral da Ciência Geográfica; variáveis para o estudo da população – estrutura, distribuição, evolução, caraterísticas, migrações, etc.; bases conceituais para o estudo populacional; as teorias demográficas e a questão do crescimento populacional; população, trabalho, cidadania e qualidade de vida; a mobilidade socioespacial da população; desigualdades geográficas e os movimentos migratórios; dinâmica populacional e implicações na (re)organização do espaço; metodologia em estudos populacionais: censos, amostras, Interpretação e elaboração de gráficos, mapas e outros instrumentos de representação geográfica.

Objetivo Geral: Compreender a relação dialética entre as dinâmicas de (re)organização do espaço geográfico e a estrutura populacional, com ênfase nos movimentos populacionais inerentes a esse processo.

Bibliografia Básica:

BEAUJEU-GARNIER, Jaqueline. **Geografia da População**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.

DAMIANI, Amélia Luisa. **População e Geografia**. São Paulo: Editora Contexto, 1992.

MARTINS, Dora, e, VANALLI, Sônia. Migrantes. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. Brasil: Território e Sociedade no Início do Século XXI.

São Paulo: Editora Record, 2010.

SANTOS, Milton. **Urbanização Brasileira.** São Paulo: Editora Edusp, 2013

Bibliografia Complementar:

BORBA, Julian. As Políticas Públicas de População no Brasil: Uma Interpretação Histórica. In: **ENPAG 2004** (Anais). Disponível em

http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnAPG/enapg_2004/2004_ENAPG39.pdf INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA).

Figueredo, Luiz Orencio, e Zanelatto, João Henrique. Trajetória de migrações no

Brasil. Revista Acta Scientiarum. Human and Social Sciences, 39(1), 77-90. 2017. Disponível

Página 104

em https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/view/31426/pdf.

Acesso em 2024

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2012.

ROSS, Jurandyr L. Sanches (org.). Geografia do Brasil. São Paulo: Edusp, 2014.

THEIS, Ivo Martins. Do desenvolvimento desigual e combinado ao desenvolvimento geográfico desigual. **Revista Novos Cadernos** NAEA, 2009, v.12, n.2, p. 241-252. Disponível em https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/324/510. Acesso em 2024.

WHITAKER, Arthur Magon e, SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Cidade e Campo: Relações e Contradições Entre o Urbano e o Rural.** São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013.

Curso de Licenciatura em Geografia Ifes – Campus Nova Venécia				
Disciplina: Geografia do Espírito Santo				
Núcleo: II - Aprendizagem e Aprofundamento dos Conhecimentos Específicos (AACE)				
Carga Horária	Carga Horária Total:	60 horas		
	Carga Horária Presencial:	30 horas		
	Carga Horária EAD:	30 horas		
	Carga Horária Prática (X)Sim ()Não 20 horas	Carga Horária Extensionista () Sim (X) Não		

Período: 8º

Ementa: Contexto geográfico e histórico do estado. Elementos da Geografia regional para a compreensão local e nacional. Populações tradicionais e migrações. Principais atividades econômicas, arranjos e setores produtivo e evolução econômica. Micro e mesorregiões no território capixaba. Estrutura das principais cidades, rede urbana e planejamento urbano. Distribuição populacional, crescimento e urbanização, relação campo-cidade. Diversidade cultural, tradições e influências históricas. Ecossistemas e Biomas: principais ecossistemas e áreas de conservação. Impactos Ambientais: desmatamento, poluição, uso do solo e práticas de manejo. Políticas Ambientais: legislação e políticas de conservação e desenvolvimento sustentável. Dinâmicas regionais e suas implicações para o desenvolvimento socioeconômico.

Objetivo Geral: Capacitar os estudantes a compreenderem e analisarem os aspectos físicos, humanos e ambientais do estado do Espírito Santo, integrando conhecimentos teóricos e metodológicos com práticas de campo e uso de tecnologias geoespaciais, para desenvolver uma visão crítica e aplicada das dinâmicas regionais e suas implicações para o ensino, pesquisa e gestão territorial.

Bibliográfica básica:

FRANCESCHETTO, Cilmar. Imigrantes Espírito Santo: base de dados da imigração estrangeira no Espírito Santo nos séculos XIX e XX. / Cilmar Franceschetto. — Organizado por Agostino Lazzaro. — Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2014.

Página 105

MACIEL, Cleber. **Negros no Espírito Santo**. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2016.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. **Espírito Santo indígena: conquista, trabalho, territorialidade e autogoverno dos índios 1760-1860**. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2017.

SEDU/IJSN. Atlas histórico-geográfico do Espírito Santo. Vitória: SEDU/IJSN, 2011.

CUNHA, Fernanda Gonçalves da. **Atlas geoquímico do estado do Espírito Santo**. Rio de Janeiro : CPRM, 2018. Disponível em: <

https://rigeo.sgb.gov.br/bitstream/doc/21727/1/atlas_geoquimico_espirito_santo.pdf>

Bibliografia complementar:

- CACADOR, S. B. A indústria capixaba pós-1990: um olhar crítico a partir do "polígono". **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**. [S. l.], v. 2, n. 2, 2015. Disponível em: https://revistaaber.emnuvens.com.br/rberu/article/view/21. Acesso em: 2 set. 2024.
- DADALTO, Gilmar Gusmão (coord.) **Transformações da agricultura capixaba: 50 anos**. Gilmar Gusmão Dadalto (coord), Antonio Elias Souza da Silva, Enio Bergoli da Costa, Pedro Arlindo Oliveira Galvêas, Wolmar Roque Loss, editores técnicos Vitória, ES: Cedagro; Incaper; Seag, 2016.
- EHRENREICH, Paul. 1855-1919. Índios Botocudos do Espírito Santo no século XIX. Tradução de Sara Baldus; organização e notas por Julio Bentivoglio. Vitória, (ES): Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2014.
- ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos | Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (ES). **Atlas da Mata Atlântica no estado do Espírito Santo:** 2007-2008/2012-2015. Cariacica : IEMA, 2018. Disponível em: < https://ijsn.es.gov.br/publicacoes/livros/atlas-da-mata-atlantica-do-estado-do-espirito-santo>
- PIVA, Izabel Maria da Penha & PIVA, Rogério. À sombra do elefante : a área de proteção ambiental da Pedra do Elefante como guardiã da história e da cultura de Nova Venécia-ES. Nova Venécia : Autor, 2014.

Curso de Licenciatura em Geografia | Ifes – Campus Nova Venécia Disciplina: Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) Núcleo: II - Aprendizagem e Aprofundamento dos Conhecimentos Específicos (AACE) **Carga Horária Total:** 60 horas 40 horas Carga Horária Presencial: Carga Carga Horária EAD: 20 horas Horária Carga Horária Prática Carga Horária Extensionista () Sim (X) Não (X)Sim ()Não 40 horas

Período: 8º

Ementa: Requisitos e diretrizes do TCC. Estrutura e formatação segundo as normas da ABNT. Compilação e organização das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Conceituação, estruturação e apresentação de portfólio/dossiê do percurso formativo acadêmico e de prática docente. Análise dos impactos da intervenção no contexto educativo e na prática docente.

Objetivo Geral: Capacitar os estudantes a integrar e sistematizar o conhecimento adquirido durante o curso de Licenciatura em Geografia, por meio da elaboração de um trabalho final que combine a produção de um portfólio, dossiê ou memorial reflexivo com a reflexão sobre práticas didáticas e intervenções realizadas, evidenciando a aplicação dos fundamentos teórico-metodológicos no ensino de Geografia e a habilidade de produzir conhecimento científico.

Bibliográfica básica:

Instituto Federal do Espírito Santo. **Normas para apresentação de trabalhos acadêmicos e científicos** [recurso eletrônico] : documento impresso e/ou digital. 9. ed. rev. e ampl.— Vitória : Ifes, 2024.

Instituto Federal do Espírito Santo. **Normas para elaboração de referências – NBR 6023: documento impresso e/ou digital**. – 3. ed. – Vitória : Ifes, 2019.

GIL, A. C. (2008). **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** São Paulo: Editora Atlas.

VILLAS BOAS, B.M.F. Portfólio, avaliação e trabalho pedagógico. Campinas: Papirus, 2004.

VILLAS BOAS, B.M.F O portfólio no curso de Pedagogia: ampliando o diálogo entre professor e aluno. **Educ. Soc.**, v.26, n.90, p.291-306, 2005. Disponível em:

http://www.cedes.unicamp.br

CARVALHO, Ana Maria de Sá. Portfólio na Educação. **Revista de Letras**, n. 23 - Vol. 1/2 - jan/dez. 2001, p. 97-101. Disponível em: http://www.revistadeletras.ufc.br/rl23Art17.pdf

Bibliografia complementar:

ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). (2018). **NBR 14724:** Trabalhos acadêmicos – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT.

ANDRADE, E. B., & SILVA, J. A. (2015). **Metodologia da Pesquisa**: Teoria e Prática. São Paulo: Editora Atlas.

MARTINS, G. (2019). A Arte de Escrever: Estrutura e Estilo para TCC e Trabalhos Acadêmicos. Porto Alegre: Editora Sulina.

PIMENTA, S. G., & ANASTASIOU, L. (2010). **Trabalho de Conclusão de Curso**: Como Elaborar, Apresentar e Defender. São Paulo: Editora Cortez.

Curso de Licenciatura em Geografia Ifes – Campus Nova Venécia				
Disciplina: Trabalho, educação e cidadania				
Núcleo: III - Atividades Acadêmicas de Extensão (AAE)				
Carga	Carga Horária Total:	60 horas		
	Carga Horária Presencial:	60 horas		
Horária	Carga Horária EAD:	Não há		
	Carga Horária Prática (X)Sim ()Não 20 horas	Carga Horária Extensionista (X) Sim () Não 60 horas		
Período: 8º				

Ementa: Relação entre Trabalho, Educação e Cidadania. A função da Geografia na promoção da cidadania ativa. Projetos e ações extensionistas voltadas para a Educação Básica. Oficinas pedagógicas. Feiras e eventos científicos.

Objetivo Geral: Integrar o trabalho acadêmico com a realidade das escolas, contribuindo para a melhoria da prática docente e para o desenvolvimento da cidadania, além de fomentar a articulação com os agentes e demandas sociais.

Bibliografia básica:

GADOTTI M. Extensão Universitária: Para quê? Brasil: Instituto Paulo Freire, 2017.

SILVA, José Carlos. **Geografia e Educação Científica**: Fundamentos e Práticas. São Paulo: Editora Contexto, 2017.

CANDAU, M. V. Rumo a uma nova didática. 24ª ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

Bibliografia complementar:

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Temas de Geografia na Escola Básica**. Campinas: Papirus, 2013. SANTOS, Carlos A. dos. **Geografia e Feiras de Ciências**: Estratégias para a Educação Científica. São Paulo: Editora Contexto, 2018.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

SANTOS, Júlio César. **Geografia e Feira de Ciências**: Projetos e Práticas Educativas. Porto Alegre: Editora Artmed, 2017.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir: a** educação como prática da liberdade. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2013.

Curso de Licenciatura em Geografia Ifes – Campus Nova Venécia				
Disciplina: E	Disciplina: Estágio Supervisionado VIII			
Núcleo: IV - Estágio Curricular Supervisionado (ECS)				
	Carga Horária Total:	70 horas		
	Carga Horária Presencial:	70 horas		
Carga Horária	Carga Horária EAD:	Não há		
погапа	Carga Horária Prática	Carga Horária Extensionista		
	(X)Sim ()Não	()Sim (X)Não		
	70 horas			

Período: 8º

Ementa: A Geografia na Educação Básica. Planejamento Escolar. Estratégias, metodologias e práticas de ensino de Geografia. Educação Científica. Feira de ciências. Ensino de Geografia e Pesquisa. Ensino de Geografia e Extensão. Docência e prática docente reflexiva.

Objetivo Geral: Preparar o estagiário para a prática docente na organização e desenvolvimento de feiras de ciências e eventos científicos, promovendo a compreensão e implementação de projetos, coordenação de atividades e gestão logística. O estágio também visa fomentar a participação ativa dos alunos, estimular o interesse pela ciência, e proporcionar a integração do ensino com a pesquisa e extensão, através do compartilhamento de experiências e reflexões com outros estagiários e professores.

Bibliográfica básica:

CARVALHO, Rita de Cássia F. **Geografia e Práticas Extensionistas:** Conexões e Aplicações. Campinas: Editora Papirus, 2016.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Temas de Geografia na Escola Básica**. Campinas: Papirus, 2013. SILVA, José Carlos. **Geografia e Educação Científica:** Fundamentos e Práticas. São Paulo: Editora Contexto, 2017.

Bibliografia complementar:

CALLAI, H. Geografia: **Metodologias e Práticas de Ensino.** São Paulo: Editora Contexto, 2017. CASTELLAR, S. **Educação Geográfica**: teorias e práticas docentes. São Paulo: Contexto, 2005. CAVALCANTI, Lana de Souza. **Temas de Geografia na Escola Básica**. Campinas: Papirus, 2013. SANTOS, Carlos A. dos. **Geografia e Feiras de Ciências: Estratégias para a Educação Científica**. São Paulo: Editora Contexto, 2018.

SANTOS, Júlio César. **Geografia e Feira de Ciências: Projetos e Práticas Educativas**. Porto Alegre: Editora Artmed, 2017.

6.3.6 Estágio Curricular Supervisionado

No curso de Licenciatura em Geografia do Ifes, o estágio está organizado considerando as orientações da Lei Federal n° 11.788/2008 (Lei de Estágio), com a Resolução do Conselho Superior do Ifes nº 28/2014, que regulamenta o estágio dos alunos do Ifes e com a Resolução CNE/CP Nº 4, de 29 de maio de 2024, que orienta o estágio supervisionado em cursos de licenciatura.

Considerado um espaço-tempo importante no processo formativo do estudante, o estágio é um ato educativo escolar supervisionado que busca a articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

Nesse sentido, o estágio consiste em instrumento de integração e de aperfeiçoamento técnicocientífico, que se fundamenta no princípio da unidade entre teoria e prática, na perspectiva de formação humana integral.

Assim, o estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, promovendo o diálogo entre conhecimentos de diversas áreas do conhecimento, dos sujeitos envolvidos e de múltiplos contextos. Para tanto, o estágio precisa ser planejado, efetivado, acompanhado e avaliado em conformidade com a legislação vigente, considerando as seguintes finalidades:

- Proporcionar experiências formativas que possibilitem a atuação crítica, autônoma e criativa do aluno;
- Aprimorar os valores éticos, de cidadania e de relacionamento humano no aluno;
- Promover a familiarização com a área de interesse de atuação do futuro profissional.

O estágio no âmbito do Curso de Licenciatura em Geografia do Ifes campus Nova Venécia busca proporcionar ao estudante, dentre outras experiências formativas, uma melhor identificação dos variados campos de atuação do profissional dessa área. Assim, respeitando as prerrogativas da legislação federal e das regulamentações internas do Ifes que versem sobre estágio, são

apresentadas a seguir as especificidades do curso referido.

Os estagiários com deficiência têm direito a serviços de apoio prestados por profissionais da educação especial, conforme estabelece a Resolução CNE/CEB nº 01, de 21 de janeiro de 2004. Essa norma, que regula os estágios na educação profissional e no ensino médio, também assegura o acompanhamento especializado para esses estudantes, princípio que pode ser estendido ao ensino superior como diretriz de inclusão. Além disso, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) garante o direito à acessibilidade, adaptações razoáveis e suporte necessário no ambiente de estágio, assegurando igualdade de oportunidades e participação plena no processo formativo.

6.3.6.1 Estágio Não Obrigatório

O Estágio Não Obrigatório consiste no estágio desenvolvido como atividade opcional, devendo ser realizado, preferencialmente, em áreas relacionadas ao curso frequentado e que possibilitem o desenvolvimento do discente para a cidadania e para o mundo do trabalho. Nesse contexto, poderá o aluno do Curso de Licenciatura em Geografia realizar o Estágio Não Obrigatório a partir do primeiro período, cabendo ressaltar que tais horas não serão contabilizadas para a integralização da carga horária do curso.

A possibilidade de aproveitamento nos casos de estágio não obrigatório e/ou contrato de trabalho vinculado à docência da Educação Básica ocorrerá ao critério do colegiado, via solicitação formal, e resguardado os encontros presenciais com professor orientador e a realização de atividades avaliativas, com teto máximo de até 40% da carga horária do componente curricular.

6.3.6.2 Estágio Obrigatório

O estágio, de caráter obrigatório, é aquele definido como tal no Projeto Pedagógico do Curso, cuja carga horária é requisito para obtenção do diploma e deverá ser desenvolvido em área compatível com a habilitação do curso. No Curso de Licenciatura em Geografia, a carga horária de Estágio Obrigatório (Supervisionado) é de 400h (quatrocentas horas) e, conforme Resolução CNE/CP Nº 4, de 29 de maio de 2024, deverá ter suas horas distribuídas ao longo do programa de formação, iniciando desde o primeiro semestre do curso.

Em sua organização é considerada uma progressão cuidadosa das atividades desenvolvidas, iniciando com atividades de observação acompanhadas de protocolos claros e, progressivamente, incorporando atividades nas quais o licenciando assuma ações docentes. Tais protocolos, avanços da complexidade e articulações serão descritos no tópico referente à Organização do Estágio Supervisionado Obrigatório.

6.3.6.3 Partes Envolvidas e Formalização do Estágio

O estágio é um processo que envolve a Instituição de Ensino (Coordenadoria Geral de Extensão, Coordenador do Curso e Professor Orientador), a Unidade Concedente (Representante Legal e

Supervisor do Estágio) e o estagiário, abrangendo as dimensões de planejamento, execução, acompanhamento e avaliação.

A realização do estágio envolve um processo que deverá ser observado com rigor para assegurar a legalidade dos procedimentos. Assim, antes do início de qualquer estágio, a Coordenadoria Geral de Extensão deverá ser procurada para orientação. Esse setor providenciará os formulários necessários para formalização do estágio e prestará assessoria ao aluno durante todo o processo de estágio até a sua finalização.

6.3.6.4 Acompanhamento e avaliação

Todo estágio deverá ter um acompanhamento efetivo do Professor Orientador do/no Ifes e do Supervisor de Estágio na Unidade Concedente. Por parte do Professor Orientador, esse acompanhamento será realizado por meio de encontros periódicos com o estagiário, relatórios parciais e visitas à Unidade Concedente. Quanto ao Supervisor de Estágio, isso ocorrerá mediante preenchimento de relatórios em formulários disponibilizados pela Coordenadoria Geral de Extensão.

No caso de Estágio Não Obrigatório, o aluno deverá entregar semestralmente à Coordenadoria Geral de Extensão um Relatório Periódico em formulário disponibilizado pela mesma. Ao final do estágio, será necessário o preenchimento do Relatório Final também em formulário específico, caso o aluno manifeste o desejo de que seu estágio não obrigatório apareça em seu currículo acadêmico. No caso de estágios com duração de até 6 (seis) meses, será necessário apenas o Relatório Final. Se for Estágio Obrigatório, o mesmo será avaliado e acompanhado de acordo com o Plano de Ensino do Componente Curricular.

Considerando a perspectiva de desenvolvimento de práticas educacionais inclusivas, destaca-se que os estagiários que apresentam necessidades educacionais específicas terão o direito a serviços de apoio de profissionais da educação especial e de profissionais da área objeto do estágio.

6.3.6.5 Organização do Estágio Obrigatório

O Estágio Supervisionado objetiva proporcionar ao discente a experiência do exercício da profissão docente, articulando teoria e prática no processo de construção do conhecimento geográfico na Educação Básica.

Para que o estágio alcance suas finalidades, precisa ser planejado, executado, acompanhado e avaliado dentro de diretrizes bem definidas e estar de acordo com os pressupostos que norteiam o projeto pedagógico do curso e com todas as condições dispostas pela legislação sobre o assunto, com destaque para Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, a Resolução do Conselho Superior do Ifes nº 58, de 17 de dezembro de 2018 e a Resolução CNE/CP Nº 4, de 29 de maio de 2024.

Nesse sentido, o Estágio Supervisionado do Curso de Licenciatura em Geografia, conforme legislação citada acima, será iniciado desde o primeiro semestre do curso, em escolas da Educação Básica da rede pública, obrigatoriamente de forma presencial, podendo ser realizado tanto no Ensino Fundamental (Anos Finais) como no Ensino Médio, na Educação de Jovens e Adultos (EJA) e nas demais modalidades de ensino, sendo assegurada ao estudante a possibilidade de realizar o estágio nos dois níveis de ensino ou apenas em um nível, conforme sua opção e disponibilidade.

Reitera-se a importância de o professor de estágio atuar como orientador e facilitador do processo de formação do estudante, mediante acompanhamento e avaliação dos trabalhos "in loco", ou seja, nas instituições de ensino, e em encontros de avaliação periódicos, nos quais, além de se discutir a prática vivenciada pelos alunos, também realizará orientações sobre a elaboração do Relatório Final e o preenchimento dos Formulários, que constam no Regulamento do Estágio Supervisionado. Ressalta-se que as 400 (quatrocentas) horas de Estágio Supervisionado distribuem-se ao longo de todo o curso, numa organização que busca a ampliar a complexidade das atividades propostas e também a carga horária.

Dessa forma, as informações principais são sintetizadas no quadro a seguir:

Quadro 12 - Organização do Estágio Supervisionado Obrigatório

SEMESTRE	CARGA HORÁRIA	ATIVIDADES NORTEADORAS	INTEGRAÇÃO
1º	30 horas	Observação do ambiente escolar e análise de documentos.	Leitura e produção de textos.
2º	30 horas	Observação do ambiente escolar e entrevistas com profissionais da educação.	Educação Cartográfica
35	30 horas	Observação do ambiente escolar, planejamento de atividades pedagógicas, coparticipação em atividades escolares.	Didática Geral
4º	30 horas	Coparticipação em atividades escolares, regência de classe, elaboração proposta de trabalho de campo ou estudo do meio, reflexão crítica sobre a prática docente.	Técnicas de trabalho de campo e estudo do meio
5º	70 horas	Coparticipação em atividades escolares ,regência de classe, planejamento e execução de projetos didáticos interdisciplinares, reflexão crítica sobre a prática docente.	Práticas e instrumentação para o ensino.
6º	70 horas	Coparticipação em atividades escolares, regência de classe, planejamento de sequências didáticas, elaboração de avaliações diagnósticas	Currículo e Geografia escolar; Educação das relações étnico-raciais.

		e formativas, reflexão crítica sobre a prática docente	
7º	70 horas	Coparticipação em atividades escolares ,regência de classe, planejamento e proposição de projetos de vida e eletivas, reflexão crítica sobre a prática docente.	SIG e tecnologias educacionais; Diversidade e educação.
85	70 horas	Coparticipação em atividades escolares, regência de classe, organização e desenvolvimento de feiras de ciências/geografia ou eventos científicos, reflexão crítica sobre a prática docente.	Trabalho, educação e cidadania.

Fonte: Projeto Pedagógico do Curso (2024)

Na organização curricular o estágio supervisionado obrigatório compõe o Núcleo IV. O aumento da complexidade das ações e atividades a serem desenvolvidas é percebida na ampliação da carga horária que ocorre a partir da segunda metade do curso e também nas propostas de trabalho, numa sequência que envolve as seguintes ações relacionadas à prática do trabalho docente:

Figura 01. Avanço da complexidade do Estágio Supervisionado



Fonte: Organizado pelo NDE (2024)

A atividade de observação envolve o acompanhamento e a análise das práticas pedagógicas em sala de aula e das dinâmicas e documentos escolares. No estágio supervisionado em Geografia, isso significa observar como o professor supervisor conduz as aulas, como os conteúdos são apresentados e como os alunos interagem com o material didático e entre si.

A coparticipação, por sua vez, envolve o engajamento ativo do estagiário nas atividades do professor supervisor e na dinâmica da turma. Isso pode incluir a colaboração na preparação de aulas, participação em atividades extracurriculares e suporte na gestão da sala de aula.

A regência é a fase em que o estagiário assume a liderança das aulas, planejando e executando o ensino de forma independente, sob supervisão do professor da escola (supervisor) e orientação do professor do Ifes (orientador). Isso inclui o desenvolvimento de planos de aula, a condução de atividades e a avaliação dos alunos. O licenciando em situação de estágio curricular supervisionado não será o principal responsável pela regência das aulas, devendo estar acompanhado pelo professor supervisor e professor orientador, recebendo o devido suporte.

Página 113

A proposição de projetos envolve a criação e implementação de atividades ou projetos educacionais que integrem temas de Geografia e atendam às necessidades e interesses dos alunos. Esses projetos podem envolver pesquisas, atividades práticas, visitas de campo ou outras abordagens pedagógicas.

Prevista para todas as etapas do estágio supervisionado, num processo de crescimento contínuo, a reflexão é o processo pelo qual o estagiário analisa e avalia suas práticas pedagógicas, experiências e aprendizados ao longo do estágio. Inclui a autoavaliação e a discussão com a equipe (supervisor, orientador e demais estagiários e profissionais) sobre o desempenho e os desafios encontrados.

O desenvolvimento dessas ações visam preparar o estagiário para enfrentar a complexidade do ambiente escolar e a prática docente, promovendo uma abordagem crítica e reflexiva que é essencial para a educação de qualidade.

Em sua concepção, o estágio supervisionado do Curso de Licenciatura em Geografia, busca articular e integrar ao estágio os componentes curriculares dos demais núcleos da organização curricular, assim como com a extensão e a pesquisa. Dessa forma, conforme o quadro 13, para cada período do estágio são indicados componentes curriculares em integração com estágio, sendo facultativa a articulação com outros componentes conforme o contexto de oferta. Essa integração visa enriquecer a formação do estagiário, promovendo uma abordagem mais holística e contextualizada do ensino, assim como fortalecer as ações de ensino, pesquisa e extensão propostas pelas instituições.

A avaliação do estágio será feita por meio do acompanhamento contínuo in loco na unidade concedente, assim como nos encontros de orientação no Ifes. Para cada período, o estagiário deverá produzir relatórios específicos, conforme modelos disponibilizados. Ao final do curso, em articulação com o componente curricular *Trabalho de Conclusão de Curso*, o estudante deverá produzir um portfólio de formação que deverá conter a trajetória percorrida durante todos os estágios e apresentá-lo em evento específico planejado durante o desenvolvimento do componente curricular *Trabalho, Educação e Cidadania*.

Em relação à equiparação de atividade, conforme a previsão da Resolução do Conselho Superior Nº 58/2018, de 17/12/2018, poderão ser solicitadas em casos de Atividades profissionais – aluno empregado, conforme comprovações descritas. A equiparação refere-se até o máximo de 40% da carga horária ou conforme o edital do Programa de Iniciação à Docência e aplica-se aos estágios V, VI, VII e VIII, podendo ser solicitada em apenas dois períodos de estágio. Nos casos de Programa de Iniciação à Docência (PIBID, PRP e PET) observar-se-á o que estará previsto em edital para aproveitamento da carga horária prática. O aproveitamento não o exime da obrigatoriedade de participação nos encontros presenciais de orientação do Estágio. As solicitações e demais casos não previstos serão analisadas pelo Colegiado do Curso, com participação do professor orientador do estágio.

6.3.7 Atividades Acadêmico-científico-culturais

De acordo com a Resolução CS/Ifes nº 170/2016, que estabelece o Núcleo Comum dos cursos de Licenciatura no Ifes, as Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC) estão previstas no Artigo 3º, totalizando 200 horas. Essa diretriz estava em consonância com a Resolução MEC/CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015, que definia as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior, abrangendo os cursos de licenciatura, os cursos de formação pedagógica para graduados e os cursos de segunda licenciatura, além da formação continuada. O Artigo 13 da referida resolução determina que as AACC devem incluir:

Art. 13, § 1º, item IV - 200 (duzentas) horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes (...), por meio da iniciação científica, da iniciação à docência, da extensão e da monitoria, entre outras, consoante o projeto de curso da instituição.

Entretanto, a Resolução MEC/CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, ao atualizar a normativa anterior, suprimiu a obrigatoriedade do cumprimento das 200 horas de Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC) nos cursos de licenciatura. Além disso, a Resolução MEC/CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024, que estabelece diretrizes curriculares mais recentes, também não faz qualquer menção à exigência de carga horária vinculada às AACC.

Diante dessa atualização normativa, as Atividades Acadêmico-Científico-Culturais não foram incluídas no presente Projeto Pedagógico do Curso (PPC), uma vez que não há mais exigência legal para sua obrigatoriedade.

6.3.8. Trabalho de Conclusão de Curso

O componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) que integra o Núcleo II, com carga horária de 60 horas, sendo 40 horas presenciais e 20 horas à distância, visa a sistematização das aprendizagens vivenciadas durante todo o percurso formativo do licenciando, integrando os quatro núcleos curriculares. Constitui-se em um componente curricular obrigatório, com registro de presença e avaliação, conforme o ROD (2023).

Cabe ressaltar que a preparação do discente, ao longo do curso, para atuar na produção do conhecimento científico é processual, iniciando-se nos componentes curriculares *Leitura e Produção de Textos e Metodologia da Pesquisa*, culminando no componente curricular *Trabalho de Graduação Final*, quando avaliar-se-á se o discente possui a compreensão de elementos teórico-metodológicos e conceituais referentes à Geografia e seu ensino, sendo capaz de dotálos de aplicabilidade no ensino dessa ciência e refletir sobre as práticas formativas desenvolvidas.

Para tanto, o produto final será a construção de um portfólio, dossiê ou memorial reflexivo que contemple as ações de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pelo estudante ao longo de seu percurso formativo. Deverá conter, ainda, um relato interventivo vivenciado ao longo do curso, assim como uma reflexão pautada nos aspectos didáticos para o ensino de Geografia. Em casos específicos, a interesse do estudante e do orientador, considerando o percurso acadêmico do aluno, poderão ser produzidas pesquisas monográficas.

Produzido de forma individual, o TCC deverá ser orientado por um professor vinculado ao curso, ou externo, desde que o caso seja analisado pelo Colegiado do Curso antes do início da orientação, sendo facultativa a coorientação. O TCC deverá ser apresentado e avaliado por no mínimo três docentes, sendo o orientador o presidente da banca avaliadora. Os demais membros da banca poderão ser servidores da instituição ou externos, desde que estejam habilitados a atuar na docência no ensino superior (ou seja, devem possuir algum tipo de pós-graduação) e cujas áreas de formação tenham correlação com a temática interventiva.

O TCC será apresentado durante a realização de evento específico, planejado junto ao componente curricular *Trabalho*, *Educação e Cidadania* que possui caráter extensionista. Além da apresentação, deverá ser entregue uma via impressa do material produzido que comporá o acervo do Laboratório de Práticas de Ensino de Geografia *"Mizael Fernandes de Oliveira"* (LAPEG). O TCC deverá seguir as Normas para Apresentação de Trabalhos Acadêmicos e Científicos do Ifes.

O aluno só constará como aprovado na pauta de notas finais mediante a entrega da versão final do TCC à Coordenação do Curso, em via digital, bem como à biblioteca, conforme Portaria nº1.226/2012, que dispõe sobre procedimentos de entrega de TCC de Graduações na biblioteca.

Quanto à divulgação do material, não poderão existir restrições de propriedades, segredos ou quaisquer impedimentos ao seu amplo uso e divulgação. Todas as divulgações (publicações) devem explicitar, além do nome do autor, o nome do Ifes, do Curso e do(s) Orientador(es).

6.3.9. Iniciação Científica

A inserção do estudante de graduação em projetos de pesquisa é um instrumento fundamental no aprimoramento das qualidades almejadas em um profissional de nível superior, uma vez que estimula o desenvolvimento do pensar cientificamente e da criatividade, decorrentes das condições criadas pelo confronto direto com os problemas de pesquisa. Dessa forma, a iniciação científica contribui para o aumento da produção da ciência, do conhecimento tecnológico e da inovação, ao mesmo tempo que amplia o acesso e a integração do estudante à cultura acadêmica.

Os mecanismos institucionais para essa inserção são os estágios curriculares e a iniciação científica. Para a institucionalização das propostas de pesquisas com iniciação científica, objetivando a formalização dentro da rede, a estrutura organizacional do campus conta com uma Diretoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão (DPPGE), que tem as funções de: supervisionar e auxiliar os pesquisadores/orientadores e estudantes no cadastramento, gerenciamento, monitoramento e prestação de contas técnicas dos projetos de pesquisa e extensão; garantir a viabilidade na execução das atividades; possibilitar parcerias institucionais e a captação de recursos internos via Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (PRPPG) e recursos externos por meio de agências de fomento e Acordos de Cooperação Técnica.

Página 116

A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, por meio da Diretoria de Pesquisa, divulga periodicamente a distribuição dessas bolsas via editais que compõem o Programa Institucional de Iniciação Científica, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (Picti).

Os editais do Picti são destinados à formação de cadastro de reserva para a distribuição de bolsas captadas junto a agências de fomento externas, como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (Fapes), bem como daquelas disponibilizadas pelo próprio Ifes, na forma do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica — Pibic, para estudantes de graduação, com remuneração, e do Programa Institucional de Voluntariado de Iniciação Científica — Pivic, para estudantes de graduação, sem remuneração.

Há, ainda, o Programa Institucional de Difusão Científica (Prodif) que, a partir de editais disponibilizados pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, torna possível, via edital, o acesso ao auxílio para publicações científicas; versão e revisão de artigos científicos; apoio à apresentação de trabalhos em eventos técnico-científicos. Dessa forma, o Prodif busca apoiar a difusão de informações relacionadas à pesquisa, sejam elas os próprios resultados das ações de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação, as oportunidades de captação de recursos externos e a divulgação de eventos. Também estão previstos nesse programa o apoio a produções artísticas e culturais realizadas por servidores e estudantes da instituição.

A pesquisa e a iniciação científica que são desenvolvidas ficam sob a responsabilidade do Coordenador da proposta do projeto de pesquisa, normalmente professor do quadro docente do curso, que gerencia as atividades do projeto, desde a elaboração da proposta, formação da equipe de trabalho, seleção dos estudantes bolsistas/voluntários, cronograma de execução das atividades, entre outras.

Para a divulgação à comunidade interna e externa, das pesquisas realizadas por servidores/orientadores e estudantes, dois eventos são realizados anualmente: a Semana Acadêmica Integrada e Jornada de Integração do Ifes, organizada pela Diretoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão do campus, na qual os estudantes/bolsistas do campus apresentam os resultados do projetos de pesquisa na forma de pôster e na modalidade oral; e a Jornada Integrada de Iniciação Científica, realizada pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós- Graduação do Ifes, com a participação e apresentação de todos os campi da rede, na apresentação dos resultados de projetos, envolvendo atividades de pesquisa, ensino e extensão.

Dentre algumas das ações de pesquisa da Coordenadoria de Licenciatura em Geografia estão aquelas vinculadas ao acesso a tais editais. Desse modo, no ano de 2015, sob a coordenação do Professor Me. Mizael Fernandes de Oliveira e orientação/tutoria da Profa. Ma. Amanda Catarucci e do Prof. Me. Adilson Coelho, foi submetido o projeto de pesquisa "O uso do Geoprocessamento na análise das dinâmicas socioespaciais do município de Nova Venécia pós década de 1970" ao Edital FAPES/CNPq Nº 14/2014 — Programa de Iniciação Científica Júnior. O projeto foi iniciado no segundo semestre de 2015 e finalizado no segundo semestre de 2017. Envolveu dez

estudantes do Ensino Médio Integrado e dois estudantes do Curso de Licenciatura de Geografia do campus, que atuaram como monitores. O projeto foi divido em seis grandes eixos:

Eixo I: "A legislação da política urbana na produção da cidade de Nova Venécia no período de 1970-2015": estudou o papel da legislação urbana na produção da cidade de Nova Venécia, a partir da regulamentação e definição de eixos de ocupação, determinando a valorização de porções do espaço urbano em detrimento de outros e na definição de áreas prioritárias de atuação do poder público.

Eixo II: "A dinâmica e a espacialização dos setores econômicos do município de Nova Venécia no período de 1970-2015": analisou a dinâmica espacial dos setores primário, secundário e terciário da área urbanizada do município de Nova Venécia, por meio de dados estatísticos, econômicos e populacionais das décadas de 1970 a 2017, bem como por meio de elaboração de mapas temáticos.

Eixo III: "O mapeamento da dinâmica do uso da terra do município de Nova Venécia no período de 1970-2015": apresentou a dinâmica do uso e ocupação da terra no município de Nova Venécia/ES no período de 1970-2015, utilizando ferramentas de geoprocessamento, a partir do uso de imagens de satélite, fotografias aéreas, ortofotos, somados a dados e documentos geográficos e históricos.

Eixo IV: "Mapeamento da dinâmica da população urbana e rural do município de Nova Venécia no período de 1970-2015": compreendeu a dinâmica da expansão do espaço urbano de Nova Venécia através da análise da mancha urbana, elaboração de tabelas, gráficos e mapas temáticos ilustrativos da dinâmica populacional.

Eixo V: "As dinâmicas socioespaciais na produção do espaço urbano e na apropriação do meio físico do município de Nova Venécia no período de 1970-2015": analisou o processo de produção do espaço urbano do município de Nova Venécia, a partir do uso e apropriação do meio físico e os impactos socioambientais derivados da relação sociedade-natureza estabelecidos no período de 1970-2015.

Eixo VI: "As dinâmicas socioespaciais na estrutura do campo no município de Nova Venécia no período de 1970-2015": discutiu as dinâmicas socioespaciais na estruturação do campo no município de Nova Venécia, localizado na região Noroeste do estado do Espírito Santo, a partir de ferramentas de geoprocessamento, dados e documentos geográficos e históricos, e analisou os fatores sociais, econômicos, históricos que determinaram a configuração e reconfiguração do espaço no período de 1970-2015.

Em 2018, com o intuito de potencializar as experiências, saberes, currículos e práticas de ensino de Geografia desenvolvidos por educadores e educandos de escolas das redes municipais e estadual de ensino do estado do Espírito Santo, tanto do campo quanto da cidade, e por educadores e educandos do curso de Licenciatura em Geografia do Ifes campus Nova Venécia, foi submetido o Projeto de Pesquisa "Currículo, Saberes e Experiências: Metodologias do Laboratório de Prática de Ensino de Geografia (LAPEG) do Ifes campus Nova Venécia", vinculado

ao Grupo de Pesquisa CNPQ "Educação e Cidadania" e articulado ao Curso de Licenciatura em Geografia, sob coordenação do Prof. Dr. Júlio de Souza Santos. O projeto agregou quatro eixos de trabalho principais:

Eixo I: Currículos, Experiências, Saberes e Práticas de Ensino de Educadores e Educandos da Cidade: "Reflexões sobre a prática de ensino de uma educadora de Geografia no contexto do 6º ano do Ensino Fundamental II da EMEF Veneciano", sob a orientação do professor Júlio de Souza Santos.

Eixo II: Currículos, Experiências, Saberes e Práticas de Ensino de Educadores e Educandos do Campo. "Experiências, narrativas e percursos geográficos no Ensino Fundamental da Escola Municipal Comunitária Rural (EMCOR) "Santa Helena", Nova Venécia/ES", sob a orientação/tutoria da Prof^a. Ma. Amanda de Fátima Martin Catarucci.

Eixo III: Diálogos entre a Formação Inicial e Continuada de Professores de Geografia: "Diálogos entre a formação inicial e a formação continuada de educadores do campo e da cidade", sob a orientação/tutoria da Prof^a. Esp. Eglieni Trevezani.

Eixo IV: Metodologias de Ensino de Geografia no município de Nova Venécia: "Metodologias Inovadoras de Ensino do Laboratório de Prática de Ensino de Geografia: Corrida de Orientação como perspectiva metodológica de ensino de Cartografia Escolar", sob a orientação da Profª. Dra. Pamela Marcia Ferreira Dionisio.

Para a execução dessa pesquisa, foi realizada a interlocução com escolas do campo e da cidade, envolvidas em ações de ensino e de extensão do Ifes campus Nova Venécia. As referidas ações consistem em convênios e parcerias com o estágio supervisionado em Geografia, realização de eventos e projetos extensionistas, entre outras. Nesse sentido, as parcerias, no âmbito da pesquisa, com escolas das redes municipais e estadual de ensino, situadas nos municípios de Nova Venécia e de São Mateus, caracterizam-se pelo envolvimento e pela participação das escolas na identificação, sistematização, visibilidade, socialização e democratização das experiências e práticas de ensino de Geografia tecidas no cotidiano escolar.

Percebe-se que tal projeto gera um significativo impacto educacional nas escolas parceiras, uma vez que promove a potencialização das práticas de ensino de Geografia de educadores e educandos, contribuindo para a melhoria da qualidade da educação ofertada nesses espaços, através da potencialização do processo de ensino e aprendizagem.

Ademais, a execução de projetos de pesquisa dessa natureza promove o estreitamento da relação do Ifes com outras escolas e redes de ensino, por meio da parceria e construção coletiva e dialógica de atividades de produção de conhecimento científico, na perspectiva de valorização e visibilidade das experiências, práticas e saberes docentes tecidos por profissionais da educação nesses contextos, em diálogo com os educadores do Ifes, na abordagem interdisciplinar.

Nesses processos formativos, os estudantes pesquisadores envolvidos no projeto de pesquisa participam efetivamente de todas as etapas da pesquisa, tornando-se sujeitos protagonistas no

percurso metodológico, através da identificação, sistematização, visibilidade, socialização e democratização das práticas de ensino de Geografia e o desenvolvimento de metodologias de ensino inovadoras, objetivando a criação de um banco de experiências, metodologias de ensino e produção de material didático. Assim, além de contribuir para o desenvolvimento da qualidade da Educação Básica, impacta na formação de estudantes da licenciatura, através da iniciação à pesquisa e a vivência em múltiplos espaços que articulam ensino e extensão.

Entre 2020 e 2023, sob coordenação da Professora Doutora Manuela Corrêa Pereira, foi desenvolvido o projeto de pesquisa "Mapeamento do potencial espeleológico da região noroeste do Espírito Santo". O objetivo do projeto foi elaborar o mapa de potencial espeleológico da região noroeste do Espírito Santo, com o intuito de avaliar as áreas de maior probabilidade de ocorrência de cavidades.

Os procedimentos metodológicos consistiram em: (i) levantamento bibliográfico sobre técnicas de mapeamento espeleológico e espeleogênese de cavidades em granito; (ii) levantamento de bases vetoriais e matriciais dos temas: litologia, estrutura, hidrografia, hipsometria, declividade e imagem de satélite da região noroeste do Espírito Santo; (iii) estabelecimento de pesos das bases levantadas, conforme o grau de contribuição de cada aspecto para a ocorrência de cavernas, baseando-se na literatura levantada; (iv) sobreposição dos temas já ponderados e análise multicritério, através do software ArcGis ou Qgis, com o intuito de espacializar as classes de potencial espeleológico da região noroeste do Espírito.

Entre os resultados estão o embasamento para futuros estudos de cunho acadêmico e técnico na região, assim como a catalogação das cavidades no município. O projeto contou com a participação de um bolsista de iniciação científica, licenciando em Geografia.

Outras formas de atividades de pesquisa atreladas ao ensino e extensão são aquelas vinculadas ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) e ao Programa de Residência Pedagógica que constituem ações da Política Nacional de Formação de Professores do Ministério da Educação (MEC).

O Pibid visa proporcionar aos discentes, na primeira metade do curso de licenciatura, uma aproximação prática com o cotidiano das escolas públicas de Educação Básica e com o contexto em que elas estão inseridas. Já o Programa de Residência Pedagógica é voltado ao aperfeiçoamento da formação prática nos cursos de licenciatura, promovendo a imersão do licenciando na escola de Educação Básica, a partir da segunda metade de seu curso.

Os discentes são acompanhados por um professor da escola e por um docente de uma das instituições de Educação Superior participantes do programa. Em 2018, o Curso de Licenciatura em Geografia foi contemplado com 24 bolsas de Iniciação à Docência e 24 bolsas de Residência Pedagógica, além de bolsas para professores supervisores que atuam em escolas diferentes do município de Nova Venécia, sendo, os programas coordenados pelos professores doutores Jaime Bernardo Neto e Júlio de Souza Santos.

Página 120

Em relação ao PIBID, nas edições seguintes 2020-2022 e 2022-2024, o curso contou com 08 bolsas para estudantes e uma 01 bolsa para supervisor, sendo a escola campo a EMEF *Veneciano* e o orientador o professor Jaime Bernardo Neto. Já em relação ao Programa Residência Pedagógica, nas edições seguintes 2020-2022 e 2022-2024 a orientação ficou sob a responsabilidade do professor Hedeone Heidmam da Silva, com 12 e 18 bolsas, respectivamente, para residentes. A atuação dos residentes se deu nas escolas EEEM *Dom Daniel Comboni* e EMEF *Stanislaw Zucoloto*.

Tais programas promovem espaços e tempos formativos, envolvendo as demandas apresentadas pelas unidades de ensino e de seus profissionais, bem como dos licenciandos, na perspectiva de promoção do diálogo entre a formação inicial e a continuada. Permitem, ainda, a visibilidade das experiências, saberes e práticas docentes desenvolvidas pelos educadores em parceria com os licenciandos, na perspectiva de valorização profissional docente e na construção de uma educação de qualidade.

Vale ressaltar, por fim, que esses programas constituem uma importante política de permanência e êxito dos estudantes dentro da instituição, uma vez que a remuneração proveniente das bolsas garante o custeio de muitos gastos que, direta ou indiretamente, estão relacionados ao Curso de Licenciatura, como pagamento de aluguel, água, luz, alimentação, entre outros.

6.3.10. Extensão

A extensão é um processo educativo, cultural, político, social, científico e tecnológico que promove a interação dialógica e transformadora entre as instituições e a sociedade, levando em consideração a territorialidade.

O Ministério da Educação, em 2018, publicou a resolução nº 7, que estabelece as diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, ou seja, apresenta as Diretrizes para a Curricularização da Extensão Universitária (DCEU) nos cursos de graduação, considerando os aspectos da extensão na formação dos estudantes. A referida resolução apresenta as diretrizes para a extensão nos cursos de graduação, e que eles podem ser inseridos nos currículos dos cursos de pós-graduação. Sendo assim, nota-se que apesar de a curricularização da extensão ter sido regulamentada apenas nos cursos de graduação, não há impedimentos legais para que possa acontecer em outros níveis educacionais.

Nesse aspecto, a resolução Ifes/CS nº38/2021, regulamenta as diretrizes da extensão no currículo no âmbito do Ifes e, dispõe no art. 24 que "esta resolução poderá ser utilizada como referência, no que couber, para a curricularização da extensão em cursos técnicos e cursos de pósgraduação" (IFES, 2021).

O Ifes campus Nova Venécia possibilita aos estudantes diversas formas de aprendizagem para além do currículo oficial, sendo através de atividades organizadas pela instituição, como momentos culturais, esportivos etc., bem como espaços de convivência social e movimentos

estudantis, possibilitando ao estudante se apropriar de conteúdos essenciais para sua formação, o que possibilita uma formação mais ampla.

Para Sousa (2010), a extensão somente conseguirá definir os caminhos a serem trilhados quando os sujeitos de sua prática assumirem a sua concepção. Seria então a extensão propiciando que a instituição de ensino produza conhecimento com e para a região local.

A extensão no Ifes, de acordo com o PDI vigente, é norteada pela resolução do Conselho Nacional de Educação que trata as diretrizes da extensão universitária (Resolução CNE nº7/2018), e o Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação (Marco Legal de CT&I), sendo compreendida como a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (BRASIL, 2018).

Na organização curricular do curso de Licenciatura em Geografia, os componentes curriculares extensionistas compõem o Núcleo III, intitulado Atividades Acadêmicas de Extensão (AAE) e, conforme estabelecido pela Resolução CNE/CP Nº 4, de 29/05/2024, serão realizadas na forma de práticas vinculadas aos componentes curriculares envolvendo a execução de ações de extensão nas instituições de Educação Básica, com orientação, acompanhamento e avaliação de um professor do curso.

Dessa forma, distribuídos desde o primeiro ano do curso, os componentes curriculares vinculados às ações de extensão são apresentados no quadro abaixo:

Quadro 13 - Componentes curriculares extensionistas e possibilidades de ações

PERÍODO	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA	POSSIBILIDADES DE PRÁTICAS EXTENSIONISTAS
2º	Educação Cartográfica	30 horas	Planejamento e execução de oficinas pedagógicas sobre Educação Cartográfica e Cartografia Escolar, organizadas em articulação ao componente Estágio Supervisionado II, a serem aplicadas em escolas da Educação Básica ou em encontros de formação continuada de professores.
4º	Técnicas de Trabalho de Campo e Estudo do Meio	60 horas	Planejamento e execução de atividades de campo em instituições, empresas, museus, unidades de conservação, diferentes ecossistemas, entre outros, visando o diálogo e o estabelecimento de parcerias junto a sociedade de forma geral e a constituição de espaços não-formais de aprendizagem.

PERÍODO	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA	POSSIBILIDADES DE PRÁTICAS EXTENSIONISTAS
52	Práticas e Instrumentação para o Ensino	60 horas	Planejamento e execução de oficinas pedagógicas organizadas em articulação ao componente Estágio Supervisionado IV e demais componentes curriculares do Núcleo Específico, a serem aplicadas em escolas da Educação Básica ou em encontros de formação continuada de professores.
62	Educação das relações étnico- raciais	50 horas	Planejamento e execução de atividades de extensão em articulação ao Núcleo de Estudos Afrobrasileiro e Indígenas (NEABI), ao Núcleo de Arte e Cultura (NAC) e ao Movimento Negro do município, em uma perspectiva dialógica a partir de atividades de apresentação, palestras, confecção de material didático, momentos formativos e eventos acadêmico-científico-culturais.
72	SIG e Tecnologias Educacionais	60 horas	Articulação ao Núcleo de Tecnologias Educacionais (NTE) e Laboratório de Topografia do campus, visando a organização de oficinas, workshops, encontros e cursos, voltados para tecnologias digitais como impressora 3d, óculos de realidade virtual, equipamentos de realidade aumentada e para o mapeamento digital como manuseio de drone, oficinas de GIS entre outros.
82	Trabalho, Educação e Cidadania	60 horas	Organização, desenvolvimento e participação em feiras de Ciências/Geografia, oficinas de múltiplos itinerários formativos oferecidas às escolas da região (Astronomia, Planetário, Ciências da Terra, História e Geografia da África, Problemas Urbanos e Rurais, Meio Ambiente), exposições artístico culturais e eventos científicos como o Colóquio de Experiências e Práticas de Ensino, em articulação com os componentes curriculares Estágio Supervisionado VIII e Trabalho de Graduação Final e ao Núcleo de Arte e Cultura (NAC).

Fonte: Projeto Pedagógico do Curso (2024)

Destacamos que as práticas extensionistas propostas acima são possibilidades de atuação nos programas e projetos de extensão do campus, o que implica em uma gama de atividades e ações extensionistas articuladas aos conteúdos curriculares. Salientamos que a carga horária destinada à extensão nos componentes curriculares mencionados não sinaliza prejuízo acadêmicocientífico ou ausência de conteúdo. As atividades extensionistas estão vinculadas aos conteúdos abordados. O que diferencia o processo de aprendizagem são as abordagens metodológicas e a

ampliação do conhecimento adquirido pelos pares, pelos docentes-pesquisadores e pela comunidade.

Em relação à institucionalização das ações de extensão, preferencialmente, será feita por meio do *Programa de Fomento à Formação para o Trabalho, Educação e Cidadania* — PROFTEC, programa de extensão institucionalizado e mantido pelo curso de Licenciatura em Geografia desde o ano 2020, por meio do processo 23159.000174/2020-46.

O PROFTEC tem em seu escopo o objetivo de contribuir para o atendimento às demandas formativas apresentadas por educadores, estudantes e sociedade civil. Tais atendimentos são feitos por meio da realização de cursos de formação, palestras, eventos, aulas de campo, visitas, entre outras formas, demandadas pela comunidade externa e analisadas, planejadas e executadas por professores e estudantes do curso em parceria com demais envolvidos. Além do PROFTEC, nas ações extensionistas destacamos o papel do Laboratório de Prática de Ensino de Geografia - LAPEG.

O LAPEG "Mizael Fernandes de Oliveira" foi implementado em 2017 e possui a finalidade de potencializar e integrar as atividades de ensino. Em sua gênese, recebia a nomenclatura de Laboratório de Ensino e Aprendizagem de Geografia (LEAGEO) e funcionava em uma pequena sala do campus, com o intuito de oportunizar aos alunos o contato com materiais pedagógicos, a confecção de recursos didáticos e a vivência de atividades práticas. Em 2018, o LEAGEO passou a ser denominado Laboratório de Prática de Ensino de Geografia (LAPEG) e foi deslocado para outro espaço, onde funcionava uma sala temática, que apresenta artes visuais sobre a origem do Universo, a formação do Planeta Terra, a evolução da vida, entre outros elementos. Ressalta-se que esse espaço era usado também para aulas, oficinas pedagógicas, elaboração de materiais didáticos, entre outras finalidades.

O LAPEG vem sendo palco de várias atividades extensionistas institucionalizadas, tendo por objetivo contribuir para o atendimento às demandas formativas apresentadas por educadores e educandos, através do desenvolvimento de atividades temáticas integradoras, na perspectiva de estreitamento das relações entre o Instituto Federal e estabelecimentos educacionais, oferecendo-lhes oportunidades de conhecer o campus, abrir o leque de conhecimento entre aluno e professor, dialogar com práticas e experiências diferentes e oferecer um novo olhar diante de uma ação cotidiana que passaria despercebida diante de muitos.

Desse modo, o LAPEG tem sido regularmente empregado para visitas de escolas das redes de ensino municipais e estadual; nele são desenvolvidas atividades temáticas previamente planejadas com os professores de Geografia dos alunos visitantes, com o apoio de materiais e recursos didáticos (explicados mais à frente do texto) empregados para o desenvolvimento das aulas. Nesse sentido, o LAPEG contribui para inovação em práticas pedagógicas relacionadas ao ensino de Geografia.

Diante do exposto, o Laboratório de Prática de Ensino de Geografia possui caráter interdisciplinar, para promover debates, reflexões e ressignificação das ações docentes no âmbito da educação geográfica. Portanto, busca-se contribuir na formação de professores

autônomos e inovadores, capazes de projetar e realizar melhorias em seus campos de atuação, de propor novas metodologias e criar materiais didáticos para a educação geográfica, além de formular, planejar, desenvolver e avaliar projetos de pesquisa.

Nesse laboratório, o aluno tem a sua disposição materiais para serem utilizados nos trabalhos acadêmicos, nas atividades interdisciplinares, nas atividades envolvendo diversas turmas do Curso de Geografia, sendo que tais materiais seriam ativos permanentes dessa Licenciatura.

Vários fenômenos e/ou situações do processo de ensino-aprendizagem podem ser simulados em laboratório, proporcionando ao aluno a possibilidade de compreendê-lo em sua essência. Dessa forma, estaríamos garantindo condições de formar não somente professores, mas também cidadãos, que possam analisar, compreender e propor soluções para esta intrincada e, ao mesmo tempo, gratificante relação educando-educador.

Atualmente, o laboratório consta com computadores para a realização dos trabalhos em gabinete dos bolsistas de pesquisa e extensão do curso de Licenciatura; maquetes, mapas temáticos, fotografias aéreas e imagens de satélite, multimídia e espaço para a projeção de *slides*, jogos interativos, uma "Caixa de Areia" (*sandbox*) de realidade aumentada, que permite a projeção das curvas de nível dos terrenos em ambiente 3D; diversos materiais didáticos produzidos pelos estudantes em oficinas pedagógicas e nos componentes curriculares do curso. O ambiente da sala contém desenhado em suas paredes a história da evolução geológica da Terra e da vida do planeta, bem como o desenho das principais civilizações da História (gregos, romanos, egípcios e outros) e uma tabela periódica de Química. A tinta utilizada é fluorescente e, quando combinada com a utilização de luzes de neon, produz um efeito incrível, realçando fenômenos a serem discutidos nos diferentes itinerários temáticos construídos para as visitas monitoradas das escolas.

Percebe-se, portanto, à medida que se busca atender às demandas das escolas, potencializamse os processos formativos dos educandos e dos educadores, contribuindo para o estreitamento da relação entre o Instituto Federal do Espírito Santo e a comunidade externa.

Dessa forma, tanto o PROFTEC quanto o LAPEG contribuem para a potencialização da formação dos educadores e educandos; o estreitamento da interlocução e parceria com as redes públicas de ensino municipal e estadual; e garante a valorização do trabalho docente desenvolvido pelos profissionais envolvidos.

Nesta edição do PPC, endossando os apontamentos e histórico de ações registrados, destacamos a captação de recursos e bolsas para as ações de extensão desenvolvidas pelo curso. Entre elas:

Quadro 14 - Projetos e programas de Extensão desenvolvidos pelo curso (2020-2024)

ANO	PROJETOS	FOMENTO	BOLSAS	COORDENADOR
2020 a 2024	Programa de fomento à formação para o trabalho, educação e cidadania	PAEX/Ifes	01 (Estudantes de Geografia)	Hedeone Heidmam da Silva / André Luiz Bis

ANO	PROJETOS	FOMENTO	BOLSAS	COORDENADOR
				Pirola
2020	Reforma Agrária e sua potencialidade para inclusão social e geração de renda e empregos: Um estudo de caso no Assentamento Zumbi dos Palmares.	Fapes	07 (Sendo 01 para tutor na escola, 01 para estudante de Geografia e 05 para estudantes da escola)	Jaime Bernado Neto
2021	Construção das diretrizes municipais da educação especial de Nova Venécia/ES: formação, construção e elaboração.	PAEX/Ifes	01(Estudantes de Geografia)	Ariadna Pereira Siqueira Effgen
2022	Contextualização dos conteúdos como pré-requisito às boas práticas docentes e ao sucesso escolar: produção, distribuição (e capacitação para uso) de material paradidático e subsidiário ao ensino de Geografia em Nova Venécia.	Fapes	03 (Estudantes de Geografia)	Jaime Bernado Neto
2022	O céu não é o limite! Divulgação e popularização da Astronomia com planetário móvel	Fapes	02 (Estudantes de Geografia)	Hedeone Heidman da Silva
2022	Avaliando o processo de implementação das diretrizes da Educação Especial do Município de Nova Venécia.	PAEX/Ifes	01 (Estudantes de Geografia)	Ariadna Pereira Siqueira Effgen
2023	Construção das diretrizes da educação especial da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação do Espírito Santo: ideação, composição, planejamento, formulação e formação. Ano: 2023	PAEX/Ifes	01(Estudantes de Geografia)	Ariadna Pereira Siqueira Effgen

Fonte: DPPG/Ifes Nova Venécia (2024)

Página 126

7. AVALIAÇÃO

7.1. Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso

A avaliação do desenvolvimento do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) ocorrerá com base na análise de diversos fatores, tais como: cumprimento de seus objetivos, perfil do egresso o desenvolvimento das respectivas habilidades e competências necessárias à profissão docente, estrutura curricular, flexibilização curricular, atividades acadêmico científico-culturais, pertinência do curso no contexto regional e corpo docente e discente.

Entende-se aqui que tal avaliação deve ser contínua e feita de forma coletiva, uma vez que a contribuição de diferentes perspectivas é fundamental tanto ao diagnóstico quanto à proposição de eventuais prognósticos. Este Projeto Político de Curso já é, por si só, um reflexo desse processo e as mudanças em relação ao projeto original são, por sinal, fruto da avaliação do curso feita pelo Núcleo Docente Estruturante, conjuntamente com demais atores envolvidos, como os discentes e demais profissionais e setores do campus que atuam direta ou indiretamente no curso, respeitando as prerrogativas da Resolução CS nº 1/2019.

Após cinco anos de funcionamento do curso, uma avaliação coletiva foi conduzida com o objetivo de aprimorar o processo de ensino-aprendizagem dos discentes matriculados na graduação. As alterações propostas no presente Projeto de Curso buscam contribuir para a formação acadêmica dos estudantes e a melhoria contínua do ensino. Em consonância com o compromisso de manter um processo de avaliação contínuo, uma nova matriz curricular foi elaborada e implementada a partir de 2020/1 para os futuros ingressantes, adequando o Projeto Político do Curso às novas diretrizes do Ministério da Educação e do Conselho Nacional de Educação.

Atualmente, pouco antes de completar uma década de oferta, o Núcleo Docente Estruturante (NDE) reuniu-se para revisar o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) da Licenciatura, com o intuito de alinhá-lo à Resolução MEC/CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica.

A revisão também foi motivada pelas especificidades do curso, oferecido no período noturno em uma região interiorana do Espírito Santo, e pelos *feedbacks* dos estudantes e da equipe docente, que observaram mudanças no perfil dos ingressantes, agora compostos majoritariamente por trabalhadores afastados do ambiente escolar por tempo considerável.

Entre as dificuldades identificadas estavam o transporte intermunicipal, a ampliação da carga horária a distância para cursos presenciais e os gargalos no fluxo do curso, especialmente na fase final, onde os componentes curriculares Monografia I e II estavam promovendo a desperiodização e o abandono dos estudantes. Considerando essas demandas e as exigências das escolas de Educação Básica, o processo de reformulação do PPC foi iniciado em fevereiro de 2024. Essa reformulação reflete as mudanças sugeridas por meio de uma análise coletiva e multidimensional do curso.

Página 127

Frisa-se ainda que a avaliação do desenvolvimento do PPC dar-se-á em relação ao cumprimento de seus objetivos, perfil do egresso, estrutura curricular, flexibilização curricular, atividades teórico-práticas, pertinência do curso no contexto regional, corpo docente e discente.

Será avaliado formalmente a cada cinco anos ou sempre que tal avaliação se fizer necessária e envolverá atuação conjunta entre a Coordenadoria, o Núcleo Docente Estruturante (NDE) e o Colegiado do Curso.

Quanto ao Colegiado de Curso, cabe salientar que este segue as normatizações estabelecidas na Resolução CS/Ifes no 65, de 23/11/2010, tendo como atribuições:

- contribuir com o Núcleo Docente Estruturante NDE na atualização, implantação e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso;
- homologar a oferta de vagas para o curso em cada período letivo e encaminhá-la ao
 Diretor do Campus, obedecendo ao prazo do Calendário Acadêmico;
- definir as listas da oferta de componentes curriculares para cada período letivo e homologá-las após aprovação pelas Coordenadorias dos Cursos, em conformidade com os prazos estabelecidos no Calendário Acadêmico;
- propor o horário dos componentes curriculares e das turmas do seu curso, ouvidas as Coordenadorias envolvidas, observando a compatibilidade entre eles, exceto para cursos na modalidade a distância;
- orientar a elaboração e revisão dos planos de ensino dos componentes curriculares do curso, bem como dos mapas de atividades dos cursos à distância, propondo alterações, quando necessárias;
- sugerir às Coordenadorias ou professores das diversas áreas do curso a realização e a integração de programas de pesquisa e extensão de interesse do curso;
- propor ao setor de registro acadêmico a suspensão temporária de ofertas de turmas/componentes curriculares quando a demanda ficar abaixo do que estabelecem as normas acadêmicas;
- definir, junto às Coordenadorias acadêmicas, a necessidade de realização de programas e de períodos especiais de estudos de interesse do curso;
- estabelecer equivalências de estudos e indicar os componentes curriculares a serem adaptados ou dispensados, em casos de aproveitamento de estudos;
- examinar, decidindo em primeira instância, as questões acadêmicas suscitadas tanto pelo corpo discente quanto pelo docente, cabendo recurso da decisão à Diretoria de Ensino ou ao setor equivalente do Campus;

- elaborar e aprovar o plano anual de atividades do Colegiado;
- elaborar e aprovar o relatório anual de atividades do Colegiado para envio à Diretoria de Graduação ou de Pós-Graduação;
- estabelecer normas e procedimentos para o seu funcionamento, bem como propor seu Regimento Interno, que deverá ser homologado pela Diretoria de Ensino ou setor equivalente do Campus;
- criar comissões temporárias para o estudo de assuntos específicos ou para coordenar atividades de sua competência;
- coordenar as atividades de autoavaliação, sob a supervisão da CPA.

Importante citar ainda que o Núcleo Docente Estruturante (NDE) segue as normatizações estabelecidas na Resolução CS Nº 64/2019, sendo responsável diretamente pela atualização, implantação e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso, cabendo aos professores do NDE a responsabilidade permanente de garantir a qualidade acadêmica do curso.

7.2. Avaliação do processo Ensino-Aprendizagem

A aprendizagem é um processo complexo de construção de conhecimentos formais que pressupõe transformações sucessivas nas formas de pensamento e de comportamento do educando, cujo processo envolve dimensões biológicas, afetivas e sociais, uma vez que se refere à formação humana.

Entendendo a avaliação como parte integrante do processo de formação, com função formativa, somativa e de diagnóstico, ela importa tanto para a instituição de ensino como para o professor e o estudante.

De acordo com Haydt (1997), a função diagnóstica da avaliação identifica as dificuldades de aprendizagem; a formativa determina o alcance dos objetivos propostos e a somativa tem a função principal de promover o aluno. Saviani (2000) reforça que [...] mais que ensinar e aprender um conhecimento, é preciso concretizá-lo no cotidiano, questionando, respondendo, avaliando, num trabalho desenvolvido por grupos e indivíduos que constroem o seu mundo e o fazem por si mesmos (SAVIANI, 2000, p.41).

Considerando o exposto, a avaliação no Curso de Licenciatura em Geografia no Ifes aponta para as seguintes finalidades:

- Diagnosticar as etapas e respectivas adversidades no processo de ensino- aprendizagem, servindo para que sejam tomadas medidas para recuperação de conceitos e estímulo a novas estruturas.
- Propiciar a reflexão do processo ensino-aprendizagem pelos atores do mesmo.

- Integrar conhecimentos por ser, também, um recurso de ensino-aprendizagem.
- Comprovar a capacidade profissional nas formas individual e coletiva.
- Apresentar o uso funcional e contextualizado dos conhecimentos.
- Possibilitar a reflexão sobre como está se desenrolando o proposto para a formação do licenciado em Geografia.

Faz-se importante esclarecer que a avaliação do desempenho dos discentes em cada componente curricular, de acordo com o Regulamento da Organização Didática dos Cursos Superiores do Ifes — ROD(2023), será realizada de forma processual e efetivar-se-á por meio de, no mínimo, três instrumentos avaliativos diversificados documentados.

Em consonância com os pressupostos estabelecidos para o desenvolvimento do ensino no Instituto e de acordo com os princípios preconizados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, a avaliação do processo ensino-aprendizagem ocorrerá em dinâmica processual, com preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, com caráter diagnóstico e formativo, envolvendo professores e alunos. Assim, entende-se a avaliação como uma ação contínua, pois resulta do acompanhamento efetivo do professor durante o período no qual determinado conhecimento está sendo apropriado pelo licenciando. Avaliação, ensino e aprendizagem vinculam-se, portanto, ao cotidiano do trabalho pedagógico e não apenas aos momentos específicos de aplicação de instrumentos avaliativos.

Salienta-se, assim, que a avaliação da aprendizagem priorizará atividades formativas, considerando os objetivos de diagnosticar e registrar o progresso do estudante e suas dificuldades, orientar o estudante quanto aos esforços necessários para superar as dificuldades e orientar as atividades de (re)planejamento dos conteúdos curriculares.

Na avaliação da aprendizagem dos estudantes serão considerados a assiduidade e o aproveitamento nos estudos. Para ser aprovado, portanto, o estudante deverá ter frequência mínima de 75% (setenta e cinco) e 60 (sessenta) pontos nas atividades desenvolvidas em cada componente curricular, cabendo ao professor os registros devidos, excetuando-se os casos amparados em lei e os componentes curriculares cursados a distância — estes deverão seguir as normas e registros conforme orientações adequadas ao sistema específico (AVA *Moodle* integrado ao Sistema Acadêmico).

A verificação do aproveitamento nos estudos e do alcance dos objetivos previstos nos planos de ensino, em cada componente curricular, ocorrerá por meio da aplicação de diferentes instrumentos, tais como: relatórios, provas, atividades práticas, autoavaliação, portfólios, seminários, apresentações, produção de textos, resenhas, fichamentos, artigos, planos de aula, sequências didáticas, mapas entre outros. O aluno que obtiver nota inferior a 60 (sessenta) pontos e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária ministrada poderá realizar o instrumento final de avaliação. O instrumento de avaliação final ocorre no período determinado pelo calendário acadêmico, ao término de cada período letivo.

A avaliação resulta em uma nota de 0 a 100, que será somada à nota semestral e posteriormente dividida por dois, gerando uma média simples. Para aprovação, o resultado final deve ser superior a 60 pontos (ROD, 2023).

Além da avaliação inerente a cada componente curricular, poderá ser feita também uma avaliação mais ampla e holística da situação de cada discente por meio das reuniões pedagógicas, que contam com a participação dos professores do Colegiado do Curso, membros da Coordenadoria de Gestão Pedagógica e de outros setores ligados ao ensino, conforme estabelece Regulamento da Organização Didática dos Cursos de Graduação do Ifes (2023). Nessas reuniões, analisa-se em conjunto a situação de cada discente e avalia-se o que pode ser feito, tanto em âmbito mais amplo quanto individual.

É importante salientar também que são oferecidos pelos docentes horários de atendimentos semanais e, nestes momentos, o conteúdo estudado pode ser reforçado/recuperado. Cita-se ainda que podem ser oferecidas monitorias (voluntárias ou não) de alguns componentes curriculares, a fim de reforçar a compreensão dos conteúdos; tanto em atendimentos docentes quanto nas monitorias, a presença do aluno é facultativa.

7.3. Avaliação do curso

O Curso de Licenciatura em Geografia será avaliado em todo percurso de sua execução, obedecidas as diretrizes nacionais para a avaliação de cursos de nível superior, as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Licenciaturas e a avaliação Institucional do Ifes. Incluem-se como legislações importantes neste processo: a Lei nº 10.861, de 14/04/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e a Resolução CS/Ifes nº 20/2018, que homologa o Regulamento da Comissão Própria de Avaliação (CPA) do Instituto.

A avaliação do curso abrange os processos internos e externos, pois a combinação dessas duas possibilidades permite identificar diferentes dimensões daquilo que é avaliado, diferentes pontos de vista, particularidades e limitações. Inclui-se, aqui, a avaliação do desempenho dos estudantes (Enade).

Diversos instrumentos e métodos combinados serão utilizados, considerando necessidades, situações específicas, os diferentes focos e aprofundamentos exigidos pela própria dinâmica de atuação do Ifes, adotando-se uma metodologia participativa, conforme orientação da Avaliação Institucional (item 7.4). Os métodos empregados partem do individual para o coletivo, favorecendo a convergência dos dados em torno de objetivos comuns, bem como a busca compartilhada de soluções para os problemas apresentados.

As dimensões a serem avaliadas são:

- Análise e avaliação do Projeto Pedagógico de Curso, sua execução e aplicabilidade e definição propostas de redirecionamento.
- Análise da produção Acadêmica visando possíveis mudanças, atualizações e adequações.

- Avaliação da relação do curso com a comunidade através da avaliação Institucional, buscando fazer com que a atividade acadêmica se comprometa com a melhoria das condições de vida da comunidade.
- Avaliação dos Recursos Humanos envolvidos no curso, buscando aprimorar o desenvolvimento profissional de forma permanente.
- Avaliação do grau de independência e autonomia da gestão acadêmica, os mecanismos de gestão, buscando coerência entre os meios de gestão e o cumprimento dos objetivos e planejamento institucional.
- Infraestrutura Física e Tecnológica sua adequabilidade para atendimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão a satisfação dos usuários dos serviços prestados, com vistas à definição de propostas de redimensionamento.
- Adequação do Projeto do Curso ao Plano de Desenvolvimento Institucional: avaliar as formas de atendimento ao Corpo Discente e integração deste a vida acadêmica, identificando os programas de ingresso, acompanhamento pedagógico, permanência do estudante, participação em programas de ensino, pesquisa e extensão, a representação nos órgãos estudantis, buscando propostas de adequação e melhoria desta prática no Ifes para a qualidade da vida estudantil e a integração do aluno à comunidade.

Internamente, a avaliação do desenvolvimento do Projeto Pedagógico se dará em relação aos seguintes aspectos: cumprimento de seus objetivos, perfil do egresso, estrutura e flexibilização curricular, atividades complementares, pertinência do curso no contexto regional e corpo docente e discente.

De acordo com a Resolução CS Nº 64/2019 (IFES, 2019), ao Núcleo Docente Estruturante (NDE) cabe criar, implantar e consolidar o Projeto Pedagógico do Curso, mantendo-o constantemente atualizado. O NDE definirá a concepção e os fundamentos do Projeto Pedagógico do Curso. Para tanto, em um intervalo anual (preferencialmente, no final do segundo semestre, antes do encerramento das atividades letivas anuais), o Núcleo Docente Estruturante será convocado para proceder à avaliação do Projeto Pedagógico do Curso, tendo em vista o aperfeiçoamento das ações desenvolvidas, bem como do suporte teórico-metodológico, dentre outros fatores, que integram e caracterizam as demandas surgidas no curso. Ao Colegiado, segundo a Resolução CS No 63/2019 (IFES, 2019e), caberá, enquanto órgão deliberativo nas questões didático-pedagógicas do curso, aprovar ou não as alterações propostas pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE). Nessas reuniões específicas, além da análise qualitativa, serão considerados os relatórios emitidos pela Comissão Própria de Avaliação - CPA, referentes à avaliação institucional, assim como os relatórios das avaliação de curso, que são aplicados semestralmente para todos discentes, via sistema de gestão acadêmica institucional, em períodos previstos em calendário acadêmico.

7.4. Plano de avaliação institucional

O Plano de Avaliação Institucional do Instituto Federal do Espírito Santo foi formulado com base no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), Lei Nº 10.861, de 14 de abril de 2004 (BRASIL, 2004), com o intuito de promover a melhoria da qualidade da educação superior e a eficácia institucional nos campos acadêmico e social, aprofundando os compromissos educacionais da instituição, bem como a consciência de sua responsabilidade social.

Com base no SINAES foi criada a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado, formado por membros de todos os segmentos da comunidade acadêmica e representantes da sociedade civil organizada, cuja composição segue normas previstas no Regulamento da CPA do Ifes (IFES, 2018). Esta Comissão tem como objetivo, também segundo o Regulamento, organizar os procedimentos e os instrumentos para a avaliação, em consonância com as dimensões analisadas pelo SINAES, adotando uma metodologia participativa na condução da Avaliação Institucional, buscando compartilhar as opiniões e as soluções para os problemas apresentados.

O Instituto Federal do Espírito Santo, visando a uma melhor condução da autoavaliação institucional em cada campus, estabelece que devem ser criadas as Comissões Setoriais de Avaliação (CSA), com o objetivo de implementar e acompanhar as atividades inerentes ao processo avaliativo do respectivo campus, em conjunto com a CPA. Os objetivos da Avaliação Institucional estão previstos na Lei Nº 10.861, artigo 3º e também pelo Regulamento da CPA do Ifes.

A avaliação institucional tem por objetivo contribuir para o acompanhamento das atividades de gestão, ensino, pesquisa e extensão, garantindo espaço à crítica e ao contraditório, oferecendo subsídios para tomada de decisões, redirecionamento das ações, otimização dos processos e excelência dos resultados, além de incentivar a formação de uma cultura avaliativa.

Visando alcançar o objetivo proposto, a avaliação compreende dez dimensões que vão desde a missão e o plano de desenvolvimento institucional até o atendimento oferecido aos estudantes – assistência estudantil. Abrangem as políticas relacionadas ao ensino, a pesquisa, a extensão, tanto quanto as relacionadas com a gestão de pessoas, a organização dos colegiados da instituição, sua relação com a comunidade, responsabilidade social, infraestrutura e processos avaliativos internos, tanto do curso, quanto da instituição de modo geral, considerando o compromisso com a continuidade e ampliação da oferta dos cursos.

7.4.1- Mecanismos de Integração da Avaliação

Buscando superar a lógica de uma avaliação fragmentada e apenas classificatória, a sistemática estabelecida pelo SINAES e adotada pela CPA, é constituída com base na articulação e na integração de três processos avaliativos: a avaliação da instituição (autoavaliação e avaliação externa), o ENADE e a avaliação dos cursos de graduação, envolvendo tanto as atividades-fim (ensino, pesquisa e extensão), quanto as atividades-meio, relacionadas ao planejamento e à gestão do Ifes.

No campus Nova Venécia serão considerados alguns requisitos para a adequada implementação da avaliação, tais como: planejamento das atividades, em conjunto com a CPA, participação de toda a comunidade acadêmica, incluindo os diretores e coordenadores, preocupação com a qualidade e a veracidade das informações prestadas, divulgação e uso adequado dos resultados obtidos durante a avaliação, considerando que a autoavaliação e a reflexão sobre o seu próprio fazer são fundamentais para a continuidade e a ampliação da qualidade dos cursos oferecidos na instituição.

Assim, a política de avaliação implementada abrangerá toda a comunidade acadêmica, articulando as diferentes dimensões do processo avaliativo, na busca pelo entendimento da realidade institucional, superação das dificuldades e melhoria na qualidade da instituição para todos os que nela atuam, através do estabelecimento de metas de curto, médio e longo prazo, a partir dos resultados obtidos em cada um dos três processos avaliativos: a avaliação da instituição, a avaliação do desempenho dos estudantes e a avaliação dos cursos de graduação.

7.4.2- Diretrizes Metodológicas e Operacionais

Visando à realização da avaliação proposta pelo SINAES, o Ifes estabelece que a CPA e as CSA se reúnam periodicamente para planejar as ações e definir cronogramas para a execução das diferentes etapas de avaliação institucional. Nesse planejamento devem constar os instrumentos de avaliação a serem utilizados, bem como os segmentos que serão consultados, devendo ser apresentada aos campi, semestralmente.

Considerando este um processo democrático e integrado, a CSA do campus Nova Venécia trabalhará sempre de maneira articulada com a CPA. Para promover a avaliação institucional, diversas atividades poderão ser desenvolvidas, mas considerando que a metodologia adotada será participativa e colaborativa, tais atividades serão planejadas a partir da integração entre os pares que compõem a instituição. Algumas atividades que podem ser utilizadas são: reuniões de sensibilização, debates, seminários internos, grupos de trabalhos com base nas demandas apresentadas, instrumentos para coleta de dados como questionários e entrevistas. Ao fim desse processo, procede-se à organização dos dados coletados, à divulgação dos resultados obtidos e à elaboração de um relatório final, ao qual possam ser incorporados os dados sobre a avaliação dos cursos e do desempenho dos estudantes, participando-se à comunidade acadêmica não apenas esses resultados, mas também, e principalmente, as ações a serem implementadas pela instituição para minimizar as dificuldades encontradas e ampliar os aspectos positivos apontados pela avaliação.

Considerando a natureza formativa e contínua desse processo, a reflexão acerca dos resultados é imprescindível, a fim de estabelecer as diretrizes que garantam a continuidade do processo avaliativo, da autoavaliação, fundamental para o reconhecimento das potencialidades e dos desafios da instituição.

8. ATENDIMENTO AO DISCENTE

O acompanhamento e atendimento ao discente tem por objetivo assegurar a permanência, a participação, a aprendizagem e conclusão do estudante em sua trajetória de vida escolar e deve acontecer por meio de ações que sejam orientadas pelos seguintes princípios, como estabelece a Política de Assistência Estudantil do Ifes (IFES, 2011):

- I. Equidade no processo de formação acadêmica dos discentes no Ifes, sem discriminação de qualquer natureza;
- II. Formação ampla, visando desenvolvimento Integral dos estudantes;
- III. Interação com as atividades fins da Instituição ensino, pesquisa, produção e extensão;
- IV. Descentralização das ações respeitando a autonomia de cada campus;
- V. Interdisciplinaridade da Política/da Equipe/ das ações.

Por compreender a complexidade de fatores que compõem essa realidade, faz-se necessário a realização de um trabalho articulado entre os setores do campus - entres eles: Coordenadoria de Atendimento Multidisciplinar, Coordenadoria de Gestão Pedagógica, Coordenadorias de Curso, Coordenadoria Geral de Ensino, Direção de Ensino, entre outros setores do ensino, administrativo e financeiro - corresponsabilizando toda a comunidade escolar no desenvolvimento de ações de assistência estudantil.

A Política de Assistência Estudantil do IFES (PAE) tem como objetivo geral "promover a Assistência Estudantil contribuindo para a equidade no processo de formação dos discentes do Ifes" e como objetivos específicos "contribuir para a melhoria das condições econômicas, sociais, políticas, culturais e de saúde dos discentes; buscar alternativas para a melhoria do desempenho acadêmico dos estudantes, a fim de prevenir e minimizar a reprovação e evasão escolar" (IFES, 2011, p. 15).

A PAE tem como público-alvo todos os estudantes regularmente matriculados no campus, prioritariamente aqueles em situação de vulnerabilidade social, por compreender que a trajetória de formação escolar é atravessada também por vivências, cenários e experiências que se constituem em meio aos processos sociais.

Conforme disposto na PAE o atendimento ao discente está previsto em duas modalidades:

- Programas Universais, cujo atendimento será oferecido preferencialmente a toda comunidade discente;
- Programas Específicos, que visam ao atendimento ao aluno em vulnerabilidade social.

Os Programas Universais são aqueles acessíveis a toda comunidade discente, com objetivo de favorecer o desenvolvimento integral do estudante. Pode acontecer por meio de programas de

incentivo a atividades culturais e lazer; apoio à pessoa com necessidade educacional específica; ações educativas/formação para cidadania; e atenção biopsicossocial.

Na perspectiva do acompanhamento biopsicossocial, a PAE do Ifes prevê o desenvolvimento de ações por meio de equipe multidisciplinar que poderá desenvolver atividades como: acompanhamento psicológico; orientação e acompanhamento social; atendimento, acompanhamento e orientação de enfermagem, dentre outros.

O acompanhamento psicológico é realizado considerando as especificidades da atuação em Psicologia Escolar, ou seja, tendo por base uma visão institucional do contexto educacional. Procura desenvolver ações de natureza preventiva e interventiva, preferencialmente por meio de ações coletivas, visando o bem-estar biopsicossocial e a inclusão dos estudantes. A atuação deve ser comprometida com a busca por uma escola democrática, de qualidade e que respeite os direitos humanos.

Para o acompanhamento psicológico poderão ser realizadas as seguintes estratégias: intervenções com grupos de estudantes; atividades formativas com discentes, servidores e/ou familiares; atendimentos individuais na modalidade aconselhamento psicológico; articulação com rede de saúde e socioassistencial para encaminhamento de estudantes, quando se fizer necessário; acompanhamento multidisciplinar aos discentes em questões relacionadas a saúde mental, assistência estudantil e processos de ensino-aprendizagem; promoção de práticas que fomentem o autocuidado, bem-estar e qualidade de vida entre os estudantes, dentre outras. O acompanhamento psicológico deve ser realizado por profissional de psicologia em diálogo com os demais profissionais da assistência estudantil.

A orientação e o acompanhamento social, é realizado exclusivamente por profissional de Serviço Social, a fim de acompanhar e orientar os discentes e seus familiares quanto às questões relativas a seus direitos, serviços e recursos sociais disponíveis, bem como realizar encaminhamentos quando se fizer necessário. Os procedimentos a serem realizados poderão ser os seguintes: orientação aos discentes que buscam pelo serviço espontaneamente ou por encaminhamento interno; realização de estudo social para inserção de estudantes nos programas específicos da política de assistência estudantil; realização de estudo social para identificar demandas e realizar os encaminhamentos necessários; acompanhamento dos discentes em interface com o grupo familiar, junto com os demais profissionais do IFES e rede socioassistencial; realização de visitas domiciliares em casos específicos realizadas juntamente com a enfermagem e/ou com a psicologia; e também atendimentos individuais e em grupo.

O Atendimento Ambulatorial é realizado exclusivamente por profissionais de Enfermagem - técnicos e auxiliares de enfermagem - a fim de promover assistência de enfermagem aos discentes, dentro dos limites de suas competências profissionais. Estes atendimentos consistem em atender às demandas e intercorrências em saúde identificadas ou apresentadas durante o período em que os discentes estiverem nas dependências da instituição. São estes, principalmente: Atendimentos de primeiros socorros, orientações e educação em saúde, acompanhamentos e encaminhamentos à rede pública de saúde, quando necessário, contato

Página 136

com familiares dos estudantes para compartilhamento e/ou busca de informações acerca da saúde destes.

Os atendimentos em primeiros socorros deverão ser realizados, preferencialmente, por profissionais de saúde habilitados - técnicos e auxiliares de enfermagem - porém, não exclusivamente, uma vez que estes poderão ser necessários em momentos que tais profissionais não estejam presentes. Trata-se de cuidados imediatos destinados aos estudantes a fim de evitar o agravamento de suas condições de saúde até que a vítima receba assistência especializada.

Os discentes poderão ser atendidos por meio dos programas específicos em duas formas: programas de atenção primária e de atenção secundária, conforme prevê a PAE do Ifes (IFES, 2011).

Para a execução dos Programas de Atenção Primária é considerada a situação socioeconômica dos discentes, avaliada por profissional de Serviço Social. Tais programas são direcionados aos estudantes em situação de vulnerabilidade social e tem a finalidade de favorecer a permanência estudantil. A sua execução prevê a destinação de recurso financeiro específico para essa ação.

Os programas de Atenção Primária são:

- Auxílio Transporte;
- Auxílio Alimentação;
- Auxílio Moradia;
- Auxílio Material Didático e Uniforme;
- Auxílio Financeiro.

Os Programas de Atenção Secundária são aqueles que contribuem para a formação acadêmica do estudante, mas que não são determinantes para a permanência dos discentes na Instituição. Nesta modalidade está previsto o Programa de Monitoria, que tem como objetivo contribuir para melhora do desempenho acadêmico e aprendizagem dos estudantes, tanto para aqueles que possuem desempenho satisfatório, quanto para os que necessitam de suporte nas atividades acadêmicas.

Perfazendo também o atendimento aos estudantes, a Coordenação de Gestão Pedagógica (CGP) é composta por servidores que se corresponsabilizam em suas atuações, no planejamento e desenvolvimento das ações que permeiam os processos de ensino e aprendizagem na instituição. A equipe de servidores lotados na coordenadoria é composta 03 Pedagogos (as), 02 Técnicos (as) em Assuntos Educacionais e 01 Estagiário (a) que tem suas atividades compartilhadas com o Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE).

A CGP é uma coordenadoria estratégica de planejamento e assessoramento didático e pedagógico, vinculado à Coordenação Geral de Ensino (CGE) do campus, sendo ainda uma instância de natureza consultiva e propositiva, cujas funções/competências são: auxiliar a gestão do ensino a implementar as diretrizes pedagógicas no campus; colaborar com a Diretoria de

Ensino e com as Coordenadorias de Curso no desenvolvimento de projetos de novos cursos e na supervisão da execução e das adequações que se fizerem necessárias aos existentes; contribuir para a consolidação e acessibilidade dos currículos dos cursos oferecidos pelo campus em seus diversos níveis e modalidades tendo por base o Projeto Pedagógico Institucional e os Regulamentos da Organização Didática dos Cursos Técnicos e dos Cursos Superiores do Ifes (ROD); organizar e coordenar as reuniões pedagógicas intermediárias e finais, em articulação com as coordenadorias de cursos; discutir e desenvolver atividades em parceria com a Coordenadoria de Atendimento Multidisciplinar e/ou com o NAPNE para o acompanhamento dos alunos que requerem atendimentos diferenciados e individualizados; assessorar os docentes na identificação das causas de dificuldades no processo de ensino e de aprendizagem; acompanhar os alunos no percurso de sua formação, dando-lhes a devida assistência e orientação para o seu melhor desenvolvimento acadêmico (Regimento Interno dos Campi do Ifes, Resolução CS nº 160/2016).

Dessa forma, ainda na perspectiva de acompanhar a vida acadêmica dos estudantes, contribuindo com as condições para sua aprendizagem, a CGP realiza:

- Orientação individual e coletiva aos estudantes;
- Acompanhamento, orientação e arquivamento dos planos de ensino das disciplinas ministradas;
- Acompanhamento e assessoramento ao Núcleo Docente Estruturante na execução do Projeto Pedagógico de Curso;
- Participação com indicação de membro titular para o Colegiado de Curso;
- Acompanhamento e orientação do trabalho docente, a fim de garantir as condições de participação, aprendizagem e conclusão dos alunos e o melhor desenvolvimento do processo de ensino e de aprendizagem;
- Acompanhamento e composição de comissão de processos relativos às revisões de resultados de avaliações de estudantes;
- Cadastramento e acompanhamento do processo de avaliação docente e avaliação de curso;
- Acompanhamento de vida acadêmica dos estudantes, incluindo monitoramento dos procedimentos relativos à justificativas e abonos de ausências.

A garantia do direito à educação de todos as pessoas com igualdade de oportunidade e sem qualquer distinção ou discriminação está consagrada na Constituição Federal (BRASIL, 1988). A Declaração de Salamanca (1994) reafirmou tal direito, ao ratificar o compromisso dos países signatários, dentre eles o Brasil, na construção de uma educação que contemple todas as pessoas e que garanta o acesso das pessoas com necessidades específicas aos sistemas regulares de ensino, entendendo, portanto, a escola como lócus para uma educação inclusiva (UNESCO, 1994).

Neste sentido, a inclusão é compreendida "como processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir em seus sistemas sociais gerais, pessoas com deficiência (além de outras) e simultaneamente estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade" (SASSAKI, 2010, p. 39). Outrossim, coerente com a legislação que orienta e normatiza as ações da educação no

âmbito nacional e com os princípios da Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva, o Projeto Pedagógico Institucional do Ifes, constante no Plano de Desenvolvimento Institucional 2019/2 - 2024/1 (IFES, 2019) considera que

todos os cursos oferecidos na instituição devem ser organizados de forma a garantir não apenas acessibilidade, mas também condições para o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem, adequando e ressignificando currículos e práticas (IFES, 2019, p. 60).

Posto isso, a inclusão escolar de estudantes com necessidades específicas no Ifes requer ações institucionais que garantam o direito ao acesso, mas também, a permanência, a participação, a aprendizagem e êxito, de modo que, para que esses direitos sejam efetivados, tais ações precisam estar asseguradas nos documentos institucionais, dentre eles o PPC do curso, e ser assumidas nas práticas de todos os setores e servidores do campus, não se restringindo a um núcleo. Desta forma, ter a inclusão como princípio e corporificá-la no cotidiano exige o comprometimento dos seus agentes a partir da compreensão de que a inclusão é uma responsabilidade partilhada e que ela se estrutura a partir do trabalho colaborativo, com vistas ao pleno desenvolvimento dos estudantes. Assim, docentes, gestores, técnicos administrativos e demais atores que constituem a comunidade escolar são corresponsáveis neste processo, sem isenção ou transferência de responsabilidades, apostando, por conseguinte, na potência do coletivo para garantir o direito à educação dos sujeitos público-alvo da Educação Especial.

Nesse processo de inclusão o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) é um órgão de natureza consultiva e executiva, de composição multidisciplinar que atua colaborativamente para garantir as condições de acessibilidade aos estudantes com necessidades específicas. Sua composição é diversificada, sendo os membros nomeados por meio de portaria do Diretor-Geral, e admite representantes de toda comunidade escolar: docentes, técnicos-administrativos, discentes e seus familiares e sociedade civil organizada. Entre os integrantes do núcleo é garantida a representação de, no mínimo, 1 (um) docente, 1 (um) técnico administrativo que atua na Assistência Estudantil e 1 (um) técnico administrativo do setor pedagógico.

A atuação do NAPNE tem como princípios: respeito aos Direitos Humanos; educação de qualidade para todos; acolhimento à diversidade; acessibilidade e autonomia; gestão participativa; parceria com a comunidade escolar e com a sociedade civil; inclusão escolar de pessoas com necessidades específicas na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, conforme previsto no Regimento dos NAPNE do Ifes (IFES, 2020), perspectiva que vai ao encontro dos princípios inclusivos assumidos no Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto (IFES, 2019).

Página 139

O Regimento dos NAPNE do Ifes (IFES, 2020) elenca como objetivos do núcleo:

- I. Identificar os discentes com necessidades específicas no campus;
- II. Orientar os discentes com necessidades específicas, bem como seus familiares, quanto aos seus direitos e deveres;
- III. Contribuir para a promoção do Atendimento Educacional Especializado (AEE) aos discentes com necessidades específicas que dele necessitarem;
- IV. Orientar os servidores e prestadores de serviços do campus quanto ao atendimento aos discentes com necessidades específicas;
- V. Contribuir para a promoção da acessibilidade atitudinal, arquitetônica, comunicacional, instrumental, metodológica e procedimental;
- VI. Promover junto à comunidade escolar ações de sensibilização para a questão da educação inclusiva e de formação continuada referente a essa temática;
- VII. Articular parcerias e convênios para troca de informações, experiências e tecnologias na área inclusiva, bem como para encaminhamento ao AEE;
- VIII. Contribuir para o fomento e a difusão de conhecimento acerca das Tecnologias Assistivas;
- IX. Colaborar com a Comissão de Processo Seletivo no sentido de garantir as adaptações necessárias para os candidatos com necessidades específicas que realizarão os exames de seleção para os cursos do Ifes;
- X. Assessorar outros setores do campus na promoção da acessibilidade de forma extensiva a toda a comunidade escolar;
- XI. Contribuir para que o Projeto Pedagógico Institucional do Ifes contemple questões relativas à Educação Inclusiva e à Acessibilidade.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é garantido àqueles alunos que necessitam do mesmo, mediante avaliação da equipe pedagógica. Tal atendimento pode ocorrer de diferentes maneiras e cabe destacar que uma via é tendo como lócus a sala de recursos multifuncionais, sendo realizado pelo(a) professor(a) do AEE, docente com formação em Educação Especial. Nesse sentido, ele assume caráter complementar ou suplementar ao que está acontecendo em sala de aula regular, sendo necessária a realização de trabalho colaborativo entre o professor do AEE e o professor da sala de aula regular com a finalidade de articular os conhecimentos mediados nesses espaços. Esse trabalho é centrado na aquisição e/ou fortalecimento de conhecimentos e habilidades para que o estudante consiga acessar o conhecimento mediado em sala de aula.

Os procedimentos de identificação, acompanhamento, atendimento e certificação de estudantes com necessidades específicas seguem a legislação vigente, incluindo as Resoluções do Conselho Superior do Ifes, que tratam do atendimento a alunos com necessidades específicas, tendo como finalidade a formação integral do estudante.

Salienta-se, portanto, que, quando necessário, serão empregadas estratégias e ações didático-pedagógicas diferenciadas ao currículo regular do curso a fim de torná-lo acessível às necessidades dos estudantes público-alvo da Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva, propondo adaptações, flexibilizações e/ou enriquecimento curricular. Ainda, serão

discutidas com os docentes possibilidades de adaptações e/ou flexibilização de metodologias e/ou tecnologias de ensino, sempre que necessário ao seu pleno acesso em equidade de oportunidades. Será prevista ainda a possibilidade de aceleração/avanços de estudos aos estudantes com altas habilidades/superdotação, esgotadas as possibilidades de enriquecimento curricular, garantindo conclusão do curso em tempo menor ao previsto no PPC (IFES, 2017).

No que tange ao currículo, uma forma de garantia da acessibilidade está em garantir estratégias metodológicas planejadas e desenvolvidas pelo docente da sala de aula regular para que sua aula seja inclusiva e acessível a todos os alunos que participam da mesma.

As adaptações, flexibilizações e/ou enriquecimentos curriculares garantidos por lei são realizadas por meio de planejamentos, reuniões entre equipe docente, pedagógica, NAPNE e Coordenadoria de Curso, em diálogo com aluno e família e com acompanhamento sistemático do processo de ensino-aprendizagem. A adaptação, a flexibilização e/ou enriquecimento curricular serão previstas e desenvolvidas conforme regulamentação própria da Instituição, observadas as diretrizes previstas.

No processo de ensino-aprendizagem é assegurado apoio educacional por parte dos professores regentes, no formato de atendimento coletivo ou individual, para os alunos com necessidades específicas cujas particularidades dificultem o acompanhamento regular dos conteúdos programáticos. Destaca-se a relevância do atendimento docente à esse aluno, buscando pensar formas outras de acompanhamento, adequação e individualização do ensino. Esse momento é fundamental para fortalecer o trabalho realizado em sala de aula. O apoio educacional deverá constar no planejamento do professor e acontecer no horário de atendimento docente, observadas as regulamentações institucionais, seja das resoluções ou aquelas emitidas pela Diretoria de Ensino do campus (IFES, 2017).

Em meio ao processo de atendimento e acompanhamento ao discente com necessidades específicas destaca-se a necessidade de produção de documentos que orientam e registram as atividades planejadas e realizadas, como: Registro de Atendimento Individual, Plano de Ensino Individualizado e relatórios docentes (produzidos coletivamente, em momentos de reunião pedagógica, com a finalidade de registrar e avaliar as ações realizadas, ou individualmente, como é o caso do relatório de terminalidade específica, nos casos em que esse documento for necessário).

Ao longo do processo educacional, faz-se necessário que haja diálogo constante entre NAPNE e os docentes com vistas a tornar o processo de ensino-aprendizagem dos estudantes com necessidades específicas, equânime, acessível e inclusivo.

Ainda, será assegurado aos estudantes com necessidades específicas, considerando o princípio da equidade, com a finalidade de eliminar barreiras no processo de ensino-aprendizagem, a oferta de serviços de apoio educacional especializado realizados por profissionais como: tradutor e intérprete de Libras e português, auxiliar educacional, ledor, transcritor, cuidador, revisor braile, guia-intérprete, dentre outros.

Quanto à avaliação da aprendizagem, ainda tendo por base o direito à educação, é conferido aos estudantes com necessidades específicas a possibilidade de serem avaliados sob formas ou condições adequadas à sua situação, considerando seus limites e potencialidades, facilidades ou dificuldades em determinadas áreas do saber ou do fazer, contribuindo para o seu crescimento e autonomia (IFES, 2017). Neste processo, o NAPNE coloca-se à disposição dos docentes para colaborativamente planejar e propor instrumentos avaliativos acessíveis. Os casos de estudantes com Necessidades Específicas serão atendidos conforme previsão em legislação específica.

O NEABI é um espaço criado no Campus Nova Venécia pela Portaria nº 150, de 07 de Junho de 2017 e conta, atualmente, com 10 membros entre docentes, discente e técnico- administrativos. Seu objetivo é promover um espaço de discussão sobre as relações étnico- raciais na sociedade brasileira que garanta uma ressignificação e valorização das matrizes africanas e indígenas que compõe a gênese da diversidade cultural brasileira. Dentro dessa perspectiva, o Núcleo busca desenvolver ações voltadas à articulação da promoção da igualdade racial como política pública por meio de construção e aperfeiçoamento de políticas institucionais de acesso, permanência e êxito de parcelas com históricos de marginalização, valorização identitária desses grupos por meio de alterações curriculares, aquisição de bibliografia e materiais didáticos específicos da temática, cursos de formação continuada para professores, cursos e eventos de extensão para a comunidade, além da garantia de espaço permanente para formação do corpo discente.

Seguindo os objetivos supracitados, o NEABI trabalha com o foco na proposição de atividades acadêmicas que contemplem a temática da educação das relações étnico-raciais com ênfase na promoção da visibilidade de grupos étnico-raciais, em especial, os afro- brasileiros e indígenas, no contexto da diversidade cultural e étnica que circunda e compõe o campus, valorizando suas identidades, tradições e manifestações culturais. Dessa maneira, o Núcleo tem especial atenção na proposição e supervisão da composição de matrizes curriculares, componentes curriculares específicos, além de promover um enriquecimento do currículo oculto propiciado pela interação e socialização no espaço escolar.

Este Núcleo foi criado com base nas determinações da Lei nº 10.639/2003, alterada pela Lei nº 11.645/2008, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana e indígena em todas as escolas, públicas e particulares, do Ensino Fundamental até o ensino superior. As atividades desenvolvidas incluem a organização anual da Semana da Consciência Negra, a intermediação de cursos de Formação de Professores e a organização de minicursos, oficinas e palestras, bem como orientar e supervisionar a implantação e a execução de melhorias curriculares.

O componente curricular Educação das Relações Étnico-Raciais adicionado à matriz curricular constante neste PPC é consequência direta do trabalho do NEABI, assim como a composição de sua ementa, bibliografia e metodologia de trabalho de caráter extensionista na qual as atividades dos discentes serão direcionadas para a construção de itinerários, oficinas, planos de aula, materiais didáticos, práticas que poderão ser utilizadas em espaços formais e não formais de educação, que culminarão com a exposição na Semana da Consciência Negra e farão parte do repositório do Laboratório de Prática de Ensino de Geografia – LAPEG.

O NAC está vinculado à Diretoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão e é responsável por desenvolver a política cultural do Ifes no Campus de Nova Venécia. Caracteriza-se como um Programa que é concretizado por meio de subprogramas, projetos, eventos e ações culturais.

O NAC foi criado em 05 de dezembro de 2015, por meio da Portaria nº 433, daquele mesmo ano. Tem por objetivo geral promover ações de arte e cultura, fortalecendo o desenvolvimento humano e a transformação social. Além disso, suas ações buscam: desenvolver a política cultural do Campus Nova Venécia baseada no reconhecimento da diversidade cultural e da multiplicidade de expressões culturais; democratização do acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural; articulação entre os Campi do Ifes e articulação do Campus com o poder público e com as entidades e organizações da sociedade civil com vistas à promoção da cidadania cultural.

É composto por uma equipe multidisciplinar e seu papel é o de elaborar, executar promover, acompanhar e apoiar a realização de programas, projetos, eventos e ações culturais em parceria com os demais setores do Campus e com a comunidade externa, bem como com os demais campi do Instituto promovendo a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão para a promoção da arte, da inovação, da cultura e do empreendedorismo criativo e solidário.

Atualmente, o NAC de Nova Venécia tem a seguinte estrutura: coordenador, vice- coordenador, coordenadores de eixos de ações (eixo difusão, fomento e formação) e parceiros externos e internos (oficineiros, servidores, alunos, voluntários). Os membros do NAC se reúnem, regularmente, uma vez por mês e extraordinariamente, quando convocados, por questões de demandas e/ou projetos que necessitem de discussão de toda a equipe do núcleo. As ações do NAC estão organizadas a partir de planos bianuais.

9. GESTÃO DO CURSO

A gestão do curso será exercida pelo Coordenador do Curso, em conjunto com o NDE e o Colegiado do Curso, que se reportam à Diretoria de Ensino, pelo mandato de dois anos (Coordenador) ou 3 anos (Colegiado e NDE), podendo ser reconduzido por mais o mesmo número de anos.

No Quadro 15, consta o histórico, com os nomes dos docentes e o respectivo período que coordenaram o curso de Licenciatura em Geografia, desde o início de funcionamento do curso em outubro de 2014.

Quadro 15 - Cronologia dos Coordenadores do Curso de Licenciatura em Geografia do Ifes

PERÍODO	COORDENADOR(A)	
2014 - 2016	Me. Mizael Fernandes de Oliveira	
2016 - 2018	Dr. Jaime Bernardo Neto	
2018 - 2020	Me. Carolina de Castro Barbosa	
2020 - 2022	Me. Hedeone Heidmam da Silva	
2022 - 2023	Me. Amanda de Fátima Martin Catarucci	
2023 - 2025	Dr. André Luiz Bis Pirola	

Fonte: GEDOC/Ifes (2024)

O Coordenador do Curso deve ser efetivo do corpo docente do Ifes campus Nova Venécia, pertencer ao corpo docente para o curso, trabalhar em regime de 40 horas semanais ou Dedicação Exclusiva, e possuir, ao menos, a titulação de Mestre.

As competências da Coordenadoria do Curso estão descritas no Art. 51 do Regimento Interno dos campi do Ifes (IFES, 2016). O Coordenador do Curso deve:

- Integrar e presidir o NDE e o Colegiado do curso;
- Atuar na relação com os docentes e com os discentes;
- Representar o curso em fóruns específicos quando se fizer necessário;
- Estabelecer, a cada ano, o plano de ação para a condução e o monitoramento de atividades que contribuam com a melhoria contínua do curso e
- Zelar para o cumprimento do previsto no regulamento da organização didática dos cursos de graduação do Ifes (ROD).

É importante destacar que, conforme o Manual de Gestão Acadêmica dos Cursos de Graduação do Ifes (2019) e o indicador 3.2 do Instrumento de Avaliação do Inep/MEC (2017), o Curso de Licenciatura em Geografia conta com uma sala individualizada para a Coordenação, assegurando a infraestrutura necessária para a gestão acadêmica. Esse espaço é equipado com acesso à internet, telefone e computador, destinados às atividades administrativas, além de armários para o arquivamento de documentos institucionais.

Além disso, a sala possibilita o atendimento individual ou em grupo com privacidade. O ambiente dispõe, ainda, de mesa e cadeiras para reuniões, bem como de um projetor multimídia (datashow), permitindo a realização de apresentações, formações e encontros acadêmicos, garantindo suporte adequado às demandas institucionais.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) tem função consultiva, propositiva e de assessoramento sobre matéria de natureza acadêmica. Integra a estrutura de gestão acadêmica do curso sendo corresponsável pela elaboração, implementação e atualização do Projeto Pedagógico do Curso. Além disso, deve definir o perfil acadêmico do curso e a formação e o perfil profissional do egresso; a fundamentação teórico-metodológica do currículo; a integralização de disciplinas e atividades; as competências a serem atingidas e os procedimentos de avaliação.

A Resolução № 01/2010 da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), normatiza o NDE, que assim dispõe em seu Art. 1º:

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) de um curso de graduação constitui- se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso (MEC, 2010).

As atribuições do NDE são definidas na citada resolução:

- I contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- II zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- III indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas á área de conhecimento do curso;
- IV zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

A resolução CONAES No 01/2010 estabelece também que as Instituições de Educação Superior, por meio dos seus colegiados superiores, devem definir as atribuições e os critérios de constituição do NDE, atendidos, no mínimo, os seguintes:

- I. ser constituído por um mínimo de 5 professores pertencentes ao corpo docente do curso;
- II. ter pelo menos 60% de seus membros com titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação stricto sensu;
- III. ter todos os membros em regime de trabalho de tempo parcial ou integral, sendo pelo menos 20% em tempo integral;

IV. assegurar estratégia de renovação parcial dos integrantes do NDE de modo a assegurar continuidade no processo de acompanhamento do curso.

A seguir apresentamos o histórico da composição dos membros do Núcleo Estruturante do Curso, desde a criação do Curso de Licenciatura em Geografia.

Quadro 16 - Histórico da composição dos membros do Núcleo Estruturante do Curso de Licenciatura em Geografia (2014-2024)

PORTARIA/ANO	FUNÇÃO	MEMBROS	MATRÍCULA
	Coordenador do Curso	André Luiz Bis Pirola	1616780
DODTADIA NO 22	Professores do Núcleo	Amanda de F. Martin Catarucci	2308149
PORTARIA № 23, de 7 de fevereiro	Específico	Jaime Bernardo Neto	1550638
2023.	Professores do Núcleo Comum	Ariadna Pereira Siqueira Effgen	1695780
	(Licenciatura)	Hedeone Heidman da Silva	1958668
	Coordenador do Curso	Hedeone Heidman da Silva	1958668
PORTARIA № 183,	Professores do Núcleo	Amanda de F. Martin Catarucci	2308149
de 18 de agosto de	Específico	Manuela Corrêa Pereira	1013352
2020	Professores do Núcleo Comum	Ariadna Pereira Siqueira Effgen	1695780
	(Licenciatura)	Roney Marcos Pavani	2190049
	Coordenadora do Curso	Carolina de Castro Barbosa	2303270
PORTARIA № 054,	Professores do Núcleo Específico	Amanda de F. Martin Catarucci	2308149
de 21 de fevereiro		Jaime Bernardo Neto	1550638
2019	Professores do Núcleo Comum	Hedeone Heidman da Silva	1958668
	(Licenciatura)	André Luiz Bis Pirola	1616780
	Coordenador do Curso	Jaime Bernardo Neto	1550638
DODTADIA NO 022	Professores do Núcleo	Amanda de F. Martin Catarucci	2308149
PORTARIA № 032, de 09 de fevereiro	Específico	Roney Marcos Pavani	2190049
de 2017	Professores da comissão	Hedeone Heidman da Silva	1958668
	responsável pela elaboração do projeto de autorização do curso	André Luiz Bis Pirola	1616780
DODTADIA NO 240	Coordenador do Curso	Mizael Fernandes de Oliveira	1630736
PORTARIA № 240, de 16 de setembro	Professores do Núcleo	Hedeone Heidman da Silva	1958668
de 2014	Específico	Leonardo Bis dos Santos	2082031

Professores da comissão	Leonardo Matiazzi Correa	620577
responsável pela elaboração do projeto de autorização do curso	André Luiz Bis Pirola	1616780

Fonte: Gedoc (2024)

O NDE, que no Ifes é instituído pela Resolução do Conselho Superior Nº 64 de 2019, também contará com o apoio do Colegiado de Curso. O Colegiado de Curso é órgão consultivo, normativo, de planejamento acadêmico e executivo, para os assuntos de política de ensino, pesquisa e extensão em conformidade com as diretrizes da instituição. As atribuições do Colegiado estão descritas na Resolução do Conselho Superior do Ifes No 63/2019. Dentre as atribuições, destacam-se abaixo aquelas inerentes à gestão do curso:

- II. Funcionar como órgão consultivo e de assessoria do(a) Coordenador(a) do Curso, em especial em questões de ordem administrativa;
- III. Funcionar como instância de recurso para as decisões do(a) Coordenador(a) do Curso sobre as questões acadêmicas suscitadas tanto pelo corpo discente quanto pelo docente, cabendo recurso da decisão à Diretoria de Ensino ou ao setor equivalente do campus; IV. Funcionar como órgão deliberativo nas questões didático-pedagógicas do curso propostas pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE);
- VI. Propor à Direção de Ensino do campus a oferta de turmas, o aumento ou a redução do número de vagas, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
- VII. Definir as listas da oferta de componentes curriculares para cada período letivo e homologá-las após aprovação pelas Coordenadorias dos Cursos, em conformidade com os prazos estabelecidos no Calendário Acadêmico;
- VIII. Propor o horário dos componentes curriculares e das turmas do seu curso, ouvidas as coordenadorias envolvidas, observando a compatibilidade entre eles, exceto para cursos na modalidade a distância;
- XVI. Desenvolver, junto à Direção de Ensino, ações de acompanhamento da frequência e do desempenho acadêmico dos estudantes, de forma periódica e sistematizada, em articulação com a Equipe Pedagógica e Assistência Estudantil, observando a Política de Assistência Estudantil do Ifes;
- XVII. Definir, junto às Coordenadorias Acadêmicas, a necessidade de realização de programas e de períodos especiais de estudos de interesse do curso; XVIII. Orientar a elaboração e revisão dos planos de ensino dos componentes curriculares do curso, bem como dos mapas de atividades dos cursos a distância, propondo alterações, quando necessárias;
- XIX. Sugerir às coordenadorias ou professores das diversas áreas do curso, a realização e a integração de programas de pesquisa e extensão de interesse do curso;
- XX. Propor às coordenadorias alterações na alocação de docentes que não atendam às necessidades dos cursos;
- XXI. Criar comissões temporárias para o estudo de assuntos específicos ou para coordenar atividades de sua competência;
- XXIII. Analisar e emitir parecer em colaboração com o NDE sobre os indicadores de desempenho do curso estabelecidos nacionalmente;

XXIV. Instruir e apoiar até a publicação do ato regulatório pertinente, em colaboração com a Diretoria de Ensino de Graduação e com a Procuradoria Educacional Institucional, os processos de avaliação do curso;

XXV. Atualizar a situação do curso na Procuradoria Educacional Institucional;

XXVI. Elaborar e divulgar à comunidade acadêmica, o fluxo e os prazos a serem utilizados para o encaminhamento das decisões realizadas pelo colegiado;

XXVII. Manter em arquivo todas as informações de interesse do Curso de Graduação, inclusive atas de suas reuniões, a fim de zelar pelo cumprimento das exigências legais;

XXVIII. Analisar e dar encaminhamento, sempre que solicitado, a outras questões pertinentes ao curso.

XXIX. Auxiliar na proposição de formas de articulação para a integração curricular interdisciplinar.

Destaca-se que, conforme o Indicador 2.12 do Instrumento de Avaliação do Inep/MEC (2017), o Colegiado do Curso mantém sua institucionalização e, no momento, passa por um processo de atualização de seus membros, garantindo a representatividade dos diferentes segmentos acadêmicos.

As reuniões do Colegiado ocorrem com periodicidade definida, e suas deliberações são devidamente registradas em ata no SIPAC (Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos). Além disso, o órgão segue rigorosamente o fluxo estabelecido para o encaminhamento das decisões, bem como para o acompanhamento e execução de seus processos administrativos e acadêmicos.

O Colegiado também se dedica à avaliação periódica de seu desempenho, a fim de implementar melhorias ou ajustes nas práticas de gestão, assegurando um funcionamento cada vez mais eficiente e alinhado às necessidades institucionais. O Quadro 17 apresenta o histórico das últimas portarias referentes à composição dos membros do Colegiado do Curso.

Quadro 17 - Composição dos membros do Colegiado do Curso de Licenciatura em Geografia no período de 2019-2024

PORTARIA/ANO	FUNÇÃO	MEMBROS	MATRÍCULA	
	Coordenador do Curso	André Luiz Bis Pirola	1616780	
		Amanda de F. Martin Catarucci	2308149	
	Representantes Docentes Área	Hedeone Heidman da Silva	1958668	
PORTARIA № 24, de 07 de fevereiro	Técnica	Técnica	Técnica Jaime Bernardo Neto	1550638
de 2023		Manuela Corrêa Pereira	1013352	
	Representantes Docentes	Ademir Adeodato	2073143	
	Núcleo Básico	Ariadna Pereira Siqueira Effgen	1695780	
	Representante - Coordenação	Eduardo Lucindo Rodrigues da	1162549	

	Pedagógica	Cunha	
	Representante Discente -	Gabriel Bezerra Almeida	20191licgeo0292
	Titulares	Rosiane Moura da Silva	20191licgeo0292
	Representante Discente - Suplente	Henrique Santos Silva	20191licgeo0292
	Coordenadora do Curso	Carolina de Castro Barbosa	2303270
		Amanda de F. Martin Catarucci	2308149
		Eglieni Trevazani	3025594
	Representantes Docentes Área Técnica	Jaime Bernardo Neto	1550638
			Julio de Souza Santos
PORTARIA № 118, de 30 de abril de		Pâmela Marcia Ferreira Dionisio	2326142
2019	Representantes Docentes	Roney Marcos Pavani	2190049
	Núcleo Básico	Weriquison Simer Curbani	1207336
	Representante - Coordenação Pedagógica	Eduardo Lucindo Rodrigues da Cunha	1162549
	Representante Discente -	Cassiano Silva Dias	20181licgeo0342
	Titulares	Celio Gomes Rodrigues	20171licgeo0087

Fonte: Gedoc (2024)

10. CORPO DOCENTE

Considerando as exigências contidas no Art. 52, incisos II e III da LDBEN, que define o perfil que deve ter o corpo docente para cursos de ensino superior, qual seja, de que:

 II – Um terço do corpo docente, pelo menos, com habilitação acadêmica de mestrado ou doutorado;

III – um terço do corpo docente em regime de tempo integral.

Embora o campus Nova Venécia possua aproximadamente 55 docentes, serão apresentados a seguir os docentes que atuam no Curso de Licenciatura em Geografia. O corpo docente tem, entre as suas atribuições, analisar os conteúdos dos componentes curriculares, mantendo-os atualizados, abordando ainda a sua relevância para a atuação profissional e acadêmica dos discentes; fomentar o raciocínio crítico, com base em literatura atualizada, para além da bibliografia proposta, proporcionando acesso a conteúdo de pesquisa de ponta, relacionando-os aos objetivos das disciplinas e ao perfil do egresso, incentivando a produção do conhecimento, por meio de grupos de estudo ou pesquisa e da publicação.

Ademir Adeodato	CPF: 9680826708
Titulação: Graduado em Licenciatura em Música pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Mestre em Educação Musical pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Doutor em Música pela Universidade Federal do Estado do Rio de janeiro (UNIRIO)	Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva (DE)
Tempo de experiência de magistério superior ou experiência profissional: 19 a	nos
Tempo de experiência em EAD (no caso de curso a distância): 7 anos	
Disciplinas: Psicologia da Educação	
Curriculum Lattes: http://lattes.cnpq.br/4085052974812362	

Alexandre Fiorotti	CPF: 07936394761
Titulação: Arquiteto Urbanista (UFES) com Mestrado em Arquitetura e Urbanismo (UFES); especialização em práticas pedagógicas para professores (CEFOR/IFES), Aperfeiçoamento em Tecnologias Digitais Aplicadas à Educação (CEFOR/IFES), Aperfeiçoamento em Design Educacional (CEFOR/IFES); Especialização em Gestão Ambiental (UVV)	Regime de trabalho: 40 horas DE
Tempo de experiência de magistério superior ou experiência profissional: 5 au	nos
Tempo de experiência em EAD (no caso de curso a distância): 5 anos	
Disciplinas: Geografia Urbana	
Curriculum Lattes: http://lattes.cnpq.br/3256379163547683	

Página 150

André Luiz Bis Pirola	027.579.177-73
Titulação: Licenciado em História - Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) Mestre em Educação - Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) Doutor em Educação - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC- SP)	Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva (DE)

Tempo de experiência de magistério superior ou experiência profissional: 11 anos

Tempo de experiência em EAD (no caso de curso a distância): 7 anos

Disciplinas:

História Moderna e Contemporânea; Bases Filosóficas da Educação; História da Educação; Metodologia da Pesquisa; Política e Organização da Educação Básica; Trabalho e Educação; Educação de Jovens e Adultos; Movimentos sociais e Educação.

Curriculum Lattes: http://lattes.cnpq.br/1295569818802518

Amanda de Fátima Martin Catarucci	CPF: 307.238.048-18
Titulação: Licenciatura e bacharelado em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP), Mestra em Geografia Física pela Universidade de São Paulo (USP), Doutoranda em Geografia Física Universidade de São Paulo (USP).	Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva (DE)
Tempo de experiência de magistério superior ou experiência profissional: 20 anos	
Tempo de experiência em EAD (no caso de curso a distância): em anos	
Disciplinas: Introdução à Cartografia, Geomorfologia, Téc. Trabalho de Campo e EM - EXT, Pedologia, Biogeografia, SIG e Tecnologias Educacionais - EXT, Hidrografia, Geografia do Espírito Santo, Trabalho de Graduação Individual	
Curriculum Lattes: http://lattes.cnpq.br/2872828167323397	

Titulação: Licenciada Pleno em Pedagogia - Habilitação em Magistério das séries iniciais do Ensino Fundamental, magistério da Educação Especial, magistério da Educação Infantil e Gestão educacional. Mestre em Educação - UFES Doutora em Educação - UFES	Ariadna Pereira Siqueira Effgen	CPF: 055.805.236-37
	séries iniciais do Ensino Fundamental, magistério da Educação Especial, magistério da Educação Infantil e Gestão educacional. Mestre em Educação - UFES	

Tempo de experiência de magistério superior ou experiência profissional: 13 anos

Tempo de experiência em EAD (no caso de curso a distância): 6 meses

Disciplinas: Didática Geral, Didática e Avaliação, Gestão e Organização do Trabalho Escolar, Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos, Estágio Supervisionado I, II, III, IV; Diversidade e Educação, Política e Organização da Educação Básica, Currículo e Geografia Escolar, Práticas e Instrumentação para o ensino, Trabalho de Graduação Individual

Curriculum Lattes: http://lattes.cnpq.br/2945509968009660

Hedeone Heidmam da Silva	CPF: 116.110.057-10
Titulação: Licenciatura em Geografia (Ufes); Especialização (pós-graduação lato sensu) em Psicopedagogia Institucional (ISEUB) Mestre em Educação Profissional e Técnica (Ifes)	Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva (DE)
Tempo de experiência de magistério superior ou experiência profissional: 10 anos	
Tempo de experiência em EAD (no caso de curso a distância): 02 anos	
Disciplinas: Estágio Supervisionado V, Estágio Supervisionado VI, Estágio Supervisionado VII, Estágio Supervisionado VIII, Introdução Geografia Física, Climatologia Geográfica, Educação Cartográfica - EXT, Cartografia Temática, Práticas e Instr. p/ o Ensino - EXT, Currículo e Geografia Escolar, Trabalho, Educação e Cidadania - EXT	

Curriculum Lattes: http://lattes.cnpq.br/4676934041290197

Jaime Bernardo Neto	CPF: 094.564.327-69
Titulação: Licenciado, bacharel e mestre em Geografia - UFES Doutor em Geografia - UFF	Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva (DE)
Tempo de experiência de magistério superior ou experiência profissional: 9 anos	
Tempo de experiência em EAD (no caso de curso a distância): 3 anos	
Disciplinas: Introdução à Geografia Humana, História do Pensamento Geográfico, Geografia Econômica, Geografia Política, Geografia Urbana, Geografia AGrária, Geografia da População, Geografia do Espírito Santo	
Curriculum Lattes: http://lattes.cnpq.br/5751641036085344	

Roney Marcos Pavani	CPF: 048.544.286-		
Titulação:Graduado, Mestre e Doutorando em História	Regime de trabalho: 40 horas Dedicação Exclusiva (DE)		
Tempo de experiência de magistério superior ou experiência profissional:	14 anos		
Tempo de experiência em EAD (no caso de curso a distância): 16 anos			
Disciplinas: História Moderna e Contemporânea			
Curriculum Lattes: https://lattes.cnpq.br/9315179326957885			

Rodolfo Moura Pereira	CPF: 102.377.757-60				
Titulação: Bacharel e Licenciado em Educação Física pela Universidade Federal de Viçosa.(1999-2002). Especialização Lato Sensu em Psicopedagogia pela Universidade Castelo Branco (2006). Mestre em Educação em Ciências e Matemática pelo IFES (2015). Doutorando em Cognição e Linguagem pela UENF-RJ.	Regime de trabalho: 40 horas Dedicação Exclusiva (DE)				
Tempo de experiência de magistério superior ou experiência profissional: 10 anos					
Tempo de experiência em EAD (no caso de curso a distância): 2 anos					
Disciplinas: Metodologia da Pesquisa					
Curriculum Lattes: http://lattes.cnpq.br/3225452167363746					

Suéllen Pereira Miotto Lourenço	CPF: 11718487738				
Titulação: Graduação em Letras Português/Inglês pela Faculdade Capixaba de Nova Venécia, UNIVEN, Especialização em Língua Portuguesa e Literatura Brasileira. (Carga Horária: 420h), Mestrado profissional em Letras pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, IFES e Doutorado em Letras pela Universidade Federal do Espírito Santo, UFES	Regime de trabalho: 40h Dedicação Exclusiva (DE)				
Tempo de experiência de magistério superior ou experiência profissional: 7 anos					
Tempo de experiência em EAD (no caso de curso a distância): 2 anos					
Disciplinas: Leitura e Produção de Textos					
Curriculum Lattes: http://lattes.cnpq.br/1475505060308655					

11. INFRAESTRUTURA

11.1. Áreas de ensino específicas

As áreas de ensino específicas abrangem salas de aula, diferentes laboratórios que atendem demandas do ensino de Geografia, setores administrativos, além de espaços especializados, como a Sala de Enfermagem, a Sala de Psicologia, o Museu de Ciências Naturais e o Núcleo Incubador do Campus. Esses ambientes proporcionam suporte essencial para o desenvolvimento acadêmico, favorecendo a formação teórica e prática dos estudantes.

No Curso de Licenciatura em Geografia do Ifes - Campus Nova Venécia, a utilização de laboratórios desempenha um papel fundamental na formação dos estudantes, promovendo uma aprendizagem prática e interdisciplinar que complementa os conteúdos teóricos discutidos em sala de aula. Esses espaços possibilitam o desenvolvimento de atividades didáticas, experimentais e investigativas, essenciais para a capacitação dos futuros professores de Geografia.

Os Laboratórios de Informática são amplamente utilizados para atividades relacionadas à cartografia digital, geoprocessamento e Sistemas de Informação Geográfica (SIG). Neles, os estudantes trabalham com softwares especializados, como QGIS, ArcGIS e Google Earth Pro, ferramentas fundamentais para a análise espacial e representação cartográfica. Além disso, o laboratório é empregado para a realização de pesquisas acadêmicas e produção de materiais didáticos interativos, contribuindo para o desenvolvimento de recursos inovadores no ensino de Geografia.

O Laboratório de Práticas de Ensino de Geografia é um espaço dedicado à experimentação e aplicação de metodologias inovadoras voltadas para o ensino da disciplina. Nele, os licenciandos podem explorar diferentes abordagens didáticas, criar materiais pedagógicos, desenvolver jogos educativos e realizar simulações geográficas. O ambiente também possibilita a realização de oficinas e seminários, promovendo discussões sobre práticas pedagógicas e formação docente.

No Laboratório de Mecânica dos Solos, os estudantes realizam análises e experimentos sobre as características físicas e químicas dos solos, aprofundando a compreensão sobre sua composição, processos erosivos e uso da terra. Esse espaço é fundamental para atividades ligadas à geomorfologia, pedologia e estudos ambientais, permitindo investigações sobre a dinâmica dos solos e suas interações com o meio ambiente.

O Laboratório de Física possibilita a realização de experimentos sobre dinâmica atmosférica, climatologia e geofísica, abordando fenômenos como transferência de calor, pressão atmosférica, magnetismo terrestre e radiação solar. Esses estudos são essenciais para a

compreensão dos processos naturais que influenciam a dinâmica terrestre, sendo fundamentais para disciplinas voltadas à climatologia e à geografia física.

O Laboratório de Química é utilizado para análises relacionadas à composição química da água, dos solos e da atmosfera, permitindo aos estudantes compreender processos como intemperismo químico, poluição ambiental e o ciclo dos elementos químicos na natureza. Esse ambiente também possibilita o estudo de questões ligadas à sustentabilidade e aos impactos ambientais, contribuindo para a formação de professores com uma visão crítica e integrada sobre os desafios ambientais contemporâneos.

O Laboratório de Biologia é empregado no estudo da diversidade de ecossistemas, impactos ambientais e relações ecológicas. Nele, os estudantes realizam análises de vegetação, identificação de micro-organismos e estudos sobre biodiversidade, o que amplia a compreensão dos processos biológicos que influenciam os ambientes naturais e antrópicos. Esse espaço é essencial para uma abordagem integrada da geografia física e ambiental, promovendo a articulação entre diferentes áreas do conhecimento.

Por fim, o Laboratório de Mineralogia e Petrografia proporciona um ambiente de aprendizado prático para o estudo de minerais e rochas. Nesse espaço, os estudantes realizam análises físicas e ópticas, utilizando equipamentos como microscópios petrográficos e lupas binoculares para identificar e classificar amostras. Além de auxiliar na compreensão dos processos geológicos, como formação do relevo, intemperismo e composição dos solos, o laboratório possibilita a correlação entre as características geológicas de uma região e seu impacto na ocupação humana e no meio ambiente.

A integração desses laboratórios no Curso de Licenciatura em Geografia do Ifes - Campus Nova Venécia fortalece a formação dos estudantes, permitindo que eles desenvolvam habilidades práticas e investigativas essenciais para sua atuação como docentes e pesquisadores.

Quadro 18 – Áreas de ensino específicas

Ambiente	Existente		A construir		Observação	
Amorente	Quant.	Área (m²)	Quant.	Área (m²)	Observação	
Salas de aula	9	476,82	14	731,78		
Laboratórios de informática	4	185,01	2	107,73		
Laboratório de práticas de ensino de Geografia	1	142,54				
Laboratório de mecânica dos solos	1	152				
Laboratório de Física	1	56,33	1	71,56		
Laboratório de Química	1	109,38	1	90,34		

Ambiente	Exis	tente	A cor	nstruir	Observação
Ambiente	Quant.	Área (m²)	Quant.	Área (m²)	Observação
Laboratório de Biologia	1	86,26	1	87,16	
Laboratório de					
Mineralogia e	1	80			
petrografia					
Salas de setores					
administrativos Bloco	4	65,46			
Acadêmico I					
Salas de setores					
administrativos Bloco	1	18,45			
Acadêmico II					
Salas de setores					
administrativos Bloco	1	50,76			
Acadêmico III					
Sala de Enfermagem	1	31,31			
Sala de Psicologia	1	9,24			
Museu (Casa 1)	1	177,75			
Incubadora (Casa 2)	1	168,15			

O Museus de Ciências Naturais, em implantação, desempenhará um papel fundamental na popularização da ciência, na preservação do patrimônio natural e na educação científica. Esses espaços reúnem acervos que abrangem áreas como geologia, biologia, paleontologia, ecologia e astronomia, proporcionando aos visitantes uma visão ampla sobre os fenômenos naturais e a evolução da vida na Terra.

O Núcleo Incubador do Campus Nova Venécia (INOVE) se apresenta como um ambiente dinâmico para o desenvolvimento de projetos e inovação, articulando ensino, pesquisa e extensão. No contexto do curso de Geografia, esse espaço permite a criação e a experimentação de projetos educacionais inovadores, além da produção de materiais didáticos e metodologias ativas para o ensino da disciplina. A incubadora também promove a integração dos estudantes com iniciativas empreendedoras e sociais, ampliando suas perspectivas de atuação profissional.

11.2. Áreas de estudo geral

As Salas de Monitoria e a Sala de Convivência dos Cursos Superiores compõem as **áreas de estudo geral**.

As Salas de Monitoria são espaços dedicados ao apoio acadêmico, onde os estudantes podem contar com o auxílio de monitores para reforçar conteúdos, tirar dúvidas e aprimorar o aprendizado em diferentes disciplinas. Essas salas são fundamentais para a construção de uma

aprendizagem colaborativa, proporcionando um ambiente adequado para o desenvolvimento de atividades orientadas, revisões e estudos em grupo.

Já a Sala de Convivência dos Cursos Superiores é um espaço pensado para a interação e integração dos estudantes, favorecendo o convívio social e o bem-estar no ambiente acadêmico. Nela, os alunos podem realizar atividades de estudo, trocar experiências e fortalecer o vínculo com colegas de diferentes cursos, criando um ambiente propício ao compartilhamento de conhecimentos e à construção de uma comunidade acadêmica mais dinâmica e acolhedora.

Quadro 19 – Áreas de estudo geral

Ambiente	Existente A construir		Observação		
Ambiente	Quant.	Área (m²)	Quant.	Área (m²)	
Salas de monitoria	3	47,53			
Sala de convivência dos cursos superiores	1	55,56			

11.3. Áreas de esportes e vivência

As áreas de esportes e vivência desempenham um papel essencial na promoção do bem-estar, integração e qualidade de vida da comunidade acadêmica. Esses espaços são voltados tanto para atividades físicas e recreativas quanto para momentos de socialização, cultura e lazer.

Entre os ambientes disponíveis, destacam-se o campo de futebol e a quadra poliesportiva, que possibilitam a prática de diferentes modalidades esportivas, incentivando hábitos saudáveis e a convivência coletiva. Além disso, o saguão e o átrio do Bloco Acadêmico I, em geral, palco de apresentações culturais, eventos, exposições e atividades artísticas, ampliando as oportunidades de expressão e interação entre os alunos. A infraestrutura conta ainda com a cantina e o refeitório, espaços fundamentais para o atendimento das necessidades diárias dos estudantes, proporcionando momentos de convivência e descanso no ambiente acadêmico.

Quadro 20 – Áreas de esporte e vivência

Ambiente	Exis	tente	A construir		Observação	
7 WHO TETTE	Quant.	Área (m²)	Quant.	Área (m²)		
Campo de futebol	1	1350				
Quadra poliesportiva	1	818,46				
Saguão do bloco acadêmico I	1	173,12				
Átrio o bloco acadêmico I	1	137,22				
Cantina e restaurante	1	298,46				

11.4. Áreas de atendimento discente

As Áreas de Atendimento Discente são espaços para o suporte acadêmico, pedagógico e administrativo dos estudantes, garantindo que tenham acesso a serviços essenciais para sua formação e permanência no curso. Esses setores desempenham um papel estratégico no acompanhamento do percurso acadêmico dos discentes, promovendo a inclusão, o apoio institucional e a organização da vida acadêmica.

Quadro 21 – Áreas de atendimento discente

Ambiente	Exist	ente	A construir		Observação	
75.65	Quant.	Área (m²)	Quant.	Área (m²)		
Planejamento Acadêmico	1	17,78				
NAPNE	1	37,47				
Gestão Pedagógica	1	47,07				
Grêmio Estudantil	1	7,54				
Registro Acadêmico	1	50,90				
Sala de coordenação do curso	1	38				

11.5. Áreas de apoio

Em relação a área de apoio, contamos com a Recepção que é a principal porta de entrada da instituição, sendo o primeiro ponto de contato para estudantes, servidores e visitantes. Nesse setor, são prestadas informações gerais sobre o campus, encaminhamentos para os diferentes setores e orientações sobre procedimentos administrativos e acadêmicos. Além disso, a recepção contribui para a organização da rotina institucional, garantindo o bom fluxo de atendimento e a comunicação interna.

Quadro 22 – Áreas de apoio

Ambiente	Existente		A construir		Observação
	Quant.	Área (m²)	rea (m²) Quant. Área (m²)		
Recepção	1	28,28			

11.6. Biblioteca

A biblioteca "Professor Adelton Souza da Silva" está localizada na entrada principal do campus de Nova Venécia, no prédio Acadêmico I, na principal área de convivência da instituição. Possui 203 m² de área construída e capacidade para atender até 53 usuários sentados simultaneamente, com horário de funcionamento que atende de forma ininterrupta aos três turnos: manhã, tarde e noite.

11.6.1 Pessoal e horário de funcionamento

A biblioteca do campus possui a dedicação de 3 servidores efetivos, sendo um bibliotecário. As políticas, adaptações e estratégias para melhorar o atendimento na biblioteca são discutidas nos fóruns de bibliotecários do Ifes. A biblioteca do campus atende de forma ininterrupta seus usuários, estando aberta de segunda a sexta-feira das 07:00h às 21:00h para atendimento presencial e on-line por meio do Whatsapp institucional (27 - 4042-4535), contando com espaços adequados para estudos e pesquisas individuais ou em grupos. Vale ressaltar que as políticas de acessibilidade e adaptações realizadas na biblioteca do campus estão em consonância com o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Especiais – NAPNE.

11.6.2 Infraestrutura

A biblioteca é um local calmo e tranquilo, propício para que os usuários possam desfrutar de uma boa leitura e se concentrar em seus estudos e pesquisas em um ambiente totalmente climatizado. Todo acervo está tombado e informatizado, permitindo o acesso dos alunos ao sistema em qualquer momento via Internet.

O sistema de gerenciamento utilizado pela biblioteca é o Pergamum da PUCPR que permite a busca e consulta de títulos, gerenciamento da conta de usuários, compartilhamento de exemplares de outras bibliotecas do Instituto, além de outros serviços como reserva de livros e renovação de exemplares, entre outras atividades que podem ser executadas através do aplicativo de celular "mobile" disponível em Smartphones com sistema IOS ou Android.

11.6.3 Políticas da biblioteca

A fim de atender todos os usuários de forma adequada, a utilização da biblioteca está sujeita a algumas regras básicas de higiene, segurança e conforto, propiciando um espaço adequado para estudos individuais ou em grupos. Segue as principais regras de uso da biblioteca. Vale destacar que tais regras, geralmente são construídas pelo fórum de bibliotecários e de acordo com a infraestrutura presente

11.6. 4 Cadastro

Para usufruir dos serviços da Biblioteca, os usuários deverão estar cadastrados no sistema de gestão da biblioteca. As informações pessoais necessárias para a efetivação do cadastro serão fornecidas pela Coordenadora de Registros Acadêmicos - CRA.

11.6.5 Setores e serviços

a) Sala de Processamento Técnico: Local destinado ao armazenamento dos materiais bibliográficos, em seus diferentes suportes, para o posterior processamento mecânico e técnico objetivando a disponibilização da obra no acervo da Biblioteca;

- b) Espaço de estudo individual e em grupo: a Biblioteca conta com nove mesas de estudo em grupo, com capacidade para quatro pessoas cada, e dezessete baias de estudo individual, quatro delas equipadas com computador com acesso à internet;
- c) Acesso à internet: A biblioteca disponibiliza quatro microcomputadores para digitação de trabalhos, pesquisas em bases de dados e acesso à Internet. Cada usuário terá direito a utilização do equipamento para atividades restritas de ensino e pesquisa. Só é autorizada a permanência de um usuário por computador. Será respeitada a ordem de chegada para a utilização, podendo cada usuário permanecer no máximo 60 minutos, caso haja outros interessados na fila. É proibido o acesso a redes sociais, bate-papos (chats) e conteúdos pornográficos; a execução de qualquer espécie de jogo; a instalação de qualquer tipo de software; a alteração das configurações dos computadores; e o download de conteúdos não acadêmicos ou que infrinjam direitos autorais. Não é autorizada a retirada ou mudança de local de qualquer equipamento ou parte dele na biblioteca. Os usuários contam ainda com acesso a rede Wi-Fi, disponibilizada para dispositivos móveis e computadores pessoais.
- d) Serviço de Reprografia: O serviço de fotocópias pode ser oferecido no interior do campus, desde que obedecida a Lei nº 9.610/98 (Lei do Direito Autoral).
- e) Guarda-volumes: O guarda-volumes é o local apropriado para a guarda de bolsas, mochilas, sacolas, pastas, fichários, etc., que é de uso exclusivo durante a permanência do usuário na biblioteca. Os usuários deverão solicitar uma chave e guardar seus pertences antes de entrar na biblioteca ou colocar nos escaninhos que não possuem portas e fechaduras. A guarda da chave é responsabilidade do usuário e, em caso de perda, deverá restituí-la. Não será permitido sair da Biblioteca com a chave do guarda-volumes (malex). Materiais deixados no guarda-volumes não são responsabilidades da biblioteca. Caso o aluno não devolva a chave até o horário de fechamento da biblioteca, será cobrado multa de R\$ 5,00/dia de acordo com a Resolução do Conselho Superior nº 48/2016.

11.6.6 Empréstimo

O empréstimo dos livros é permitido apenas para os alunos regularmente matriculados, servidores na ativa, estagiários e terceirizados com vínculo no campus. Para efetuá-lo, o aluno deverá apresentar a carteira estudantil ou documento de identificação oficial com foto e seu número de matrícula. Todo aluno tem direito de pegar emprestado materiais informacionais e bibliográficos, conforme Tabela¹ pelos prazos determinados de acordo com o tipo de usuário. Os livros de literatura têm prazo de empréstimo de 21 (vinte e um) dias. Não são considerados materiais de empréstimo: obras de referências (dicionários, enciclopédias, atlas, anuários, anais etc.); publicações periódicas (jornais e revistas); e livros de consulta local. Casos excepcionais poderão ser atendidos mediante justificativa plausível.

Os prazos de devolução poderão variar de acordo com o tipo de usuário:

Quadro 23 - Tipo de usuário e prazos

Tipo de Usuário	Material	Qtd	Prazo (dias)
Alunos Ensino Médio	Livros e material adicional*	3	7**
Alunos de Graduação	Livros e material adicional*	5	7**
Alunos de Pós-Graduação	Livros e material adicional*	3	14**
Servidores	Livros e material adicional*	3	14**
Estagiários e Terceirizados	Livros e material adicional*	3	7**

^{*} Entende-se por material adicional: CD's, DVD, folhetos e encartes.

Fonte: Coordenadoria de Biblioteca (2024)

No caso de não observância dos prazos fixados para a devolução de itens retirados por empréstimo, ficará o usuário impedido de realizar novos empréstimos e/ou sujeito ao pagamento de multas para regularizar sua situação junto à biblioteca.

11.6.7 Exemplares de Consulta Local

Os exemplares com carimbo "Não circula" (exemplares de consulta local) poderão ser emprestados, como empréstimo especial, na sexta-feira, devendo retornar no próximo dia útil.

11.6.8 Materiais Não Emprestados

Alguns materiais estarão disponíveis apenas para consulta na Biblioteca. São eles: Obras de Referência (dicionários, enciclopédias, atlas, etc.), obras raras e valiosas e publicações periódicas (jornais, revistas, etc.).

11.6.9 Extravio de Materiais

O usuário será responsável pela conservação do material retirado da Biblioteca, pois toda obra perdida ou danificada, ainda que involuntariamente, deverá ser substituída, por ele, com um novo exemplar da mesma obra, ou, em caso de esgotamento da obra, um semelhante a ser indicado pela biblioteca

11.6.10 Devolução

A devolução poderá ser feita por qualquer pessoa. Caso a obra não seja devolvida no prazo previsto, o usuário terá o empréstimo suspenso. A Biblioteca se reserva ao direito de lembrar o usuário de seu débito com a mesma.

^{**} No caso de DVD´s, Cd´s e VHS´s, o prazo para a devolução, para todos os usuários, é de 3 dias.

11.6.11 Renovação

A renovação poderá ser feita no Balcão de Atendimento da Biblioteca ou via internet através do Meu Pergamum, desde que não haja reserva para o material ou o mesmo não esteja atrasado, sendo possível realizar a renovação por no máximo 2 (duas) vezes consecutivas.

11.6.12 Reserva

Quando um material procurado estiver sob empréstimo, o usuário poderá requisitar a sua reserva in loco ou no site do Ifes através do link da biblioteca. As reservas serão atendidas conforme ordem de solicitação. Após a devolução, o material reservado ficará disponível por 24 horas para retirada na biblioteca, sendo a reserva cancelada, caso tal prazo expire.

11.6.13 Multa

O não cumprimento do prazo de devolução de um material acarretará em multa de R\$ 1,00 (um real), de acordo com a Resolução do Conselho Superior n. 48/2016, por dia útil. O recolhimento da multa SOMENTE será feito por meio da geração de Guia de Recolhimento da União (GRU) e pagamento no Banco do Brasil, devendo o comprovante ser apresentado na biblioteca para a sua devida baixa.

11.6.14 Acervo

A biblioteca possui um acervo de livre acesso aos usuários que contempla 13.204 exemplares e 4.370 títulos que englobam assuntos de todas as áreas do conhecimento, com uma relação de aproximadamente 20 exemplares por aluno matriculado no campus. Desse total, 1.462 exemplares e 231 títulos são de livros específicos para o Curso de Licenciatura em Geografia. anualmente nosso acervo é atualizado com a aquisição de todos os títulos necessários para atender ao Curso de Licenciatura em Geografia, e as demais áreas dos cursos que são ofertados pelo Campus de Nova Venécia, dispostos nos mais variados suportes informacionais.

Além do acervo físico, os alunos matriculados no curso têm acesso "ilimitado" aos periódicos da CAPES e outras bases de dados de Norma Técnicas do Gedweb, contando ainda com um acervo digital disponibilizado através das Bibliotecas Virtuais Pearson e Minha biblioteca e o Repositório Institucional do Ifes, que possui um acervo de toda a produção acadêmica da instituição.

No caso específico dos periódicos da CAPES, a base conta com um acervo de mais de 37 mil títulos com textos completos, 130 bases referenciais, 12 bases dedicadas exclusivamente a patentes, além de livros, enciclopédias, obras de referências, normas técnicas, estatísticas e conteúdo audiovisual.

Para o registro, descrição e recuperação das obras, a Biblioteca irá utilizar o Sistema Pergamum, que possibilita o controle de circulação do material bibliográfico no qual os usuários podem consultar, renovar e/ou reservar suas obras, localmente ou via internet.

O usuário possui livre acesso às obras nas estantes e, para localizar o documento desejado, pode se reportar ao bibliotecário ou servidor responsável pelo setor de referência, solicitar a busca pelo material bibliográfico desejável ou, ir diretamente aos terminais de consulta para elaborar sua pesquisa de forma independente, ou ainda, utilizar seu smartphone para acessar a página de pesquisa dos acervos da biblioteca e ir até à estante para retirar a obra que deseja. Caso o material procurado não esteja na localização indicada, o usuário poderá dirigir-se até o balcão de atendimento e solicitar ajuda do atendente.

Outro fator preponderante, como todo acervo da biblioteca está tombado, informatizado e integrado aos demais campi, é possível, mesmo que não haja um título na biblioteca do Campus Nova Venécia, que discentes e docentes consigam o empréstimo de outras bibliotecas (conforme regras de cada unidade informacional). Todo o acervo dos 22 campi somados geram um acervo riquíssimo de mais de 100.000 títulos que somam um total de mais de 285 mil exemplares à disposição dos usuários.

Visando a preservação do acervo, a biblioteca apresenta um sistema antifurto, em que todo o acervo é magnetizado, o que impede que a obra saia irregularmente do recinto sem antes ter passado pelo balcão de empréstimo. Além do sistema antifurto, a unidade de informação conta com tecnologia de ponta para o controle de entrada e saída de usuários, através de catracas de reconhecimento facial, e videomonitoramento da circulação no recinto, por meio de câmeras de monitoramento que observam e registram todos os usuários que circulam na biblioteca.

Com intuito de atender as demandas do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) e, contribuir para a promoção da igualdade e da diversidade cultural, a biblioteca disponibiliza uma coleção voltada a preservação do patrimônio cultural dos povos afro-brasileiros e indígenas, o que permite um aprofundamento e promoção de pesquisas e estudos voltados para esses povos, que em parceria com o NEABI, desempenha um papel crucial na promoção da diversidade cultural e na busca por justiça social, oferecendo um espaço dedicado ao estudo e à valorização dos saberes e das experiências dos povos afro-brasileiros e indígenas. A coleção conta com 40 títulos e 74 exemplares que paulatinamente vem crescendo através das sugestões feitas para a inserção de novas aquisições de títulos através das sugestões de docentes, técnicos, alunos e do próprio Núcleo.

12. PLANEJAMENTO ECONÔMICO-FINANCEIRO

12.1 Contratação de docentes

No Projeto Pedagógico inicial do curso, eram previstos oito professores da formação específica em Geografia para que fosse possível contemplar os componentes curriculares propostos, bem como as demais atividades ligadas ao ensino, como a orientação de estágios e monografias, pesquisa e extensão. Contamos, ao longo do curso, com a participação de docentes de diferentes áreas (como Geologia, Arquitetura, Estatística, História, Língua Portuguesa, Sociologia, Filosofia e outras) que permitiram o funcionamento do curso e, ainda assim, no PPC anterior, prevíamos a necessidade de um professor na área de Geografia Humana, uma vez que havia apenas um profissional com formação stricto sensu nessa área.

Tal situação será contemplada com a nomeação prevista e em andamento de outro docente em Geografia, permitindo o remanejamento na distribuição das disciplinas entre os servidores da área específica. Entretanto, após a Resolução CS nº 170/2016, de 16 de setembro de 2016, que estabeleceu um maior número de disciplinas do eixo pedagógico, a fim de garantir um Núcleo Comum dos cursos de Licenciatura do Ifes, somada à nova reestruturação e organização da matriz curricular do curso de Licenciatura em Geografia, assim como a verticalização dos cursos ofertados, percebemos a necessidade da contratação de um docente com formação específica na área de Educação (Pedagogia), a fim de garantir o atendimento adequado tanto aos componentes curriculares do eixo pedagógico, supridos por tal perfil de servidor, como aqueles vinculados à área específica, atendidos pelos docentes de Geografia e demais áreas.

Dessa forma, hoje o curso é composto por 04 docentes da área específica de Geografia, 01 docente da área de Pedagogia e os docentes de outras formações/coordenadorias.

Quadro 24 - Perfil dos professores para contratação

PERFIL	NÚMERO	SITUAÇÃO
Geografia Humana	02	01 contratado, aguardando a contratação de mais 01 docente.
Geografia Física	02	01 contratado, aguardando a contratação de mais 01 docente, tendo em vista o processo de redistribuição.
Geografia Ensino	01	Contratado.
Pedagogia	01	Contratado.

Destacamos, ainda, a necessidade de recontratação de um professor na área de Sociologia, considerando os impactos dos processos de remoção e redistribuição de docentes. O perfil desse profissional deve estar alinhado à demanda do curso, com formação e experiência que permitam a atuação nas disciplinas que interligam Educação e Sociologia, como *Bases Sociológicas da Educação*, *Trabalho e Educação*, *Educação das Relações Étnico-Raciais*, *Diversidade e Educação*,

entre outras. Dessa forma, a recomposição do quadro docente se faz essencial para garantir a continuidade e a qualidade do ensino nessas áreas de conhecimento.

12.2 Materiais a serem adquiridos

Em virtude da necessidade de se atualizar o Laboratório de Prática de Ensino de Geografia (LAPEG), faz-se necessária a análise regular e anual de aquisição de itens diversos relacionados ao processo de ensino-aprendizagem em Geografia, tais como: mapas diversos (temáticos e topográficos), fotografias aéreas, globos terrestres, entre outros. No momento, o laboratório atende o Curso de maneira satisfatória.

12.3 Aquisição de obras bibliográficas

Atualmente existem apenas algumas demandas pontuais de alguns poucos componentes curriculares que ainda não têm um acervo a contento. Todavia, a necessidade de elaborar uma nova matriz curricular para adequar o curso às novas diretrizes do Ministério da Educação, particularmente a Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024, com inclusão de novos componentes, acarretará a demanda de aquisição de novas obras, ocasião em que aproveitar-se-á para complementar e/ou atualizar as referências disponíveis nos demais componentes curriculares.

13. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALARCÃO, Isabel. Ser professor reflexivo. In: Alarcão, I. (Org.) Formação reflexiva de professores - estratégias de supervisão. Lisboa (Portugal), Porto, 1996, pp. 171-89. BRASIL, 1998. BRASIL. Lei № 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil 03/leis/l9394.htm>.Acesso em: 19 jul. 2024. . Lei № 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil 03/LEIS/L10098.htm>. Acesso em: 19 jul. 2024. _____. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Parecer CNE/CES № 492/2001, de 3 de abril de 2001. Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, Letras, Museologia e Serviço Social. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf. Acesso em: 19 jul. 2024. __. Ministério da Educação. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Geografia.. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES142002.pdf. Acesso em: 24 mai. 2024. _____. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Nacional de Educação/Câmara Superior de Educação. Parecer CNE/CES No 492, de 03 de abril de 2001. Disponível em: <>. Acesso em: 19 jul. 2024. . Lei No 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil 03/leis/2002/l10436.htm>. Acesso em: 19 jul. 2024. _. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Plano

Nacional de Politicas para as Mulneres. Brasilia, DF, 2004. Disponivel em: <>. Acesso em: 22 jui.
2024.
Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. Brasil sem
Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e promoção da
cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: <>. Acesso em: 22
jul. 2024
Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução N
01, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das
Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/atos-normativos
sumulas-pareceres-e-resolucoes?id=12708>. Acesso em: 15 jul. 2024.
Lei Nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da
Educação Superior - SINAES e dá outras providências. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil 03/ ato2004-
06/2004/lei/l10.861.htm#:~:text=1%C2%BA%20Fica%20institu%C3%ADdo%20o%20Sistema,n%
C2%BA%209.394%2C%20de%2020%20de>. Acesso em: 20 ago. 2024.
Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Parecer CNE/CP № 03/2004,
aprovado em 10 de março de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a
Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e
Africana. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003.pdf . Acesso em: 20
ago. 2024.
Decreto Nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis Nos 10.048, de 8 de
novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de
19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da
acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras
providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-
006/2004/Decreto/D5296 htm> Acesso em:20 ago 2024

Decreto N° 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de $$ 24 de
abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no
10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível
em: <http: 2005="" _ato2004-2006="" ccivil_03="" d5626.htm="" decreto="" www.planalto.gov.br="">. Acesso</http:>
em: 21 ago. 2024.
Lei No 11.645, de 10 março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996,
modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da
educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da
temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm . Acesso em: 20
ago. 2024.
Lei № 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes;
altera a redação do Art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo
Decreto-Lei No 5.452, de 1o de maio de 1943, e a Lei No 9.394, de 20 de dezembro de 1996;
revoga as Leis No 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o
parágrafo único do Art. 82 da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o Art. 60 da Medida
Provisória No 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.
Provisoria no 2.104-41, de 24 de agosto de 2001, e da odiras providencias.
Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm .
Acesso em: 20 ago. 2024.
Decreto No 7.234 de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de
Assistência Estudantil – PNAES. Disponível em:
·
http://www.planalto.gov.br/ccivil 03/ ato2007-
2010/2010/decreto/d7234.htm#:~:text=Decreto%20n%C2%BA%207234&text=DECRETO%2
0N%C2%BA%207.234%2C%20DE%2019,Nacional%20de%20Assist%C3%AAncia%20Estu
dantil%20%2D%20PNAES.>. Acesso em: 25 ago. 2024.
Ministério da Educação. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior.
Resolução № 01, de 17 de junho de 2010. Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá
outras providências. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6885
resolucao1-2010-conae&category_slug=outubro-2010-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 11 jun.
2024.
Decreto Nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o
atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm . Acesso em
12 jun. 2024.
Decreto Nº 7.612, de 17 de novembro de 2011. Institui o Plano Nacional dos Direitos
da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7612.htm . Acesso em
12 jun. 2024.
Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução
CNE/CP № 01, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a
Educação em Direitos Humanos. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10889-
rcp001-12&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 14 jun. 2024.
Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução
CNE/CP № 02, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a
Educação Ambiental. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=10988&
temid=>. Acesso em: 15 jun. 2024.
Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades
federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.
Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 10 jun. 2024.
Decreto Nº 7.824 de outubro de 2012. Regulamenta a Lei Nº 12.711, de 29 de agosto
de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de
ensino técnico de nível médio. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-
2014/2012/decreto/d7824.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%207.824%2C%20DE%2
011,que%20lhe%20confere%20o%20art. >. Acesso em: 20 ago. 2024.
Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação — PNE e
dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF,16 jun.
2024.
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução № 04, de 29 de maio de 2024, dispõe
sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de
Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de
formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura).
Disponível em: https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-4-de-29-de-maio-de-
<u>2024-563084558</u> . Acesso em: 01 jun.2024
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução № 02, de 15 de junho 2012.
Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Disponível em
https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECPN22012.pdf?que
ry=Curr%C3%ADculos#:~:text=Link%20copiado!&text=Estabelece%20as%20Diretrizes%20
<u>Curriculares%20Nacionais%20para%20a%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Ambiental</u> Acesso
em:16 jun. 2024.
Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com
Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm . Acesso em: 12
jun. 2024.
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CONSELHO PLENO.
Resolução CNE/CP No 2, de 22 de dezembro de 2017. Institui e orienta a implantação da Base
Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e
respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. Diário Oficial da União. Seção 1.
Brasília, DF, 22 dez 2017a.Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79631-
rcp002-17-pdf&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 20 jul.2024
Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação
Superior. Resolução № 7 de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão
na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei № 7.612/2014.
Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-
rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 01 jun. 2024.
Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. Ministério da Justiça. Governo Federal.
(2002).Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH II). Disponível em:
http://portal.mj.gov.br/sedh/pndh/pndhII/Texto%20Integral%20PNDH%20II.pdf . Acesso em
12 jun. 2024.
Lei № 13.796, de 3 de janeiro de 2019. Altera a Lei № 9.394, de 20 de dezembro de
1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para fixar, em virtude de escusa
de consciência, prestações alternativas à aplicação de provas e à frequência a aulas realizadas
em dia de guarda religiosa. Disponível em: <http: _ato2019-<="" ccivil_03="" td="" www.planalto.gov.br=""></http:>
2022/2019/lei/L13796.htm>. Acesso em: 17 jul. 2024.
FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 27 ed. Rio de
Janeiro: Paz e Terra, 1996.
HAYDT, Regina Célia Cazaux. Curso de didática geral. São Paulo: Ed. Ática 1997
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE Cidades: Espírito Santo. Disponível
em: <https: cidades.ibge.gov.br=""></https:> . Acesso em: 27 ago. 2024.
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Conselho Superior. Resolução Nº 19, de 09 de maio

http://ifes.edu.br/images/stories/files/Institucional/conselho_superior/2013/(RES_CS_19_20") | http://ifes.edu.br/images/stories/files/Institucional/conselho_superior/2013/(RES_CS_19_20") | http://ifes.edu.br/images/stories/files/Institucional/conselho_superior/2013/(RES_CS_19_20") | http://ifes.edu.br/images/stories/files/Institucional/conselho_superior/2013/(RES_CS_19_20") | http://ifes.edu.br/images/stories/files/Institucional/conselho_superior/2013/(RES_CS_19_20") | http://ifes.edu.br/images/stories/files/Institucional/conselho_superior/2013/(RES_CS_19_20") | http://ifes.edu.br/images/stories/Institucional/conselho_superior/2013/(RES_CS_19_20") | http://ifes.edu.br/images/stories/Institucional/conselho_superior/2013/(RES_CS_19_20") | http://ifes.edu.br/images/stories/Institucional/conselho_superior/2013/(RES_CS_19_20") | http://ifes.edu.br/images/stories/st

11_Pol%C3%ADtica_Assist%C3%AAncia_Estudantil).pdf>. Acesso em: 20 ago. 2024.

de 2011. Política de Assistência Estudantil do Ifes. Disponível em:

Conselho de Ensino, Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão. Portaria № 1.226/2012.
Aprova procedimento de entrega de trabalhos de conclusão de curso nas bibliotecas.
Disponível em:
https://ifes.edu.br/images/stories/files/Institucional/CEPE/portarias/Portaria_1226_2012_A′r
ova_procedimentos_de_entrega_de_tcc_graduacao_nas_bibliotecas.pdf>. Acesso em: 27 ago.
2024.
Portaria № 1.063, de 5 de junho de 2014. Homologar, na forma do Anexo I desta
Portaria, o Regulamento do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas -
NAPNE. Disponível em:
https://gedoc.ifes.edu.br/visualizar Documento/?d=L3Zhci9zb2xyL3NoYXJlL2JvbGV0aW0UmVpd
G9yaWEvR1IvMjAxNC9OIDA2L1BvcnRhcmlhIG7CuiAxMDYzIC0gMjAxNCAtIEhvbW
9sb2dhIHJIZ3VsYW1lbnRvIGRvIE5BUE5FLnBkZg==&inline>. Acesso em: 12 jun.2024.
Anexo à Portaria Nº 1.063, de 5 de junho de 2014. Disponível em:
https://gedoc.ifes.edu.br/visualizarDocumento/?d=L3Zhci9zb2xyL3NoYXJIL2JvbGV0aW0v
UmVpdG9yaWEvR1IvMjAxNC9OIDA2L1BvcnRhcmlhIG7CuiAxMDYzIC0gMjAxNCAtIEFuZX
hvIEkucGRm&inline>. Acesso em: 07 abr. 2022.
Conselho Superior. Resolução Nº 1.896, de 08 de julho de 2016. Código de Ética e
Disciplina do Corpo Discente do Ifes. Disponível em:
https://www.ifes.edu.br/images/stories/files/documentos_institucionais/portaria_1896-
2016_codigo_etica_disciplina_corpo_discente_ifes.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2024.
Conselho Superior. Resolução CS Nº 160, de 05 de agosto de 2016. Regimento interno
dos campi do Ifes. Disponível em :
https://ifes.edu.br/images/stories/files/documentos_institucionais/regimento-interno-campi
ifes-2016.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2024.
Conselho Superior. Resolução CS Nº 139, de 14 de dezembro de 2022. Regulamento da
Organização Didática dos Cursos de Graduação do Instituto Federal do Espírito Santo nas
Modalidades Presencial e a Distância. Disponível em: https://www.ifes.edu.br/images/stories/ -

publicacoes/documentos-institucionais/regulamento-organizacao-didatica/rod-graduacao-2023.pdf. Acesso em: 01 jul.2024. _____. Conselho Superior. Resolução No 34, de 9 de outubro de 2017. Homologar a presente Resolução que institui Diretrizes Operacionais para Atendimento a Alunos com Necessidades Específicas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo. Disponível em:<https://www.ifes.edu.br/images/stories/-publicacoes/conselhos-comissoes/conselhosuperior/2017/Res CS 34 2017 -Institui diretrizes operacionais para atendimento alunos necessidades especiais.pdf>.Aces so em: 25 set. 2022. . Conselho Superior. Resolução № 55, de 19 de dezembro de 2017. Institui os procedimentos de identificação, acompanhamento e certificação de alunos com Necessidades Específicas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo – Ifes. Disponível em: https://www.ifes.edu.br/images/stories/-publicacoes/conselhos- comissoes/conselho-superior/2017/Res CS 55 2017 -Institui procedimentos de identifica%C3%A7%C3%A3o acompanhamento e certifica%C3%A 7%C3%A3o de alunos com Necessidades Espec%C3%ADficas - Alterada Res 19 2018.pdf>. Acesso em: 12 jun.2024. . Normas para apresentação de trabalhos acadêmicos e científicos: documento impresso e/ou digital. 8 ed. rev. e ampl. Vitória: Ifes, 2017e. Disponível em: https://vendanova.ifes.edu.br/images/stories/files/Normas para apresenta%C3%A7%C3% A3o de trabalhos acad%C3%AAmicos e cient%C3%ADficos.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2024. . Conselho Superior. Resolução № 20, de 13 de julho de 2018. Homologa o Regulamento da CPA – Comissão Própria de Avaliação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo. Disponível em:<https://prodi.ifes.edu.br/images/stories/Prodi/CPA/Res_CS_20_2018__Homologa_o_regu Imanento_da_Comiss%C3%A3o_Permanente_de_Avalia%C3%A7%C3%A3o_do_Ifes_.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2024.

Conselho Superior. Resolução № 19, de 13 de julho de 2018. Altera a Resolução No
55/2017 de 19/12/2017 que institui os procedimentos de identificação, acompanhamento e
certificação de alunos com Necessidades Específicas no Instituto Federal de Educação ,Ciência e
Tecnologia do Espírito Santo – Ifes. Disponível em: <https: -<="" images="" stories="" td="" www.ifes.edu.br=""></https:>
publicacoes/conselhos-comissoes/conselho-superior/2018/Res_CS_19_2018
Altera_Resolu%C3%A7%C3%A3o_55_2017
Institui_procedimentos_de_identifica%C3%A7%C3%A3o_acompanhamento_e_certifica%C3%A
7%C3%A3o_de_alunos_com_Necessidades_Espec%C3%ADficas.pdf>. Acesso em: 12 jun.2012.
Normas para elaboração de referências – NBR 6023: documento impresso e/ou digital.
Vitória: Ifes, 2018d. Disponível em:
https://vendanova.ifes.edu.br/images/stories/files/Normas_para_elabora%C3%A7%C3%A3o_d
e_refer%C3%AAncias_2018.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2024.
Conselho Superior. Resolução CS № 48 de 6 de dezembro de 2019. Plano de
Desenvolvimento Institucional 2019/2- 2024/1. Disponível em:
https://ifes.edu.br/images/stories/Res_CS_48_2019PDIAnexo.pdf >. Acesso em: 20ago.
2024.
Conselho Superior. Resolução CS № 1, de 11 de março de 2019. Estabelece
procedimentos para abertura, implantação, acompanhamento e revisão de Projeto Pedagógico
de Curso de Graduação do Ifes. Disponível em:
ttps://www.ifes.edu.br/images/stories/Res_CS_1_2019
Estabelece_procedimentos_para_abertura_implanta%C3%A7%C3%A3o_acompanhamento_e_i
vis%C3%A3o_de_Projeto_Pedag%C3%B3gico_de_Curso_de_Gradua%C3%A7%C3%A3o_do_Ifes
.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2024.
Conselho Superior. Resolução CS Nº 15, de 31 de maio de 2019. Altera a Resolução CS
no 43/2012. Disponível em: < https://www.ifes.edu.br/images/stories/Res CS 15 2019 -
_Altera_Resolu%C3%A7%C3%A3o_CS_43_2012
Anrova utiliza%C3%A7%C3%A3o da nota do resultado Enem ndf> Acesso em: 24 ago 2022

Conselho Superior. Resolução CS Nº 64, de 13 de dezembro de 2019. Cria o Núcleo
Docente Estruturante nos cursos de graduação do Instituto Federal do Espírito Santo.
Disponível em: https://www.ifes.edu.br/images/stories/Res_CS_64_2019
Criar_o_N%C3%BAcleo_Docente_Estruturante_nos_cursos_de_Gradua%C3%A7%C3%A3o_do_I
fes.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2024.
Conselho Superior. Resolução CS Nº 63, de 13 de dezembro de 2019. Estabelecer as
normas e os procedimentos para a constituição e o funcionamento dos Colegiados dos Cursos
Superiores do Ifes. Disponível em: https://www.ifes.edu.br/images/stories/Res_CS_63_2019
_Estabelecer_as_normas_e_os_procedimentos_Colegiados_dos_Cursos_Superiores_do_Ifes.pd
f>. Acesso em: 03 ago. 2024.
Pró-reitoria de Ensino. Instrução Normativa Nº 01, de 25 de maio de 2020 - Núcleode
Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas. Disponível
em: <https: images="" instru%c3%87%c3%83o_normativa_n_01-<="" proen.ifes.edu.br="" stories="" td=""></https:>
2020_DE_25_DE_MAIO_DE_2020.pdf>. Acesso em: 12 jun.2024.
Conselho Superior. Resolução CS Nº 38, de 13 de agosto de 2021. Regulamenta as
diretrizes para as Atividades Curriculares de Extensão no Ifes. Disponível em:
https://www.ifes.edu.br/images/stories/Resolu%C3%A7%C3%A3o_CS_38_2021
_Regulamenta_as_diretrizes_para_as_Atividades_de_Extens%C3%A3o.pdf>. Acesso em:20
ago 2024.
Conselho Superior. Resolução CS № 58, de 15 de outubro de 2021. Normatiza a oferta
de componentes curriculares a distância e o uso de tecnologias educacionais nos cursos
esenciais do Ifes. Disponível em:
https://www.ifes.edu.br/images/stories/Resolu%C3%A7%C3%A3o_CS_58_2021
_Componentes_Curriculares_a_distancia.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Portaria № 258, de 2 de junho de 2014. Disponível em:

http://download.inep.gov.br/educacao superior/enade/legislacao/2014/portarias diretrizes ns_233_a_266_de_02_de_junho_2014.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2024. LUCKESI. Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar. 9. Ed. São Paulo: Cortez, 1999. MATRIZ DE REFERÊNCIA DO PAEBES. Disponível em: https://www.paebes.caedufjf.net/wp. Acesso em 14 ago. 2024. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portaria № 4.059, de 10 de dezembro de 2004. Disponívelem: http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/nova/acs_portaria4059.pdf. Acesso em: 20ago. 2024. . Portaria Normativa № 18, de 11 de outubro de 2012. Dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que tratam a Lei № 12.711, de 29 de agosto de 2012, e o Decreto No 7.824, de 11 de outubro de 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cotas/docs/portaria 18.pdf>. Acesso em: 20 ago 2024. . Portaria № 1.428, de 28 de dezembro de 2018. Dispõe sobre a oferta, por Instituições de Educação Superior - IES, de disciplinas na modalidade a distância em cursos de graduação presencial. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/- asset publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/57496468/do1-2018-12-31-portaria-n-1-428-de-28-de-dezembro-de-2018-57496251>. Acesso em: 27 ago. 2024. . Portaria № 2.117, de 6 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.117-de-6-de- dezembro-de-2019-232670913>. Acesso em: 27 ago. 2024.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de EducaçãoBásica, p. 17-

44, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag3.pdf>. Acesso em 04 set. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos. 2020.

Disponível em: < https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao/>. Acesso em: 23 jun. 2024.

REGO, Teresa Cristina. Vygotsky: Uma perspectiva histórico-cultural da educação. 14º ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.